CIESA

Tradição, Tecnologia e Inovação

PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2024 · 2028

Sumário

APRESENTAÇÃO 7

I. PERFIL INSTITUCIONAL 9
1. DADOS INSTITUCIONAIS DA MANTENEDORA E DA MANTIDA 9
1.1 MANTENEDORA 9
1.2 MANTIDA 9
2. ATUAÇÃO DA WD EDUCACIONAL LTDA 10
3. BREVE HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA IES 12
4. DEFINIÇÕES ORGANIZACIONAIS 13
4.1 MISSÃO 14
4.2 VISÃO 14
4.3 VALORES E PRINCÍPIOS 15
4.4 FINALIDADES 15
5. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS ESTRATÉGICAS 18
6. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 28
6.1 ENSINO 29
6.2 PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA 29
6.3 EXTENSÃO 30
7. VIABILIDADE E CONDIÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DESTE PDI 30

II. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI 31
8. A QUALIDADE INSTITUCIONAL NO CIESA 31
9. INSERÇÃO REGIONAL DO CIESA 32
9.1 ESTADO DO AMAZONAS - CARACTERÍSTICAS REGIONAIS, EDUCACIONAIS, SOCIAIS E DE SAÚDE 33
9.1.1 Características de Saúde no Estado 37
9.2 MUNICÍPIO DE MANAUS/AM - CARACTERÍSTICAS REGIONAIS, EDUCACIONAIS, SOCIAIS E DE SAÚDE 38
9.2.1 Populações Indígenas, Quilombolas e Ribeirinhas no Município 42
10. RESPONSABILIDADE SOCIAL 44
11. FILOSOFIA INSTITUCIONAL 46
11.1 PRINCÍPIOS FIOLOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS 47
11.2 PLANEJAMENTO DIDÁTICO-INSTRUCIONAL DO CIESA 49
11.3 PLANEJAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO 50
11.4 PARÂMETROS PARA SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS 51
11.5 PLANEJAMENTO DIDÁTICO-INSTRUCIONAL E POLÍTICAS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO 53
12. MOBILIDADE ACADÊMICA, INTERCÂMBIOS E INTERNACIONALIZAÇÃO 54
13. PERFIL DO EGRESSO 57
14. FORMAS DE ACESSO 61

15. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS 62
16. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS 65
16.1 POLÍTICAS DE GESTÃO 66
16.1.1 Política de Gestão Institucional 66
16.1.2 Política de Responsabilidade Social e Desenvolvimento Econômico 67
16.1.3 Políticas de Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Raciais 76
16.1.4 Políticas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos Cursos de Graduação 78
16.1.5 Políticas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento Nacional Sustentável 80
16.1.6 Políticas Institucionais de Valorização da Diversidade 83
16.1.7 Políticas Institucionais de valorização da Memória Cultural, Produção Artística e de Patrimônio Cultural 86
16.1.8 Política de Acessibilidade e Inclusão 89
16.1.9 Política de Capacitação Docente e Formação Continuada 93
16.1.10 Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-administrativo 99
16.1.11 Política de Aquisição, Atualização e Manutenção de Equipamentos 101
16.1.12 Política de Atualização e Manutenção da Infraestrutura Física e Patrimonial 103
16.1.13 Política de diretrizes orçamentárias 106
16.2 POLÍTICAS ACADÊMICAS 108
16.2.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação 111
16.2.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação 114
16.2.3 Políticas Institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Iniciação Científica, Pesquisa, Tecnológica, Artística e Cultural 116
16.2.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão 121
16.2.5 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente 125
16.2.6 Política de acompanhamento dos egressos 128
16.2.7 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação) 131
16.2.8 Política institucional para comunicação da IES com a comunidade externa e interna 133
16.2.9 Política institucional de Apoio e Atendimento aos Discentes 136
16.2.10 Políticas de Inovação 141

III. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO 144
17 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS, ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS E FORMAS DE ATUALIZAÇÃO CURRICULAR 145
17.1 COMPONENTES CURRICULARES (DISCIPLINAS) 147
17.2 ESTRUTURA CURRICULAR 147
17.3 CONTEÚDOS CURRICULARES 148
17.4 FORMAS DE ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E PRÁTICA 149
17.4.1 Articulação da teoria com a prática quando são adotadas as Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem utilizadas nos cursos 150
17.5 ESTÁGIO – ATIVIDADES PRÁTICAS, RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA 151
17.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 152
17.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 156

17.8 ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS (APS) 157
17.9 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS 158
18 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE COMPETÊNCIAS 159
19 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS CURRICULARES E ADAPTAÇÃO 161
20 FLEXIBILIDADE CURRICULAR 162
20.1 DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA, PEDAGÓGICA E ATITUDINAL 163
20.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS/ELETIVAS 163
21 INTERDISCIPLINARIDADE 163
22 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS 165
22.1 METODOLOGIAS 168
22.2 METODOLOGIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS 170
23 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM 173
23.1 QUANTO AO ESTÁGIO 174
23.2 DA APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS PELA COORDENAÇÃO PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM 175
24 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS 176
24.1 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 176

IV. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 181
25 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO 181
25.1 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE 181
25.2 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 182
25.2.1 Perspectivas 182

V. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO 183
26 GESTÃO INSTITUCIONAL 183
27 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO 184
27.1 SECRETARIA ACADÊMICA 185
27.2 BIBLIOTECA 185
27.3 SETOR FINANCEIRO E BOLSAS 185
27.4 NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES – NAPE 186
27.5 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO PROUNI – COLAPS 186
27.6 COMISSÃO PERMANENTE DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO - CPSA/FIES 187
28 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DOS ASSUNTOS ACADÊMICOS 187
29 AUTONOMIA DA INSTITUIÇÃO EM RELAÇÃO À MANTENEDORA 188
30 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS 188
31 PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL 189

VI. PERFIL DO CORPO DOCENTE 190
32 CORPO DOCENTE 190
33 PERFIL DO CORPO DOCENTE 191
34 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO DOCENTE 193

34.1 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E DE MAGISTÉRIO SUPERIOR 194
34.2 REQUISITOS DE TITULAÇÃO 195
35 ATRIBUTOS DOCENTES NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE ENSINO APRENDIZAGEM 195
36 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE 197
36.1 OBJETIVO GERAL DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE 198
36.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE 198
37 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS DOCENTES 199
38 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES 200
39 PLANO DE CARREIRA DOCENTE 200

VII. PERFIL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 201
40 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO 201
41 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO 202
42 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO 204
43 QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO 205
44 PLANO DE CARREIRA DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 205

VIII. ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL 209
45 POLÍTICA DE MANUTENÇÃO E GUARDA DO ACERVO ACADÊMICO 209
46 ACERVO ACADÊMICO DIGITAL 210
47 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO ACERVO ACADÊMICO 211

IX. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA 213
48 INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACESSIBILIDADE 213
49 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS 215
50 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS 216
51 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS 216
52 SALAS DE AULA 217
53 GABINETES/ESTAÇÕES DE TRABALHO PARA PROFESSORES 218
54 SALA DE PROFESSORES 219
55 AUDITÓRIO 220
56 LABORATÓRIOS DE TECNOLOGIA 222
56.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 223
57 BIBLIOTECA – INSTALAÇÕES E INFORMATIZAÇÃO 223
57.1 ESPAÇO FÍSICO 224
57.2 INSTALAÇÕES PARA O ACERVO 224
57.3 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO 225
57.4 INFRAESTRUTURAS DE APOIO 225
57.5 ACERVO DA BIBLIOTECA DO CIESA 225
57.6 INFORMATIZAÇÃO 225
57.7 ATENDIMENTO AO USUÁRIO 226

57.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A BIBLIOTECA 226
58 ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA 226
59 ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇAO DO CURSO 228
60 ESPAÇOS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES 229
61 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA 230
62 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS 231
63 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E RECURSOS TECNOLÓGICOS 231
63.1 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE 235

X. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL 236
64 PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 236
65 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO 238
65.1 INSTRUMENTOS – AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 246

XI. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS 249
66 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 249
67 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA 250
68 PLANOS DE INVESTIMENTOS 250
69 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA 251

APRESENTAÇÃO

Este Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI está em consonância com a legislação da educação superior e com os atos normativos do MEC, com destaque para o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

O PDI foi construído para aportar à visão da WD Educacional LTDA. (18648) e de seus membros, no sentido de qualificação do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA (668) e desenvolvimento de suas atividades. Cabe salientar que este PDI é resultado de um processo de discussões e análises documentais entre os membros da comunidade interna e externa do CIESA, com foco no planejamento e desenvolvimento de ações que busquem cumprir a sua missão e sua visão. Nesse sentido, o processo criativo de construção do documento ocorre de forma interdisciplinar a partir da formação continuada de toda equipe educacional no âmbito pedagógico e administrativo.

Este PDI consiste em um instrumento de planejamento, onde se definem os objetivos e as metas de desenvolvimento para longo prazo, bem como as ações necessárias à concretização do planejamento estratégico. Ele identifica o CIESA quanto à sua filosofia de trabalho, missão, diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, estrutura organizacional e atividades acadêmicas que desenvolve ou pretende desenvolver. A profissionalização tanto de gestores acadêmicos, como de equipe técnica do CIESA é primordial para que a gestão educacional esteja focada no compromisso da missão da Instituição, bem como nas demandas que a sociedade exige, principalmente, na qualidade do ensino e no saber-fazer.

A cooperação, a negociação, o diálogo e a flexibilidade tornam-se necessários para que o gestor busque ideias de toda a comunidade acadêmica (coordenadores, docentes, discentes e técnicos-administrativos) para a construção de um projeto interdisciplinar aliado ao desenvolvimento locorregional. Para o incremento da interdisciplinaridade nos projetos institucionais é necessário, antes de tudo, que ocorra a socialização do que se trata e a importância de cada um dos documentos organizados e utilizados para a gestão.

Não se pode falar sobre educação e gestão sem ter a interdisciplinaridade como condição prévia para o seu desenvolvimento. É a cooperação entre as áreas e setores que proporciona intercâmbios e possibilita reciprocidades e enriquecimentos mútuos. A prática interdisciplinar é a prática da concordância. É possuir o ato de criar e de encontrar ou reencontrar denominadores comuns, palavras valises, entre todas as possibilidades, na busca por um conhecimento, de uma qualidade superior. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) do CIESA estão voltados para a interdisciplinaridade e transversalidade. Todos os segmentos envolvidos na construção deste PDI, do Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

e do PPC estão articulados.

Desta forma, o CIESA declara seu compromisso com a educação superior de qualidade, comprometendo-se com o desenvolvimento locorregional, fortalecendo e aprimorando a formação, atualização, assertividade e produtividade dos profissionais das áreas dos cursos ofertantes, para transformar a vida dos brasileiros, principalmente, dos manauenses. O CIESA atuará para formar e fixar profissionais capacitados em regiões carentes do Estado do Amazonas e do município de Manaus, além de produzir conhecimento científico, alinhado às necessidades da população regional e nacional.

As alterações e atualizações periódicas deste PDI terão por base a vivência e a prática educacional, por acreditar que este instrumento não pode ser considerado um simples documento institucional, mas sim o reflexo das ações e reflexões a partir das práxis educacionais, além das avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Servirão ainda de norte para possíveis mudanças neste Plano, os avanços tecnológicos, as mutações ocorridas no atual cenário no âmbito das áreas pertinentes aos cursos do CIESA, as necessidades locorregional, e regulatório no âmbito da Educação Superior.

A estrutura deste PDI segue a orientação do MEC, constante no Art. 21, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, demais legislações vigentes, e as diretrizes da Mantenedora, consubstanciando-se como norte para o alcance de propostas para planejamento do quinquênio do CIESA.

O PDI foi debatido e aprovado pelo CONSUN e serve como ponto de partida para as decisões estratégicas institucionais.

Drª Solange Almeida Holanda Silvio

Reitora

I. PERFIL INSTITUCIONAL

1. DADOS INSTITUCIONAIS DA MANTENEDORA E DA MANTIDA

1.1 MANTENEDORA

WD EDUCACIONAL LTDA. - 18648				
CNPJ	10.577.342/0001-22			
Endereço	*Rua/ Avenida*	Joaquim Nabuco	*Nº*	1.270
	Complemento		*Bairro*	Centro
	Município/UF	Manaus/AM	*CEP*	69.020-030
Natureza Jurídica	O WD Educacional LTDA. de natureza jurídica de direito privado, com fins lucrativos, instituída em 16 de janeiro de 2009, possui seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Amazonas (JUCEA) sob o NIRE nº 13200506367, em sessão de 16/01/2009.			
Categoria Administrativa	Privada com fins lucrativos			
Telefone	(92) 3211-0154			
E-mail	reitoria@ciesa.br			
Representante Legal	*Nome*	Daniel Henrique Louzada Areosa		
	CPF	508.558.402-34		
	Qualificação	Dirigente		
	E-mail	areosa.daniell@gmail.com		

1.2 MANTIDA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS (CIESA) - 668	
Organização Acadêmica	Centro Universitário

Categoria Administrativa	Privada com fins lucrativos
Unidade Territorial	Amazonas
Município	Manaus

2. ATUAÇÃO DA WD EDUCACIONAL LTDA.

A WD Educacional LTDA. (18648), pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, CNPJ nº 10.577.342/0001-22, fundada em 16 de janeiro de 2009, possui seu contrato social de constituição registrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas (JUCEA), sob o NIRE de nº 13200506367 com ato constitutivo em 11/08/2023, tem por objeto social.

A WD Educacional LTDA. tem se destacado no setor educacional, especialmente no Estado do Amazonas, por sua notável contribuição à educação superior. Com sede na Av. Joaquim Nabuco, no centro de Manaus, está sociedade empresária limitada se firmou como um pilar essencial no desenvolvimento de instituições de ensino que atendem a uma ampla gama de necessidades educacionais na região.

Desde a sua fundação, a WD Educacional LTDA. tem sido guiada por uma visão clara: fortalecer o acesso à educação de qualidade e promover o desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI. Esse objetivo foi impulsionado pelo espírito empreendedor de seus fundadores, que reconheceram a necessidade urgente de formar profissionais capacitados para contribuir significativamente para o desenvolvimento local e regional. Esta visão tem moldado a empresa desde o início, definindo seu papel como Mantenedora de instituições educacionais.

A principal instituição mantida pela WD Educacional LTDA. é o Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). O CIESA é reconhecido por seu compromisso com a excelência acadêmica e a inovação educacional, oferecendo uma ampla variedade de cursos de graduação, pós-graduação e tecnológicos, a instituição abrange áreas como tecnologia, saúde e ciências humanas, atendendo às demandas do mercado de trabalho e contribuindo para o desenvolvimento regional. Com código e-MEC 668, organização acadêmica como Centro Universitário e categoria privada com fins lucrativos, o CIESA está localizado na mesma avenida que a sede da Mantenedora e é conhecido por sua qualidade e relevância no contexto educacional.

O CIESA foi estabelecido com o compromisso de oferecer educação superior de qualidade em diversas áreas do conhecimento, visando o desenvolvimento de competências

essenciais para o século XXI. Desde a sua fundação, o Centro Universitário tem se destacado por sua excelência acadêmica e inovação pedagógica. A Instituição é reconhecida por sua infraestrutura moderna e metodologias de ensino que são alinhadas às necessidades do mercado de trabalho local e global. Essa abordagem tem como objetivo preparar profissionais qualificados que possam contribuir significativamente para o desenvolvimento regional e nacional.

Além de seu compromisso com a qualidade educacional, o CIESA também enfatiza a importância da pesquisa e do desenvolvimento, incentivando seus alunos e professores a engajarem-se em projetos que promovam inovação e conhecimento aplicado. Sob a gestão da WD Educacional LTDA., o CIESA continua a prosperar e a expandir seu impacto educacional, mantendo-se como uma instituição de referência em educação superior na região do Amazonas. A WD Educacional LTDA., como Mantenedora, garante o suporte necessário para que o CIESA alcance suas metas acadêmicas e institucionais, assegurando assim a continuidade de seu legado de excelência.

A atuação da WD Educacional LTDA. como Mantenedora é essencial para o funcionamento e o sucesso das Instituições de Ensino Superior que administra. A WD Educacional LTDA. desempenha várias funções críticas que garantem não só a estabilidade financeira, mas também a qualidade educacional e a conformidade regulatória das instituições sob sua responsabilidade.

Uma das principais responsabilidades da WD Educacional LTDA. é garantir que a instituição mantida tenha acesso aos recursos necessários para operar eficazmente. Isso inclui o fornecimento de infraestrutura física, como prédios e instalações, além de recursos financeiros para cobrir despesas operacionais e investimentos em tecnologia e inovação. A Mantenedora assegura que esses recursos sejam suficientes para manter o padrão de qualidade e atender às expectativas dos alunos e do corpo docente.

A WD Educacional LTDA. exerce um papel significativo na gestão administrativa e financeira das instituições que mantém. Isso envolve a elaboração e supervisão de orçamentos, a realização de investimentos estratégicos e a administração dos fluxos de caixa. A Mantenedora também é responsável por assegurar que todas as operações financeiras estejam em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, evitando riscos legais e financeiros.

Além do suporte financeiro e administrativo, a WD Educacional LTDA. também influencia significativamente o desenvolvimento acadêmico das instituições que mantém. Isso inclui a aprovação de novos cursos e programas de estudo, a contratação de professores qualificados e a implementação de metodologias de ensino inovadoras. A Mantenedora

trabalha para garantir que os currículos sejam atualizados e alinhados com as demandas do mercado de trabalho, preparando os estudantes para os desafios profissionais e pessoais.

A WD Educacional LTDA. é responsável por garantir que a instituição de ensino cumpram todas as diretrizes e normas estabelecidas pelos órgãos reguladores da educação. Isso envolve a observância às normas de qualidade educacional e a submissão a avaliações e auditorias periódicas por parte de autoridades educacionais.

A Mantenedora se compromete a promover a excelência e a inovação em todas as suas instituições. Isso se traduz em investimentos contínuos em tecnologia educacional, programas de desenvolvimento profissional para professores e iniciativas de pesquisa e desenvolvimento. A WD Educacional LTDA. incentiva uma cultura de melhoria contínua e adaptação às novas tendências educacionais e tecnológicas.

Em resumo, a WD Educacional LTDA. atua como uma força vital para a sustentabilidade e o avanço das instituições de ensino que administra, assegurando que estas não apenas sobrevivam no competitivo ambiente educacional, mas também prosperem e contribuam significativamente para a comunidade e a sociedade em geral.

3. BREVE HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA IES

O Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA) tem uma trajetória marcante desde sua criação, em 1986, até os dias atuais. Inicialmente, o CIESA foi fundado com a autorização para funcionamento dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, estabelecendo-se como uma instituição de ensino superior de direito privado, com o objetivo de fornecer educação de qualidade na região amazônica.

Durante a década de 1990, o CIESA expandiu suas atividades, aumentando o número de vagas e incluindo novos cursos em seu portfólio, como Secretariado Executivo, Turismo e Direito. Em 2005, o Ministério da Educação (MEC) credenciou o CIESA como Centro Universitário através da Portaria MEC nº 273, de 26 de janeiro de 2005, reconhecendo a excelência acadêmica e o compromisso da instituição com a educação superior.

Ao longo dos anos, o CIESA continuou a crescer e a diversificar sua oferta de cursos. Em 2016, foi recredenciado como Centro Universitário por meio da Portaria MEC nº 346, de 05 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União, em 06 de maio de 2016. Naquele período, a instituição já oferecia 06 cursos de graduação, 26 cursos superiores de tecnologia, além de programas de pós-graduação, incluindo MBA, especializações, mestrado e doutorado. Em 2017, o CIESA ofereceu 1.800 vagas para novos alunos, com uma demanda de quase 2.000 candidatos e mais de 2.200 alunos matriculados.

Além de sua infraestrutura moderna e métodos de ensino alinhados às necessidades do mercado de trabalho, o CIESA também destaca-se por seu corpo docente qualificado.

Em janeiro de 2012, o CIESA lançou a Editora Universitária do CIESA, com a finalidade de divulgar a produção acadêmico-científica de seus alunos, professores e pesquisadores por meio da Revista de Produção Acadêmico-Científica, disponível online e de livre acesso. Esta iniciativa reforçou o compromisso da instituição com a pesquisa e a inovação.

Em 2023, o CIESA passou por uma nova fase em sua trajetória ao ser adquirido pela WD Educacional LTDA. Esta aquisição marcou um momento significativo na história do CIESA, com a Mantenedora WD Educacional LTDA. assumindo a responsabilidade de dar continuidade ao legado de excelência e inovação do centro universitário. Sob a nova gestão, o CIESA continuou a expandir seu impacto educacional, mantendo-se como uma instituição de referência na região.

Atualmente, o CIESA oferta 19 cursos de graduação, sendo 10 bacharelados e 9 tecnológicos. A Instituição continua a se destacar pelo seu compromisso com a qualidade, a inovação pedagógica e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Ocidental, sempre buscando o bem-estar social e a formação de profissionais altamente capacitados.

A missão do CIESA, ***"Construir, compartilhar e disseminar o conhecimento em prol do desenvolvimento das potencialidades humanas, para formar profissionais capazes de contribuir com a sociedade e o desenvolvimento sustentável da Amazônia",*** permanece como o norteador de todas as suas ações acadêmicas e administrativas. A Instituição continua a promover uma educação fundamentada nos direitos humanos, no respeito à diversidade e na valorização da formação cidadã, com um forte compromisso com a sustentabilidade financeira, social e ambiental.

Com a aquisição pela WD Educacional LTDA., o CIESA reforça sua posição como um importante centro de ensino superior na Amazônia, comprometido com a excelência acadêmica e a inovação, assegurando o cumprimento de sua missão e a continuidade de seu legado de contribuir significativamente para o desenvolvimento regional e nacional.

4. DEFINIÇÕES ORGANIZACIONAIS

Em cumprimento à Missão e em sintonia com a Visão e Valores institucionais do CIESA, mantida pela WD Educacional LTDA. (18648), as áreas de atuação estão definidas no PDI, através das atividades de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão.

Cada uma dessas áreas possui suas particularidades e premissas que são abordadas a seguir resumidamente, mas não deixam de ser discutidas transversalmente no PPC, e neste PDI quando se aborda nos itens específicos o PPI, as políticas, a gestão e a organização didática da IES.

As definições institucionais da CIESA, incluindo Missão, Visão e Valores são brevemente descritas a seguir.

4.1 MISSÃO

O CIESA, enquanto uma instituição de cunho educacional, tem por finalidade a promoção da educação superior integral, por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão para o desenvolvimento da ciência e do conhecimento de forma geral. Sua missão consiste em *"**Construir, compartilhar e disseminar o conhecimento em prol do desenvolvimento das potencialidades humanas, para formar profissionais capazes de contribuir com a sociedade e o desenvolvimento sustentável da Amazônia**"*, comprometendo-se com o desenvolvimento locorregional, fortalecendo e aprimorando a formação, atualização, assertividade e produtividade dos profissionais das mais diversas áreas.

4.2 VISÃO

"Ser reconhecido e referenciado como instituição de ensino superior de excelência, inovação e de promoção da educação inclusiva, equitativa e interativa com ações educativas para estabelecimento de uma forte identificação com a sociedade".

O CIESA tem como visão ser reconhecido como um Centro Universitário de referência regional pelo (a):

- ✓ Qualidade do ensino e compromisso do corpo docente;
- ✓ Consolidação de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;
- ✓ Responsabilidade social com o seu entorno;
- ✓ Qualidade e excelência da gestão acadêmica e administrativa;
- ✓ Profundo comprometimento ético-social de inclusão;
- ✓ Compromisso com o conhecimento das tecnologias por meio de processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- ✓ Desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão;

✓ Procedimentos gerenciais contemporâneos na busca de um resultado coletivo;

✓ Discussão dos problemas da Amazônia e da sociedade do país, da região, de suas instituições e do seu povo;

✓ Busca contínua da melhoria dos serviços oferecidos para a satisfação da sociedade.

4.3 VALORES E PRINCÍPIOS

Diante deste desafio, o CIESA sinaliza seus valores e princípios:

- **Compromisso:** com a responsabilidade social, com a educação de excelência, professores, técnicos administrativos, alunos e com a comunidade em um propósito de melhoria, contribuição e contínuo aprendizado.
- **Ética:** no zelo pelo bem comum, nas relações interpessoais, na preservação dos direitos para a evolução moral, social e profissional.
- **Valorização:** de docentes, técnicos administrativos e colaboradores em processos de qualificação e valorização em prol da excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação.
- **Respeito:** as pessoas, características étnicas, culturais, a diversidade e ao meio ambiente.
- **Inovação:** como percurso para o desenvolvimento de ambientes favoráveis, a fim de transformar ideias criativas em inovações, alicerçados aos saberes acadêmicos, que possam ser contributivos com as demandas da sociedade.
- **Ensino Significativo** com a conexão das metodologias de ensino e a realidade concreta do aluno, de modo a influenciar, o seu protagonismo no processo educativo.
- **Equidade** para agir com senso de justiça, imparcial e neutra.

4.4 FINALIDADES

De acordo com o seu Regimento, são finalidades do CIESA:

I. Oferecer ensino de qualidade, que permita a realização profissional de seus estudantes e egressos, fortalecendo as organizações parceiras e contribuindo para uma sociedade mais justa, humana e feliz;

II. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do

pensamento reflexivo;

III. Estimular o conhecimento dos contextos emergentes da sociedade, em particular os nacionais e regionais, para que sejam prestados serviçosespecializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;

IV. Formar pessoas habilitadas ao exercício das profissões técnico-científicas, dentro dos padrões éticos e morais, em atuação desvinculada de qualquer movimento de conotação político-partidária;

V. Incentivar o trabalho de pesquisa e iniciação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão do conhecimento, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

VI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VII. Estimular o desenvolvimento de conhecimentos, em particular os nacionais e regionais;

VIII. Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

IX. Estimular o respeito à diversidade social, cultural, política e econômica, às diferenças físicas, étnicas, crenças, modos de vida, classes sociais, dentre outros.

X. Estimular a responsabilidade socioambiental em seus cursos, programas e demais atividades acadêmicas;

XI. Conscientizar a comunidade interna e externa sobre os direitos e deveres da pessoa humana, da família, do cidadão, da sociedade e do estado.

XII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da iniciação científica e de pesquisa, e tecnológica geradas na instituição;

XIII. Promover a mobilidade e o intercâmbio científico e cultural com as demais instituições de ensino superior e a cooperação com entidades que visem ao desenvolvimento de atividades de interesse comum;

XIV. Promover produção, divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;

XV. Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção nos setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade

brasileira, bem como colaborar para a sua formação contínua;

XVI. Formar profissionais multidisciplinares nas mais diversas áreas do conhecimento;

XVII. Manter, desenvolver e aperfeiçoar o ensino superior bem como outros graus e tipos de ensino;

XVIII. Desenvolver sistematicamente o confronto dos múltiplos saberes, buscando, na convergência, construir uma proposta para a sociedade e o homem de nosso tempo, inspirada na cultura e na cidadania;integrar-se à comunidade, mediante cursos, serviços e atividades de extensão;

XIX. Buscar a articulação com instituições similares, experimentando a força de união em torno de objetivos comuns;

XX. Mobilizar as potencialidades de sua comunidade acadêmica com vistas a estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular, os problemas locais, regionais e estaduais, prestar serviços especializados à comunidade externa de sua área de abrangência, e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

XXI. Criar condições para que o ensino, a iniciação cientifica e a extensão estejam a serviço do progresso da região, do estado e do país.

XXII. Criar com a utilização das TICs e a internet programas educativos por meio de radiodifusão de sons e imagens na modalidade radiodifusão educativa, levando informações educacionais, informes publicitários e campanhas de projetos integrados com a comunidade.

Além de desenvolver atividades específicas para cumprimento do perfil do egresso dos cursos, o CIESA desenvolverá também atividades acadêmicas para que o perfil do egresso/profissional seja de formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a atuar eticamente e de forma resolutiva, no mercado de trabalho, com foco nos indivíduos, na família e na comunidade, na perspectiva da integralidade e com senso de responsabilidade social, justiça e cidadania.

O CIESA goza de autonomia de modo a exercer suas atividades oferecendo serviços educacionais voltados essencialmente para a formação de nível superior, incluindo a pós-graduação lato sensu e stricto sensu e cursos de extensão, visando a promover o desenvolvimento regional, observado o que estabelece este Regimento e demais dispositivos legais aplicáveis, com aprovação pela entidade Mantenedora.

Para o desempenho de seus objetivos, o CIESA deverá assegurar plena liberdade para

o estudo, iniciação cientifica e extensão, possibilitando, sempre que possível, a efetiva participação de todos os cidadãos no processo educacional, com vistas a promover a equidade necessária à formação da cidadania plena, por meio da integração permanente entre a instituição e comunidade.

O CIESA, no exercício das suas finalidades, irá buscar renovar as suas propostas de ensino, visando, sempre, fomentar a formação de profissionais mediada por um processo de ensino aprendizagem interativo, em vista à consolidação de atitudes de autonomia, criatividade, cientificidade, autoaperfeiçoamento, cooperação e negociação

5. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS ESTRATÉGICAS

O Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA) entende que o PDI é produto da construção de todos os atores envolvidos em sua atividade-fim. Portanto, pressupostos como coletivo, conjunto, classe e abrangência são ferramentas de incidência palatável nas discussões ocorridas por ocasião de sua formatação.

Desta forma, os objetivos e metas elencados abaixo são organismos gestados naquelas discussões e, como elementos nascidos do desejo e da experiência da classe educacional, servirão como base para a atuação, crescimento e construção da identidade do CIESA no próximo quinquênio.

O CIESA tem como seu principal propósito estabelecer-se como uma Instituição de Ensino Superior (IES) altamente comprometida com a disseminação e aplicação do conhecimento, visando promover o desenvolvimento de competências.

O CIESA tem como objetivo principal atuar na Educação Superior nas áreas de gestão, saúde e tecnologia, para formar e fixar profissionais capacitados em regiões carentes do Estado do Amazonas e do município de Manaus, além de produzir conhecimento científico aplicável às necessidades locais e regionais, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento local, regional e nacional.

O CIESA se dedica à educação superior inicial e contínua, oferecendo uma formação integral e de excelência. Seu enfoque está voltado para o desenvolvimento regional, a promoção da cidadania, a salvaguarda da dignidade humana, a promoção da cultura, o estímulo ao progresso econômico e social, bem como à preservação do meio ambiente, tanto natural quanto urbano, da seguinte maneira:

I. Através da **difusão e aplicação do conhecimento e do saber, bem como do desenvolvimento de competências:** compreendendo a plena realização do conceito de uma instituição que abraça a educação em seu sentido mais abrangente.

Isso se concretiza por meio de diversas ações, incluindo o ensino, que visa desenvolver competências, a pesquisa, que serve como um princípio educativo para estimular a curiosidade investigativa dos alunos e fomentar a busca de informações em fontes variadas para a expansão e consolidação do aprendizado, além de englobar a pesquisa como uma ferramenta para a geração de conhecimento por meio de práticas de pesquisa / iniciação científica. A extensão também é fundamental, envolvendo a aplicação da ciência e tecnologia em prol da coletividade e do desenvolvimento regional.

II. Pela **formação inicial:** compreendendo o processo educacional de graduação, no qual são estabelecidas as bases fundamentais para o exercício profissional. O período acadêmico de formação inicial fornecerá aos estudantes um conjunto abrangente de conhecimentos, habilidades e competências, que sejam adequados para a sua entrada no mercado de trabalho e para a capacidade de oferecer respostas qualificadas às diversas demandas encontradas no exercício da atividade profissional.

III. Através da **formação continuada:** compreendendo a constante busca de aprimoramento profissional e pessoal por meio da aquisição contínua de conhecimentos e habilidades, em processo permanente de busca a ser apoiada e proporcionada pela instituição, por meio de iniciativas que incluem a oferta de cursos e programas de pós-graduação, bem como oportunidades de aperfeiçoamento e extensão. A instituição pode promoverá uma série de outros eventos e atividades que contribuam para o desenvolvimento contínuo de seus alunos.

IV. Pela **formação integral**: compreendendo o processo educacional que se baseia na interconexão de dimensões conceituais, atitudinais e procedimentais. O processo é fundamentado no domínio e na aplicação do conhecimento, bem como na qualificação tecnológica, aliados a uma sólida formação humanista e cultural. O objetivo é capacitar os educandos para a análise da realidade de forma abrangente. A formação integral engloba a aquisição e a compreensão de princípios éticos e a promoção da responsabilidade social, que são essenciais para um comprometimento com o aprimoramento da sociedade.

V. A **formação de excelência:** compreendendo o resultado da convergência de esforços para proporcionar condições ideais ao processo educacional completo. Implica na capacidade de criar, de forma criativa e criteriosa, novas abordagens de pesquisa e investigação, bem como intervenções na realidade que sejam eficazes e inovadoras.

A concepção do CIESA reafirma a importância de que a formação acadêmica

proporcionada pela Instituição deve estimular a prática da reflexão, sempre em sintonia com a realidade social. Isso permite que a instituição cumpra sua missão, que é orientada para encontrar soluções criativas, inovadoras e eficazes que visam superar os obstáculos que contribuem para o atraso social, tecnológico e econômico tanto no país como na região em que está inserida.

OBJETIVOS METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA				
		2024	2025	2026	2027	2028
• Implantar o curso de Odontologia.	*Implantação do curso de Odontologia após a autorização.*			x	x	x
• Implantar o curso de Enfermagem.	*Implantação do curso de Enfermagem após a autorização.*			x	x	x
• Implantar o curso de Psicologia.	*Implantação do curso de Psicologia após a autorização.*			x	x	x
• Implantar o curso de Nutrição, 2025/2.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 05/2024 de 12/06/2024.*		x	x	x	x
• Implantar o curso de Fisioterapia.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 06/2024 de 12/06/2024.*		x	x	x	x
• Implantar o curso de Medicina Veterinária.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 07/2024 de 12/06/2024.*		x	x	x	x
• Implantar o curso de Biomedicina.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 08/2024 de 12/06/2024.*		x	x	x	x
• Implantar o curso de Educação Física.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 09/2024 de 12/06/2024.*		x	x	x	x
• Implantar o curso de Farmácia.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 10/2024 de 12/06/2024.*		x	x	x	x
• Implantar o curso de Engenharia Elétrica.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 11/2024 de 12/06/2024.*			x	x	x
• Implantar o curso de Engenharia Mecânica.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 12/2024 de 12/06/2024.*			x	x	x
• Implantar o curso de Engenharia Civil.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 13/2024 de 12/06/2024.*			x	x	x

• Implantar o Curso Superior de Tecnologia em Big Data e Inteligência Analítica.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 15/2024 de 12/06/2024.*		x	x	x	x

• Implantar o Curso Superior de Tecnologia em UI/UX.	*Resolução do CONSUN-CIESA Nº 20/2024 de 12/06/2024.*			x	x	x
• Garantir a sustentabilidade do CIESA.	*Elaboração da proposta orçamentária em cada exercício, para garantir a sustentabilidade financeira da Instituição.*	x	x	x	x	x
• Implantar cursos de pós-graduação *lato sensu* previstos.	*Implementação dos cursos de pós- graduação lato sensu*	x	x	x	x	x
• Implantar cursos de extensão previstos.	*Implementação dos cursos de extensão*					
• Implementar o Plano de Carreira Docente.	*Elaborar o plano de carreira docente.*	x				
	Implementar o plano de carreira docente.	x	x	x	x	x
• Implementar o Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo.	*Elaborar o plano de carreira técnico-administrativo.*	x				
	Implementar o plano de carreira técnico- administrativo.	x	x	x	x	x
• Revisar, atualizar e consolidar as Políticas de Gestão.	*Promoção e desenvolvimento e sustentabilidade da IES, e no exercício de suas atividades.*	x	x	x	x	x
• Revisar, atualizar e consolidar a Política de pesquisa e iniciação científica.	*Promoção e desenvolvimento de projetos de pesquisa e iniciação científica para docentes e discentes.*	x	x	x	x	x
• Revisar, atualizar e consolidar a Política de Extensão.	*Promoção e desenvolvimento de atividades de extensão para os corpos docente, discente e sociedade.*	x	x	x	x	x
• Revisar, atualizar e	*Promoção e desenvolvimento de*					

consolidar a Política de Mobilidade acadêmica, intercâmbios e internacionalização.	*atividades de internacionalização para os corpos docente e discente.*		x	x	x	x
• Revisar, atualizar e consolidar *a* Política de Acessibilidade e Inclusão.	*Promoção e desenvolvimento da acessibilidade, e de atividades de inclusão para os corpos docente, discente e sociedade.*		x	x	x	x
• Implementar, revisar, atualizar e consolidar a Política de Inovação.	*Promoção e desenvolvimento de atividades de inovação para os corpos docente, discente e sociedade.*			x	x	x
• Revisar, atualizar e consolidar *a* Política de Acompanhamento do Egresso.	*Revisão da Política de Acompanhamento do Egresso.*			x	x	x
• Implementar políticas e/ou núcleos de apoio acadêmico e pedagógico.	*Criação, da Política de Educação Inclusiva – PEI.*	x				
	Criação, implementação e consolidação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Estudantes (NAPE).	x	x	x	x	x

• Ter um corpo docente qualificado.	*Contratação de professores titulados e apoio aos docentes para alcançarem a titulação.*	x	x	x	x	x
	Realização de qualificações internas sobre a Legislação Educacional aos Coordenadores, membros do NDE e Órgãos Colegiados.	x	x	x	x	x
	Concessão de bolsas parciais e plenas para cursos de atualização e de pós- graduação lato sensu e stricto sensu.	x	x	x	x	x

	Implantação e desenvolvimento do Programa Permanente de Formação Docente.	x	x	x	x	x
• Manter o corpo técnico-administrativo qualificado para a realização das atividades Institucionais.	*Promoção da política de qualificação do corpo técnico administrativo.*	x	x	x	x	x
• Desenvolver as ações necessárias para garantir os espaços para a prática profissional.	*Promoção de parcerias com empresas, instituições públicas e privadas, movimentos sociais e comunidades.*	x	x	x	x	x
	Disponibilização dos laboratórios específicos dos cursos a serem oferecidos.	x	x	x	x	x
• Disponibilizar a infraestrutura física e acadêmica para o desenvolvimento da instituição e de seus cursos.	*Disponibilizar a infraestrutura física e acadêmica necessária para a implantação dos cursos de Odontologia, Enfermagem, Psicologia, Medicina Veterinária, Fisioterapia, Educação Física, Nutrição e Biomedicina*		x	x	x	x
	Ampliação das instalações específicas para os laboratórios, a fim de atender às necessidades do ensino, iniciação científica e pesquisa, e da extensão.		x	x	x	x
	Ampliação / adaptação das instalações para os laboratórios específicos para os cursos da área da saúde a serem oferecidos.		x	x	x	x
	Ampliação e atualização do acervo bibliográfico.		x	x	x	x

	Atualização tecnológica de todos os equipamentos da Instituição, segundo as necessidades pedagógicas.		x	x	x	x
• Promover a avaliação contínua das atividades desenvolvidas pelo CIESA.	*Desenvolvimento do Projeto de Autoavaliação.*	x	x	x	x	x
	Acompanhamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) nos moldes do SINAES.	x	x	x	x	x
	Acompanhamento das avaliações da CPA e implementação das alterações necessárias propostas pela Comissão.	x	x	x	x	x

• Possibilitar o desenvolvimento de iniciativas que proporcionem a articulação entre os diversos saberes.	*Aplicação de metodologias ativas de aprendizagem.*	x	x	x	x	x
	Atendimento das expectativas do mercado de trabalho e garantia do desenvolvimento do setor e dos anseios da sociedade.	x	x	x	x	x
	Implantação ferramentas tecnológicas como forma de oferecer um ensino de excelência e melhor acompanhamento dos alunos	x	x	x	x	x
• Desenvolver profissionais capazes de diagnosticar e implementar mudanças nas esferas pública e privada.	*Implementação do Projeto Pedagógico dos cursos da área da saúde.*	x	x	x	x	x
• Organizar uma forma padrão de informações da IES.	*Formulação e desenvolvimento de um projeto que padronize a comunicação interna e externa, objetivando a personalização das informações nas diversas mídias.*	x	x	x	x	x
• Criar estratégias de marketing e propaganda para divulgação dos projetos institucionais e de informações úteis para as comunidades interna e externa.	*Desenvolvimento e revisão de um Projeto de Marketing Educacional.*	x	x	x	x	x
• Promover as condições adequadas de acesso e permanência dos alunos no CIESA.	*Elaboração e divulgação do Processo Seletivo.*	x	x	x	x	x
	Promoção de Nivelamento e reforço aos discentes.	x	x	x	x	x
	Atuação para garantir o acesso dos alunos à política de concessão de bolsas de estudos e descontos diversos.	x	x	x	x	x

	Adesão e permanência de vinculação aos Programas de Bolsas de Estudos, Financiamento do Governo Federal (FIES, ProUni)	x	x	x	x	x
• Empreender processode inserção social, pensando Globalmente.	*Atuação no reconhecimento dos problemas da comunidade local e regional a partir da prestação de serviços especializados.*	x	x	x	x	x
• Garantir a integração dos acadêmicos ao mercado de trabalho como parte do processo de sua formação.	*Organização dos Estágios direcionada a prospecção de vagas.* *Encaminhamento profissional e relacionamento com o mercado.*	x				
	Implementação de programas que assegurem o exercício prático da profissão.	x				
• Ampliar e desenvolver convênios e parcerias com organizações públicas e privadas, instituições do terceiro setor e comunidade.	*Viabilização de ambiente de aprendizagem que proporcione aproximação com a realidade social.*	x	x	x	x	x
	Estabelecimento de parcerias para realização de ações de atendimento à Comunidade conforme áreas de atuação dos cursos em andamento.	x	x	x	x	x
• Ampliar a atuação.	*Desenvolvimento e ampliação do Plano de contrapartida à estrutura de serviços, ações.*	x	x	x	x	x

Para atingir os objetivos e as metas definidos acima, o CIESA estabeleceu as seguintes estratégias e as ações:

ESTRATÉGIAS	AÇÕES
Implantar programa de capacitação do corpo docente e da equipe técnica-administrativa.	*I. Incentivar a formação acadêmica.*
	II. Incentivar a formação administrativa capacitando os profissionais para a realização das atividades diárias.
Desenvolver planejamento especial de formação na área da saúde.	*III. Incentivar e ampliar o financiamento dos estudos dos profissionais dessas áreas.*
	IV. Desenvolver programas de educação continuada e de especialização nas áreas de atuação da IES.
Desenvolver trabalhos interdisciplinares e transdisciplinares de extensão junto à comunidade.	*V. Incentivar a promoção da política de extensão.*
Estabelecer os programas de parcerias e convênios.	*VI. Ampliar e desenvolver contatos nacionais.*
Desenvolver programa de captação de recursos para garantir os padrões de qualidade.	*VII. Revisar, constantemente, a política de captação de recursos.*
	VIII. Manter contato com instituições potencialmente parceiras.
Oferta de cursos de extensão, graduação e pós- graduação *lato sensu* (Especialização), na área de abrangência do CIESA.	*IX. Desenvolver sistema de análise da demanda e Mercado identificando as necessidades regionais.*
	X. Avaliar as condições de oferta dos cursos ministrados pelo CIESA.
Infraestrutura adequada.	*XI. Ampliar os recursos de infraestruturas disponíveis para qualificar os espaços destinados ao ensino superior.*
	XII. Ampliar a quantidade de recursos tecnológicos.
	XIII. Acompanhar o registro e catalogação do inventário de móveis e equipamentos do CIESA.
Definir e desenhar os processos	*XIV. Discussão, análise e levantamento*

operacionais, tanto acadêmicos como administrativos.	*dos processos acadêmicos e administrativos ideais para o CIESA.*
Desenvolver solução integrada para os sistemas de informação.	*XV. Revisar o sistema integrado de administração.*
	XVI. Acompanhamento do sistema de gerenciamento acadêmico.
	XVII. Acompanhamento do desenvolvimento do portal acadêmico.
Manter atualizado o acervo da biblioteca.	*XVIII. Ampliação dos recursos bibliográficos necessários para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.*
Formalizar os critérios para concessão de bolsas de estudo e descontos.	*XIX. Estabelecer os critérios, cotas e percentuais de concessão.*
	XX. Revisar o calendário para análise das solicitações de descontos e bolsas.
Consolidar a extensão como instrumento de integração da comunidade com o CIESA.	*XXI. Criar um portfólio de programas, projetos e atividades de extensão para divulgação externa e interna.*

A concepção do CIESA reafirma a importância de que a formação acadêmica proporcionada pela Instituição deve estimular a prática da reflexão, sempre em sintonia com a realidade social. Isso permite que a instituição cumpra sua missão, que é orientada para encontrar soluções criativas, inovadoras e eficazes que visam superar os obstáculos que contribuem para o atraso social, tecnológico e econômico tanto no país como na região em que está inserida.

6. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O CIESA, por sua concepção estratégica e filosófica, entende ser de sua responsabilidade a formação dos quadros profissionais das diversas regiões brasileiras, tendo no ensino, na iniciação científica e de pesquisa, e na extensão o compromisso com as diretrizes e preceitos da excelência educacional, e atua nas seguintes áreas acadêmicas:

a) Ensino;

b) Pesquisa e Iniciação Científica;

c) Extensão.

O CIESA, a partir de sua grande representatividade nacional, organizará suas atividades de ensino, pesquisa/ iniciação científica e extensão, levando em consideração as seguintes premissas:

- Atuar na Educação Superior com cursos na área de Saúde, Gestão e Tecnologia, para formar e fixar profissionais capacitados em regiões carentes do Estado do Amazonas e do município de Manaus;
- Atuar na formação continuada de egressos através da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

6.1 ENSINO

O CIESA, a partir de sua grande representatividade nacional, organizará suas atividades de ensino, iniciação científica e de pesquisa, e extensão, levando em consideração as seguintes premissas:

- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural na Instituição;
- Atuar na difusão de conhecimentos culturais, científicos, conceituais e práticos, além de divulgar o saber através do ensino, pesquisa e iniciação científica, e publicações ou de outras formas de comunicação.

6.2 PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Para o CIESA, a pesquisa e iniciação científica é a forma pela qual o acadêmico se desenvolve além dos conceitos teóricos em disciplinas do curso de graduação, estimulando assim a reflexão, criatividade e proposição de ideias e soluções para os problemas do cotidiano. Além disso, pode acessar teorias além das discutidas no âmbito das suas disciplinas, aprofundando-as.

Para tanto, incentiva a realização de programas e projetos sempre com foco na pesquisa e iniciação científica, a pesquisa planejada e atenta à realidade local, regional e nacional, possibilitando o engajamento na comunidade em que estão inseridos. Incentiva ainda a busca por recursos financeiros como bolsas e apoio a projetos que possam contribuir para a realização dos trabalhos científicos, seja interna ou externamente.

Além disso, aprimora constantemente as ferramentas que auxiliam nossos docentes e

estudantes, tais como biblioteca, salas de aula e laboratórios, e incentiva a programação de eventos científicos e participação em congressos, simpósios, seminários e encontros.

6.3 EXTENSÃO

O CIESA adota a extensão como um pilar central para a articulação entre o ensino e a pesquisa/iniciação científica, buscando ações que atendam à comunidade diretamente por meio da própria IES ou através de parcerias com instituições públicas e privadas. Essa colaboração pode ocorrer a partir de iniciativas de natureza cultural, desportiva, técnica e científica e artística. Igualmente à pesquisa/iniciação científica, é estimulada a busca de recursos internos e externos à IES para o desenvolvimento de projetos específicos da área de atuação.

7. VIABILIDADE E CONDIÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DESTE PDI

O CIESA, por meio das parcerias e convênios com empresas privadas, com instituições públicas e com a Prefeitura de Manaus, e solidez da Mantenedora, apresenta grande oportunidade de acentuar de forma marcante seu diferencial de qualidade de ensino. Pela infraestrutura física, material e humana proposta, pela localização privilegiada e pelas metodologias inovadoras, o CIESA busca ser um grande centro de excelência na área da saúde, gestão e tecnologia.

Em cumprimento ao seu Regimento e a este PDI, e considerando a sua efetividade e comprometimento, a CIESA poderá pleitear financiamentos de órgãos de pesquisa como CNPQ, CAPES, entre outros.

II. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em seu Art. 12, Inciso I, prevê que *"os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica".* O texto legal, ao preconizar esse ditame, deixa-nos clara a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão a respeito de sua intencionalidade educativa.

Assim, este documento configura-se num esforço coletivo dos profissionais da educação do CIESA, sabedores de seu compromisso quanto à função social da instituição de ensino, cônscios, outrossim, de seu objetivo mais importante que é o de respaldar as ações pedagógicas e administrativas no âmbito desta instituição de ensino superior.

O CIESA encontra fulcro especialmente na prática pedagógica cotidiana, assim como na discussão dos embasamentos teóricos que nos apontam uma *"práxis" responsável e sintonizada com uma instituição de qualidade, fortemente comprometida locorregionalmente com o crescimento sociopolítico, econômico, cultural*".

8. A QUALIDADE INSTITUCIONAL NO CIESA

Para o CIESA, qualidade institucional é um atributo que se manifesta em toda sua dinâmica processual e os resultados produzidos, que expressa a consecução, nos graus estabelecidos como desejáveis, da missão da instituição, bem como da observância de seus princípios e diretrizes de ação. A qualidade, assim entendida, deve estar presente nas atividades-fim que desenvolve – ensino, iniciação científica, pesquisa e extensão, no seu sistema de gestão e nas relações com a comunidade. Assim, para se buscar no horizonte institucional, objetivos associados à ideia de qualidade, faz-se necessário definir referenciais que norteiem as ações, orientando o seu planejamento e permitindo avaliar resultados.

Com fulcro em proposições da *Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI* (UNESCO, 1998), o CIESA elegeu alguns referenciais que deverão orientar o cumprimento da sua missão nos próximos anos:

- **Respeito à pessoa** enquanto indivíduo, cidadão, membro da Instituição e da comunidade externa;
- **Respeito à diversidade** de pensamento, assegurando a sua convivência;
- **Convivência na diversidade**, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças e as divergências;
- **Disseminação de todas as formas de conhecimento** que a Instituição abriga,

democratizando continuamente o acesso ao mesmo;

- **Produção e inovação** de conhecimentos científicos e tecnológicos que respondam às demandas sociais;
- **Compromisso com a missão e os objetivos do** CIESA**,** privilegiando-a em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo.

9. INSERÇÃO REGIONAL DO CIESA

A WD Educacional LTDA., é uma Mantenedora de Instituição credenciada pela Secretaria de Ensino Superior (SERES/MEC). Para avaliar a viabilidade da consolidação do CIESA, sempre que necessário serão realizados estudos que considerem a distribuição geográfica, aspectos regionais, população do ensino médio, demanda por cursos superiores, relação entre número de matriculados e evadidos, e a contribuição desses cursos para o desenvolvimento da comunidade.

O CIESA está instalado em Manaus, capital do Amazonas, localizada na região Norte do Brasil. De acordo com dados do IBGE, a população do Amazonas é de aproximadamente 4,3 milhões de habitantes, com uma densidade demográfica de 5,4 hab./km² (IBGE, 2021). A região é conhecida por suas ricas reservas naturais e sua economia é baseada na exploração de recursos naturais, como madeira, minérios e petróleo. Além disso, Manaus possui um polo industrial significativo, incentivado pela Zona Franca de Manaus, o que atrai investimentos e gera oportunidades de emprego. De acordo com dados da Secretaria de Estado da Educação do Amazonas, a população do ensino médio no estado é de aproximadamente 220 mil estudantes. A taxa de escolaridade é de 64,6%, com uma média de 12,3 anos de estudo. Esses dados indicam um número significativo de potenciais candidatos para o ensino superior, especialmente para cursos da área de Graduação que tradicionalmente atraem muitos alunos.

De acordo com dados do e-MEC, há uma demanda significativa por cursos superiores no Amazonas, com uma taxa de 1,3 estudantes por vaga. Isso demonstra a necessidade de novas instituições e cursos para atender essa demanda crescente. O CIESA, com a oferta de cursos na área da saúde, gestão e tecnologia de qualidade, pode suprir essa carência, proporcionando mais oportunidades de acesso ao ensino superior na região. De acordo com dados do Censo da Educação Superior, a taxa de evasão no Amazonas é de 20,1%. O CIESA pode contribuir para reduzir essa taxa, oferecendo cursos que atenda às necessidades da região. Com uma estrutura de suporte acadêmico e psicológico adequada, a instituição pode ajudar a manter os alunos engajados e reduzir a evasão escolar.

Os cursos de graduação podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da

comunidade em vários aspectos. A formação de profissionais qualificados melhora a qualidade de vida da população, aumenta a oferta de serviços e fortalece o sistema público e privado. Além disso, a presença de cursos que podem incentivar a realização de pesquisas e projetos de extensão que beneficiam diretamente a comunidade local. Estudos demonstram que o CIESA em Manaus, Amazonas, é viável, considerando a distribuição geográfica, aspectos regionais, população do ensino médio, demanda por cursos superiores, relação entre número de matriculados e evadidos, e a contribuição desses cursos para o desenvolvimento da comunidade. O CIESA pode atender às necessidades da região, oferecendo cursos de qualidade e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade. Dessa forma, a Instituição não só proporcionará educação de excelência, mas também será um agente de transformação social e econômica na região.

Os cursos de graduação do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA), IES nº 668, é uma iniciativa revolucionária que coloca as necessidades do Estado do Amazonas, no centro de seu projeto educacional. Os cursos do CIESA são moldados pelas demandas da comunidade do município sede e seu entorno, abarcando a região de Manaus, entorno e Alto Rio Negro, levando em consideração os aspectos e as demandas educacionais, culturais, demográficos, geográficos, socioculturais e epidemiológicos.

A colaboração do CIESA com o Estado do Amazonas resultará na expansão da assistência social no município sede e no seu entorno, em melhor coordenação e eficiência dos serviços de saúde e tecnologia, além da gestão em todas as áreas, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às necessidades da população, além de promover a troca de conhecimentos e experiências, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços locais e regionais.

Os cursos de graduação do CIESA estão alinhados com este PDI, em todos os seus períodos, com as necessidades demográficas, geográficas, culturais, epidemiológicas e socioculturais da região, promovendo a valorização da prática comunitária na academia e apoiando o fortalecimento da rede regional, conforme apresentado nos próximos itens.

9.1 ESTADO DO AMAZONAS - CARACTERÍSTICAS REGIONAIS, EDUCACIONAIS, SOCIAIS E DE SAÚDE

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) são moldados pelas demandas da comunidade do município sede e seu entorno, abarcando a região de Manaus, entorno e Alto Rio Negro, levando em consideração os aspectos e as demandas educacionais, culturais, demográficos, geográficos, socioculturais e epidemiológicos.

A colaboração do CIESA resultará na expansão da assistência no município sede e no seu entorno, da profissionalização de gestores de diversas áreas, em melhor coordenação e eficiência

dos serviços, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às necessidades da população, além de promover a troca de conhecimentos e experiências, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços locais e regionais.

A integração total com o Estado do Amazonas é uma característica distintiva dos PPCs dos cursos do CIESA, que promoverá ações que valorizam a prática comunitária e fortalecem as prestações de serviços. Assim, os cursos de graduação do CIESA não apenas educa os futuros profissionais, mas também contribui ativamente para o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade regional e seu entorno.

O Estado do Amazonas, em razão de sua demografia, possui uma população total de 4.281.209 habitantes (IBGE, 2021), dos quais 47,9% são do sexo feminino e 52,1% do sexo masculino, dispersos em uma área territorial de 1.559.162 Km^2, o que representa uma densidade demográfica de 3 habitantes por quilômetro quadrado em uma quantidade de 1.158.811 domicílios.

No Amazonas, a configuração demográfica e as condições de saúde são marcadas pela extensão territorial e diversidade cultural. O Estado tem se empenhado em ampliar a rede de atenção à saúde e promover ações de vigilância, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida em seus municípios. Essa qualidade é sustentada por investimentos em infraestrutura de saúde, programas de educação e prevenção de doenças, garantindo acesso a serviços de saúde essenciais.

A estruturação de políticas, voltadas para o acesso a serviços adequados e a melhoria da qualidade de vida, reflete no aumento da expectativa de vida dos habitantes. No Amazonas, 8,0% dos homens e 10,1% das mulheres possuem mais de 65 anos, indicando mudanças significativas ocorridas ao longo do século XX. Essa transformação é evidenciada pelo aumento de cerca de 30 anos na expectativa de vida, marcando uma revolução demográfica e em saúde pública na região.

O Amazonas destaca-se no Brasil por sua longevidade, com uma expectativa de vida que supera a média nacional em 3,2 anos. Esse avanço reflete a alta qualidade de vida nos municípios do estado, que engloba fatores como renda, educação, alimentação, atividade física e acesso a serviços de saúde adequados. Apesar dos desafios, o Amazonas continua a desenvolver e implementar estratégias para atender de forma eficaz suas populações dispersas e diversificadas.

Economicamente, o Estado do Amazonas apresenta uma classificação por renda domiciliar distribuída nos estratos das classes sociais entre “A” a “E”. Verifica-se que as classes “C1”, “C2”, “D” e “E” somadas representam aproximadamente 81,1% da classificação da renda familiar por domicílio. O índice de Gini do Amazonas, que mede o nível de desigualdade na distribuição de

renda da população, passou de 0,64 no de ano de 2000, para 0,63 em 2010, demonstrando uma diminuição da desigualdade na distribuição de renda entre a população. A situação econômica do Estado é ainda mais elucidada pelo conhecimento da estratificação da população por faixa etária e a porcentagem desta população que trabalha, que corresponde a 45,3%.

O Estado do Amazonas apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) total de 0,565 (2010), estando classificado como “Baixo” uma escala de muito baixo (0- zero) a muito alto (1 – um). Comparado ao IDH do ano de 2000, em 2010, o Estado de Amazonas exibe um crescimento no seu IDH total através dos três pilares centrais que compõe o IDH:

a) Educação: aumento de 119%;

b) Longevidade: aumento de 13,2%;

c) Renda: aumento de 11,4%.

Este progresso é um testemunho das melhorias de ações públicas que ocorreram como um todo no Amazonas, inclusive, na educação, conforme *Figura 1 – Dados do Contexto Educacional do Estado do Amazonas*.

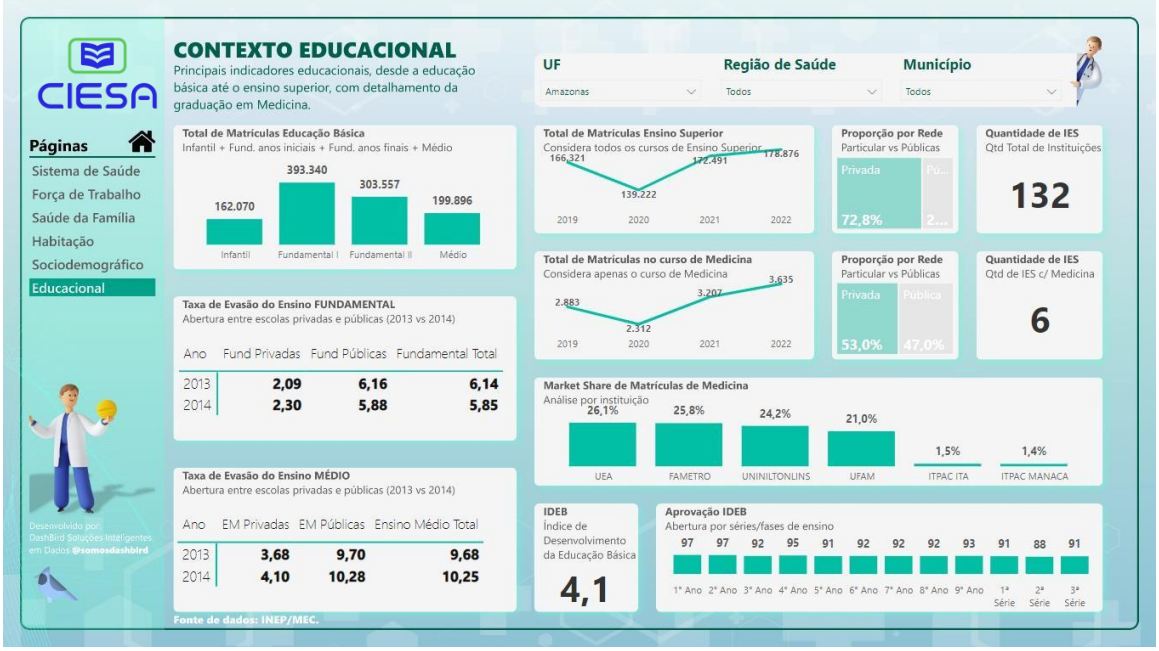


Figura 1. Dados do Contexto Educacional do Estado do Amazonas

Como cenário da caracterização do Amazonas, ainda é possível verificar dados que impactam nos cenários sociodemográfico, educacional e de saúde, tais dados entre os anos 2000 a 2017 podem ser vistos na *Figura 2 - Dados da Infraestrutura habitacional do Amazonas*, no que tange a:

a) População em domicílios com água encanada – Entre os anos 2013 e 2017 segundo dados publicizados houve um aumento de 74,75% para 81,04% no estado do

Amazonas da população em domicílios servida com água encanada.

b) População em domicílios urbanos com coleta de lixo - Entre os anos 2013 e 2017, aumentou a população em domicílios urbanos com coleta de lixo de 16,13% para 19,23% respectivamente.

c) População em domicílios com energia elétrica - Entre os anos 2000 e 2010, aumentou a população em domicílios com energia elétrica de 63,87% para 82,92% respectivamente.

d) Domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário e esgoto tratado - Entre os anos 2013 e 2017, houve um incremento positivo dos domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário e esgoto tratado de 14,60% em 2013 para 45,21% em 2017.

Os dados indicam um avanço significativo nos serviços básicos no Estado do Amazonas entre os anos analisados, abrangendo a disponibilidade de água encanada, energia elétrica, coleta de lixo e acesso a redes de esgotamento sanitário. Esses progressos contribuem para a melhoria das condições de vida da população amazonense. Contudo, ainda é crucial reconhecer que uma parte significativa dos habitantes do estado continua sem acesso a esses serviços essenciais, o que reforça a necessidade de continuar os esforços para expandir e equalizar a infraestrutura em toda a região. Outros indicadores como: população em domicílios com água encanada apresentam um decréscimo em relação a cobertura populacional demonstrando os desafios que deverão ser enfrentados relacionados a infraestrutura habitacional nos próximos anos.

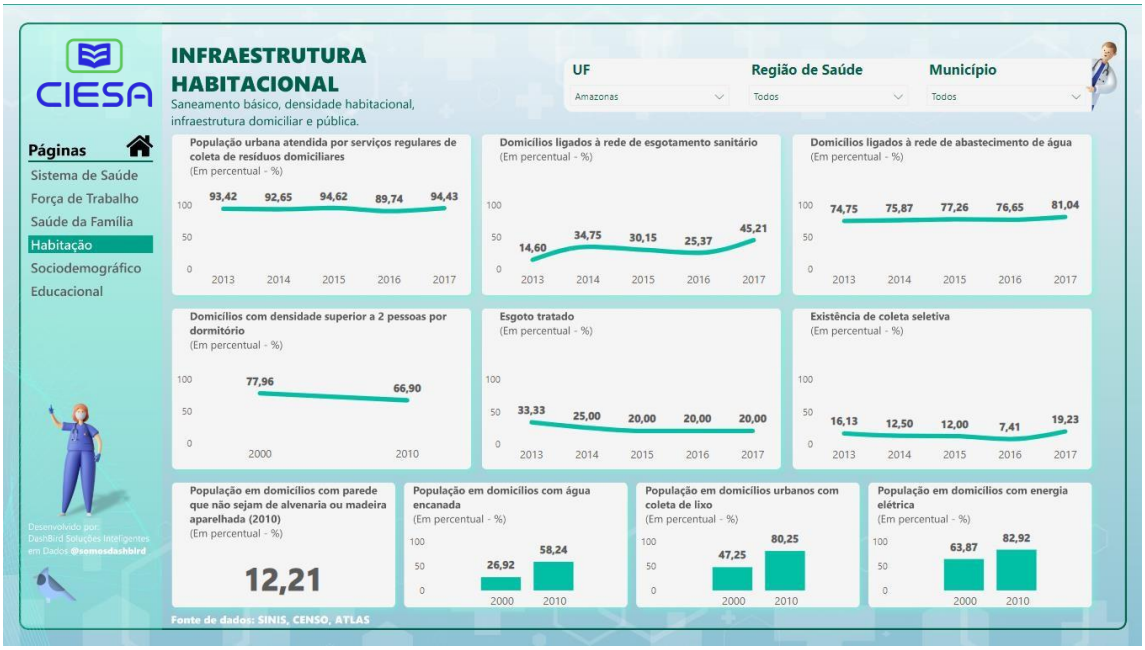


Figura 2. Dados da Infraestrutura habitacional do Amazonas

9.1.1 Características de Saúde no Estado

O panorama de saúde em um âmbito geral do Amazonas conta com 5.950 médicos distribuídos em diversas especialidades médicas, sendo as três primeiras, como pode ser visto na *Figura 3 - Quantitativo e Distribuição dos Médicos por Especialidade no Amazonas*, que mais concentram médicos:

a) 2.234 médicos clínicos;

b) 1.161 médicos da estratégia de saúde da família;

c) 800 médicos pediatras.

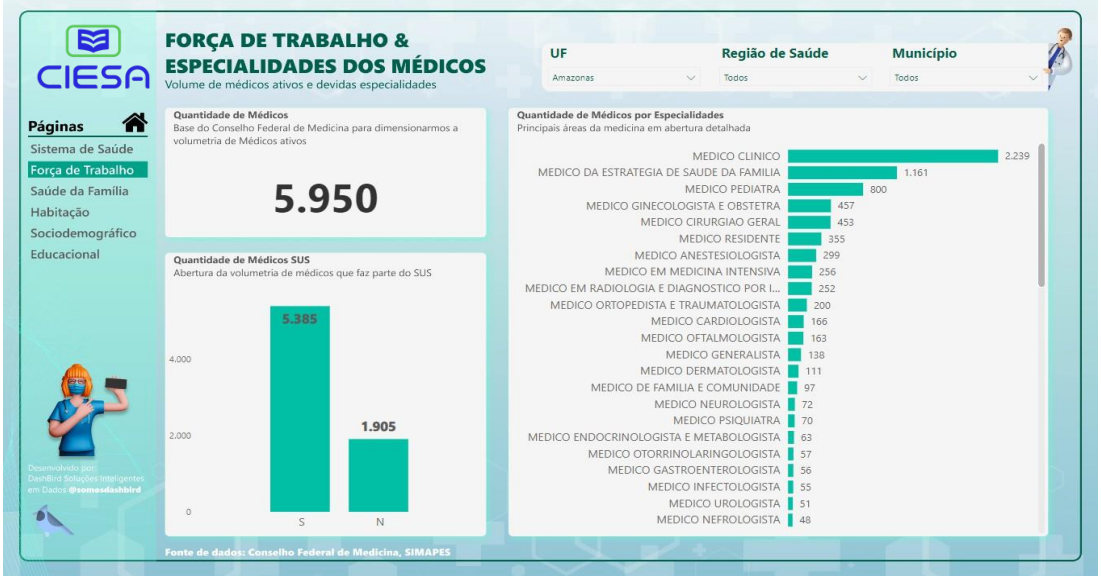


Figura 3. Quantitativo e Distribuição dos Médicos por Especialidade no Amazonas.

A apresentação e a compilação desses dados oferecem uma visão abrangente do Amazonas, ilustrando os desafios e oportunidades em múltiplos setores. A população e território do Estado, juntamente com seu perfil populacional, social, educacional e econômico locorregional (Manaus e Região), delineiam um panorama complexo que requer políticas públicas cuidadosamente planejadas e estratégias de desenvolvimento adaptadas às suas características únicas. A análise desses dados é fundamental para o desenvolvimento sustentável do Amazonas, garantindo que as necessidades de sua população sejam atendidas de maneira eficaz e eficiente. O entendimento das características do Amazonas nos conduz previamente a uma introdução do entendimento das características especificas e pormenorizadas das distintas regiões que compõem o Estado.

9.2 MUNICÍPIO DE MANAUS/AM - CARACTERÍSTICAS REGIONAIS, EDUCACIONAIS, SOCIAIS E DE SAÚDE

A partir de uma caracterização do Estado do Amazonas, podemos inferir um panorama de necessidades populacionais, especialmente dos cenários que envolvam a saúde das pessoas. Muitas vezes, a diversidade local dentro de um Estado se torna uma realidade, seja por seu tamanho territorial e suas demandas geográficas (relevo, vegetação, clima, hidrografia, tais como: zonas de matas e florestas, bacias hidrográficas, áreas fronteiriças, entre outros), seja por uma população específica que habita territórios delimitados dentro do Estado.

Por isso, a caracterização do município se torna de suma importância para que se possa de maneira pormenorizada compreender as demandas e os cenários locais além do regional e, desta maneira, através dos períodos dos cursos, com as demandas efetivas de natureza demográfica, geográfica, cultural, epidemiológica e sociocultural da região, apresentando elementos que demonstrem plena integração com o sistema de saúde local e regional e ações de valorização acadêmica da prática comunitária e de apoio ao fortalecimento das redes locais e regionais.

O Amazonas abriga a Região Metropolitana de Manaus (RMM), a maior do mundo em área territorial. Criada pela Lei Complementar Estadual nº 52 de 30 de maio de 2007, a RMM conta com uma população que ultrapassa 2,6 milhões de habitantes. A região é composta por 13 municípios em processo de conurbação, incluindo Manaus, Iranduba, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Manacapuru, Novo Airão, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Autazes, Careiro, Itapiranga, Manaquiri e Silves.

Manaus foi fundada no século XVII para estabelecer a presença portuguesa na Amazônia, região estratégica do território brasileiro. O núcleo urbano surgiu com a construção do Forte da Barra de São José em 1669, considerado o marco inicial da cidade, à margem esquerda do Rio Negro. Originalmente parte da posse espanhola de acordo com o Tratado de Tordesilhas, a região despertou interesse internacional até que os portugueses a ocuparam definitivamente. Em 1755, a localidade evoluiu de um povoado para a capital da região, inicialmente chamada de vila de Barcelos e depois renomeada para Manaus em 1856, homenageando a tribo indígena dos Manáos, *Figura 4 - Mapa do Município de Manaus/AM*. Após um período de prosperidade durante o ciclo da borracha no final do século XIX e início do XX, Manaus enfrentou um declínio econômico até a criação da Zona Franca em 1970, que revitalizou a cidade.

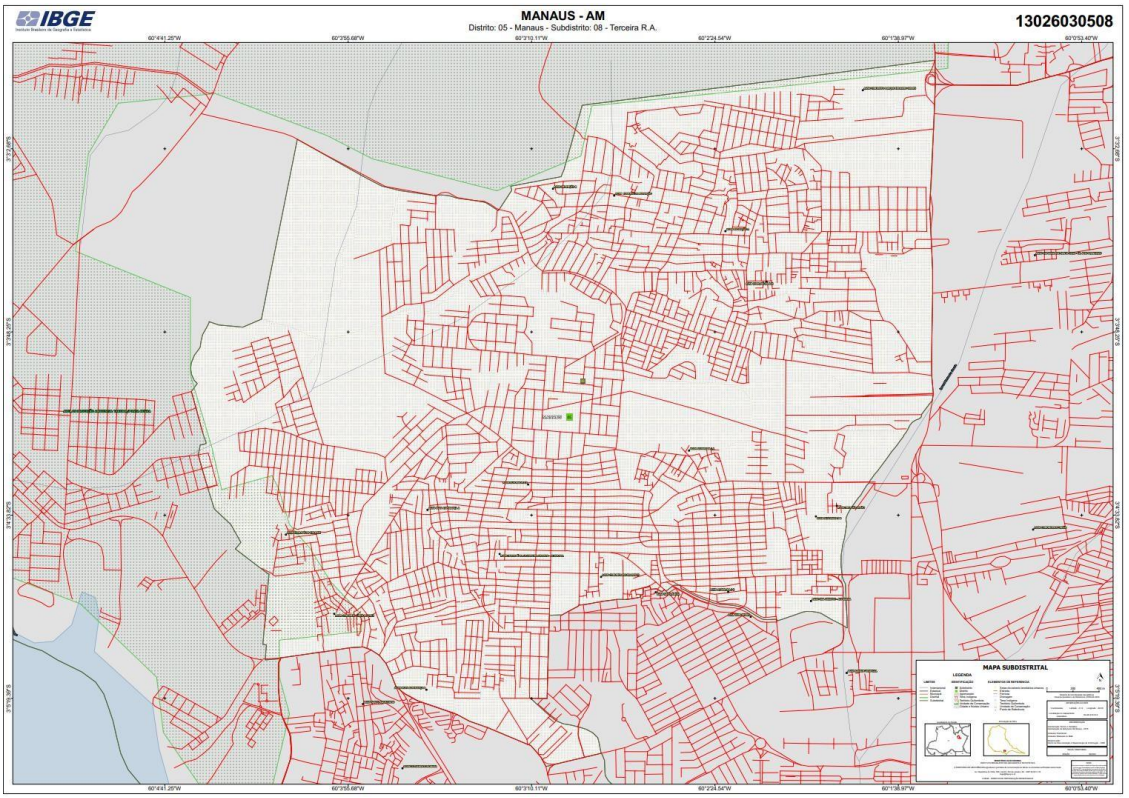


Figura 4. Mapa do Município de Manaus/AM

Manaus, através de sua demografia, apresenta uma população total de 2.063.547 habitantes, onde 47,9% são do sexo feminino e 52,1% do sexo masculino, e estão dispersos em uma área territorial de 11.401 Km^2, o que representa uma densidade demográfica de 181 habitantes por Km^2, em uma quantidade de 708.643 domicílios. Estes indicadores sociodemográficos e geográficos podem ser visualizados na *Figura 5 - Características Sociodemográficas do município de Manaus.*

Economicamente, o município de Manaus apresenta uma classificação por renda domiciliar distribuída nos estratos das classes sociais entre “A” a “E”. Verifica-se que no município as classes “C1”, “C2” “D” e “E” somadas representam aproximadamente 76,3% da classificação da renda familiar por domicílio. O índice de Gini do Manaus passou de 0,64 em 2000 para 0,63 em 2010, demonstrando uma diminuição da desigualdade na distribuição de renda entre a população. A situação econômica do município é ainda mais elucidada pelo conhecimento da estratificação da população por faixa etária e a porcentagem desta população que trabalha, que corresponde a 70,4%.

O município de Manaus apresenta um índice de desenvolvimento humano (IDH) total de 0,737 (2010) estando classificado como “alto” em uma escala de muito baixo (0- zero) a muito alto (1 – um). Nos últimos anos, o Manaus tem experimentado um crescimento de 22,6% de evolução no seu IDH total através dos três pilares centrais que compõem o IDH de acordo com o apresentado na Figura 6 no item *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):*

a) Educação: redução de 48,5%;

b) Longevidade: redução de 13,6%;

c) Renda: redução de 9,5%.

Este progresso é um testemunho da falta de melhorias de ações públicas que ocorreram no município.

Figura 5. Características Sociodemográficas do município de Manaus

No campo educacional, os dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB), que agregam os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação - o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações – apresenta, para o município de Manaus o índice de 4,8 referente ao desempenho para educação básica, refletindo os desafios e progressos da educação, apresentado na *Figura 6 - Dados do Contexto Educacional de Manaus.*

Ainda na Figura 6, é possível verificar o número total de matrículas na educação básica, a *taxa de evasão do ensino fundamental* e a *taxa de evasão do ensino médio,* destacando o cenário do sistema educacional e a necessidade de contínuo investimento na qualidade do ensino e na formação de professores.

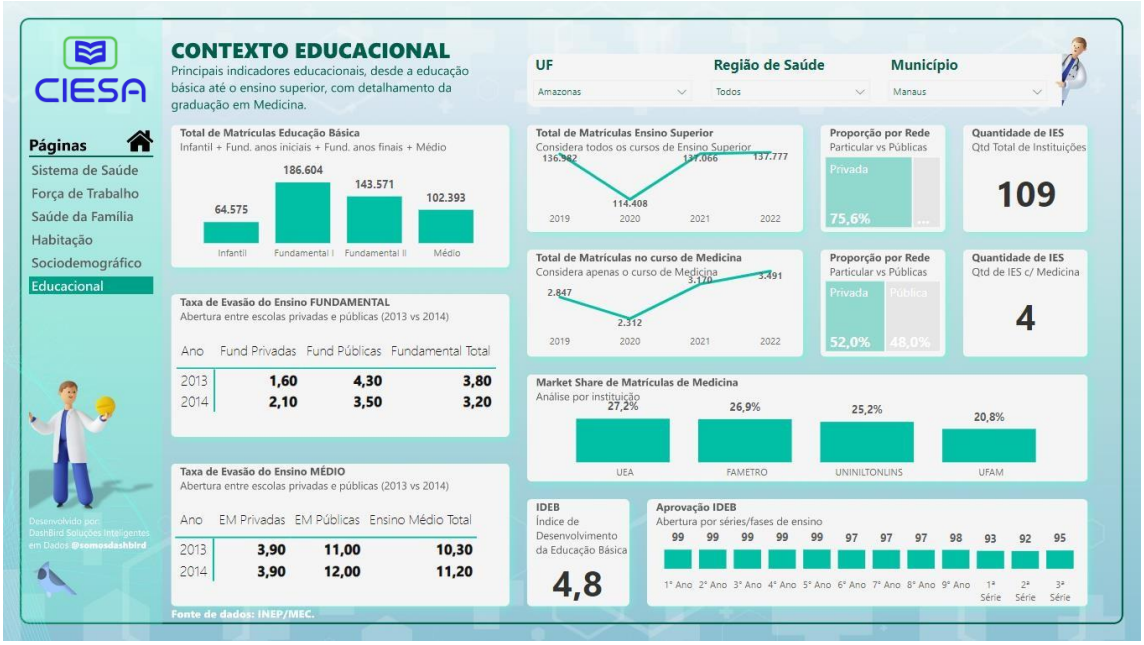


Figura 6. Dados do Contexto Educacional de Manaus

Como cenário da caracterização do município de Manaus, ainda é possível vislumbrar dados que impactam nos cenários sociodemográfico, educacional e de saúde, tais como a evolução entre os anos 2013 a 2017 como pode ser visto na *Figura 7 – Dados da Infraestrutura habitacional de Manaus/AM*, no que tange à:

a) População em domicílios com água encanada – Entre os anos 2013 e 2017 segundo dados publicizados houve um acréscimo de 83,23% para 89,71% no município de Manaus da população em domicílios servida com água encanada.

b) População em domicílios urbanos com coleta de lixo - Entre os anos 2013 e 2017 manteve a população em domicílios urbanos com coleta de lixo de 100,00% para 100,00% respectivamente.

c) População em domicílios com energia elétrica - Entre os anos 2000 e 2010 aumentou a população em domicílios com energia elétrica de 98,99% para 99,63% respectivamente.

d) Domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário e esgoto tratado - Entre os anos 2013 e 2017 houve um incremento positivo dos domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário e esgoto tratado de 8,89% em 2013 para 12,32% em 2017.

Observa-se que houve um aumento notável entre os anos mencionados nos indicadores de infraestrutura básica em Manaus, especialmente no que se refere à população em domicílios com água encanada, energia elétrica e nos domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário e esgoto tratado. Esses avanços contribuem significativamente para a melhoria das condições e

qualidade de vida da população local. Importante destacar que a coleta de lixo se manteve com cobertura total, o que demonstra uma consistência nos serviços urbanos essenciais. Contudo, apesar desses progressos, ainda existem desafios a serem superados, especialmente na expansão e eficácia do tratamento de esgoto, crucial para a sustentabilidade ambiental e o bem-estar da população de Manaus.

Esses avanços indicam um compromisso contínuo com a melhoria da infraestrutura urbana, porém ressaltam a necessidade de investimentos contínuos para garantir que todos os cidadãos tenham acesso igualitário a serviços básicos. É fundamental que as políticas públicas se concentrem não apenas em expandir a cobertura, mas também em melhorar a qualidade dos serviços prestados, especialmente em áreas menos desenvolvidas da cidade.

Além disso, é crucial monitorar de perto a implementação e manutenção desses serviços para evitar retrocessos e garantir a sustentabilidade dessas melhorias ao longo do tempo. A colaboração entre os governos local e federal, junto ao envolvimento da comunidade, pode potencializar os esforços para enfrentar esses desafios e assegurar um futuro mais saudável e equitativo para todos os moradores de Manaus.

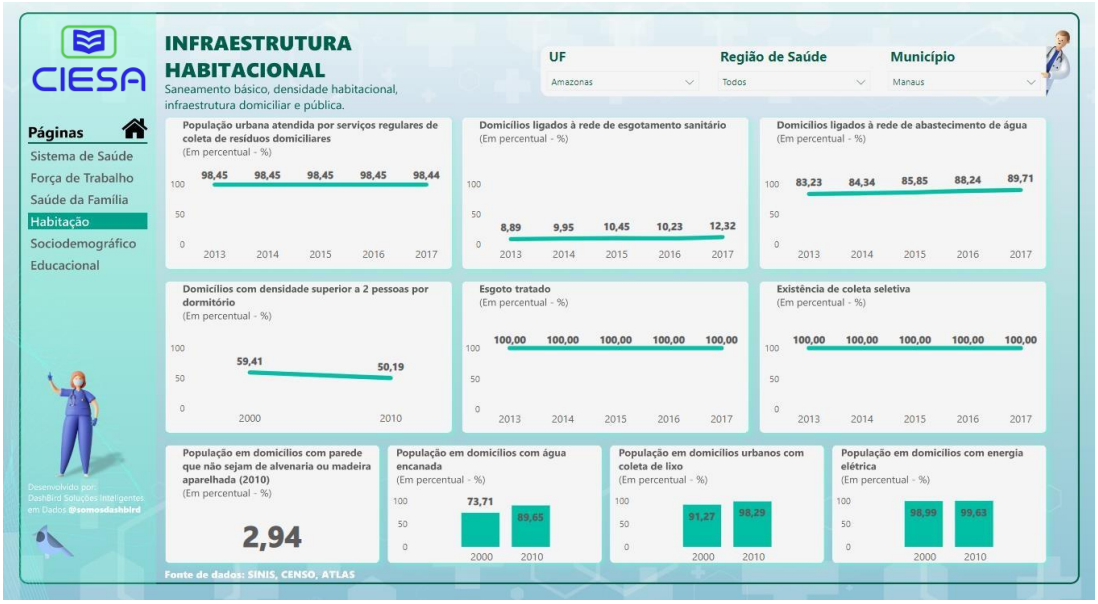


Figura 7. Dados da Infraestrutura habitacional de Manaus/AM

9.2.1 Populações Indígenas, Quilombolas e Ribeirinhas no Município

Populações Indígenas

As populações indígenas, representam uma riqueza cultural e histórica singular. Enraizadas em tradições ancestrais seculares, essas comunidades possuem uma conexão profunda com a terra, com os recursos naturais e um modo de vida intrinsecamente ligado à natureza e a sua dinâmica. Com uma diversidade impressionante, as populações indígenas

habitam e estão distribuídas em diferentes regiões do Brasil, desde as vastas florestas tropicais da Amazônia até as regiões do norte do Rio Grande do Sul. A história indígena é marcada por desafios e lutas pela preservação de suas terras, identidade cultural e direitos humanos.

Caracterizadas por uma forte ligação com suas tradições, idiomas e práticas culturais, as comunidades indígenas mantêm sistemas sociais e de governança próprios, muitas vezes guiados por líderes espirituais e anciãos. A transmissão de conhecimento e sabedoria ocorre por meio de narrativas orais, rituais, danças e artesanato, contribuindo para a preservação de sua herança cultural única.

Além disso, as populações indígenas frequentemente enfrentam desafios significativos, incluindo a discriminação, marginalização e falta de acesso a recursos básicos, como saúde, educação e infraestrutura. Essas comunidades muitas vezes vivem em condições socioeconômicas precárias, enfrentando desigualdades estruturais que afetam sua qualidade de vida e bem-estar.

A saúde das populações indígenas é uma preocupação fundamental, pois essas comunidades enfrentam desafios únicos devido a fatores como o isolamento geográfico, acesso limitado a serviços de saúde e desigualdades sociais.

Quilombolas

A população quilombola é parte integrante da rica diversidade cultural e histórica do Brasil, representando uma herança viva de resistência e resiliência. Descendentes de africanos escravizados que buscaram refúgio e liberdade em comunidades autônomas conhecidas como quilombos, essas comunidades têm uma ligação profunda com a terra, a cultura e as tradições que foram transmitidas ao longo de gerações. Caracterizadas por uma forte identidade coletiva, as comunidades quilombolas mantêm práticas culturais distintas, incluindo música, dança, culinária e artesanato, que refletem sua herança africana e o sincretismo cultural resultante da interação com povos indígenas e europeus.

Além disso, as comunidades quilombolas muitas vezes enfrentam desafios socioeconômicos significativos, incluindo a falta de acesso à terra, educação, serviços básicos e oportunidades de emprego digno. Junto a isto há a continua luta pela titulação de terras quilombolas e o reconhecimento de seus direitos territoriais.

A saúde da população quilombola é uma questão crucial que requer atenção especial devido aos desafios únicos enfrentados por essas comunidades.

Ribeirinhas

A população ribeirinha é composta por comunidades que habitam as margens de rios, lagos e outras vias navegáveis em diversas regiões do Brasil. No contexto brasileiro, especialmente na Amazônia, as comunidades ribeirinhas desempenham um papel crucial na preservação do meio ambiente e na conservação da biodiversidade, enquanto mantêm uma relação íntima e dependente dos recursos hídricos. Essas comunidades têm uma conexão profunda com os rios e a vida ribeirinha, que molda suas atividades diárias, economia, cultura e identidade. Suas formas de subsistência frequentemente giram em torno da pesca, agricultura de pequena escala, coleta de frutas silvestres e artesanato, refletindo uma relação harmoniosa e sustentável com o ambiente hídrico, flora e fauna. Culturalmente as comunidades ribeirinhas preservam tradições ancestrais transmitidas oralmente, como mitos, rituais, danças e artesanatos, que refletem sua história, crenças e valores. A vida comunitária é um elemento central, com laços familiares e de vizinhança fortes que promovem a cooperação e solidariedade em face dos desafios enfrentados nas regiões ribeirinhas.

A saúde da população ribeirinha é uma preocupação primordial devido aos desafios particulares que enfrentam em relação ao acesso a serviços de saúde e às condições ambientais em que vivem.

10. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social do CIESA vai além da formação de profissionais, abrangendo a contribuição para o desenvolvimento da comunidade e a promoção de um futuro mais justo e sustentável. Isso se manifesta através da interação entre o CIESA e a sociedade, com foco em projetos de extensão, pesquisa e ensino que impactam positivamente a vida das pessoas.

A responsabilidade social é um compromisso ético, político e social fundamental, pois envolve:

- **Engajamento com a comunidade:**
  - ✓ O CIESA está ativamente envolvido com a comunidade local, buscando soluções para problemas sociais e promovendo o desenvolvimento sustentável.
- **Promoção da inclusão e diversidade:**
  - ✓ O CIESA garante que todos os alunos, professores e funcionários tenham oportunidades de acesso e sucesso, independentemente de sua origem social, étnica ou religiosa.
- **Sustentabilidade ambiental:**
  - ✓ O CIESA adota práticas sustentáveis em suas operações, buscando reduzir o

impacto ambiental e promover a conscientização sobre questões ambientais.

- **Fortalecimento da democracia:**
  - ✓ O CIESA promove a participação política dos cidadãos, incentivando o pensamento crítico e a discussão de ideias.
- **Inovação social:**
  - ✓ O CIESA busca soluções criativas para problemas sociais, utilizando o conhecimento científico e tecnológico para melhorar a vida das pessoas.

São exemplos de ações de responsabilidade social:

- Programas de extensão universitária:
- Projetos que levam o conhecimento das IES para a comunidade, como atividades de voluntariado, consultoria e serviços especializados.
- Parcerias com empresas públicas e privadas:

O CIESA mantém o compromisso de colaborar com outras entidades para desenvolver projetos sociais em áreas como educação, saúde, gestão, tecnologia, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

- Pode se utilizar do conhecimento científico para analisar e propor soluções para problemas sociais, como desigualdade, pobreza e violência.
- Prepara os alunos para serem cidadãos conscientes e engajados, que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
- Contribui para o desenvolvimento da comunidade:
- Impulsiona o desenvolvimento social, econômico e cultural de sua região, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas.

Desta forma, a responsabilidade social no CIESA visa contribuir para um desenvolvimento social mais amplo, promovendo inclusão, diversidade e sustentabilidade, além de engajar a comunidade. Isso se manifesta em ações como projetos socio-acadêmicos, que desenvolvem autonomia e cidadania, e na oferta de serviços de qualidade, como consultoria jurídica e orientação profissional.

A responsabilidade social na educação superior vai além do âmbito acadêmico, impactando positivamente a sociedade como um todo. Forma estudantes conscientes e engajados, que se preocupam com a sociedade e com a busca por um futuro melhor.

Desenvolver projetos que envolvam alunos e a comunidade, como projetos de pesquisa aplicada e ações voluntárias, que promovam o aprendizado prático e a construção de uma

sociedade mais justa, são projetos do CIESA, além de estabelecer parcerias com outras instituições, empresas ou órgãos públicos.

Ao promover a responsabilidade social, as IES não apenas cumprem com sua função social, mas também se fortalecem como agentes de mudança e transformação, contribuindo para um futuro mais justo e sustentável.

11. FILOSOFIA INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do CIESA busca a humanização do ser humano e da sociedade a qual pertence, visando a melhoria da qualidade de vida a partir da sua realidade regional. Em razão desta concepção e compromisso, o CIESA projeta suas políticas e planos de ação na direção da contextualidade, da função político-social que lhe cabe neste contexto e da contribuição que as ciências, pesquisa e iniciação científica trazem às instituições, ao sistema produtivo e à própria sociedade. Tais diretrizes e políticas visam também à modernização e à emancipação sociopolítica e cultural da comunidade da região de abrangência do CIESA, ou seja, nessa expectativa como uma práxis de mudança de realidade para o Ensino Superior.

O projeto acadêmico-científico do CIESA inspirou-se na dimensão histórica e no dinamismo da sociedade, que lhe dá forma e conteúdo. Nesta perspectiva, as ciências e o conhecimento desenvolvidos através do ensino, da iniciação científica e da extensão cumprem a função de mediação dentro e fora da IES, como meios e instrumentos críticos, dinamizadores e fortalecedores dos indivíduos, instituições e segmentos sociais.

A função acadêmico-pedagógica da IES, em cumprimento às suas funções específicas e em atenção ao seu projeto institucional é, portanto, a de intervir produtivamente na sociedade, de forma a potencializar sua capacidade criativa e gerar situações de superação em relação a estágios vigentes, projetos interdisciplinares e à construção de cenários futuros necessários e desejáveis.

Assim, este Projeto tem como norte a marca da participação da comunidade acadêmica e da integração de seus componentes, ou seja, não considerando o trabalho terminado; ao contrário, submetendo-o à avaliação permanente, sempre, com o desenvolvimento regional e global, com o aperfeiçoamento institucional, e coerente com os objetivos do CIESA.

O ensino, a pesquisa e iniciação científica e a extensão são, portanto, as especificidades do CIESA que funcionam como meio e instrumentos para cumprimento da finalidade social e pública.

Este PPI direciona a Instituição para as seguintes funções político-sociais:

a) Ser uma Instituição de Ensino Superior aglutinadora das agências sociopolíticas e econômicas, com vistas ao planejamento regional.

b) Tornar-se uma Instituição de Ensino Superior condutora do processo de desenvolvimento e de crescimento regional, em todos os setores nos quais desenvolvem seus programas.

c) Exercer uma função crítico-científica da realidade, produzindo alternativas inteligentes e inovadoras.

d) Promover a divulgação de seu trabalho e da produção como propostas para revitalização, orientação e promoção das instituições, organizações e comunidades em suas diversas áreas de atuação.

e) Investir na qualificação e formação e qualificação dos profissionais dos municípios que o CIESA está inserido na região de Manaus, entorno e Alto Rio Negro, buscando, assim, resolver a questão emergencial do atendimento básico ao cidadão.

O desenvolvimento destas funções proporcionara o CIESA a efetivação de seus fins e a garantia de que seu projeto institucional e pedagógico tenha relevância, tanto para o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, quanto para a promoção sociopolítica e cultural das comunidades que compõem a região de abrangência da Instituição.

11.1 PRINCÍPIOS FIOLOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS

Considerando a observação e a reflexão como princípios cognitivos de compreensão da realidade, torna-se necessário aprofundar e ampliar a articulação teoria e prática na estrutura curricular, integralizando todas as atividades acadêmicas fundamentais para a produção do conhecimento na área do curso. Os diversos elementos construídos pelas múltiplas atividades de ensino-aprendizagem articulam-se em uma concorrência solidária para a criação do sentido e do conhecimento.

O CIESA adota ações inovadoras a partir de práticas de estudos com metodologias ativas de aprendizagem e a implementação da sala de aula invertida (maiores detalhes estão descritos no item Metodologia) que provocam em seus alunos o desenvolvimento da autoaprendizagem, estimulando a autonomia intelectual e a articulação entre teoria e prática, plenamente alinhadas ao perfil profissional do egresso do curso.

Em função de sua missão e dos seus objetivos, o CIESA concentra esforços para contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e

a capacidade de julgar e agir corretamente, formando cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna.

Quanto ao ensino, a instituição definiu para o quinquênio deste PDI os objetivos e as metas:

- Obter a autorização dos cursos de Odontologia, Psicologia e Enfermagem junto ao MEC.
- Estabelecer políticas institucionais para a permanência do aluno e o controle da evasão;
- Melhorar e consolidar a qualidade das diversas atividades de ensino;
- Alcançar conceitos de qualidade positivos dos cursos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE,) no Conceito Preliminar de Curso (CPC) e no Conceito de Curso (CC);
- Proporcionar condições aos egressos de alcançarem melhores resultados nos exames de classes e concursos;
- Dar amplitude à trabalhabilidade do egresso, a partir dos cursos ofertados;
- Buscar parcerias e convênios para a realização de cursos e estágios em áreas diversas para atendimento à demanda da comunidade;
- Manter atualizados e renovados o acervo bibliográfico e as redes de informação da Biblioteca;
- Manter equipados, atualizados e organizados os laboratórios específicos destinados às aulas práticas.

O processo educativo do curso atende às políticas definidas neste PDI ao propor, na sua organização didático-pedagógica, um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem que orientam para a formação de um cidadão profissional com:

- Sólida formação, técnica e científica;
- Compromisso com a ética, estética e princípios democráticos;
- Formação humanística;
- Responsabilidade social, ambiental e cidadania;
- Espírito investigativo e crítico;
- Capacidade de aprendizagem autônoma e continuada;
- Disposição para trabalhar coletivamente.

O CIESA elaborou este PPI a partir da reflexão, discussão e colaboração de toda a comunidade acadêmica, e assumiu seu cumprimento integral como um compromisso

institucional, tendo presente em suas ações que este compromisso estabeleça os princípios da identidade institucional e expresse a missão, os objetivos, os valores, as práticas pedagógicas, as políticas de ensino e extensão e sua incidência social e regional.

Através de critérios pedagógicos, a política de ensino do CIESA privilegia a formação por competências e habilidades. Assim, a estrutura e a concepção curricular visam favorecer a flexibilidade e a interdisciplinaridade, investem em projetos alinhados com a identidade e com a missão institucional, fortalecem diversas modalidades de ensino-aprendizagem, assim como fomentam a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades e compromissos da comunidade acadêmica. Tais aspectos da política institucional são expressos no Projeto Pedagógico do Curso na medida em que os componentes curriculares promovem o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias dos profissionais de cada curso.

11.2 PLANEJAMENTO DIDÁTICO-INSTRUCIONAL DO CIESA

O CIESA estabeleceu como plano acadêmico o conjunto das atividades de ensino, iniciação científica, pesquisa e extensão.

A concepção fundamentada na missão, que foca o crescimento socioeconômico e político-cultural no âmbito de sua abrangência, remete a execução de seus programas a uma integração com os diversos espaços sociais que compõem o município do seu entorno e a uma articulação sistemática com instituições e organismos externos com quem está interagindo.

Em função desta concepção e política, a operacionalização do plano acadêmico da IES está a cargo de seus órgãos administrativos-acadêmicos, que desenvolvem os seus projetos de ensino, iniciação científica, pesquisa e extensão.

Para o cumprimento do PPI, estabeleceu-se as seguintes linhas básicas de ação:

- Desenvolver uma sistemática organizacional que harmonize o funcionamento de todos os órgãos e setores da IES por meio de um mecanismo adequado de interação e comunicação interna e externa;
- Viabilizar economicamente a Instituição, sobretudo, para lhe dar efetivas condições para o ensino, a iniciação cientifica e a pós-graduação;
- Articular a interação do ensino, iniciação cientifica e extensão nas perspectivas dos cursos atuais e dos que venham a ser criados;
- Criar condições institucionais para garantir cursos de pós-graduação, com vistas ao aperfeiçoamento, tanto dos seus recursos humanos, como dos profissionais de sua

área de abrangência;

- Fortalecer sua identidade comunitária, pela interação da Instituição com sua área de influência, principalmente nos campos da cultura, da educação, da saúde e do meio ambiente;
- Aprimorar a infraestrutura, para o melhor desenvolvimento dos projetos atuais e a implantação dos projetos previstos;
- Aperfeiçoar o espírito participativo dos membros da comunidade acadêmica; efetivar a participação dos membros da comunidade externa na solução dos problemas da IES e dos problemas da própria comunidade.

11.3 PLANEJAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

O CIESA desenvolve a educação superior a partir dos cursos de bacharelado, tecnológicos, extensão e pós-graduação.

Na educação superior, o processo pedagógico segue as **Diretrizes Curriculares Nacionais**, dá ênfase às temáticas regionais, utilizando, sobretudo, métodos e técnicas que levem à participação do aluno.

Os Projetos Pedagógicos sintetizam a estrutura do curso na matriz curricular, onde ficam evidenciadas as disciplinas, carga horária, ementas e metodologias para o processo de formação do aluno.

Em cada disciplina são utilizados, na medida do possível, todos os meios de ensino e estímulo à iniciação cientifica e extensão, promovendo-se assim, na aprendizagem, a indissociável vinculação existente entre produção, disseminação e transmissão do conhecimento, tendo por meta a formação integral e a preparação do aluno para o mercado de trabalho.

Os cursos de graduação do CIESA são um conjunto de atividades acadêmico-pedagógicas sistematizadas, que visam a determinados objetivos de formação acadêmica ou profissional, estão organizados de forma a que todos os créditos possam ser normalmente obtidos, dentro de um conjunto de períodos letivos, previamente estabelecidos, de acordo com a legislação em vigor.

O CIESA estabeleceu as diretrizes que norteiam os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, entendido como um processo de revitalização dos cursos de graduação a partir de sua permanente avaliação e reconstrução coletiva.

Dessa forma, os cursos de graduação têm uma concepção filosófica, embasada e substanciada no que prevê a missão da IES.

A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação segue diretrizes estabelecidas em resoluções específicas do MEC/CNE. A estrutura dos PPCs segue os seguintes princípios:

- A concepção filosófica norteadora do processo ensino-aprendizagem do curso, nos seus diversos níveis, apresenta uma concepção de mundo, de sociedade e de homem que se deseja para o egresso.
- Definição do perfil profissional, estabelecendo suas habilidades e competências, bem como áreas de atuação;
- A composição da matriz curricular deve atender aos seguintes pressupostos:
    - Às Diretrizes Curriculares Nacionais;
    - Níveis de flexibilização e interdisciplinaridade curricular de acordo com as necessidades do curso;
    - Concepção da relação entre teoria e prática;
    - Identificação de uma concepção pedagógica norteadora;
    - Conceituação das formas de interação entre ensino-iniciação cientifica-extensão;
    - Uma concepção e uma sistemática de avaliação do processo de ensino e da aprendizagem.

As matrizes curriculares dos cursos de educação superior oferecidos abrangem uma sequência ordenada de disciplinas, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado.

O CIESA caracteriza “disciplina” como o conjunto de estudos e atividades de um campo definido de conhecimento, correspondente a um programa a ser desenvolvido, num período letivo, com determinado número de créditos. As disciplinas do currículo são as fixadas, atendendo às peculiaridades regionais e às necessidades de formação geral, humanística e profissional; observada a legislação vigente.

O programa de cada disciplina é elaborado a partir da ementa estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso, sob a forma de plano de ensino pelo professor da disciplina, discutido e aprovado pelo Colegiado competente.

11.4 PARÂMETROS PARA SELEÇÃO DE CONTEÚDOS E ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS

A seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes

conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos desenvolvidos nos diferentes cursos do CIESA leva em conta a análise da realidade, foco nos aspectos da inserção regional da Instituição e operada com referenciais específicos, tais como:

- ***Socioantropológico***, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo é aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, consequentemente, a democracia plena;
- ***Psicológico***, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- ***Epistemológico***, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- ***Socioeconômico***, que leva em consideração às necessidades regionais e o desenvolvimento inovador e sustentável necessário à sociedade em que se insere.

a) Assim, a seleção de conteúdos programáticos e a elaboração dos currículos dos Cursos de Graduação ocorre sob orientação e supervisão do Núcleo Docente Estruturante, que considera as eventuais modificações a serem acrescidas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e dentre suas atribuições devem contemplar o estudo e análise aprofundada de novas formas de flexibilização dos diferentes currículos e que atenda à diversidade regional, às exigências legais, bem como, a busca de um pensamento coletivo.

b) Para tal, os docentes envolvidos no processo devem:

I. Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática.

II. Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida.

III. Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas:

I. A revisão contínua dos currículos;
II. A atualização permanente de programas, ementas, bibliografias e planos de ensino; a dinamização das atividades práticas de formação profissional;
III. A orientação acadêmica;
IV. A ampliação dos recursos de apoio ao ensino;
V. O aperfeiçoamento docente;
VI. A qualificação docente;
VII. A criação de novos cursos;
VIII. A elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a autoavaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

Assim, no que concerne a revisão/atualização dos conteúdos e currículos o CIESA considera o que segue:

I. Coerência do currículo com os objetivos do curso;
II. Coerência do currículo com o perfil do egresso;
III. Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;
IV. Atendimento as legislações e demais diretrizes emanadas pelo MEC;
V. Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;
VI. Inter-relação e integração entre as disciplinas;
VII. Dimensionamento da carga horária das disciplinas;
VIII. Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
IX. Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

11.5 PLANEJAMENTO DIDÁTICO-INSTRUCIONAL E POLÍTICAS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Para o CIESA, o ensino continua sendo uma ação processual, interativa e intencional sistematizada entre professores e alunos, os quais interagem através dos mais diversificados meios de comunicação disponibilizados na atualidade para a execução das práticas pedagógicas.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são categorias prementes no processo de ensino-aprendizagem para aquisição do conhecimento já produzido, indicando caminhos

para produção do novo.

O envolvimento da comunidade tem como propósito identificar e atender suas demandas e necessidades com compromisso de divulgar sua produção científica, o que ocorre pela publicação em meios físicos e digitais, bem como, seminários e palestras. Como resposta ao almejado pela sociedade regional, participa efetivamente com a aplicação destes conhecimentos adquiridos e produzidos nas soluções dos problemas apresentados, bem como, com as iniciativas inovadoras, com seus projetos de ensino-aprendizagem focados no empreendedorismo, na inovação e na sustentabilidade, proporciona o cumprimento de seu efetivo compromisso institucional promovendo o desenvolvimento regional e, consequentemente, da sociedade.

Neste contexto, o CIESA tem como princípio pedagógico a indissociabilidade do ensino, da iniciação cientifica e da extensão. Ou seja, norteada pela sua concepção de ensino, a IES procurou e continuará a procurar em todo seu percurso educativo vincular a tríade do ensino superior ensino - pesquisa e iniciação cientifica - extensão aos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação.

Ao efetivar estas ações, desenvolve ensino com qualidade, ampliando e melhorando as condições de oferta. Há que se destacar que a vinculação destas ações está diretamente conectada a um corpo docente qualificado, e infraestrutura necessária, o que a IES disponibiliza a comunidade acadêmica e a sociedade.

As políticas de Ensino do CIESA visam o ensino como forma de inserir o cidadão em um processo em que, ao mesmo tempo em que apreenda as técnicas relativas à profissão escolhida, permita a constituição de uma visão universal da Ética, voltando - se para a valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, além do desenvolvimento de ações afirmativa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. Essa visão holística se dá através de práticas integrativas e inovadoras que posicionam o aluno como centro do processo de aprendizado, discriminadas neste Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

12. MOBILIDADE ACADÊMICA, INTERCÂMBIOS E INTERNACIONALIZAÇÃO

O incentivo a mobilidade acadêmica, intercâmbios e internalização é mais um apoio ao estudante do CIESA, que reúne ações através de parcerias, visando a possibilidade de estudantes do CIESA cursarem disciplinas no exterior e que estudantes estrangeiros cursem disciplinas no CIESA. O intercâmbio será estendido também ao seu corpo docente e corpo técnico administrativo.

Atualmente esses programas envolvem os alunos da pós-graduação, iniciando a partir de 2026, para os alunos da graduação.

Serão requisitos para os alunos da graduação:

a) Estar matriculado e ter concluído pelo menos o 1° ano do seu curso;

b) Possuir domínio suficiente do idioma da universidade de destino;

c) Possuir bom a excelente histórico escolar;

d) Cumprir com todos os requisitos específicos estabelecidos pela IES conveniada;

e) Ter a candidatura ao intercâmbio internacional aprovada pelo colegiado superior e de curso;

f) Realizar o intercâmbio em, no mínimo, um semestre e, no máximo, dois semestres.

A Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (Paris, outubro 1998) diz que: *"os sistemas de educação superior devem fortalecer sua capacidade de conviver com a incerteza, de mudar e provocar mudança",* acompanhada pela constante expansão e renovação do conhecimento, a ser cada vez mais tratado a partir das formas interdisciplinares e de sua natureza complexa.

O atual cenário impulsiona o futuro das IES com base no fenômeno da globalização, que vem revolucionando todas as políticas governamentais e as faz assumir um viés tendo em vista as influências econômicas e financeiras, principalmente, como as socioculturais e educacionais. Os gestores há muito não podem mais ignorar esta conjuntura, como também as instituições de ensino superior, pela sua natureza, já se encontram no caminho de busca de aperfeiçoamento de sua gestão para interporem- se no cenário da educação e do conhecimento globalizado.

Assim, torna-se imprescindível que a Instituição mantenha uma visão ampliada e prospectada nos cenários que se apresentam, de forma a proporcionar em seus diversos cursos, uma formação profissional sustentada em diretrizes pedagógicas que favorecem ao futuro egresso as competências necessárias à sua atuação no mercado de trabalho, acompanhadas da capacidade de construir seu perfil ao longo dos anos, por meio da educação continuada.

Para a mobilidade acadêmica, as IES passaram a ofertar (através de editais) inscrições para alunos que gostariam de estudar pelo menos um semestre em outro Estado e/ou outra Instituição.

Não existe uma regra específica, pois cada IES possui seus próprios processos, apesar de serem semelhantes. Na maioria das vezes o aluno aproveita o conteúdo cursado na outra Instituição para com as disciplinas ainda a cursar na sua estrutura curricular.

A mobilidade acadêmica proporciona ao aluno, além do enriquecimento do currículo, uma série de conhecimentos e experiências que não teria estudado na mesma Instituição.

Não distante da perspectiva da Instituição e da mobilidade acadêmica, podemos olhar também para o lado da inovação acadêmica, buscando melhorias no processo contínuo no ensino superior.

Podemos dizer que a educação superior passa por mudanças e é preciso ser repensada. Este repensar dever ser no tocante ao espaço físico, ao ensino atual, o professor deve ser um facilitador, o aluno deverá ter mais autonomia, a inserção das tecnologias e a gestão devem ser voltadas à inovação, garantindo ao aluno este protagonismo em sua aprendizagem.

As Instituições devem, contudo, diante destas perspectivas, propor projetos, atitudes e tecnologias que farão diferenças significativas no ensino e no aprendizado. Estas transformações não podem ser desordenadas e sem visão de futuro, portando deve ser planejada e, em cada uma das etapas, avaliá-las para verificar se há benefícios.

É necessário inovar sempre e este foco deve ser o aluno e também o corpo docente. Quando falamos em também ter o foco no corpo docente para utilizar ferramentas tecnológicas e metodologias inovadoras, devemos primeiramente prepará- los para este novo processo.

O processo de inovação acadêmica deve ser na perspectiva das competências, habilidades e atitudes que farão a diferença do nosso egresso diante do mercado de trabalho que, a cada dia, fica mais exigente. Esta exigência se dá nas competências: responsabilidade; pró-atividade; liderança; e capacidade na tomada de decisão.

Neste sentido, não podemos continuar com o mesmo padrão de anos, onde tínhamos a figura do professor, o quadro e o aluno. A internet está em nosso cotidiano e exige mudanças, pois as informações estão nas mãos dos estudantes online e as IES precisam acompanhar esse novo momento.

Precisamos formar professores com conhecimento diversificado e que aplicam essa nova cultura no cotidiano em sala de aula, preparando os alunos para o mercado de trabalho. Com esta mudança podemos transformar o nosso meio acadêmico em um ambiente atrativo aos alunos de forma que estimule a criatividade acadêmica.

Para consolidar e implantar a área de inovação acadêmica, a IES deverá ter: liderança e pessoas compromissadas; políticas institucionais de incentivo e reconhecimento do processo de inovação acadêmica; capacidade de fazer gestão das mudanças culturais;

agenda de aprendizado institucional; investimento em processos de inovação; infraestrutura e comunicação.

Dentre os objetivos da mobilidade acadêmica, podemos destacar:

I. Proporcionar experiências de educação para a comunidade em outras IES vivenciando a sua cultura regional;

II. Preparar servidores e acadêmicos para participação em de atividades em outras IES;

III. Alcançar excelência nos indicadores de desempenho institucional, estabelecidos pelo SINAES, no que diz respeito à mobilidade.

13. PERFIL DO EGRESSO

A Instituição busca formar egressos com formação cidadã crítico reflexivo e dinâmica capacitando-os intelectual e profissionalmente, para atender às exigências do mundo do trabalho, além de atuar na sociedade para transformá-la.

O foco das políticas do CIESA está em sua missão, visão e valores. Os conteúdos trabalhados possibilitam ao egresso seu aperfeiçoamento nas relações sociais, profissionais e familiares, bem como a capacitação para gestão de si e de outros. Os conteúdos estão firmemente alicerçados em um ensino de qualidade e na construção de significados para o egresso.

Ao perfil institucional, alia-se o perfil de egresso definido na DCN's dos cursos de Graduação, as **competências e habilidades** que devem ser desenvolvidas pelo discente, além das articulações com as características locais e regionais onde está inserida o CIESA. O NDE também é responsável tanto pela implementação do curso quanto por sua **atualização periódica**.

Ademais, ressalta-se a importância do acompanhamento de egressos, que significa focar atenção nos ex-alunos, investigando suas trajetórias profissionais, a partir de suas realidades pessoais, acadêmicas e sociais, numa busca de dados relevantes, que contribuirão para a melhoria da qualidade de ensino e atualização dos cursos de graduação, de extensão e de pós-graduação, além da revisão de projetos de ensino, pesquisa e iniciação cientifica e extensão.

A IES, em seus cursos, prioriza a formação de profissionais que:

I. Tenham competência técnica e política, em sua área de atuação;

II. Sejam capazes de tomar decisões;

III. Construam uma cultura geral ampla e significativa;

IV. Sejam comunicativos;

V. Zelem por princípios éticos;

VI. Atuem em uma visão humanística, com responsabilidade social;

VII. Saibam ouvir e respeitar a opinião do outro, sabendo expor suas próprias ideias e concepções;

VIII. Busquem continuamente conhecimento e informações atualizadas;

IX. Tenham competência para se comunicar em linguagem oral e escrita, na língua portuguesa;

X. Sejam capazes de atuar preventivamente, com raciocínio lógico e capacidade de análise crítica.

Para atingir o perfil desejado, a matriz curricular são elaboradas com base no **objetivo do curso** que considerou **as inovações da área do conhecimento**, com a inclusão de disciplinas de formação básica, formação profissional e optativas que permitem tanto incluir as especificidades **locais e regionais**, como, também, as **inovações da profissão**:

Objetivos locorregionais:

a) Formar profissionais alinhados às necessidades da população brasileira, da região de Manaus, entorno e Alto Rio Negro, e, município de Manaus;

b) Contribuir para reduzir desigualdades regionais no número de profissionais nas áreas de formação do CIESA, formando e fixando-os em regiões carentes;

c) Contribuir com a gestão local e regional por meio de parcerias para executar planos de intervenção alinhados às suas necessidades;

d) Apoiar a qualificação dos profissionais dos setores públicos através de parcerias educacionais com a gestão local e regional;

e) Produzir e disseminar conhecimento científico para aprimorar práticas assistenciais e de gestão, visando a integralidade da atenção conforme as necessidades da população local e regional.

O processo educativo alinha-se às políticas institucionais e acadêmicas deste PDI, propondo uma organização didático-pedagógica que inclui atividades de ensino-aprendizagem voltadas à formação de um profissional cidadão, conforme estabelecido nas DCN, com ênfase nos seguintes aspectos:

- Formação geral, crítica, humanística e reflexiva, com aprendizagem em múltiplos cenários e em diferentes níveis de complexidade.

- Sólida formação técnica e científica;
- Vivência aprofundada das realidades e necessidades de locais e regionais, com competência de exercer atividades profissionais em qualquer cenário, incluindo o contexto para as comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas, com habilidade de interlocução e para gestão dos serviços;
- Responsabilidade social ambiental e o compromisso com a ética, princípios democráticos, a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral em todas as fases de vida do ser humano;
- Espírito investigativo e crítico;
- Habilidade para articular ensino-pesquisa-extensão, articulando-se à rede de educação, e tomando por base os princípios da universalidade, equidade e integralidade e igualdade.
- Capacidade de aprendizagem autônoma e continuada;
- Disposição para trabalhar coletivamente;

Com relação ao processo de construção do conhecimento, os cursos se baseiam na pedagogia cujos pilares são a reflexão crítica a partir das realidades vivenciadas, com desenvolvimento de cidadãos capazes de analisar sua imersão social, histórica e cultural, vislumbrando possibilidades de transformações positivas.

Para que o aluno possa ter uma formação crítica e reflexiva, inclui as seguintes experiências:

- Emprego de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem: Sob essa ótica, os alunos são colocados em cenários que exigem sua participação ativa em discussões, interação com os demais colegas, desenvolvimento de pensamento crítico, promoção da autonomia, estímulo à curiosidade científica e à tomada de decisões;
- Experiência em diversos cenários de aprendizagem que proporcionarão a aplicação dos conhecimentos adquiridos e, a partir disso, o desdobramento para novos conhecimentos e habilidades necessárias para a formação. Salas de metodologias ativas, salas de aula para atividades em grandes e pequenos grupos, disponibilidade de equipamentos e acústica, diálogos explicativos ou conferências, práticas em laboratórios especializados e de tecnologia.
- Avaliações dos alunos orientadas por: a) desempenho contínuo nos problemas propostos, documentos de elaboração coletiva, dialógica e reflexiva, conforme as discussões em cada situação-problema; b) avaliação cognitiva por meio de questões objetivas (múltipla escolha) e discursivas; c) elaboração de portfólio, registro individual

e contínuo das experiências vivenciadas nas atividades de uma determinada disciplina, permitindo a organização do conhecimento adquirido, o aprimoramento da comunicação escrita e desenvolvimento da avaliação crítica do próprio trabalho.

- Prática constante de feedbacks: tanto após cada aula que envolva atividades práticas ou metodologias ativas, após avaliação formativa e somativa.
- Incentivo à pesquisa por meio de projetos de iniciação científica: para aplicabilidade do método científico, visando o estímulo à produção científica e aprendizagem.
- Programa Contínuo de Capacitação e Desenvolvimento Docente: a formação crítica e reflexiva também depende da existência de um corpo docente crítico e reflexivo, com atitudes que orientam o processo reflexivo, além dos conteúdos programáticos.
- Programa de Apoio Psicopedagógico ao Estudante: organizado pelo NAPE, com a finalidade de prestar apoio aos estudantes e de garantir a acessibilidade metodológica e instrumental a todos os estudantes, assegurando que não haja barreiras ao seu desenvolvimento educacional ou no processo de aprendizagem.

Em atendimento a DCN's e ao perfil do egresso, os cursos do CIESA proporcionarão:

- Componentes curriculares, que integrem conhecimentos teóricos e práticos de forma interdisciplinar e transdisciplinar;
- Planejamento curricular, considerando os contextos nacional, regional e local em que se insere o curso com atividades focadas em aldeias indígenas, populações rurais e ribeirinhas, reassentamentos urbanos coletivos;
- Estratégias para a formação, centradas na aprendizagem do estudante, tendo o professor como mediador e facilitador desse processo;
- Atuação profissional, articulada com as políticas públicas e com o desenvolvimento científico e tecnológico, para atender às necessidades sociais;
- Tomada de decisão com base na análise crítica e contextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo, da família e da comunidade;
- Liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso, comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo;
- Compromisso com o cuidado e a defesa da saúde integral do ser humano, levando em conta aspectos socioeconômicos, políticos, culturais, ambientais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, necessidades da sociedade, bem como características regionais;

- Incorporação de tecnologias de informação e comunicação em suas diferentes formas, com aplicabilidade nas relações interpessoais, pautada pela interação, participação e diálogo, tendo em vista o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade;
- Educação permanente e continuada, responsável e comprometida com a sua própria formação, estímulo ao desenvolvimento, à mobilidade acadêmico- profissional, à cooperação e à capacitação de profissionais, por meio de redes nacionais e internacionais.

14. FORMAS DE ACESSO

As formas de acesso estão disciplinadas no Regimento Geral do CIESA envolvendo normas sobre processo seletivo, matrícula, transferência e aproveitamento de estudos.

O acesso aos cursos é regulado pelo Regimento do CIESA e pela legislação vigente, ocorrendo anualmente por meio de um Processo Seletivo para candidatos que concluíram o ensino médio. O processo visa classificar candidatos dentro do limite de vagas oferecidas, sem ultrapassar os conhecimentos exigidos pelo ensino médio, com a regulamentação e detalhes divulgados publicamente através do Edital, e do Manual do Candidato com orientações detalhadas sobre os procedimentos que vão da inscrição à matrícula.

A prova do Processo Seletivo inclui Redação, além da possibilidade de apresentar resultados do ENEM. A seleção é classificatória, com a classificação dos candidatos feita em ordem decrescente de pontuação, e os resultados são publicados na sede da IES e em seu site institucional. O resultado é válido apenas para o período letivo especificado no Edital, e será tornado público conforme estipulado pela Lei nº 9.394/1996.

No ato da matrícula, os candidatos classificados devem apresentar o original e cópia autenticada dos documentos requeridos, ficando certos de que falta desses documentos invalidará a classificação e resultará na perda do direito à vaga:

I. Requerimento de matrícula;
II. Certificado de conclusão de Ensino Médio ou equivalente;
III. Histórico escolar do Ensino Médio ou equivalente (chancelado pela Secretaria de Estado de Educação);
IV. Cédula de identidade e CPF;
V. Título de eleitor e prova de regularidade com as obrigações eleitorais (comprovante de votação relativo às duas últimas eleições realizadas ou do Certificado de Quitação Eleitoral para brasileiros)

VI. Prova de regularidade com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino;
VII. Certidão de nascimento ou casamento;
VIII. Comprovante de pagamento das taxas regulamentares;
IX. Comprovante de residência, no Estado do Amazonas, cujo endereço deverá constar no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais;
X. Foto 3 x 4.

As vacinas obrigatórias para os acadêmicos da área da saúde, serão informadas no Edital do Processo Seletivo ou no decorrer de funcionamento de cada curso/atividade. Os candidatos estrangeiros devem apresentar 2 cópias autenticadas do Registro Nacional de Estrangeiros – RNE, certificado de conclusão do ensino médio, com visto do Cônsul Brasileiro no País de origem, bem como declaração de equivalência de estudos.

Outras formas de acesso aos cursos estão descritas a seguir:

- Transferência: processo seletivo para alunos de outras IES, devidamente credenciadas no país, mediante análise interna de equivalência curricular, obedecendo ao número de vagas fixadas em edital específico;
- FIES/PROUNI: por meio dos programas governamentais, obedecidas as diretrizes pelos respectivos programas.

15. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

A integralização dos cursos de graduação do CIESA obedece aos princípios legais do Ministério da Educação e estão expressos no Regimento e no PPC, respeitando-se a carga horária estabelecida para os componentes curriculares bem como para o Trabalho de Conclusão de Curso, os Estágios, Atividades Complementares.

A flexibilização dos currículos, que busca eliminar a rigidez estrutural das matrizes curriculares mediante a redução parcial de pré-requisitos, a oferta de disciplinas eletivas, entre outras ações, permite oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos, possibilitando aos alunos a construção de uma trajetória acadêmica autônoma.

Como oportunidade diferenciada de integralização e enriquecimento do currículo dos cursos da IES, destaca-se a possibilidade de os alunos realizarem disciplinas eletivas, atividades complementares, intercâmbio, ações de extensão, iniciação científica, atividades de ensino e estágios extracurriculares. As disciplinas eletivas buscam complementar e enriquecer a formação do aluno da IES.

Por meio delas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da matriz curricular de seu curso para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e atuais que não fazem parte do núcleo específico de formação oferecido pelos cursos. As atividades complementares são incrementadas durante todo o curso de graduação, criando mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, em atividades extraclasse e que compõem o currículo de todos os cursos oferecidos pela IES, com carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico de cada curso.

A IES entende que as ações de extensão compreendem iniciativas de educação continuada, prestação de serviços, ação social e comunitária e fortalecimento da profissionalização, proporcionando o desenvolvimento integral da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A iniciação científica é um instrumento que permite colocar o aluno em contato com a atividade científica e engajá-lo desde cedo na pesquisa e atuar como diferencial na formação acadêmica. A IES adota, conforme a especificidade de cada curso e de acordo com as características das disciplinas, oferta em diferentes espaços educativos, oferecendo aos alunos a prática de estudos e realização de trabalhos acadêmicos no âmbito interno e externo da IES, devidamente programados nos planos de ensino e conduzidos pelos professores das respectivas disciplinas.

Permite-se assim aos alunos desenvolver aprendizagens específicas com utilização de tempo dedicado aos estudos de forma mais conveniente. Os estágios extracurriculares poderão ser realizados em instituições conveniadas com a IES sob supervisão de um responsável.

Na IES são possíveis ainda as seguintes formas diferenciadas de integralização:

TIPO	DESCRIÇÃO
APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	a) Para os acadêmicos transferidos de outras IES será feito o aproveitamento de estudos dos componentes curriculares cursados com aprovação e com carga horária equivalente ou superior aos componentes dos cursos da Instituição. É vedado o aproveitamento de estudos cujo curso superior tenha sido realizado em instituição estrangeira ou não autorizado/reconhecido pelo MEC. b) O aproveitamento de estudos idênticos, afins ou equivalentes, ocorre no caso de transferência de curso ou no caso de matrícula de graduados.
EXCEPCIONAL RENDIMENTO NOS ESTUDOS EM CURSOS SUPERIORES	c) Os alunos que possuam excepcional rendimento nos estudos, demonstrado por meio de provas ou outros instrumentos de avaliação próprios, aplicados por banca especial, a pedido do interessado, poderão ter abreviada a duração do seu curso, conforme estabelece o Regimento da IES, com base no Art. 47, §2°, da LDB.
DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS	d) Os materiais pedagógicos favorecem a mediação professor, aluno e conhecimento e viabilizam diferentes linguagens simbólicas — escrita, icônica, gráfica, visual e audiovisual — e diferentes ferramentas intelectuais analógicas e virtuais necessárias para a articulação das estruturas educacionais. e) Para tanto, a IES viabiliza, aos professores e alunos, o acesso às tecnologias de informação e comunicação paulatinamente mais latentes e comuns ao cotidiano de todos. Isso pode ser verificado nos laboratórios gerais e específicos para cada curso — equipados com hardwares e softwares atualizados, rede wi-fi, multimeios (telas

	e mesas digitais). f) Os cursos de graduação da IES procuram investir na qualidade do material didático disponibilizado aos estudantes, visando executar a formação definida no projeto pedagógico do curso, considerando a abrangência dos conteúdos, o cuidado com a seleção de bibliografia adequada às exigências da formação, o aprofundamento dos conteúdos e a coerência teórica.

16. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Para cumprimento de suas metas e objetivos, em sintonia com a Missão, Visão e Valores Institucionais, o CIESA apresenta suas políticas institucionais divididas em Políticas de Gestão, que contemplam as dimensões organizacional, recursos humanos, comunicação, infraestrutura e responsabilidade e as Políticas Acadêmicas (Ensino – Graduação e Pós-Graduação, Pesquisa e Iniciação Científica, Extensão, apoio ao estudante e acompanhamento de egressos).

Por meio de critérios pedagógicos, as Políticas Acadêmicas do CIESA privilegiam a formação por competências e habilidades. Dessa forma, a estrutura e a concepção curricular dos cursos visam favorecer a flexibilidade e a interdisciplinaridade, investem em projetos alinhados com a identidade e com a Missão Institucional, fortalecem metodologias de ensino-aprendizagem, assim como fomentam a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades e compromissos da comunidade acadêmica.

Tais aspectos da política institucional são expressos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) na medida em que os componentes curriculares promovem o desenvolvimento integral do estudante, centrando-se em competências e habilidades próprias dos profissionais de cada curso.

As políticas institucionais, portanto, são materializadas a partir da implementação dos diversos projetos que, transversalmente, possuem a finalidade de promover a inclusão, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, a produção artística, a memória e o patrimônio cultural de modo a concretizar as prerrogativas apresentadas neste PDI.

16.1 POLÍTICAS DE GESTÃO

A **Política de Gestão** da IES está construída com referência na gestão participativa, estruturada democraticamente, em que o corpo técnico-administrativo, docentes e alunos devem integrar o processo formativo em sua plenitude. Por gestão participativa, entendemos que a comunidade acadêmica e seus atores devem interagir para assegurar novos espaços de conhecimento e humanização. São observadas as seguintes políticas de gestão na IES:

- Constante integração entre unidade Mantida e entidade Mantenedora;
- Gestão orçamentária integrada com revisões periódicas;
- Autonomia na gestão de pessoas;
- Otimização da utilização de laboratórios e recursos multimídias entre diferentes cursos;
- Promoção do aperfeiçoamento contínuo do corpo docente e técnico-administrativo;
- Busca de parcerias com instituições públicas e privadas, visando assegurar o êxito à Missão Institucional;
- Avaliação sistemática e periódica das práticas docentes com foco na melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem;
- Valorização do capital intelectual da IES, estabelecendo um plano de carreira que estimule a qualificação e o desempenho;
- Estímulo à prática dos valores institucionais por meio de treinamentos e qualificações constantes;
- Sustentabilidade financeira da entidade Mantenedora.

16.1.1 Política de Gestão Institucional

A IES busca proporcionar aos seus professores oportunidades de aperfeiçoamento contínuo, oferecendo, por iniciativa própria ou por intermédio de parcerias, oportunidades de participação em programas de qualificação, aperfeiçoamento tecnológico e capacitação pedagógica tendo como base as seguintes diretrizes:

- Promover a integração com outras instituições públicas ou privadas, incentivando os professores a fazerem parte de comissões, grupos de trabalho ou qualquer outra forma de vida associativo-científica promovida por essas instituições;
- Favorecer a participação dos docentes em congressos, simpósios, conferências e seminários organizados pelas associações de classe, bem como, outros congressos de

grande importância regional e/ou nacional, possibilitando com isto uma atualização tecnológica, uma divulgação dos trabalhos realizados neste curso e o conhecimento de outras pesquisas que estão sendo desenvolvidas nas diversas áreas da educação;

- Incentivar o intercâmbio de experiências e pesquisas entre os docentes desta instituição com docentes de outras instituições nacionais e estrangeiras;
- Pontuar para efeitos de ascensão de nível no plano de carreira a autoria de livros, trabalhos publicados em anais de congresso ou periódico credenciado, relatórios de pesquisas publicados por instituições conceituadas e trabalhos de natureza técnica ou profissional, sem caráter rotineiro;
- Apoiar financeiramente seus docentes na continuidade de seus estudos, em nível de mestrado ou doutorado, mediante contrato específico que beneficie ambas as partes.

As condições para solicitar o benefício são as seguintes:

- Ter no mínimo, 6 (seis) meses de exercício de atividades na Instituição, quando se tratar de cursos de extensão;
- Ter no mínimo, 1 (um) ano de exercício de atividades na Instituição, quando se tratar de cursos de especialização;
- Ter no mínimo, 2 (dois) anos de exercício de atividades na Instituição, quando se tratar de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado;
- Assumir o compromisso de desenvolver trabalho de dissertação ou tese sobre assunto de interesse institucional.

16.1.2 Política de Responsabilidade Social e Desenvolvimento Econômico

A **Política de Responsabilidade Social** objetiva, em suas ações de responsabilidade social, apresentar as formas de transferência de conhecimento, a importância social das ações universitárias e os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional. As diversas ações sociais praticadas pela Instituição buscam além de promover a inclusão, promover também o empreendedorismo, promover a cidadania através dos projetos de extensão e, principalmente, através de suas políticas de ações afirmativas, tais como: a atualização do PPC, o perfil do profissional, as matrizes curriculares, as competências e habilidades, os conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais), as disciplinas e eixos temáticos, as metodologias de ensino, as atividades de aprendizagem, o processo de avaliação – a pesquisa e a extensão encontrem espaços para

discussões e, consequentemente, revisão de paradigmas, mudança de modelos mentais e de hábitos e culturas. Serão também desenvolvidos programas voltados para a realização de ações que favoreçam a população com carência econômico-financeira ou pertencente a grupos que sofrem preconceitos ou rejeições sociais; prestação de serviços a comunidades carentes e promoção do desenvolvimento comunitário dessas comunidades; apoio a jovens pertencentes a grupos de riscos; a crianças e idosos abandonados; promoção de ações que favoreçam o empreendedorismo de comunidades e de municípios da região com vistas ao desenvolvimento econômico e social. Imbuídos desses propósitos, a IES de forma a envolver seus professores e alunos, pretendem desenvolver as seguintes ações de impacto social:

a) Formação de profissionais capacitados para o mundo do trabalho, capazes de influir positivamente na sociedade, tanto no campo técnico quanto no campo humanístico;

b) Oferta diversificada de cursos e serviços à sociedade, de forma a permitir que um número significativo de pessoas tenha acesso ao conhecimento científico e usufrua de benefícios produzidos por esse acesso;

c) Manutenção de parcerias com instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais e outros setores da sociedade, com vistas a beneficiar a população em suas necessidades e demandas sociais;

d) Promoção periódica de ações sociais nas comunidades mais carentes da cidade, com vistas a identificar as necessidades da população menos favorecida e contribuir para a melhoria de sua condição humana;

e) Desenvolvimento de programas de: (1) desenvolvimento comunitário e (2) solidariedade na prestação de serviços à comunidade, com participação direta de seus alunos, de modo a estimular o exercício da cidadania desde o processo de formação acadêmicas dos profissionais graduados na IES.

A Instituição, por sua capacidade de qualificação de recursos humanos e pelos princípios éticos que comunga e divulga, é uma parceira fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. As práticas socialmente responsáveis, geradas por iniciativa própria e em parceria com diversos atores sociais, são referências que podem estimular políticas públicas e beneficiar outros cidadãos.

No contexto das práticas institucionais socialmente responsáveis, a Instituição viabiliza e valoriza o fim a que todos buscam: a construção de um mundo melhor, próspero, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

O CIESA acredita na formação de profissionais socialmente responsáveis e preocupa-se com a qualidade da formação destes indivíduos, qualificando-os para a inclusão no

mercado de trabalho, formando profissionais críticos, moralmente competentes e capazes de tomar decisões éticas frente às questões sociais.

Dentre as ações a serem desenvolvidas no curso, há a priorização de ações de ensino e extensão que promovam a diversidade étnica e cultural da região, cuidados com o meio ambiente, preservação da memória cultural, de produções artísticas e os cuidados com o Patrimônio Cultural. Faz parte da política da IES a organização de eventos multidisciplinares entre os cursos ofertados pela IES, com atividades que envolvam a comunidade na realização de eventos culturais em escolas, entidades de assistência social e espaços públicos, com atividades musicais, de teatro, esportivas, poesia etc.

As atividades de Responsabilidade Social buscam maximizar e otimizar os esforços, a fim de alinhar as diretrizes institucionais e contribuir cada vez mais para ampliar os ganhos sociais, priorizando as seguintes áreas:

I. Compromisso com ações que promovam o Desenvolvimento Econômico e Social;
II. Defesa do Meio Ambiente, especialmente no âmbito institucional;
III. Compromisso com as ações de Inclusão Social;
IV. Defesa da Memória Cultural e Patrimônio Cultural.

Considerando a **Missão**, a **Visão** e os **Valores Institucionais**, definem-se, no conjunto de políticas amplas, as seguintes prioridades:

I. Elaborar estratégias que oportunizem a Instituição como um todo, conhecer, planejar e executar ações constitutivas da política de responsabilidade social institucional;
II. Estruturar atividades de responsabilidade social, considerando os impactos administrativos, financeiros e socioculturais desse processo;
III. Comprometer a comunidade acadêmica com a promoção da ética e do desenvolvimento sustentável;
IV. Aplicar a melhoria contínua dos programas, projetos, ações e atividades em desenvolvimento no ensino, na iniciação científica, na extensão e na gestão;
V. Instituir mecanismos organizacionais que oportunizem o conhecimento e a possibilidade de inserção em atividades de todos os setores e unidades, bem como à comunidade externa.

A responsabilidade do CIESA, enquanto instituição de ensino tem, desde sua gênese, como perspectiva materializar uma política de atenuar as desigualdades sociais e auxiliar nas expectativas que melhorem os índices de desemprego e, consequentemente, interferir

positivamente na economia. Trata-se de oferecer soluções que auxiliem os membros da sociedade a melhorarem sua qualidade de vida. Sabe a instituição ainda, que a responsabilidade socioeconômica significa o grau de obrigações que uma organização assume por meio de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade enquanto procura atingir seus próprios interesses.

Essa responsabilidade social e socioeconômica se manifesta de inúmeras formas, seja pela ação do ensino, seja pela iniciação cientifica, seja pela extensão e tornou-se visível a partir da primeira versão de seu PDI, desde a sua missão institucional e os seus objetivos que demonstram que a IES está centrada no desenvolvimento de atividades contínuas que oportunizem de fato uma melhoria das condições de vida das comunidades do seu entorno.

Desse modo, o CIESA busca sempre demonstrar sua responsabilidade socioeconômica através:

a) Da democratização do conhecimento produzido;
   - Ações de divulgação das produções acadêmicas;
   - Eventos de extensão e cursos que envolvam também a comunidade;
   - Escolha por cursos de graduação e pós-graduação que tenham demanda social e econômica.

b) Da viabilização de acesso a este conhecimento a todas as camadas sociais;
   - Oferta de bolsas de estágio;
   - Habilitação ao FIES e PROUNI e oferta de bolsas Prouni Parciais e integrais.

c) da articulação que busca entre o ensino, a iniciação cientifica e a extensão;
   - Projetos Interdisciplinares que vão interferir diretamente na sociedade;
   - Projetos de iniciação cientifica/ pesquisas que serão devolvidas à sociedade.

d) Da efetivação de ações que oportunizem a autonomia técnica, científica, cultural e filosófica dos envolvidos;

e) Realização do trabalho coletivo;

f) Do respeito à pluralidade de ideias;

g) Da busca constante da sustentabilidade e autogestão das comunidades envolvidas;

h) Do caráter de processo interdisciplinar de suas ações, que buscam de modo contínuo e permanente promover o desenvolvimento humano e social em todos os âmbitos;

i) Dos programas de empreendedorismo e de sua relação com os órgãos fomentadores econômicos;

j) Dos programas interdisciplinares que tem como foco o encontro do aluno com a sua própria realidade e a divisão da sua responsabilidade com outrem;

h) Da inserção de profissionais no mercado de trabalho, melhorando a qualidade da mão de obra em suas áreas de atuação e consequentemente, interferindo positivamente na economia da região de inserção.

Desde sua concepção, seus fundadores buscaram dar à IES uma feição de promovedora do desenvolvimento da sociedade em que está inserida. Dessa forma a responsabilidade social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que seu desenvolvimento ocorra.

A IES, por meio das suas coordenações de curso, orienta seus docentes para que ao longo do desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas valorizem os aspectos relacionados à responsabilidade social e o desenvolvimento regional e do País.

Além disso, a presente proposta pedagógica prevê disciplinas voltadas ao desenvolvimento da compreensão dos impactos sociais e/ou econômicos e/ou ambientais, e ao desenvolvimento da capacidade de acompanhar e implementar mudanças nas condições de trabalho.

A IES prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação. Os cursos superiores de graduação da Instituição materializam estes princípios.

Em outras palavras, busca-se a excelência educacional e a melhoria contínua, tendo como foco o aluno e o desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

Em suas relações com a comunidade, especialmente quando está se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos, a IES tem como responsabilidade, entre outras:

a) Atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesma;

b) Promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição, seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições;

c) Identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição;

d) Identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação;

e) Atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

A IES desenvolve também uma política de apoio aos alunos carentes. Um exemplo é o Programa de Bolsas de Estágio, que tem como objetivos:

a) Possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas de Estágio a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados nesta Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional;

b) Incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em projetos específicos;

c) Proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa.

Atualmente está implementado a parceria com o FIES, PROUNI e Prefeitura Bolsa Universidade, que proporciona uma mensalidade mais acessível aos alunos.

No esforço de contribuir adequadamente para a melhor qualidade de vida da população local e para o desenvolvimento regional, a IES se empenha em estabelecer parcerias que permitam aprofundar as relações que pretende construir com a comunidade por meio de suas instituições e empresas. Para isso:

a) Estabelecer convênios com escolas, empresas, órgãos públicos etc. interessados em oferecer oportunidades de estágio para os estudantes da IES, além de incentivar que os alunos levem a tais ambientes novas práticas, vivências e conhecimentos de modo a ensejar melhorias nas áreas pertinentes;

b) Estabelece contratos de parcerias com instituições comprometidas com o empreendedorismo, com atividades de trabalho voluntário, de consultoria, com programas de treinamento/reciclagem, entre outras para pequenas empresas da região;

c) Proporcionará espaços de ensino prático que promoverão atividades variadas de promoção e prevenção de saúde, além de pequenos atendimentos de saúde à população mais necessitada da região, auxiliando assim na melhoria da qualidade de

vida dos cidadãos.

16.1.2.1 Compromisso Social

A responsabilidade social é uma abordagem de gestão que se caracteriza pela interação ética e transparente de uma Instituição com todos os seus públicos de interesse, envolvendo o estabelecimento de objetivos alinhados ao desenvolvimento sustentável da sociedade, a preservação de recursos ambientais e culturais para futuras gerações, o respeito à diversidade e a promoção da redução das desigualdades sociais. O CIESA, consciente das necessidades da região em que está localizada, busca implementar ações que tenham como objetivo aprimorar a qualidade de vida das comunidades locais, por meio da integração de atividades de saúde voltadas para a população e indivíduos, bem como o fomento à aprendizagem e à pesquisa em saúde.

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional e em conformidade com a nova legislação educacional, o CIESA, ciente de seu papel perante a sociedade, formulou sua Política de Responsabilidade Social.

São diretrizes Política de Responsabilidade Social do CIESA:

(i) Estímulo e fomento ao desenvolvimento de iniciativas e demais ações voltadas para a educação ambiental e a conscientização acerca da relevância da sustentabilidade em todas as suas dimensões (ambiental, econômica e social);

(ii) Realização de atividades focadas em questões relacionadas à cultura afrodescendente e indígena, como Seminários, Palestras, inclusão modular no currículo e Atividades de Extensão;

(iii) Estímulo às iniciativas acadêmicas que visam o reconhecimento e a aceitação das diferenças étnicas, culturais, orientação sexual, crença e direitos humanos;

(iv) Promoção da inclusão e diversidade, tornando obrigatória a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na matriz curricular nos cursos de graduação, para garantir que os futuros profissionais estejam equipados com as habilidades necessárias para comunicar-se efetivamente com a comunidade surda, proporcionando um atendimento de saúde mais inclusivo e acessível.

(v) Prouni: Concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes conforme a Lei nº 11.096/2005 que instituiu o Prouni;

(vi) FIES: Concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes conforme a Lei nº 10.260/2001 que instituiu o FIES;

(vii) Incentivo à preparação dos estudantes beneficiados com bolsas, ao concluir a

graduação, para continuidade dos estudos e/ou para o trabalho profissional;

(viii) Reforço à política de assistência e atendimento estudantil;

(ix) Realização de iniciativas em parceria com a sociedade para promover a inclusão social dos alunos durante a vida acadêmica e ao iniciar as atividades profissionais;

(x) Promoção do aprimoramento do desempenho dos estudantes onde a partir da identificação da fragilidade de conteúdos do(s) aluno(s), é realizado o nivelamento pontual para a referida disciplina. Atualmente, esse trabalho acontece no curso de Direito.

Assim, a responsabilidade social do CIESA vai além de suas funções específicas de criação e transmissão de conhecimento e formação de profissionais aptos para o mercado de trabalho, incluindo a prestação de serviços à sociedade, favorecendo o desenvolvimento econômico e social da região e do país, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

16.1.2.2 Objetivos e compromissos sociais do CIESA

A responsabilidade social de uma instituição de ensino é um conjunto de diretrizes que orientam as ações e práticas da instituição em relação ao seu papel na sociedade e à promoção do desenvolvimento econômico sustentável. Esta política busca integrar a missão educacional da instituição com um compromisso ético e social, visando não apenas a formação acadêmica, mas também a contribuição para o bem-estar da comunidade.

A seguir, são apresentados os principais componentes dessa política:

1. Objetivo

O principal objetivo é promover a responsabilidade social do CIESA, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da comunidade onde está inserida, ao mesmo tempo em que se fortalece a missão educacional.

2. Compromisso com a Educação

- Acesso e Inclusão: Promover políticas que garantam o acesso à educação de qualidade para todos, especialmente para grupos historicamente marginalizados ou em situação de vulnerabilidade.

- Educação Continuada: Oferecer programas de formação continuada e capacitação para a comunidade, visando o desenvolvimento de habilidades e competências que favoreçam

a empregabilidade.

3. Parcerias com a Comunidade

- Colaboração: Estabelecer parcerias com organizações não governamentais, empresas e governos locais para o desenvolvimento de projetos sociais e econômicos.

- Projetos de Impacto: Desenvolver projetos que atendam às necessidades da comunidade, como programas de saúde, cultura, meio ambiente e empreendedorismo.

4. Sustentabilidade

- Práticas Sustentáveis: Implementar práticas de sustentabilidade nas operações da Instituição, como a gestão eficiente de recursos, redução de resíduos e promoção da educação ambiental.

- Inovação Social: Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de soluções inovadoras que abordem desafios sociais e econômicos, promovendo o empreendedorismo social entre alunos e professores.

5. Formação de Cidadãos Críticos

- Educação Cívica: Integrar temas de cidadania, ética e responsabilidade social no currículo, preparando os alunos para serem cidadãos engajados e conscientes de seu papel na sociedade.

- Experiências Práticas: Proporcionar aos alunos experiências práticas em projetos sociais, estimulando a empatia e o compromisso com a comunidade.

6. Impacto Econômico

- Iniciativas de Empreendedorismo: Fomentar a cultura empreendedora entre alunos e ex-alunos, oferecendo suporte a startups e negócios locais.

7. Avaliação e Monitoramento

- Indicadores de Desempenho: Estabelecer monitorias e avaliar o impacto das iniciativas de responsabilidade social e desenvolvimento econômico, garantindo a transparência e a melhoria contínua.

- Relatórios de Impacto: Publicar relatórios periódicos que detalhem as ações realizadas, resultados alcançados e planos futuros, promovendo a prestação de contas à comunidade.

A Política de Responsabilidade Social e Desenvolvimento Econômico do CIESA é essencial para promover um ambiente educacional que não apenas forme profissionais competentes, mas também cidadãos conscientes e responsáveis. Ao integrar suas atividades acadêmicas com ações sociais e econômicas, o CIESA contribui para o desenvolvimento sustentável da comunidade, fortalecendo seu papel como agente de transformação social.

16.1.3 Políticas de Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Raciais

As Políticas de Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Raciais do CIESA são diretrizes fundamentais que buscam garantir a inclusão, a diversidade e o respeito aos direitos humanos no ambiente acadêmico. Essas políticas têm como objetivo combater a discriminação, promover a igualdade de oportunidades e valorizar a diversidade cultural, étnica e racial.

O CIESA possuiu plena consciência de sua grande responsabilidade ética na implementação dos direitos humanos e no fortalecimento das liberdades fundamentais em consonância com a diversidade étnica e suas relações na sociedade. Nesse sentido, constituíram-se políticas institucionais que se baseiam fundamentalmente nas políticas de responsabilidade social da IES delineadas em seu PPI e em expectativas do Ministério da Educação, a saber: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CP/CNE n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE n° 1, de 30/05/2012 e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico- raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e n° 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP n° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Dessa forma, desde o início a IES sempre esteve comprometida com a justiça social e com a construção da cidadania e da democracia, considerando *a priori* seus princípios na organização do trabalho educativo.

A construção da democracia e a cidadania exigem o desenvolvimento de uma cultura institucional de direitos humanos e respeito as diversidades, buscando a formação de pessoas ativas e críticas, conscientes de seu papel social e atuantes ética e politicamente. Compartilhando tais pressupostos, o Programa de Defesa dos Direitos Humanos, Inclusão Social e Igualdade Étnico-Racial auxilia toda a comunidade interna e externa da IES a implementar ações que levem à justiça social e à formação ética e cidadã das futuras gerações.

Atuando nessa direção, cada comunidade traz sua contribuição para a construção de uma nova sociedade, que condena as mais diversas formas de exclusão social. A seguir, são apresentados os principais componentes das políticas do CIESA:

1. Objetivo

O objetivo central da política é promover a igualdade étnico-racial e os direitos humanos, assegurando que todos os estudantes, independentemente de sua origem étnica, racial ou social, tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades equitativas.

2. Promoção da Diversidade

- Valorização da Diversidade: Promover a valorização das diferentes culturas, etnias e raças dentro da comunidade acadêmica, incentivando o respeito e a convivência harmoniosa entre todos os grupos.

- Currículo Inclusivo: Implementar um currículo que reflita a diversidade cultural e étnica, incorporando temas relacionados à história, cultura e contribuições dos povos afro-brasileiros, indígenas e de outras minorias.

3. Acesso e Inclusão

- Programas de Apoio: Criar programas de apoio acadêmico, psicológico e financeiro para estudantes que ingressam por meio de ações afirmativas, visando sua permanência e sucesso na Instituição.

4. Capacitação e Formação

- Treinamento para Educadores: Oferecer capacitação e formação continuada para professores e funcionários sobre diversidade, direitos humanos e combate ao racismo, promovendo um ambiente acolhedor e respeitoso.

- Sensibilização da Comunidade: Promover campanhas de sensibilização e educação sobre os direitos humanos e a importância da igualdade étnico-racial, envolvendo toda a comunidade acadêmica.

5. Combate à Discriminação

- Código de Conduta: Estabelecer um código de conduta que proíba qualquer forma de discriminação, assédio ou violência baseada em raça, etnia ou cor, com sanções claras para casos de violação.

- Mecanismos de Denúncia: Disponibilizar a ouvidoria, bem como a Reitoria e

Coordenações de cursos, como canais seguros e acessíveis para que estudantes e funcionários possam denunciar casos de discriminação ou violação dos direitos humanos, garantindo que as denúncias sejam investigadas de forma justa e transparente.

As Políticas de Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Raciais são essenciais para criar um ambiente educacional inclusivo e equitativo. Ao implementar essas políticas, o CIESA não apenas cumpre seu papel social, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os indivíduos têm a oportunidade de desenvolver seu potencial pleno, independentemente de sua origem étnica ou racial.

16.1.4 Políticas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos Cursos de Graduação

As políticas para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos cursos de graduação do CIESA, visam a inclusão e valorização dessas culturas nos currículos de seus cursos. Isso é feito através da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), com a inclusão da temática em disciplinas e atividades curriculares, buscando promover a igualdade racial e o combate ao racismo.

Nas atividades de ensino, investigação científica e extensão, o CIESA cumpre as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena - Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e n° 11.645/2008; Resolução CNE/CP n° 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 03/2004.

Com o objetivo de divulgar e produzir conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando- os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira, o CIESA incluiu nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares do curso a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Nos cursos de graduação, a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena está inclusa no componente curricular “Sociologia e Estudos Antropológicos e Relações Étnico Raciais”, em atendimento à Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e n° 11.645/2008, e da Resolução

CNE/CP n° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

1. Contexto e Legislação:

✓ Lei nº 11.645/2008:

- Ampliou a obrigatoriedade para incluir também o estudo da História e Cultura Indígena, alterando novamente a Lei nº 9.394/96.

✓ Parecer CNE/CP nº 3/2004:

- Recomenda que as instituições de ensino superior incorporem a Educação das Relações Étnico-Raciais e questões relacionadas aos afrodescendentes nos conteúdos de suas disciplinas e atividades curriculares.

2. Implementação nas Instituições de Ensino Superior:

As instituições de ensino superior são incentivadas a:

✓ Revisar e adequar os currículos:

✓ Incluir disciplinas específicas, temas transversais e atividades que abordem a história, cultura, contribuições e desafios enfrentados pelos povos afro-brasileiros e indígenas.

Formação de professores:

✓ Oferecer programas de formação continuada para professores, a fim de capacitá-los para abordar de forma adequada e sensível as questões étnico-raciais em sala de aula.

✓ Promover o diálogo e a reflexão:

✓ Criar espaços de discussão e reflexão sobre a importância da diversidade cultural e da luta contra o racismo, envolvendo estudantes, professores e a comunidade acadêmica.

Incentivar a pesquisa:

✓ Fomentar pesquisas e projetos que contribuam para o aprofundamento do conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena.

3. Objetivos:

Resgatar a contribuição dos povos afro-brasileiros e indígenas na construção da sociedade brasileira.

✓ Combater o racismo e a discriminação racial no ambiente acadêmico e na

sociedade como um todo.

- ✓ Promover a valorização da diversidade cultural e o respeito às diferenças.
- ✓ Contribuir para a formação de profissionais mais conscientes e engajados com a luta por igualdade social.

A implementação efetiva dessas políticas contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e com reconhecimento da pluralidade cultural brasileira.

16.1.5 Políticas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento Nacional Sustentável

O CIESA reconhece que a inserção da sustentabilidade ambiental na educação superior é fundamental para a ampliação e disseminação do tema junto à sociedade.

Nesse contexto, espera-se das IES a formação de profissionais e líderes que agirão nos setores públicos e privados, sendo futuros profissionais, de cuja consciência ambiental dependerá a capacidade humana para rever a degradação ambiental e recuperar a sustentabilidade do planeta.

Uma verdadeira educação holística e cidadã como foi prevista pelas políticas do CIESA enseja um processo de formação de profissionais e cidadãos com uma nova visão de futuro – um futuro sustentável e a ideia de que a Educação Ambiental deve atuar como uma ferramenta para se construir pontes mais sólidas entre a sala de aula e o mercado de trabalho, promovendo ações ambientalmente corretas para motivar a retomada de harmonia entre o Homem e a Natureza, e o equilíbrio na extração e uso dos recursos naturais para assegurar um desenvolvimento sustentável.

A inserção de questões ambientais no CIESA é atrelada a fatores diversos, dos quais o papel IES é fundamental, pois ele tem uma capacidade integradora e agregadora de pessoas e recursos, a partir da qual pode-se proporcionar e oportunizar o desenvolvimento de estruturas, recursos e suporte aos projetos e as iniciativas pró-ambientais de colaboradores, docentes, gestores, e alunos.

Conforme o disposto na Lei n° 9.795/1999, no Decreto n° 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE nº 2/2012 a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, estando as instituições educativas incumbidas de promover a educação ambiental, de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.

Nesse sentido, a IES tem a consciência de que não bastam apenas ações voltadas à sensibilização ou fomento à educação ambiental, mas ações concretas também no âmbito dos currículos implantados.

Desse modo, são ações sistemáticas na IES:

a) Revisão sistemática de todos os currículos de modo a determinar se a transversalidade do tema está sendo corretamente estabelecida no âmbito dos cursos de graduação;

b) Efetivação de eventos de extensão que estabeleçam junto à comunidade acadêmica ações de sensibilização e práticas de educação ambiental;

c) Convênios com instituições e órgãos da sociedade, visando o estabelecimento de ações e modelos de sustentabilidade aplicáveis;

d) Sistematização no site da IES de elementos que motivem e incentivem a educação ambiental.

Em uma instituição de ensino superior, políticas de Educação Ambiental e Desenvolvimento Nacional Sustentável são cruciais para formar cidadãos conscientes e engajados com a sustentabilidade. Essas políticas devem integrar de forma transversal em todos os níveis de ensino, promover a pesquisa e a extensão sobre temas ambientais, e incentivar práticas sustentáveis na comunidade acadêmica.

✓ Políticas de Educação Ambiental em Instituições de Ensino Superior:

- Integração Curricular: a Educação Ambiental não precisa ser uma disciplina isolada, mas sim um componente transversal em todos os cursos e áreas do conhecimento.
- Formação de Professores: é fundamental que os docentes recebam formação complementar em Educação Ambiental, para que possam incorporar os princípios e objetivos da política em suas disciplinas.
- Pesquisa e Extensão: o CIESA deve promover pesquisas e projetos de extensão que abordem questões ambientais relevantes para a região onde está inserida e para o país.
- Práticas Sustentáveis: incentivar a adoção de práticas sustentáveis no CIESA, como a gestão de resíduos, coleta seletiva, o uso eficiente de energia e água, e a criação de espaços verdes.
- Conscientização: realizar atividades de conscientização ambiental para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, como palestras, oficinas e eventos.

✓ Políticas de Desenvolvimento Nacional Sustentável:

- Alinhamento com Políticas Nacionais: o CIESA deve alinhar suas ações com as políticas nacionais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Planejamento Estratégico: incorporar a sustentabilidade como um dos princípios norteadores do planejamento estratégico do CIESA.
- Engajamento da Comunidade: promover o engajamento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral nas ações de desenvolvimento sustentável.
- Formação de Cidadãos Conscientes: a integração da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente.
- Promoção da Sustentabilidade: as ações contribuem para a promoção da sustentabilidade em diferentes níveis, desde a Instituição até a sociedade como um todo.
- Fortalecimento da Instituição: a adoção de práticas sustentáveis e a promoção da Educação Ambiental podem fortalecer a imagem do CIESA e atrair estudantes e professores engajados com a sustentabilidade.

✓ Exemplos de Ações:

- Coleta seletiva de resíduos: implementar a coleta seletiva de resíduos e promover a reciclagem.
- Uso eficiente de energia e água: adotar medidas para reduzir o consumo de energia e água no CIESA.
- Eventos de conscientização: realizar eventos como palestras, oficinas e feiras sobre temas ambientais.
- Programas de educação ambiental: desenvolver programas de educação ambiental para alunos, professores e funcionários.

Ao implementar políticas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável, as instituições de ensino superior podem desempenhar um papel fundamental na construção de um futuro mais sustentável, formando cidadãos conscientes e engajados com a proteção do meio ambiente. Nesse sentido, esse deve ser o papel do CIESA com essa política.

16.1.6 Políticas Institucionais de Valorização da Diversidade

Primeiramente, fez-se necessário destacar as palavras de Bernadete Gatti[2] da Fundação Carlos Chagas, que aponta que ***"considerar a diversidade não significa tolerar as desigualdades sociais"***, dá a dimensão dos desafios que ainda precisam ser enfrentados. Nesse norte, a IES sempre possuiu plena convicção de que não bastam apenas promover semanas acadêmicas e campanhas relacionadas à diversidade em suas várias nuances, mas promover ações sistemáticas contínuas que se enraízem nos currículos e nas outras políticas institucionais estabelecidas pela instituição.

Assim, as equidades de gênero, raça, religião, faixa geracional etc. não são apenas temas inseridos, mas ações que advêm do exemplo da própria IES em seus processos de gestão administrativa e de ordem acadêmica. Isso significa que não basta reconhecer as diferenças, mas valorizá-las e, desse modo, criar condições de equidade.

Os ambientes educacionais são os locais mais estratégicos para que essas ações de equidade aconteçam, haja vista ser a rede que recebe a maioria da população e que tem seu norte voltado às expectativas públicas, mesmo quando no âmbito privado de gestão e existência. Para tal, antes de se chegar aos alunos, faz-se necessária a qualificação docente, fazendo do professor e da gestão acadêmico- administrativa da IES fios condutores da realidade e valores a serem promovidos.

A valorização da diversidade traz em si a questão das identidades ou da identidade dos grupos, comunidades, pessoas. E aqui podemos cair na armadilha, também, de utilizar identidade simplesmente como sinônimo de raízes e origens, desvinculadas do presente.

Dessa forma, a IES, desde o início afirmou algumas prerrogativas que se tornaram ações sistemáticas no âmbito institucional, a saber:

a) Equidade da questão de gênero no ambiente profissional-institucional: não basta apenas fornecer vagas no mercado de trabalho para mulheres, pessoas idosas, jovens em início de carreira, mas promover políticas de valorização de tal diversidade. Nesse âmbito as prerrogativas de equidade salarial e de ambiente de trabalho são essenciais para promover o exemplo da IES frente à sociedade e, principalmente, frente aos seus alunos. Assim, durante o decorrer do quinquênio continuarão a ser estabelecidas:

- Vagas obrigatórias para mulheres em todas as áreas de funcionamento da IES;
- Vagas obrigatórias para pessoas com necessidades especiais em todas as áreas de funcionamento da IES, obviamente que permitam a inclusão das mesmas e seu rendimento e bem-estar;

- Vagas obrigatórias para pessoas idosas com condições idênticas de trabalho, salário e obrigações;
- Vagas obrigatórias para jovens em início de carreira, visando criar-se oportunidades de inserção no mercado de trabalho;
- Isonomia salarial na IES;
- Reconhecimento da diversidade de gênero que ultrapasse a perspectiva homem-mulher ou masculino-feminino, fornecendo espaço no âmbito de vagas e igualdade de oportunidades também às minorias no âmbito institucional.

b) Inserção de discussões sobre a valorização da diversidade em diversas disciplinas nos currículos dos cursos de graduação, de modo que não apenas se discutam, mas se promovam ações na relação teoria-prática dos cursos de graduação.

c) Qualificação e sensibilização do corpo docente no que diz respeito ao fomento à valorização da diversidade em todas as suas nuances, objetivando tornar o professor um multiplicador das ações e perspectivas de valorização da diversidade.

d) Incentivo à promoção de eventos que promovam a diversidade cultural e as diversidades humanas e sociais no âmbito institucional.

e) Obrigatoriedade de inserção em mídias sociais e no site da IES de cada uma das datas comemorativas que promovam a diversidade, fomentando sempre o respeito e a igualdade frente aos movimentos que se estabelecem na nova sociedade e ordem mundial.

f) Promoção do diálogo e convênios com instituições públicas e privadas que busca sistematizar ações entre a IES e os órgãos externos de forma a estabelecer tanto o diálogo com a sociedade externa quanto a comunidade acadêmica.

Em instituições de ensino superior, políticas institucionais de valorização da diversidade visam promover um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os membros da comunidade acadêmica, combatendo a discriminação e o preconceito. Essas políticas abrangem ações afirmativas, programas de acesso e permanência para grupos vulneráveis, promoção da igualdade de gênero e orientação sexual, acessibilidade para pessoas com deficiência, e a valorização da diversidade cultural e étnico-racial. O objetivo do CIESA é criar um ambiente onde todos se sintam respeitados, valorizados e tenham oportunidades iguais de desenvolvimento.

✓ Ações e Estratégias:

- Ações afirmativas: programas de cotas, bolsas de estudo e outras medidas que buscam aumentar a representatividade de grupos historicamente marginalizados no ensino superior, podem ser ações a serem adotadas pelo CIESA.
- Acessibilidade: adaptações físicas e pedagógicas para garantir que pessoas com deficiência tenham acesso igualitário aos espaços e atividades acadêmicas.
- Inclusão de gênero e orientação sexual: campanhas de conscientização e políticas de enfrentamento à violência e discriminação.
- Promoção da diversidade cultural e étnico-racial: valorização das diferentes culturas presentes na comunidade acadêmica, promoção de atividades culturais e combate ao racismo e xenofobia.
- Formação de professores e funcionários: capacitação para lidar com a diversidade, promover a inclusão e combater preconceitos.

✓ Importância da política de valorização:

- Promoção da equidade e justiça social: as políticas de diversidade visam corrigir desigualdades históricas e garantir que todos tenham oportunidades iguais de acesso e sucesso na educação.
- Enriquecimento do ambiente acadêmico: a diversidade de experiências, perspectivas e conhecimentos contribui para um ambiente de aprendizado mais rico e estimulante.
- Formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis: ao aprender a valorizar a diversidade, os estudantes se tornam mais tolerantes, respeitosos e engajados com a construção de uma sociedade mais justa.
- Fortalecimento da democracia: a valorização da diversidade é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Em resumo, políticas institucionais de valorização da diversidade são essenciais para criar ambientes educacionais mais justos, equitativos e enriquecedores, preparando os estudantes para atuarem em um mundo cada vez mais plural e complexo.

Assim, além da Reitoria e dos órgãos institucionais que têm a responsabilidade por ações dessa natureza, são também movimentados e co-responsabilizados outros órgãos como as coordenações de cursos de graduação, os setores e outros, fazendo assim com que o CIESA se movimente em todas as direções para promover a valorização da diversidade.

16.1.7 Políticas Institucionais de valorização da Memória Cultural, Produção Artística e de Patrimônio Cultural

As Políticas institucionais de valorização da memória cultural, produção artística e patrimônio cultural no CIESA, visam promover e preservar a identidade cultural, fomentar a criação artística e garantir o acesso à cultura para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Essas políticas se manifestam em ações que abrangem desde a preservação do patrimônio material e imaterial até o incentivo à produção artística e à pesquisa acadêmica na área cultural.

Desde sua gênese, primeiramente se afirmou que a IES entende que a cultura é um bem público, porém a sua responsabilidade não recai somente no âmbito público. Desse modo, é necessário que todos os órgãos educacionais, independentemente do nível, estabeleçam com clareza as suas corresponsabilidades e as perspectivas político-institucionais que estabeleçam a valorização e os anseios de preservação culturais.

Desse modo, coube também ao Reitoria promover ações e atividades no afã de valorizar e reconhecer o patrimônio e a memórias culturais da sociedade, bem como as expressões artísticas.

Para tal, alguns tópicos que fizeram e continuam fazendo parte em nível de ensino e de extensão na IES são os seguintes:

- Sensibilização no âmbito das coordenações de curso, de modo que sejam propostos aos NDEs a inserção de textos sempre que possível nas disciplinas visando valorizar a cultura e as artes nos cursos de graduação, indiferente à área do conhecimento da unidade curricular;
- Constituição de um programa que incentive a participação de alunos e professores no âmbito de eventos artísticos e culturais;
- Apresentações artísticas em eventos de âmbito institucional como as semanas acadêmicas ou comemorações diversas;
- Inserção no site de espaço voltado à divulgação de patrimônios culturais brasileiros;
- Eventos promovidos visando a valorização da cultura e artes.

Outrossim, o CIESA antecede as ações de modo que não se dependa de um órgão ou outro para se estabelecer a valorização da cultura e das expressões artística. Desse modo, a IES instituiu em suas políticas institucionais se encontra no PPI anexado a este PDI e que continuará a ser executado no decorrer do próximo quinquênio.

As várias maneiras de entender o que é cultura derivam de um conjunto comum de preocupações básicas. A primeira dessas concepções preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então, de grupos no interior da sociedade. Esta concepção de cultura é bastante genérica, mais usual quando se fala de povos e de realidades sociais diferentes.

Outra maneira de entender o que é cultura é quando nos referimos mais ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social. Neste caso, a cultura diz respeito a uma esfera, a um domínio da vida social.

As culturas humanas são dinâmicas, e a importância em analisá-las está principalmente no aspecto transformador por que passam as sociedades contemporâneas.

A cultura humana se apresenta em vários prismas, e em realidades diferenciadas. O multiculturalismo impera em nosso país. O desafio está principalmente no espaço acadêmico dar a conhecer todas estas manifestações, isentar de um preconceito e incentivar a pesquisa. A cultura nacional é rica e interessante, não só em suas raízes, mas nas transformações que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, é aglutinadora dos grupos humanos, colocando os indivíduos com organização e sistemática em prol de objetivos comuns.

O ensino superior é um campo fértil para a promoção cultural. A IES em suas ações comunitárias fomenta a cultura, incentiva a realização de eventos que possam resgatar ideias e histórias que representem grupos humanos, que os façam refletir sobre suas raízes.

As ações de cultura do CIESA contemplam as artes-visuais, cênicas, musicais, costumes e os fatos históricos regionais que caracterizam a região de Manaus, entorno e Alto Rio Negro. Por isso, destacam-se como uma das grandes linhas de ações da cultura o resgate e preservação da cultura, englobando:

- Levantamento da história oral;
- Levantamento do patrimônio material construído;
- Levantamento do patrimônio imaterial;
- Incentivo à criação e manutenção de museus;
- Incentivo à criação e manutenção de corais e orquestras;
- Resgate e divulgação de documentos da história regional;
- Incentivo à pesquisa da cultura regional e impressão de livros e criação de gráfica para impressão de obras de pesquisa;
- Defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

O CIESA, desde o início, se compromete a incentivar a arte local, estando disponível para a recepção de artistas da comunidade em seu ambiente e disposta a realizar políticas institucionais de fomentação à arte e à cultura, gerando assim, uma contribuição para o resguardo da memória local e de seus estudantes.

Projetos de arte e cultura que contribuam e coadunam-se com os valores éticos da Instituição oferecendo espaço para ações afirmativas dos direitos humanos e dos mais diversos direitos que são salvaguardados pela igualdade e a liberdade de expressão foram, desde a origem da IES, apoiados pelas políticas do CIESA.

A IES se compromete também a continuar a fornecer subsídios para professores e alunos que se dediquem ao estudo e resguardo do conteúdo cultural e artístico tanto na forma de pesquisa quanto na formação de um acervo de identidade cultural do município e do Estado do Amazonas.

Ações e Objetivos das Políticas:

- Preservação do Patrimônio Cultural: o CIESA poderá desenvolver projetos e ações para a preservação de arquivos, bibliotecas e demais bens culturais materiais e imateriais, incluindo o patrimônio cultural imaterial como manifestações populares, saberes tradicionais e modos de fazer.
- Promoção da Produção Artística: incentivo à produção artística em diversas linguagens (artes visuais, música, teatro, literatura, etc.) através de programas de bolsas, residências artísticas, exposições, mostras, festivais e eventos culturais, podem ser ações do CIESA.
- Valorização da Diversidade Cultural: Reconhecimento e valorização da diversidade cultural presente na sociedade, incluindo a promoção de ações que valorizem as culturas afro-brasileira, indígena, de grupos minoritários e de diferentes regiões do país.
- Inclusão e Acesso à Cultura: criação de mecanismos para garantir o acesso de estudantes, professores e comunidade à cultura, por meio de programas de extensão, atividades culturais, parcerias com instituições culturais e oferta de disciplinas relacionadas à cultura e arte.
- Pesquisa e Ensino: estímulo à pesquisa na área cultural, produção de conhecimento científico e a integração da cultura no currículo acadêmico, formando profissionais com consciência cultural e sensibilidade para as questões culturais.
- Formação de Cidadãos Críticos e Ativos: desenvolvimento de atividades que promovam a reflexão crítica sobre a cultura, a arte e o patrimônio cultural, formando

cidadãos conscientes, responsáveis e engajados com a preservação e valorização da cultura.

- Diálogo com a Sociedade: estabelecimento de parcerias com a comunidade local e outras instituições culturais para promover ações conjuntas de valorização da cultura e do patrimônio, buscando a integração da universidade com a sociedade.

Essas políticas são fundamentais para a formação integral dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência cultural mais ampla e para a formação de cidadãos mais críticos e engajados com a sociedade. Além disso, a valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural fortalece a identidade do CIESA e promove a sua inserção na comunidade local e nacional.

As políticas institucionais de valorização da memória cultural, produção artística e patrimônio cultural são essenciais para a construção de instituições de ensino superior mais engajadas com a cultura e com a sociedade.

16.1.8 Política de Acessibilidade e Inclusão

A Política de Acessibilidade e Inclusão eno CIESA visa garantir o acesso, a permanência e a participação plena de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo a igualdade de oportunidades e eliminando barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.

O CIESA oferece total apoio aos estudantes, **contemplando** ações de **acolhimento e permanência** para todos, inclusive para pessoas com deficiência através da **acessibilidade metodológica e instrumental** assegurada de diversas formas, com destaque na utilização de diversas metodologias de ensino para os diferentes perfis de aprendizagem presentes em todas as unidades curriculares, oferta da disciplina de **LIBRAS,** e dos *softwares* de inclusão como Dosvox, Jecripe, Hand Talk, Mousekey, VLibras; **acessibilidade digital** com diversos dispositivos, como teclado em braile e fones de ouvido, e softwares de inclusão descritos anteriormente; **acessibilidade atitudinal,** por meio do acolhimento do NAPE, com políticas próprias e de inclusão; e da **acessibilidade arquitetônica**, e apoio arquitetônico para eliminar barreiras da infraestrutura.

O apoio ao discente ainda se estende pelas políticas e programas e de:

a) Apoio Pedagógico: nivelamento, extensão, apoio a publicações acadêmicas, inclusão e acessibilidade, inclusão digital, gestão e permanência, acolhimento ao ingressante e recepção de veteranos, estágios obrigatórios ou não, bolsas de pesquisa

e iniciação científica, mobilidade acadêmica, internacional e nacional e organização estudantil.

b) Apoio Psicossocial: acompanhamento de egressos, e o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante de (NAPE).

Inovadoramente, o NDE dos cursos de graduação do CIESA tornou obrigatória a disciplina de LIBRAS na matriz curricular, assegurando que os futuros profissionais possam se comunicar eficazmente com a comunidade surda, promovendo um atendimento mais inclusivo e acessível.

De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Art. 3º, inciso I) a "Acessibilidade" é a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A IES conta com infraestrutura adequada, sem limites e recursos didáticos adaptados, atendendo plenamente às condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Arts. 205, 206 e 208, na NBR nº 9050/2020, da ABNT, na Lei n° 10.098/2000, nos Decretos n° 5.296/2004, n° 6.949/2009, n° 7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003.

O CIESA se preocupa com a acessibilidade tanto nas dimensões arquitetônicas, quanto nas dimensões didáticas, pedagógicas, digitais e atitudinais, no acesso aos conteúdos e atividades de aprendizagem e na expressão dos alunos em relação à aprendizagem e avaliação dos conhecimentos em estudo.

A infraestrutura do CIESA respeita o critério básico de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e todos os espaços estão em conformidade com a NBR nº 9050/2020, da ABNT.

No tocante à sede, as vagas do estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, estão localizadas o mais próximo possível dos acessos principais dos prédios e em plano horizontal. Junto às vagas reservadas, está demarcado no piso o espaço para circulação da pessoa com deficiência por meio de faixa e são sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso pintado no piso da vaga em sinalização vertical com rampas para vencer os desníveis existentes no percurso entre as vagas reservadas até o interior dos prédios. A circulação é livre, adequada e sinalizada ligando as vagas reservadas às entradas acessíveis dos prédios, conforme critérios definidos pela NBR nº 9050/2020, da ABNT.

No acesso e nas circulações internas de cada prédio, os desníveis nas entradas dos prédios são eliminados através de rampas acessíveis de acordo com os critérios mínimos também definidos pela NBR nº 9050/2020, da ABNT.

Também nas áreas de circulação são sinalizadas através de piso tátil direcional, indicando a rota acessível (caminho) a ser percorrida. Nas entradas das salas de aula, dos setores administrativos, sanitários, elevadores, biblioteca, salas de atendimento acadêmico há a sinalização por placas em braile.

Na circulação vertical, o elevador atende aos critérios mínimos definidos pela Lei Estadual nº 11.666/94 e pela NBR nº 9050/2020, da ABNT, cabine com dimensão de 110 cm de largura e 140 cm de comprimento, porta com vão de 80 cm, sinalização em alto relevo em braile correspondente a cada comando.

Na Sede todos os corredores, quando existirem, e sanitários são adaptados para as pessoas com mobilidade reduzida e também atendem aos critérios definidos pela NBR nº 9.050/2020 da ABNT, da ABNT.

São instalados em todos os corredores de todos os prédios em local de livre acesso, com espaço para manobra de cadeira de rodas e sem obstáculos 01(um) bebedouro público acessível com a altura da bica a 90 cm (noventa centímetros) em relação ao piso, altura livre de 73 cm (setenta e três centímetros) e este deverá atender aos demais critérios da NBR nº 9.050/2020 da ABNT.

Todas as salas de aula ou multifuncionais são acessíveis para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Possuem portas de vão livre com largura mínima de 80 cm (oitenta centímetros) quando abertas, espaço para acomodação de aluno em cadeira de rodas em local de boa visibilidade e espaço de 150 cm (cento e cinquenta centímetros) de diâmetro para manobra.

Os balcões ou parte das suas superfícies são adaptados para que se tornem aptos ao atendimento de pessoas usuárias de cadeira de rodas.

A localização dos espaços para pessoas usuárias de cadeira de rodas e dos assentos para pessoa com mobilidade reduzida garante a visualização da atividade desenvolvida no palco conforme critérios da NBR nº 9050/2020 da ABNT.

Na perspectiva de acessibilidade pedagógica, digital e atitudinal, aos conteúdos e atividades de aprendizagem, na interação dos alunos com os docentes, e na expressão dos alunos em relação à aprendizagem e avaliação dos conhecimentos em estudo o CIESA segue o disposto para tradução e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para os deficientes auditivos que não dominam plenamente a alfabetização pela escrita, além da disponibilização do software *HandTalk*.

Para os alunos portadores de visão subnormal ou alunos cegos o CIESA disponibiliza o software *Jaws*, que oferece codificação e descodificação para conversão de textos em áudio. O sistema permite aos alunos obterem a narração dos textos de estudo, das atividades de avaliação, e nas interações com os docentes e colegas.

São elementos cruciais para garantir a Política de Acessibilidade e Inclusão no CIESA:

- Acessibilidade física: adaptação de espaços físicos para garantir a circulação e o uso por todos, incluindo rampas, elevadores, banheiros adaptados e sinalização adequada.
- Acessibilidade pedagógica: adaptação de materiais didáticos, metodologias de ensino e avaliação para atender às necessidades de aprendizagem de todos os estudantes, incluindo recursos como legendas, quando da produção de vídeos, entre outros.
- Acessibilidade comunicacional: garantia de comunicação eficaz, utilizando diferentes formatos e tecnologias para que todos os estudantes possam compreender e participar das atividades acadêmicas, como intérpretes de LIBRAS e tecnologias assistivas.
- Acessibilidade atitudinal: promoção de uma cultura institucional inclusiva, com a sensibilização e conscientização de toda a comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão e o combate a preconceitos e estereótipos, além de um atendimento especializado.
- Tecnologias assistivas: disponibilização e suporte ao uso de tecnologias que auxiliem no processo de aprendizagem e participação dos estudantes com deficiência.
- Acompanhamento e suporte: criação de núcleos de acessibilidade ou setores responsáveis por oferecer orientação, acompanhamento e suporte aos estudantes com deficiência ao longo de sua trajetória acadêmica.
- Formação continuada: investimento em formação para docentes e técnicos-administrativos sobre práticas pedagógicas inclusivas e a utilização de tecnologias assistivas.

Legislação e programas de apoio que devem ser adotados pelo CIESA, além dos homologados pelo Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE):

- ✓ A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015 assegura o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino, incluindo o superior.

- ✓ A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- ✓ O Projeto de Lei nº 4.641/2024, em tramitação no Senado, propõe a Política Nacional de Inclusão nas Instituições de Ensino Superior.

A implementação de uma Política de Acessibilidade e Inclusão no CIESA é fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todos os estudantes, promovendo a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

16.1.9 Política de Capacitação Docente e Formação Continuada

A política de qualificação docente está definida no plano de capacitação docente que apresenta ainda as diretrizes e as metas institucionais de qualificação do quadro docente, bem como as áreas prioritárias para investimento nesse sentido. A política inclui, também, o planejamento de novos afastamentos para capacitação e o acompanhamento acadêmico dos professores que se encontram em frequência a cursos de pós-graduação.

A Instituição entende que a capacitação docente é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino e do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação. A titulação docente vem sendo reconhecida por inúmeros instrumentos de avaliação (Exame Nacional de Cursos, Avaliação das Condições de Ensino dos Cursos de Graduação, Avaliação dos Programas de Pós-Graduação pela CAPES, entre outros), como um dos critérios de qualificação e excelência da educação superior e das Instituições de Ensino Superior.

Nessa perspectiva, a Instituição pretende investir no aprimoramento técnico pedagógico de seus professores, não medindo esforços para viabilizar as iniciativas de qualificação, desde que cumpram duas condições básicas: enquadrem-se nas áreas prioritárias definidas pela própria IES e estejam respaldadas pelos aspectos legais inerentes à questão.

A Instituição, em acordo com seus princípios, filosofia, missão e visão e em consonância com o espírito da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, colocará forte ênfase na qualificação de seu corpo docente e técnico-administrativo.

O padrão de excelência de uma instituição de ensino superior está vinculado à qualidade da formação e desempenho de seu quadro de recursos humanos.

O CIESA estimulará qualificação sistemática do corpo docente, destinando os recursos orçamentários necessários à implementação e execução do plano de capacitação e qualificação docente, que inclui:

I. Celebração de convênio com instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras para formação de mestres e doutores;

II. Realização de cursos de curta duração, seminários e congressos, envolvendo temas específicos e vinculados aos conteúdos disciplinares;

III. Divulgação, em revistas especializadas, de trabalhos e artigos científicos que focalizem e valorizem experiências regionais e locais especificamente voltadas ao desenvolvimento do Estado;

IV. Implementação de um programa de iniciação científica que estimule a criação de novas tecnologias que atendam às necessidades locais;

V. Implantação de programa de leitura dirigida para estudo de temas contemporâneos de alto impacto no processo educacional e profissional.

VI. Capacitação contínua dos docentes a partir de cursos de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, visando o atendimento do plano de acessibilidade da IES.

VII. Promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz especialmente a intimidação sistemática (*bullying*) em atendimento a Lei nº 13.663 de 14 de maio de 2018 que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei anti-bullyng).

VIII. Promoção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento (terceira idade/ idoso), ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

IX. Promoção de conteúdos sobre os direitos da pessoa com autismo a vida digna, a integridade física e moral, o lazer, a cultura, o livre desenvolvimento da personalidade, o acesso a serviços e a informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento, assim como o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, à moradia, à previdência social e à assistência social.

O plano de capacitação e qualificação docente do CIESA é um processo sistemático, que permite aos docentes adaptarem-se a novas formas de conhecimento, novas habilidades e novas situações e, também, ao desenvolvimento de uma percepção crítica do cenário institucional.

16.1.9.1 Plano de Formação

Este plano deve prever ações que propiciem pleno envolvimento dos professores no planejamento, conhecimento, execução, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico do curso, tendo em vista a transformação da escola com práticas interdisciplinares e transdisciplinares integradas à comunidade acadêmica e à rede de serviços de saúde e empresas regionais. Para tanto, devem ser indicadas as ações pretendidas sobre seleção, contratação, educação permanente, permanência, profissionalização, valorização e avaliação docente no curso.

Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) representa um componente essencial na arquitetura dos cursos de graduação do CIESA, desempenhando um importante papel na estruturação, orientação e direcionamento das ações e atividades acadêmicas que envolvem o curso, a IES e a comunidade onde este curso está inserido.

Sua institucionalização é um marco significativo, fornecendo diretrizes e estratégias para aprimoração da qualidade do ensino, promovendo uma integração efetiva com o corpo discente, docente e os diversos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, incluindo os aspectos da rede locorregional.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação do CIESA estão constituído por membros do corpo docente do curso que exercem liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela IES, e atuam no desenvolvimento do curso através das atribuições acadêmicas no âmbito dos processos de concepção, implantação, acompanhamento, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs), do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso. O NDE dos cursos de graduação do CIESA será composto por, no mínimo, de 5 (cinco) docentes, com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* e com regime de trabalho em tempo parcial (RTP) ou em tempo integral (RTI), tendo o coordenador como seu presidente.

A proposta de atuação do NDE dos Cursos de Graduação do CIESA está cuidadosamente delineada, considerando as características específicas do Curso. Este núcleo tem a responsabilidade de contribuir para a estruturação e desenvolvimento curricular, aprimoramento constante das práticas pedagógicas e alinhamento com as demandas de cada curso. A proposta de trabalho do NDE perpassa primeiramente por suas atribuições que são

explicitas na resolução que institui o núcleo docente estruturante (NDE) do Curso de Graduação e estabelece suas atribuições, normas de funcionamento e proposta de atuação), a saber:

a) Estruturar e Elaborar a concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, definindo seus fundamentos e interrelações, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso e outros dispositivos legais emanados pelos órgãos regulatórios;

b) Estabelecer o perfil do egresso do curso e contribuir para a consolidação do deste, zelando pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso;

c) Zelar pela integralização curricular interdisciplinar, horizontal e vertical, entre as diferentes atividades de ensino-aprendizagem constantes no currículo, respeitando os eixos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e o Projeto Pedagógico do Curso;

d) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão (incluindo a extensão curricularizada), oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do Curso de Graduação;

e) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso e das unidades curriculares que integram a estrutura curricular, levando em consideração as diretrizes da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Regimento Geral Institucional e o Plano de Ação e Gestão da Coordenação do Curso de Graduação;

f) Avaliar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação dos discentes através de métricas e indicadores adequados;

g) Analisar e propor atualização dos planos de ensino-aprendizagem das unidades curriculares que integram a estrutura curricular do curso de Ggaduação, primando pelo efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando as atualizações do fazer profissional do médico e as áreas de atuação da graduação na locoregionalidade, a adequação das cargas horárias, a adequação da bibliografia básica e complementar, a acessibilidade metodológica e instrumental e a abordagem de conteúdos pertinentes que diferenciam o curso dentro da área profissional induzindo a comunidade acadêmica do curso do CIESA ao contato com conhecimento recente e inovador de maneira que contemple a atuação nas áreas médica e biopsicossocial.

h) Privilegiar no currículo do curso a integração ensino-serviço-comunidade através da materialização de efetivas propostas pedagógicas de atividades que envolvam docentes e discentes desde o início do curso, que permitam, a atuação biopsicossocial

para integração do acadêmico nesse contexto;

i) Participar efetivamente das ações referentes às avaliações do curso de graduação, em todos os níveis e segmentos, sendo proponente e executor de propostas e ações que oportunizam o incremento da qualidade macro e micro do curso;

j) Participar das ações que envolvam a definição do perfil profissional docente aderente e adequado para a execução e materialização do PPC dos cursos do CIESA;

k) Planejar e zelar pela permanência do corpo integrante do NDE desde o seu processo autorizativo até o reconhecimento deste ato

l) Propor normas, formas de registro e operacionalização para: Estágio Supervisionado (ES), Atividades de Extensão Curricularizada, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Atividades Complementares (AC);

m) Manter atualizado o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação.

A inserção institucional efetiva do NDE não apenas fortalece seu impacto nos cursos de graduação do CIESA, mas também contribui para a construção de uma cultura acadêmica mais robusta e alinhada com os objetivos fundamentais e estratégicos do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Essa colaboração estreita e formal entre o NDE e a IES é crucial para o desenvolvimento contínuo e aprimoramento do ensino, o que oportuniza empregar mecanismos de integração com o corpo discente e com os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

16.1.9.2 Estímulos e incentivos profissionais

No que se refere ao corpo docente, em seu Regimento e especificamente no Plano de Carreira Docente, incentiva os professores doutores e mestres através de condições salariais adequadas e criando condições estruturais satisfatórias para desenvolvimento de pesquisas e exercício da docência.

16.1.9.3 Incentivo à formação pedagógica dos docentes

A Instituição, preocupada com a formação pedagógica de docentes tem como política promover o desenvolvimento, aprimoramento e qualificação do ser humano como agente de transformação social, contribuindo com uma alternativa de atendimento educacional flexível e que elimina barreiras facilitando o acesso ao conhecimento. Para tanto estabelece as seguintes diretrizes:

(i) Facilitar o acesso à formação pedagógica de profissionais graduados, habilitando-os, assim, para o exercício da docência;
(ii) Possibilitar a oportunidade de inserção do profissional no magistério;
(iii) Capacitar em serviço para atender a demanda de profissionais especializados;
(iv) Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino profissionalizante.

A Instituição acredita que o grande diferencial de uma instituição de ensino é o seu quadro de docentes. As mudanças ocorrem com velocidade ímpar, tornando necessária a atualização constante quer no aspecto específico das disciplinas, quer no aspecto didático pedagógico.

Desta forma, a Instituição implantará, a partir de 2025, um curso semestral de capacitação pedagógica.

16.1.9.4 Mecanismos de apoio à qualificação acadêmica dos docentes

O professor Michael Porter (PORTER, 2004), da *Harvard Business School* diz que a gestão de pessoas consiste em “recrutar, formar e desenvolver o potencial humano".

A finalidade da Gestão de Recursos Humanos não é mais do que a melhoria permanente da contribuição produtiva das pessoas para a concretização dos objetivos organizacionais.

Segundo Marques "além das mãos que trabalham, existem, sobretudo, corações que sentem e cérebros que pensam”. É necessário que as empresas assumam compromisso em:

- Valorizar as pessoas, reconhecendo ser o seu maior patrimônio;
- Desenvolver programa especial e intensivo de qualificação, capacitação e desenvolvimento gerencial, em todos os níveis, tendo em vista seu caráter determinante para o desempenho da atividade universitária, buscando padrões compatíveis com as exigências de uma Instituição inovadora e participante;
- Empreender a implementação dos quadros docente e técnico-administrativo, dimensionados segundo as responsabilidades e necessidades do desenvolvimento da Instituição;
- Reformular os critérios de progressão funcional, fundamentando-os no estímulo à qualificação e ao desempenho;
- Programar plano de capacitação docente e técnico-administrativo;
- Implantar plano de cargos, salários e de carreira.

Esses mecanismos demonstram a necessidade de a Instituição estabelecer propostas tais como:

- Desenvolver os aspectos atitudinais (valores) em consonância com a filosofia educacional apregoada;
- Implementar um amplo programa de capacitação acadêmica e ética, de forma a assegurar a melhoria do trabalho desenvolvido pela Instituição;
- Aperfeiçoar os recursos humanos necessários ao cumprimento dos objetivos institucionais, através do provimento e da distribuição equilibrada da força de trabalho disponível na Instituição e da promoção das melhorias das condições de trabalho;
- Valorizar os profissionais do ensino qualificando os docentes como parte do Projeto de Capacitação e Formação Continuada;
- Garantir a capacitação e o treinamento do corpo social, visando aprimorar os instrumentos e as estratégias de atuação no processo do trabalho.

16.1.10 Política de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo

O presente Programa de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo tem como objetivo geral promover o desenvolvimento integral do colaborador, inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do CIESA, que viabilize o seu aperfeiçoamento técnico, científico e cultural, com vistas à melhoria do desempenho em sua função atual e com perspectivas para o exercício de novas atribuições.

O CIESA busca conceder apoio financeiro sob a forma de ajuda de custo para participação em eventos de capacitação técnica, de bolsas de estudo para participação em cursos de pós-graduação em instituições reconhecidas e credenciadas e, em programas de treinamento específicos, mediante autorização prévia da Mantenedora.

O valor da ajuda de custo e da bolsa de estudo a ser concedida pela instituição é definido de acordo com a importância do conteúdo, sua duração e custos totais de participação, os quais podem ser custeados total ou parcialmente, observando-se, para tanto:

I. Disponibilidade de recursos financeiros para este fim;

II. A escala de prioridades da instituição, definida de modo a contemplar as áreas mais carentes de profissionais qualificados;

III. Relevância e necessidade de participação, definida por parecer técnico do superior imediato;

IV. Aspectos relacionados à motivação, interesse e dedicação, demonstrados pelo

empregado, técnico administrativo, no exercício de sua função;

V. Competências a serem desenvolvidas para o alcance dos objetivos estratégicos.

O empregado técnico-administrativo contemplado com ajuda de custo deve, após a participação no evento, apresentar documento que ateste sua presença, emitido pela instituição responsável pela sua promoção e/ou organização, e relatório que ressalte a importância dos conhecimentos adquiridos e/ou atualizados, em estreita observância à sua área de atuação na instituição.

Em consonância com a missão do CIESA, a presente Política possui os seguintes objetivos específicos:

1. Incentivar, orientar, possibilitar e promover a realização de ações que propiciem o desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores.

2. Apoiar, incentivar, estimular e promover a educação formal do servidor, em nível superior de graduação, como também a educação continuada, através de cursos de qualificação, atualização, extensão e de treinamento.

3. Criar ações visando ao aperfeiçoamento do servidor em nível de pós-graduação.

4. Realizar, no contexto da Reitoria diagnósticos das necessidades de formação continuada do corpo técnico-administrativo, e a tomada de decisões que promovam a realização de ações que venham a atender as demandas diagnosticadas, levando em conta os resultados da autoavaliação institucional e indicações e/ou solicitações de outros órgãos colegiados ou setores do CIESA.

5. Promover e apoiar a realização de eventos artístico-culturais, que permitam o acesso do servidor ao conhecimento socialmente produzido.

6. Incentivar e apoiar o servidor em suas iniciativas de capacitação voltadas par o desenvolvimento das competências institucionais e individuais. Para tanto, buscar e oferecer múltiplas alternativas, no âmbito das suas possibilidades, que permitam aos colaboradores se qualificarem conforme os seus interesses e necessidades, bem como conforme demandas que emergem dos novos desafios de inovação dentro do CIESA.

7. Assegurar o acesso dos colaboradores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho.

8. Promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento.

9. Considerar o resultado das ações de capacitação e a mensuração do desempenho do colaborador complementares entre si.

Consideradas as possibilidades supra mencionadas, a Política de Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo da CIESA, promoverá a realização das seguintes atividades:

1. Viabilizar a iniciação ao serviço no CIESA: O ingresso de novos funcionários no CIESA fornece uma ocasião oportuna para a realização do processo de treinamento, com o objetivo de socializar e integrar estes ao seu novo ambiente de trabalho. Esse é o período adequado para a transmissão de informações acerca da Instituição tais como: sua missão, metas, objetivos, políticas, benefícios, direitos e deveres, serviços e normas internas. O treinamento específico para integrar os novos colaboradores ao seu novo ambiente de trabalho se configura como uma orientação estratégica, já que as informações estão direcionadas para o alcance dos objetivos organizacionais e oferece a oportunidade de mudanças de vícios e hábitos a partir de conhecimentos acerca das exigências e expectativas do CIESA;

2. Promover, através de levantamento de diagnósticos realizado pela Reitoria, com apoio dos gestores de setores, e ouvidos a CPA e/ou ainda outras instâncias, a identificação de áreas prioritárias para a capacitação do corpo técnico-administrativo e o encaminhamento de colaboradores para alguma das diferentes formas de capacitação continuada.

3. Estabelecer os procedimentos que indiquem ao corpo técnico-administrativo como solicitar auxílios de custo para realização de formação (graduação) ou formação continuada (capacitações, extensões, pós-graduações);

4. Acompanhar e monitorar a execução das ações de formação continuada de seu corpo técnico-administrativo e a realização dos respectivos processos de auxílio de custo;

5. Apoiar na realização da educação formal, que visa ao desenvolvimento integral dos colaboradores, incluindo a graduação e a pós-graduação, tendo como critério inicial, que seja uma área de interesse institucional, que qualifique melhor para o exercício das funções;

6. Apoiar para a capacitação na área da gestão, com ações voltadas para a preparação dos colaboradores para atividades de gestão, que deverão se constituir em pré-requisitos para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção;

7. Promover capacitações interambientes – ações de capacitação visando tornar viáveis atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente e/ou setor do CIESA, visando otimizar as atividades.

16.1.11 Política de Aquisição, Atualização e Manutenção de Equipamentos

A Política de Aquisição, Atualização e Manutenção de Equipamentos e *Softwares* visa descrever os procedimentos do Setor de TI no sentido de manter o parque tecnológico de

equipamentos e *softwares*, devidamente atualizado.

O objetivo é oferecer o nível de serviços adequado à realização das atividades administrativas, acadêmicas e pedagógicas.

A Política de Aquisição, Atualização e Manutenção de Equipamentos é um conjunto de diretrizes que orienta as organizações na gestão eficiente de seus ativos tecnológicos e equipamentos. Essa política é fundamental para garantir que a empresa utilize recursos de forma eficaz, minimize custos e maximize a produtividade.

Aqui estão os principais componentes dessa política:

1. Objetivo

O principal objetivo é assegurar que todos os equipamentos adquiridos, atualizados ou mantidos atendam às necessidades operacionais da organização, contribuindo para a eficiência e eficácia dos processos.

2. Aquisição de Equipamentos

- Necessidade: Avaliar a real necessidade de novos equipamentos com base em estudos de viabilidade e demanda.

- Orçamento: Definir um orçamento claro para a aquisição, considerando não apenas o custo inicial, mas também os custos de operação e manutenção.

- Fornecedores: Selecionar fornecedores confiáveis, considerando critérios como qualidade, preço, suporte técnico e prazo de entrega.

- Avaliação: Realizar uma análise comparativa das opções disponíveis, priorizando aquelas que oferecem melhor custo-benefício.

3. Atualização de Equipamentos

- Tecnologia: Monitorar inovações tecnológicas que possam impactar a eficiência operacional e a competitividade da empresa.

- Ciclo de Vida: Estabelecer um ciclo de vida para os equipamentos, determinando quando é mais viável atualizá-los em vez de mantê-los.

- Treinamento: Garantir que a equipe receba treinamento adequado sobre novas tecnologias e equipamentos atualizados.

4. Manutenção de Equipamentos

- Planejamento: Criar um cronograma de manutenção preventiva para minimizar falhas e prolongar a vida útil dos equipamentos.

- Registro: Manter registros detalhados das manutenções realizadas, custos envolvidos e condições dos equipamentos.

- Resolução de Problemas: Estabelecer um protocolo para identificação e resolução rápida de problemas, minimizando o impacto nas operações.

5. Avaliação e Monitoramento

- Indicadores: Definir indicadores de desempenho para avaliar a eficácia da política, como tempo de inatividade dos equipamentos e custos de manutenção.

- Revisão Periódica: Realizar revisões periódicas da política para adaptá-la a mudanças nas necessidades da organização ou no ambiente tecnológico.

6. Sustentabilidade

Incorporar práticas sustentáveis na aquisição e descarte de equipamentos, promovendo a responsabilidade ambiental e o uso consciente de recursos.

A Política de Aquisição, Atualização e Manutenção de Equipamentos é essencial para garantir que uma organização opere de forma eficiente e eficaz. Ao seguir diretrizes claras, é possível otimizar recursos, reduzir custos e garantir que a equipe tenha as ferramentas necessárias para alcançar os objetivos organizacionais.

16.1.12 Política de Atualização e Manutenção da Infraestrutura Física e Patrimonial

A Política de Atualização e Manutenção da Infraestrutura Física e Patrimonial é um conjunto de diretrizes que visa garantir a integridade, funcionalidade e segurança dos ativos físicos de uma organização, incluindo edifícios, instalações, máquinas e outros bens patrimoniais. Essa política é fundamental para assegurar que a infraestrutura suporte as operações da empresa de forma eficiente e sustentável.

A Política visa estabelecer e instituir normas a respeito da Atualização e Manutenção da Infraestrutura Física e Patrimonial do CIESA.

A Infraestrutura da IES é constituída pelo conjunto de ambientes em bom estado de conservação. O espaço físico é adequado ao número de usuários projetados e para cada tipo de atividade. Todas as instalações são adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais.

A manutenção e a conservação das instalações físicas e patrimonial, dependendo de sua amplitude, serão executadas por funcionários do CIESA ou através de contratos com

empresas especializadas. O controle do patrimônio acontece por meio de uma plaqueta de identificação alfanumérica, a qual está contida em uma planilha onde se identifica qual o patrimônio e a localização dele.

O Plano de Atualização e Manutenção da Infraestrutura Física e Patrimonial do CIESA apresenta a classificação dos ambientes, os procedimentos de atualização e manutenção, bem como os documentos envolvidos nos fluxos:

- ✓ Administrar o ambiente operacional (servidores: Windows Server e Linux).
- ✓ Definir os planos de administração de crise, contingência, continuidade operacional, continuidade de TI e recuperação de desastres.
- ✓ Definir política de uso de telefonia móvel e notebook.
- ✓ Definir política de aquisição e atualização de ativos de tecnologia.

A política apresenta ainda capítulos relacionados às ferramentas de tecnologia da informação, ao público-alvo, à composição da tecnologia da informação do CIESA, à gestão e fluxo de chamados, à gestão de mudanças, à gestão de projetos, aos papéis e responsabilidades, à administração do ambiente computacional, da base tecnológica institucional e a sua avaliação e acompanhamento.

A seguir, estão os principais componentes dessa política:

1. Objetivo

O objetivo principal é garantir a correta manutenção e atualização da infraestrutura física e patrimonial, assegurando que os ativos da organização estejam em boas condições, atendendo às necessidades operacionais e normativas.

2. Avaliação da Infraestrutura

- Diagnóstico Inicial: Realizar um levantamento detalhado das condições atuais da infraestrutura, identificando necessidades de manutenção, atualização ou substituição.

- Prioridades: Definir prioridades com base na criticidade dos ativos para as operações da organização e no risco associado a falhas.

3. Atualização da Infraestrutura

- Planejamento: Desenvolver um plano de atualização que inclua cronogramas, orçamentos e recursos necessários para a modernização das instalações e equipamentos.

- Inovação: Incorporar novas tecnologias e soluções que melhorem a eficiência, segurança e sustentabilidade da infraestrutura.

4. Manutenção da Infraestrutura

- Manutenção Preventiva: Estabelecer um cronograma de manutenção preventiva regular, visando identificar e corrigir problemas antes que se tornem mais sérios e custosos.

- Manutenção Corretiva: Definir procedimentos para a realização de manutenções corretivas em caso de falhas, com a rapidez necessária para minimizar impactos nas operações.

- Registro de Manutenção: Manter um histórico detalhado das atividades de manutenção realizadas, incluindo datas, custos e resultados, para facilitar a tomada de decisões futuras.

5. Segurança e Conformidade

- Normas e Regulamentações: Garantir que todas as atividades de manutenção e atualização estejam em conformidade com normas de segurança, saúde e meio ambiente.

- Treinamento: Proporcionar capacitação contínua aos colaboradores responsáveis pela manutenção, assegurando que estejam atualizados sobre as melhores práticas e normas vigentes.

6. Sustentabilidade

- Práticas Sustentáveis: Incorporar práticas sustentáveis nas atividades de manutenção e atualização, como o uso de materiais ecológicos e a gestão eficiente de resíduos.

- Eficiência Energética: Promover a eficiência energética nas instalações, buscando reduzir o consumo e os custos operacionais.

7. Avaliação e Monitoramento

- Indicadores de Desempenho: Estabelecer indicadores para monitorar a eficácia das ações de manutenção e atualização, como tempo de inatividade das instalações e custos de manutenção.

- Revisão da Política: Realizar revisões periódicas da política para adaptá-la a novas necessidades, tecnologias ou regulamentações.

A Política de Atualização e Manutenção da Infraestrutura Física e Patrimonial é crucial para a sustentabilidade e eficiência operacional de uma organização. Ao seguir diretrizes claras e implementar práticas eficazes, é possível preservar a integridade dos ativos, garantir a segurança dos colaboradores e otimizar os recursos, contribuindo para o sucesso a longo

prazo do CIESA.

16.1.13 Política de diretrizes orçamentárias

A Política de diretrizes orçamentárias do CIESA direciona as diretrizes e metodologias necessárias para a construção do orçamento anual da IES.

As políticas de diretrizes orçamentárias são um conjunto de princípios e orientações que visam estabelecer as bases para a elaboração, execução e controle do orçamento público. Essas diretrizes são fundamentais para garantir que os recursos financeiros sejam alocados de maneira eficiente, transparente e responsável, promovendo o desenvolvimento econômico e social.

Além disso, reforça os aspectos financeiros e orçamentários descritos neste PDI e apresenta as seguintes metas institucionais:

- ✓ Crescimento de captação e base de alunos.
- ✓ Reajuste mínimo de ticket.
- ✓ Limites concebidos de bolsas e descontos.
- ✓ Percentual médio de ajuste salarial.
- ✓ Meta de EBTIDA e Lucro Líquido.

A Política ainda detalha as especificidades da construção do orçamento anual, a equipe de planejamento e controle orçamentário, as atribuições da equipe gestora, os investimentos e as fontes de recursos.

Abaixo, estão os principais componentes e aspectos das políticas de diretrizes orçamentárias:

1. Objetivo

O objetivo principal das diretrizes orçamentárias é assegurar a elaboração de um orçamento que reflita as prioridades e necessidades da sociedade, promovendo a transparência e a responsabilidade na gestão fiscal.

2. Planejamento Orçamentário

- Previsão de Receitas: Estabelecer critérios claros para a estimativa de receitas com matrículas da graduação e pós-graduação, considerando fatores econômicos, tendências de arrecadação e políticas fiscais.

- Definição de Despesas: Priorizar áreas e programas que atendam às necessidades dos cursos de graduação e pós-graduação, principalmente, quanto ao quadro de docentes

envolvidos nos projetos de pesquisa e extensão. Além disso, gastos com o quadro de técnicos-administrativos da Instituição.

3. Equilíbrio Orçamentário

- Responsabilidade Fiscal: Promover o equilíbrio entre receitas e despesas, evitando déficits orçamentários que possam comprometer a sustentabilidade financeira do CIESA.

- Limites de Gastos: Estabelecer limites para despesas em diferentes setores, garantindo que os gastos sejam realizados de forma responsável e controlada.

4. Transparência e Controle

- Acesso à Informação: Garantir que as informações orçamentárias sejam acessíveis aos setores, promovendo a transparência na gestão dos recursos, e controle pelo Conselho Universitário – CONSUN e pela Mantenedora.

- Controle Social: Incentivar a participação da comunidade acadêmica no acompanhamento e controle da execução orçamentária, por meio de reuniões do Conselho Universitário – CONSUN.

5. Avaliação de Resultados

- Indicadores de Desempenho: Definir indicadores que permitam avaliar a eficiência e a eficácia das despesas realizadas pelo CIESA, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços prestados.

- Revisão Periódica: Realizar revisões periódicas do orçamento, ajustando as diretrizes conforme necessário para atender às mudanças nas condições econômicas e sociais, dos setores do CIESA.

6. Coordenação Intersetorial

- Integração de Políticas: Promover a coordenação entre os diferentes setores e a Reitoria, assegurando que as diretrizes orçamentárias estejam alinhadas com as políticas estabelecidas pelo Conselho Universitário – CONSUN.

- Cooperação: Ter a participação dos gestores das áreas envolvidas para a implementação de projetos que atendam às diretrizes orçamentárias.

As políticas de diretrizes orçamentárias desempenham um papel crucial na gestão financeira do CIESA, assegurando que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e transparente.

16.2 POLÍTICAS ACADÊMICAS

Para garantir a qualidade do ensino que ministra, as Políticas de Ensino, Iniciação Científica, Extensão e Acompanhamento da oferta do ensino do CIESA, estão alicerçadas em ações estratégicas e nos ditames preconizados pela Legislação Educacional vigente, nos fins, Objetivos, Valores e Missão presentes neste PDI e no Regimento, bem como na valorização dos membros que compõem a Comunidade Acadêmica da IES, quanto às dimensões técnica, política e social exigidas pelo Estado e esperadas pela sociedade contemporânea.

Os Cursos da IES estão alicerçados em políticas institucionais consolidadas que, por sua vez, foram pensadas e traçadas dentro de um contexto de sintonia com os objetivos do curso, com a missão da IES, com o perfil do egresso esperado e em **consonância com o PDI e PPI** de acordo com diretrizes institucionais, ações estratégicas a serem implantadas, num determinado horizonte temporal, para o cumprimento dessas políticas institucionais. As políticas institucionais visam promover a compreensão dos alunos sobre o contexto econômico, social, político e cultural da sociedade.

As Políticas Institucionais de **ensino, pesquisa/iniciação científica, e extensão, constantes neste PDI estão também institucionalizadas no PPC dos cursos** e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras para a sua revisão, e abrangem os seguintes aspectos:

- Melhoria da Qualidade de Ensino e Formação Profissional: compromisso em aprimorar constantemente a qualidade do ensino oferecido e a formação profissional proporcionada aos estudantes, garantindo que estejam bem- preparados para os desafios de suas carreiras.
- Formação do Cidadão: promoção não apenas a formação técnica, mas também a cidadania ativa. Os programas educacionais incluem o desenvolvimento de habilidades cívicas e éticas para que nossos alunos se tornem cidadãos conscientes e responsáveis.
- Igualdade de Acesso e Permanência: trabalhar incansavelmente para criar um ambiente inclusivo que garanta igualdade de acesso e oportunidades a todos os estudantes, independentemente de suas origens, capacidades ou circunstâncias pessoais.
- Desenvolvimento de Habilidades para Aprendizagem Contínua: reconhecimento da importância da aprendizagem ao longo da vida e, portanto, buscamos equipar nossos

alunos com habilidades que os capacitem a aprender de forma contínua em diversas situações ao longo de suas vidas.

- Socialização, Integração, Cooperação e Participação: valorização da socialização, a integração, a cooperação e a participação ativa de nossos alunos na vida acadêmica e na sociedade em geral. Encorajar o envolvimento em atividades extracurriculares e oportunidades de engajamento comunitário para promover esses princípios.

Os cursos da IES estão alicerçados em políticas institucionais que, por sua vez, foram pensadas e traçadas dentro de um contexto de sintonia com os objetivos do curso, com a missão da IES, com o perfil do egresso esperado e em consonância com o PDI. A consolidação do curso ocorre mediante a utilização das políticas institucionais aprovadas no âmbito do PPI e PDI que estabelece as políticas e as diretrizes institucionais, ações estratégicas a serem implantadas, num determinado horizonte temporal, para o cumprimento dessas políticas institucionais.

As políticas institucionais visam promover a compreensão dos alunos sobre o contexto econômico, social, político e cultural da sociedade. As políticas institucionais para a graduação são operacionalizadas mediante o estímulo às práticas de auto estudo; ao encorajamento para o desenvolvimento de competências e habilidades adquiridas nos diversos cenários de ensino aprendizagem, inclusive as que se referem à experiência profissional considerada relevante para a área de formação; ao fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando as atividades de investigação (individual e coletiva), assim como a realização de estágios e a participação em atividades de extensão; à condução das avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e complementares que sirvam para orientar processos de revisão do Projeto Pedagógico do Curso; e à promoção da discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política, à educação ambiental, ética e legislação profissional deverão permear de forma transversal, toda a formação dos futuros profissionais.

O processo de ensino-aprendizagem apresenta **práticas inovadoras**, utilizando, para complementar e ajudar no processo de ensino, um ambiente de aprendizagem próprio: metodologias ativas, recursos tecnológicos e infraestrutura diferenciada, alinhada às políticas de ensino, iniciação científica, pesquisa e extensão.

As **atualizações das políticas** institucionais de ensino para os cursos serão realizadas periodicamente pelo NDE do curso, conforme previsto no Regimento, sendo aprovadas pelo Colegiado do curso. Serão adotadas as seguintes ações, nas quais serão bem-vindas ideias, sugestões ou queixas vinculadas às áreas de ensino, iniciação científica, extensão, infraestrutura física e tecnológica, dentre outras:

a) Reuniões semestrais dos representantes de turma com a Coordenação do curso;
b) Reuniões semestrais dos docentes com a Coordenação do curso;
c) Reuniões semestrais do NDE e do Colegiado do curso;
d) Reuniões com os orientadores e supervisores de estágio.

Em função de sua missão e dos seus objetivos, a IES concentrará esforços para contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente, formando cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna.

A partir das políticas institucionais no âmbito do curso constantes, têm-se as seguintes ações acadêmico-administrativas previstas:

a) Atualização Curricular: privilegia a formação por competências e habilidades, direciona a concepção curricular para favorecer a flexibilidade e a busca da interdisciplinaridade, orienta projetos alinhados à identidade e à missão institucional, fomenta a inovação, a produção do conhecimento e a participação nas atividades da comunidade acadêmica. Tais aspectos da política institucional são expressos no PPC do curso, na medida em que os componentes curriculares devem promover o desenvolvimento integral.

b) Atualização e a flexibilização: curricular também se darão por meio de Atividades Complementares, que objetivam criar no aluno a cultura da educação autônoma e a percepção da necessidade de atualização permanente em seu processo de formação acadêmica e profissional.

c) Oferta de disciplinas optativas: que compõem o espaço de atualização constante e de ampliação das possibilidades de enriquecimento, visto que serão ofertadas em semestres definidos na matriz curricular do curso, com novo rol de possibilidades, de acordo com as criações e sugestões do corpo docente.

d) Avaliação contínua (alunos e egressos): realizada pelos alunos e egressos contribuirá de forma significativa para identificação dos aspectos que necessitam de atualização ou alteração nos currículos, bem como nos próprios conteúdos dos componentes curriculares.

e) NDE atuação sistematizada: visará assegurar ao currículo do curso a permanente revisão e atualização, com vistas ao atendimento do perfil profissional do egresso, exigida pelas DCN's e pelo campo profissional de atuação.

f) Temas Transversais: O currículo dos cursos são elaborados tendo como base o Parecer CNE/CP nº 14/2012, segundo o qual "o currículo institui e é instituído na prática

social, que representa um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social, que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais, culturais, ambientais". Os temas abaixo serão tratados de modo transversal, contínuo e permanente no currículo do curso:

a. **Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena** (Resolução CNE/CP nº 01/2004), são tratados no decorrer do curso no âmbito de algumas unidades curriculares.

b. **Educação Ambiental** (Lei nº 9.795/1999, e Decreto nº 4.281/2002), os temas são abordados no decorrer do curso, sendo discutido em algumas unidades curriculares.

c. **Educação em Direitos Humanos** (Resolução CNE/CP nº 01/2012), encontra-se contemplada nas disciplinas de "Direitos Humanos, e de forma transversal nos cursos.

d. **Extensão**: além disso, do ponto de vista curricular, a Política de Extensão está alicerçada em três dimensões, sendo uma delas a dimensão ambiental. A temática Educação em Direitos Humanos, conforme Resolução CNE/CP nº 01/2012, encontra-se contemplada na unidade curricular de "Direitos Humanos, Sociedade e Relações Étnico-Raciais e Indígenas".

e) **Curricularização da Extensão**: está **devidamente inserida na matriz curricular** dos cursos de graduação, e atua como potencializadora na formação dos estudantes e na capacidade de intervir em benefício da sociedade, aspecto essencial para que a IES se realize como instrumento emancipatório. Possui a carga horária total de (10%), tendo unidades curriculares exclusivas para a prática de extensão em cada semestre como os projetos integradores a práticas de extensionistas.

16.2.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

O ensino é uma das dimensões que possibilita a democratização e o acesso ao conhecimento elaborado, transformando-o em ações práticas de intervenção no meio social e no mundo do trabalho. Nesse contexto, o conhecimento aparece como mediação do poder e como ferramenta da criação de símbolos através de um processo de internacionalização técnica e política, deixando de ser mecânica, projetando o trabalho como sentido.

Daí se esperar da educação que ela constitua, em sua efetividade prática, um decidido investimento na consolidação das forças construtivas dessas mediações. Impõe-se assegurar que a educação seja mediação da percepção das relações situacionais, que ela lhes possibilite a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí poderão se dar conta também do significado de suas atividades técnicas e culturais.

Cabe ainda à educação desvendar os mascaramentos ideológicos de sua atividade, evitando assim que se instaure como mera força de reprodução social e se torne capaz de vir a ser força de transformação da sociedade, de tantas maneiras quantas as permitidas pela criatividade de mentalidades preparadas e abertas para a sensibilidade do social, capazes de propor e executar alternativas que projetem as comunidades a outros patamares de qualidade de vida. Visão está não ingênua de que a educação tudo pode, sozinha, dar conta de fazer a transformação da sociedade, mas a de que o que lhe compete fazer não deve deixar de ser feito. Assim, as políticas educacionais do CIESA buscam desenvolver para os seus acadêmicos, uma base sólida de formação e desenvolvimento de habilidades e competências para o mercado de trabalho, contextualizando o ensino às realidades social, cultural e psicológica. A Instituição visa a formar cidadãos éticos, críticos, atuantes em seus entornos social, cultural e político, de forma autônoma e responsável. Nesse contexto, compõem as políticas de ensino os seguintes itens:

I. Atualizar, dinamizar e flexibilizar as estruturas curriculares dos cursos;

II. Criar estratégias de aprendizagem, adicionando novos conhecimentos significativos aos futuros profissionais;

III. Capacitar os docentes para o papel mais ativo de facilitadores e orientadores da aprendizagem;

IV. Incentivar os docentes na busca da qualificação profissional, através da formação continuada;

V. Oferecer aos professores cursos de inovações didáticas, com a aplicação de novas formas de ensinar;

VI. Incentivar os docentes no desenvolvimento de projetos interdisciplinares, superando a fragmentação da informação, oportunizando um ensino integrado e a proximidade da teoria e prática;

VII. Impulsionar o incentivo aos projetos de iniciação científica e à extensão;

VIII. Desenvolver programas de pós-graduação, relacionando-os com os cursos de graduação ofertados;

IX. Manter projetos pedagógicos adequados às legislações vigentes e ao mercado de trabalho;

X. Incorporar as novas tecnologias à educação, como recurso no desenvolvimento das aprendizagens;

XI. Criar novas formas de relação interinstitucional, seja através de redes virtuais e/ou ensino;

XII. Estabelecer parcerias nacionais e internacionais para iniciação científica e formação crítico-social, através de intercâmbios de professores e alunos;

XIII. Ampliar a base de conhecimento da sociedade para que seja transformadora da realidade, ao mesmo tempo em que preserva a cultura e os valores sociais pré-existentes;

XIV. Aplicar a formação por competências e habilidades para promover o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias do egresso.

XV. Aplicar programas de monitorias, de forma a dar apoio pedagógico aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas;

XVI. Promover reuniões de colegiado para analisar, avaliar, informar e ajustar os procedimentos pedagógicos, de acordo com as necessidades educacionais, psicológicas e culturais dos alunos;

XVII. Reformular critérios avaliativos, oportunizando avaliação diagnóstica e formativa;

XVIII. Orientar as Atividades Complementares através de critérios específicos que favoreçam a flexibilização de conteúdos e a possibilidade de formação diferenciada;

XIX. Acompanhar, mediar e facilitar o desenvolvimento das atividades de pesquisa e iniciação cientifica, e de aprofundamento de conteúdo, para a elaboração do trabalho de conclusão de curso;

XX. Atender às necessidades de qualificação de recursos humanos para a região de influência do CIESA.

Além disso, na elaboração do currículo de cada curso são incorporados conteúdos de modo a observar o disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e na Resolução CP/CNE nº 02/2012, que estabelecem as políticas de educação ambiental; o disposto na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e o disposto na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio

de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Nos cursos de graduação do CIESA serão trabalhados ainda que de forma transversal, ou em atividades extraclasses (atividades complementares, seminários, palestras entre outros) os seguintes conteúdos:

- Promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz especialmente a intimidação sistemática (*bullying*) em atendimento a Lei nº 13.663 de 14 de maio de 2018 que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei anti-*bullyng*).
- Promoção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento (terceira idade/ idoso), ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.
- Promoção de conteúdos sobre os direitos da pessoa com autismo a vida digna, a integridade física e moral, o lazer, a cultura, o livre desenvolvimento da personalidade, o acesso a serviços e a informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento, assim como o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, à moradia, à previdência social e à assistência social.

16.2.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação

O CIESA entende a pós-graduação como a oportunidade para o crescimento profissional, através dos programas de educação continuada. A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* acontece de formas distintas:

- Por demanda do mercado de trabalho, na busca de recursos humanos cada vez mais qualificados;
- Por estímulo dos cursos de graduação dentro do programa de educação continuada;
- Por parcerias com instituições públicas e privadas.

A construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* deve atender à Resolução CNE/CES nº 1, de 06 de abril de 2018. Para cada curso de especialização será previsto Projeto Pedagógico de Curso (PPC), constituído, dentre outros, pelos seguintes componentes:

a) Matriz curricular, com a carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, contendo disciplinas ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo

educacional, com o respectivo plano de ensino, que contenha objetivos, programa, metodologias de ensino-aprendizagem, previsão de trabalhos discentes, avaliação e bibliografia;

b) Composição do corpo docente, devidamente qualificado. O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação stricto sensu, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação stricto sensu devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente.

c) Processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes.

São objetivos da Coordenação de Pós-graduação *Lato Sensu do CIESA*:

- Aprofundar o conhecimento em áreas determinada ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidando, assim, os estudos realizados em nível de graduação.
- Fortalecer o Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* com abertura de novos cursos, revisão dos Projetos Pedagógicos já existentes e busca de maior integração e intercâmbio com os cursos de graduação ofertados pelo CIESA, sustentado nos programas: das áreas preferencialmente dos cursos de graduação, Qualidade de Ensino, Apoio ao Discente e de Acompanhamento de Egresso.

Os certificados de conclusão de cursos de especialização devem ser acompanhados dos respectivos históricos escolares, seguindo o disposto na Resolução CNE/CES nº 1/2018.

O CIESA entende que um programa de pós-graduação, contém um conjunto de disciplinas comuns, definidas como aquelas que vão garantir o suporte teórico e metodológico para o desenvolvimento de um projeto de iniciação cientifica/ pesquisa. Em continuidade ao aprofundamento propiciado pelas disciplinas, o plano de estudos do pós-graduando inclui atividades.

Dessa forma, há que se destacar que, visando constituir em sua plenitude a perspectiva acerca da indissociabilidade entre o ensino, a iniciação cientifica e a extensão, a IES oferta desde a sua implantação programas de pós-graduação lato sensu, buscando também oportunizar a comunidade a formação continuada.

Ressalte-se que o CIESA ultrapassa os limites da sua obrigação como IES ao incentivar e criar mecanismos para a formação de pesquisadores, afinal isso já começa a se constituir no tenro momento da graduação quando é oferecido aos alunos um programa institucional de

bolsas de iniciação científica.

A pós-graduação "*Lato Sensu"* tem por elemento definidor o aprofundamento da formação inicial. Assim posto, pode-se afirmar que o curso de pós-graduação "*Lato Sensu"* estabelece o ensino como objetivo a ser alcançado e garante a assimilação dos procedimentos e/ou resultados do avanço na produção cientifica, ajustando seu perfil às mudanças operadas na profissionalização. O Projeto do CIESA afirma que a pós- graduação "*Lato Sensu"* está focada à especialização e formação continuada nas diversas áreas da graduação.

Ademais, o oferecimento de cursos de pós-graduação se institui também como um espaço necessário para o acompanhamento e qualificação do egresso.

16.2.3 Políticas Institucionais e ações acadêmico-administrativas para a Iniciação Científica, Pesquisa, Tecnológica, Artística e Cultural

O CIESA estabeleceu desde sua gênese, prioritariamente, sua política de iniciação científica no desenvolvimento da região a qual está inserida e em seu entorno, ao formular normas para a investigação científica, baseou-se no atendimento ao seu princípio básico de auxiliar no desenvolvimento regional, haja vista só se conseguir atingir tal meta a partir da produção do conhecimento e não apenas da sua transmissão.

O CIESA entende a investigação científica como um processo de reflexão sistemática e crítica sobre a realidade multidimensional que está inserida, assumindo-a como exercício permanente, expresso nas atividades acadêmicas, para romper com o mito do ensino magistro-cêntrico e conteúdo-cêntrico (BEBER, 2007).

A iniciação científica e a pesquisa nos cursos do CIESA, são entendidas tanto para despertar o interesse pela investigação científica e iniciar a formação de novos pesquisadores, quanto como estratégias de formação profissional, por meio do ensino voltado à construção da autonomia intelectual, da iniciativa e do desenvolvimento de uma atitude crítico-investigativa diante da realidade.

A formação do cientista se dá de forma mais evidente a partir da graduação, pela renovação constante da cultura, pelo exercício da reflexão-ação, pelo confronto de opiniões a ser disseminado por meio de publicações em várias mídias, sejam impressas ou digitais.

Para as atividades de Iniciação Científica será implementado:

(i) Revista Científica de periodicidade anual, impressa e virtual, para os cursos de graduação e pós-graduação.

(ii) Relatórios, projetos de investigação científica, práticas pedagógicas e trabalhos de conclusão de curso.

Para ampliar as ações de investigação científica, o CIESA tem como objetivo:

a) Qualificação dos professores para orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

b) Qualificação dos professores em curso de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

c) Cadastro junto aos órgãos de fomento.

d) Criação das bolsas de investigação científica para alunos.

e) Maior integração entre ensino - investigação científica - extensão.

A **pesquisa e iniciação científica estão previstas de acordo com a Política de Iniciação Científica e de Pesquisa** da IES. A **iniciação científica** é uma atividade de investigação, realizada por estudantes de graduação, no âmbito de projeto de iniciação científica, orientado por docentes-pesquisadores qualificados, que visa o aprendizado de técnicas e métodos científicos e o desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da pesquisa. O Programa de Iniciação Científica (PIC) consiste num instrumento de estímulo à pesquisa que permite introduzir os estudantes de graduação na pesquisa científica, configurando-se como um poderoso fator de apoio às atividades de ensino e extensão, que atendem às seguintes Políticas:

a) Iniciar os alunos dos cursos de graduação na prática da pesquisa científica;

b) Desenvolver mentalidade científica, crítica e criativa dos alunos;

c) Estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa;

d) Estimular os alunos a participarem de eventos científicos e a publicar os trabalhos realizados.

Já a **pesquisa**, têm por finalidade a criação, instituição e consolidação de uma cultura de pesquisa, que permita:

- Por meio do incentivo e apoio à criação ou fortalecimento de grupos, núcleos, laboratórios e centros de pesquisa;
- O estímulo à ampliação de atividades de iniciação científica junto aos alunos de graduação;
- A valorização dos projetos interdisciplinares;
- O incentivo à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais de relevância;
- A divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas;
- O estímulo à publicação em revistas científicas indexadas de alto impacto;

- A constante busca de integração Ensino – Pesquisa – Extensão;
- A ampliação da mobilidade acadêmica, nacionalmente e com a internacionalização;
- A definição e implementação de sistemática de acompanhamento e avaliação das pesquisas, incorporando critérios de qualidade e relevância científica e social.

A pesquisa é o principal mecanismo do desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de conhecimento para a sociedade, com forte potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural, tornando-se imprescindível para endossar a missão e visão institucional, que estão pautadas em resultados acadêmicos que contribuam para o desenvolvimento local e regional, e também ser referência em inovação e qualidade acadêmica, e está instituída de forma orientada para as demandas da sociedade na qual está inserida. Para tanto, propõe para a pesquisa em sua política:

a) Criar e consolidar grupos, núcleos, laboratórios, centros e institutos de pesquisa com a participação, na medida das possibilidades, de docentes e alunos da graduação;

b) Estimular a ação dos docentes no avanço do conhecimento em diferentes áreas dos cursos de graduação, como em âmbitos tecnológicos, artísticos e culturais;

c) Gerar oportunidades internas de fomento e viabilização de pesquisas nas áreas menos privilegiadas pelas agências, em projetos interdisciplinares;

d) Reforçar a integração das diferentes ações na pesquisa com as áreas de ensino e extensão;

e) Estimular a internacionalização da pesquisa via parcerias com outros centros;

f) Incentivar o desenvolvimento contínuo do processo criativo e empreendedor em suas instalações intra e extramuros;

g) Apoiar a divulgação dos resultados das pesquisas em eventos, congressos, palestras, encontros científicos internos e externos, e outros meios.

A iniciação científica e pesquisa no CIESA é entendida como busca, indagação de respostas aos problemas que a realidade impõe ao cotidiano acadêmico, e como dever de ofício, dever dos que se dedicam a fazer da docência, mais do que o exercício de uma profissão regulamentada, por estar comprometido com o devir de realidades, que se sente na obrigação de contribuir para modificá-las, alterá-las, pelo fazer diário. Ser docente-pesquisador - e aí não importa se pesquisa se acha no âmbito *lato* ou *stricto sensu* -, é buscar respostas para as demandas que o alunado e as comunidades do entorno institucional apresentam; é sentir-se desafiado a criar alternativas que apontem outras construções possíveis ao que a realidade apresenta; é sentir-se instigado pelo cotidiano e ser um instigador, incitando o alunado a

acompanhá-lo nessa travessia criadora e, por vezes, transgressora.

O CIESA tem como políticas de pesquisa aplicado a iniciação cientifica:

a) Apoio institucional à realização das atividades de pesquisa, englobando aporte financeiro, humano, físico e tecnológico;

b) Busca de novas fontes de recursos financeiros para auxílio à iniciação científica e à pesquisa, como meio de potencializá-las;

c) Auxílio à qualificação dos docentes, perseguindo a meta de se ter um corpo de profissionais formado por mestres e doutores;

d) Orientações para a escolha e seleção da temática dos trabalhos de pesquisa e extensão, em sintonia com as necessidades e demandas da sociedade do entorno dos *campi*, expressas nas Linhas Curriculares Institucionais;

e) Promoção de intercâmbio com instituições científicas, nacionais e estrangeiras, visando a desenvolver projetos conjuntos e troca de experiências com outros pesquisadores;

f) Ampliação e consolidação da busca de parcerias com vistas a desenvolver atividades de pesquisa;

g) Incentivos à divulgação e publicação dos resultados científicos dos seus estudos e pesquisas;

h) Estabelecimento de projetos que atendam às Linhas Curriculares Institucionais (LCIs) e que ensejem pesquisas estimuladoras da transdisciplinaridade e da integração entre cursos e áreas do saber;

i) Fomento de pesquisas voltadas ao atendimento da demanda social;

j) Articulação da elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), de graduação e pós-graduação *lato sensu* às LCIs, coletivamente estabelecidas.

Já no âmbito da iniciação científica, as políticas do CIESA são:

I. Oportunizar eventos destinados ao debate de temas científicos e culturais sobre aspectos da realidade local e regional, interagindo docentes e discentes;

II. Incentivar a participação dos alunos em projetos de iniciação científica;

III. Estimular a participação de discentes e docentes em Encontros, Conferências e Congressos, para apresentação de trabalhos desenvolvidos nos cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* do CIESA;

IV. Estimular a participação de docentes nas atividades de orientação de projetos de iniciação científica de interesse institucional;

V. Desenvolver a mentalidade crítica e reflexiva prevista nas DCN’s dos cursos;

VI. Incentivar docentes e discentes, no desenvolvimento de projetos interdisciplinares, oportunizando aprendizagem integrada, inter e multidisciplinar.

O CIESA desenvolve atividades de pesquisa, articuladas aos cursos de graduação e de pós-graduação, para garantir a interdisciplinaridade, interagir com a realidade circundante e retroalimentar o ensino, estimulados mediante:

- Destinação de parte do tempo integral ou parcial de docentes para atividades de pesquisa;
- Oferta de acervo bibliográfico, sistema de informação e outros recursos materiais;
- Intercâmbio com outras instituições, nacionais e internacionais;
- Concessão de bolsas;
- Divulgação dos resultados da pesquisa e publicação dos temas considerados relevantes para a educação, a cultura, a ciência, as letras, as artes, a filosofia ou tecnologia;
- Oferta de atividades de iniciação científica, de práticas de investigação, de integração com o setor produtivo, de prestação de serviços e de atendimentos na área social, que conduzam os estudantes à prática profissional;
- Promoção de congressos e outros eventos, de natureza científica ou técnico-profissional;
- Estímulos e apoio aos pesquisadores, a fim de participar de eventos de caráter científico, técnico, cultural ou educacional.

16.2.3.1 Mecanismos de apoio à produção pedagógica, científica, técnica, cultural e artística

A Instituição desenvolverá ao longo do período de vigência do PDI, mecanismos de apoio à produção científica, técnica e cultural bem como mecanismos de apoio à participação em eventos de discentes e docentes.

Entre as medidas de apoio que concederá aos discentes e aos docentes em capacitação estão o afastamento – parcial ou integral – de suas atividades acadêmicas, a manutenção dos vencimentos integrais, e o recebimento de bolsas próprias ou oriundas de agências financiadoras, dentro da quota por esta definida.

O desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, realizados com qualidade, atende a mais um dos objetivos da Instituição que, como instituição inserida na comunidade, procurará concretizar os interesses coletivos da sociedade brasileira. Estes

interesses refletem uma melhoria na qualidade de vida em nível regional, estadual e nacional à medida que a pesquisa científica avança no conhecimento e no desenvolvimento tecnológico trazendo novas soluções.

A Instituição propõe, portanto, ações que priorizem o desenvolvimento da pesquisa/iniciação científica em todas as áreas do conhecimento, com vistas ao avanço do conhecimento científico, promovendo a inovação tecnológica, o intercâmbio e a divulgação científica e tecnológica e contribuindo significativamente para a formação de recursos humanos, tendo como objetivos:

- ✓ Produzir o conhecimento ampliando as fronteiras científicas e tecnológicas;
- ✓ Incrementar a produção científica nos cursos;
- ✓ Estimular a participação de docentes nas atividades de pesquisa, sem perda da qualidade dos projetos;
- ✓ Incentivar a produtividade com qualidade em pesquisa;
- ✓ Consolidar a presença da Instituição nos eventos principais de cada área do conhecimento;
- ✓ Consolidar os processos de avaliação de pesquisa da Instituição;
- ✓ Buscar a qualidade e produtividade do gerenciamento da pesquisa/iniciação científica na Instituição;
- ✓ Promover o intercâmbio entre pesquisadores nacionais e estrangeiros;
- ✓ Implementar Laboratórios de Pesquisa/iniciação científica;
- ✓ Consolidar os Grupos de Excelência da Instituição.

16.2.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino, a pesquisa e iniciação cientifica de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre ensino superior e sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

A extensão se expressa e se valoriza numa dinâmica que se concretiza através da produção de conhecimentos, que acontece na interface instituição/comunidade. Superando com isso o processo de aprendizagem, exclusivo no espaço de sala de aula.

Um dos principais objetivos da extensão é promover uma relação transformadora, como instrumento de mudança numa relação de mão dupla, de troca de saberes com a sociedade. A extensão se fortalece como prática acadêmica vinculada às atividades de ensino, pesquisa

e iniciação cientifica, as quais se traduzem na articulação e devolução do saber, construindo um novo saber a partir do confronto com as situações concretas. A Extensão, pela sua própria natureza, conduz ao enraizamento da Instituição de Ensino Superior na sociedade; suas atividades devem ser planejadas para o benefício efetivo da comunidade.

Mesmo antes de iniciar as suas atividades, os cursos realizaram e continuam a realizar um rol de atividades sistemáticas de extensão, os quais preveem a variabilidade de áreas e eventos, bem como promovem a responsabilidade social e o incentivo à preservação e disseminação da cultura e do patrimônio da região de inserção do CIESA.

As políticas de extensão do CIESA estão assim configuradas:

I. Propiciar a troca de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmico e empírico;

II. Trabalhar a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva do CIESA na comunidade;

III. Instrumentalizar o processo dialético da relação teoria-prática;

IV. Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficie a visão integrada do social;

V. Identificar e atender as demandas sociais articuladas com as políticas e prioridades institucionais;

VI. Estimular o desenvolvimento de projetos e atividades de prestação de serviços à comunidade e de interesse institucional.

Assim, as ações de extensão devem primar pela formação humana, sociopolítica e ambiental, expandindo seu caminho para a questão social e cultural, por intermédio com a sociedade, num constante processo de avaliação sobre como o CIESA tem enriquecido a sociedade em que atua.

16.2.4.1 Das Atividades de Extensão

A principal função do CIESA é **educar**. O processo educacional compreende a transmissão do conhecimento acumulado e consolidado e a geração de novos conhecimentos. Através da extensão, aluno e professor trabalharão como aliados na procura de novas experiências e atividades, de um novo conhecimento. Dessa forma, entendem-se duas funções essenciais do CIESA: o ensino e a extensão.

A extensão é a parte do processo educacional tendo como força indutora e motivadora as questões imediatas e mais relevantes demandadas pela sociedade. De certa forma, a extensão é a maneira do CIESA interagir diretamente com a sociedade, mas o que deve ser

comum é o caráter educacional. A extensão não pode ser uma atividade marginal ao processo educacional. É dessa forma que o CIESA pretende desenvolver a política de extensão, como parte integrante e importante do seu objetivo maior.

As atividades extensionistas a serem desenvolvidas no CIESA e consequentemente nos cursos de graduação devem subsidiar não só a avaliação qualitativa da instituição como também o planejamento institucional das suas ações e também no âmbito do curso.

As atividades de extensão desenvolvidas têm como objetivo primordial promover uma relação mutuamente transformadora entre a IES e comunidade, articulando conhecimento, ciência, ensino, pesquisa/iniciação científica e desenvolvimento social, se relacionarão inicialmente sob a forma de atividades investigativas.

As atividades serão classificadas segundo áreas temáticas. Para tanto, se buscará identificar, por áreas temáticas, as oportunidades de articulação de trabalhos com grau razoável de afinidade com a sociedade.

16.2.4.2 Dos Objetivos da Extensão

A IES adotará em seus planos para desenvolver as políticas de extensão os seguintes objetivos:

- ✓ Reafirmar a extensão como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade; indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- ✓ Priorizar as práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais;
- ✓ Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;
- ✓ Valorizar programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias;
- ✓ Avaliação permanente das atividades de extensão;
- ✓ Criar condições para a participação do CIESA na elaboração das políticas públicas voltadas para a população;
- ✓ Incentivar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação de acesso ao saber e do desenvolvimento tecnológico e social.

A extensão será operacionalizada por meio de ações, programas e projetos sociais, comunitários e culturais, integrados ao ensino e preferencialmente de caráter interdisciplinar.

16.2.4.3 A materialização das Políticas de Extensão nos cursos de graduação

Para fins de organização curricular, as atividades de extensão podem ser registradas no PPC das seguintes formas:

- Componentes curriculares específicos de extensão: que dedicará a carga horária do referido componente à realização de atividades de extensão previstas em um ou mais programas de extensão;
- Componentes curriculares mistos: como parte de componentes curriculares não específicos de extensão que dedicará parcialmente a carga horária do referido componente à realização de atividades de extensão previstas em um ou mais programas de extensão.

O CIESA ainda:

I. Desenvolverá Semanas Acadêmicas para cada curso com atividades abertas à comunidade.

II. Prestará serviços de atendimento ao cidadão com atividade do estágio supervisionado na IES e na comunidade.

16.2.4.4 Articulação entre as Atividades de Ensino, Iniciação Científica e Pesquisa, e Extensão

No que diz respeito às práticas de extensão e suas relações com o ensino e a pesquisa e iniciação científica, destaca-se que elas foram e são estabelecidas antecipadamente dentro de cada um dos cursos de graduação, conforme previsto neste PPI.

Vale destacar que a extensão, quando relacionada ao contato com a comunidade, não se pauta no mero assistencialismo, mas numa forma de estender os conhecimentos produzidos para além de seus muros, de maneira a aproximar-se e contribuir mais com discussões à busca de resoluções dos problemas sociais.

Sendo assim, nenhuma ação de extensão está desvinculada do processo de formação e da geração de conhecimento.

Nesta perspectiva, a função da extensão, integrada com a sala de aula, é de implementar ações através de programas, projetos, estágios curriculares, cursos, seminários, que envolvem a comunidade com diagnósticos da realidade que a cerca, intercâmbio de informações, sugestões e desenvolvimento de atividades que acabam fortalecendo a

construção da cidadania. Esta é uma das maneiras de concretizar a articulação entre iniciação cientifica, ensino e extensão.

Assim, a Extensão, enquanto atividade fim aproxima e vincula as práticas pedagógicas das necessidades e interesses reais da comunidade numa perspectiva interdisciplinar.

A participação do acadêmico nas atividades de extensão é parte essencial de sua formação. Contribui para ampliar experiências significativas, nas quais acontece o deslocamento do eixo pedagógico clássico professor/aluno para o eixo aluno/comunidade, com novo enfoque de sala de aula e o professor passa a ser coparticipante, orientador, educador.

Dessa forma, o processo de formação acadêmica torna-se mais rico e flexível, com a quebra de paradigmas que há muito estabelecem as normas do processo educacional. Conceitos como carga-horária, matriz curricular, controle acadêmico, verificação de frequência e de rendimento escolar, sistemática de avaliação são relativizados. Mais valor têm os processos qualitativos; e a avaliação passa a ser compreendida numa perspectiva de crescimento. Docentes e discentes têm, além de novas relações, novos aprendizados, novo conceito de sala de aula, mais experiências acumuladas.

Para isso foram necessárias mudanças estruturais, inclusive diferentes posturas de dirigentes, professores, acadêmicos e funcionários.

A busca do conhecimento há que ser um processo prazeroso, no qual a burocracia acadêmica seja rompida e a sala de aula transformada em espaço de permanente interação de troca de saberes, e que o aluno não seja um mero espectador, mas agente no processo. É nesta interação cotidiana que a função social da IES se concretiza, fazendo da teoria e da prática um todo articulado.

16.2.5 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente

As políticas institucionais e as ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente em instituições de ensino superior são fundamentais para promover a qualidade do ensino e a pesquisa. Essas políticas têm como objetivo apoiar os docentes na geração de conhecimento, contribuindo para a inovação e o avanço das áreas de estudo.

Para o CIESA, uma das principais diretrizes dessas políticas é a valorização da produção acadêmica, que pode incluir a publicação de artigos em periódicos científicos, a participação em conferências, e a realização de projetos de pesquisa. O CIESA pode criar programas de incentivo que oferecem bolsas de pesquisa, financiamento para eventos

acadêmicos, e reconhecimento formal para docentes que se destacam em suas produções.

Além disso, a promoção de ambientes colaborativos é essencial. Isso pode ser feito através da criação de grupos de pesquisa interdisciplinares, que incentivam a troca de ideias e experiências entre docentes de diferentes áreas. A institucionalização de seminários, workshops e palestras também pode servir como plataforma para a difusão do conhecimento produzido, estimulando a interação entre acadêmicos e a comunidade externa.

Outro aspecto importante é a formação contínua dos docentes. Programas de capacitação que abordem novas metodologias de ensino, técnicas de pesquisa e uso de tecnologias podem aumentar a eficiência da produção acadêmica. O CIESA deve oferecer suporte para que os professores possam atualizar seus conhecimentos e habilidades, garantindo que estejam sempre alinhados com as tendências do mercado e as necessidades da sociedade.

O estímulo a difusão das produções acadêmicas docente está implantado, em e os resultados estão sendo difundidos em revistas e eventos internos como, por exemplo, a Semana de Iniciação Científica; e externos com a participação de docentes e discentes em congressos, onde apresentam os resultados, inclusive com casos de eventos internacionais. Também são constatadas ações de inserção de temas científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, da área dos cursos ou de temas transversais, na agenda dos veículos de comunicação.

Outro fato ligado à difusão das produções é a implantação da Revista Científica, impressa e virtual, da própria IES, a partir de 2026, onde os docentes, discentes e comunidade científica, em geral, submeterão seus resultados para serem publicados. Vale lembrar ainda, que atividades de extensão, artística e cultural, também podem gerar material de divulgação.

O programa de iniciação científica é aplicado aos cursos, o qual entende que esse é um instrumento que introduz o estudante de graduação com potencial promissor na prática da iniciação cientifica e pesquisa. É o primeiro contato direto do acadêmico com a atividade científica que o leva a se engajar na pesquisa, tendo oportunidade de estudar e desenvolver um determinado tema, usando as metodologias adequadas, sempre sob a orientação e supervisão de um professor orientador.

A iniciação científica caracteriza-se, portanto, como um meio da realização de um projeto de pesquisa, contribuindo também para a formação de uma nova mentalidade no acadêmico, levando-o a conhecer e aplicar a metodologia científica. A iniciação científica é uma atividade inerente à pesquisa exercida por acadêmicos regularmente matriculados no CIESA.

O Programa de Iniciação Científica objetiva:

a) Possibilitar ao discente o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes na organização e desenvolvimento de atividades de pesquisa científica;

b) Desenvolver o senso crítico dos acadêmicos e sua introdução na metodologia científica;

c) Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa e para o desenvolvimento tecnológico;

d) Incentivar os professores ao exercício da atividade científica e da orientação acadêmica;

e) Motivar a interação discente e docente nas atividades de pesquisa para o incremento de resultados positivos, e criação de grupos e contatos interdisciplinares;

f) Promover a produção científica e sua publicação, aumentando a contribuição da instituição na produção acadêmica.

As maiores dificuldades que o CIESA enfrenta, são os desafios na implementação de políticas de incentivo à produção acadêmica. Desta forma, o CIESA na busca da excelência tem como objetivos para a quebra destas barreiras ações que incluem:

- Recursos Financeiros: previsão orçamentária e a alocação de verbas suficientes para financiar projetos de pesquisa, bolsas de estudo e eventos acadêmicos.
- Capacitação: programas de formação e capacitação para docentes em metodologias de pesquisa e publicação, elevando a qualidade e a quantidade de produção acadêmica.
- Desburocratização: processos administrativos menos complexos e menos burocráticos, com a aprovação de projetos e a liberação de recursos pela Reitoria, estimulando os docentes a se engajarem em atividades de pesquisa.
- Reconhecimento e Valorização: um sistema claro de reconhecimento e valorização dos esforços acadêmicos dos docentes.
- Cultura Institucional: essa cultura no CIESA pode impactar a produção acadêmica.
- Infraestrutura e Recursos: disponibilizar infraestrutura adequada, como laboratórios, bibliotecas e acesso a bases de dados, oportunizando acesso à pesquisas e elevando a qualidade dos projetos desenvolvidos.
- Interdisciplinaridade: a promoção de pesquisas interdisciplinares pode ser um desafio, especialmente se a estrutura organizacional da instituição for muito

segmentada, dificultando a colaboração entre diferentes áreas de conhecimento.

A superação desses desafios exige um planejamento estratégico e uma abordagem integrada que contemple não apenas a criação de políticas, mas também o envolvimento de todos os atores do CIESA para promover um ambiente que valorize a pesquisa e a produção acadêmica.

Por fim, a transparência e a comunicação eficaz das políticas institucionais são cruciais. O CIESA mantêm canais abertos para que os docentes possam entender as oportunidades disponíveis e como podem acessá-las. Isso inclui a divulgação regular de informações sobre editais, concursos e outras iniciativas que incentivem a produção acadêmica. Em suma, a implementação de políticas institucionais robustas e ações de estímulo direcionadas são essenciais para criar um ambiente propício à produção acadêmica no CIESA, beneficiando tanto os docentes quanto a sociedade como um todo. O CIESA demonstra políticas e ações de estímulo às produções acadêmicas científica, didático pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

16.2.6 Política de acompanhamento dos egressos

A análise e avaliação sobre o egresso de uma IES é uma contínua melhoria de todo planejamento e operação dos processos de ensino e aprendizagem. Por isso, pode-se afirmar que não se trata apenas de uma política de apoio ao estudante, mas uma Política de Gestão que tem como objetivo inserir no mercado de trabalho profissionais aptos para o exercício da profissão. E é através do retorno quanto aos indicadores da qualidade dos profissionais que são formados que se torna possível observar o desenvolvimento do egresso da IES no mercado. Neste sentido, o egresso é definido como aquele que efetivamente concluiu seus estudos, colou grau e está apto para ingressar no mercado de trabalho. Nessa condição de egresso, ele é uma fonte de informação sobre a qualidade do serviço prestado pela Instituição de Ensino Superior que o formou.

Dessa forma, visando dar mais clareza e antecipar suas perspectivas acerca do egresso, o CIESA criou um programa que busca implementar de maneira mais clara e objetiva suas políticas institucionais de acompanhamento ao egresso. Trata-se do PAE - Programa de Acompanhamento do Egresso, instrumento este que possibilita a avaliação continuada do CIESA**,** por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-

aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, são os seguintes os objetivos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados por ela;
- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontecem por meio de documento expedido pela instituição.

A política de acompanhamento do egresso no CIESA é uma estratégia fundamental para avaliar a eficácia dos cursos oferecidos, além de contribuir para a melhoria contínua da qualidade do ensino. Essa política visa monitorar a trajetória dos alunos após a conclusão de seus cursos, coletando dados e informações que possam fornecer insights valiosos sobre sua inserção no mercado de trabalho, desempenho profissional e satisfação com a formação recebida. Além disso, o CIESA pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constitui como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelece como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

São etapas da Política de Acompanhamento do Egresso:

- ✓ Avaliação da qualidade do ensino: o acompanhamento permite que o CIESA avalie a relevância e a qualidade do currículo, identificando áreas que necessitam de melhorias com base na experiência dos egressos.
- ✓ Inserção no mercado de trabalho: a política buscará entender como os egressos estão se inserindo no mercado de trabalho, quais setores estão atuando e quais competências são mais valorizadas pelos empregadores.
- ✓ Satisfação e feedback: coletar feedback dos egressos sobre a formação recebida é crucial. Isso pode incluir a percepção sobre a adequação do conteúdo, a metodologia de ensino e o suporte oferecido pela instituição.
- ✓ Fortalecimento de redes de contato: o acompanhamento pode também fomentar a criação de uma rede de ex-alunos, que pode ser benéfica tanto para os próprios egressos quanto para a instituição, promovendo parcerias e oportunidades de estágio ou emprego.
- ✓ Aprimoramento de programas: a partir das informações coletadas, o CIESA pode desenvolverá ou aprimorará programas de formação continuada, workshops e outras iniciativas que atendam às necessidades dos egressos e do mercado.

Para que as etapas acima sejam concretizadas com sucesso, o CIESA deverá adotar algumas destas estratégias de implementação, de forma isolada ou simultânea:

- ✓ Pesquisas e questionários: aplicar questionários periódicos para egressos, buscando informações sobre sua situação profissional, satisfação com a formação e sugestões de melhorias.
- ✓ Eventos de Networking: organizar eventos que reúnam egressos e atuais alunos, promovendo a troca de experiências e a construção de redes de contato.
- ✓ Plataformas de acompanhamento: utilizar plataformas digitais para facilitar o registro e o acompanhamento da trajetória dos egressos, permitindo um acesso fácil e contínuo às informações coletadas.
- ✓ Parcerias com o mercado: estabelecer parcerias com empresas e organizações para entender as demandas do mercado e alinhar a formação oferecida com as expectativas do setor.

Apesar de sua importância, a implementação de uma política de acompanhamento pode enfrentar desafios, como a dificuldade em manter contato com os egressos, a resistência a compartilhar informações pelo ex-aluno. Para superar esses desafios, é fundamental que o CIESA demonstre o valor do acompanhamento para os egressos, destacando os benefícios que podem advir de sua participação, como acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional e à rede de contatos.

Em suma, a política de acompanhamento do egresso é uma ferramenta essencial para a melhoria contínua da educação superior, permitindo que as instituições se adaptem às exigências do mercado e garantam que suas formações sejam relevantes e de qualidade.

16.2.7 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)

O CIESA tem plena consciência de que, em seu papel como instituição de ensino, ter a obrigatoriedade de estabelecer a pesquisa ou a iniciação científica como um dos seus nortes básico, tem a obrigação de fomentar meios de estimular a produção acadêmica tanto no âmbito docente quanto discente.

Assim, o CIESA buscou desde cedo estabelecer espaços em seus currículos que permitam constituir espaços para que professores e alunos produzam conhecimento no âmbito institucional.

A princípio deve-se destacar as práticas pedagógicas interdisciplinares como um espaço viável para essa finalidade, afinal durante todo o percurso dos cursos de formação de professores, alunos e professores estão em contato direto com a realidade da comunidade do município e região, o que faz com que novos conhecimentos e novas perspectivas sejam instituídas ao longo do curso.

Da mesma forma, deve-se destacar o programa institucional que incentivou e continua a incentivar a participação de alunos e professores em eventos de cunho científico e artísticos, o que ensejou e enseja a produção de trabalhos em várias áreas do conhecimento.

Outrossim, deve-se destacar que os Estágios e o TCC, obrigatórios nos cursos de graduação, são espaços imprescindíveis para a produção acadêmica, inclusive, tem-se já em discussão que no decorrer do quinquênio haverá a concepção de revistas acadêmicas que visam explicitar junto à comunidade os resultados de pesquisas e discussões docentes e discentes no âmbito institucional.

As políticas institucionais e as ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos são fundamentais para fomentar o desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Essas políticas visam promover um ambiente que incentive a pesquisa, a criação e a troca de conhecimentos, preparando os estudantes para os desafios do mercado de trabalho e para a vida acadêmica.

Fazem parte das políticas institucionais de estímulo á produção discente:

- ✓ Fomento à pesquisa: o CIESA deve estabelecer políticas que incentivem a produção de pesquisa entre os alunos, como a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), a criação de programas de bolsas de iniciação científica e apoio financeiro para projetos de pesquisa. Isso pode incluir a disponibilização de recursos para a realização de experimentos, aquisição de materiais e acesso a bases de dados.
- ✓ Integração curricular: incorporar a iniciação científica, a pesquisa e a participação em eventos acadêmicos como parte integrante do currículo, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades de pesquisa desde a graduação. Isso pode ser feito através de disciplinas específicas que abordem metodologias de pesquisa e redação acadêmica.
- ✓ Apoio à publicação: criação de mecanismos que facilitem a publicação de trabalhos acadêmicos dos alunos, como workshops, revista acadêmica e orientações sobre escrita acadêmica e como submeter artigos a periódicos científicos e anais de congressos.
- ✓ Incentivos à participação em eventos: o CIESA poderá oferecer ajuda financeira para que alunos participem de congressos, seminários e workshops, além de proporcionar treinamentos para apresentação de trabalhos, como técnicas de oratória e elaboração de pôsteres. Essa disponibilização financeira deve estar previsto no planejamento orçamentário aprovado pelo CONSUN.
- ✓ Criação de grupos de pesquisa: estimular a formação de grupos de pesquisa que incluam alunos de graduação e pós-graduação, promovendo a colaboração entre diferentes níveis de formação e áreas do conhecimento.

Ações de estímulo para a concretização das ações à produção discente:

- ✓ Programas de bolsa: oferecer bolsas de estudo para alunos que se destacam em projetos de pesquisa ou que participam ativamente de eventos acadêmicos. Essas bolsas podem ser direcionadas a iniciativas específicas, como a apresentação de trabalhos em conferências.

- ✓ Premiação e reconhecimento: instituir prêmios para os melhores trabalhos apresentados em eventos, além de reconhecer publicamente os alunos que se destacam em suas produções acadêmicas. Isso pode ser feito através de cerimônias de premiação ou menções em redes sociais e sites institucionais.
- ✓ Organização de eventos: promover a realização de seminários, congressos e simpósios que envolvam a comunidade acadêmica e permitam aos alunos apresentar suas pesquisas e interagir com especialistas da área. Além disso, incentivar a organização de eventos por parte dos próprios alunos, promovendo a liderança e o protagonismo.
- ✓ Mentoria e orientação: oferecer programas de mentoria onde alunos mais experientes orientem novos alunos em suas atividades de pesquisa e na preparação para eventos acadêmicos. Isso pode ajudar a criar um ambiente de aprendizado colaborativo.
- ✓ Divulgação de oportunidades: Manter canais de comunicação abertos para informar os alunos sobre oportunidades de participação em eventos, editais de fomento à pesquisa e datas de submissão de trabalhos. Isso pode incluir newsletters, murais informativos e grupos em redes sociais.

A implementação dessas políticas e ações pode enfrentar desafios, como a resistência à mudança por parte de alguns docentes e a dificuldade em engajar todos os alunos nas iniciativas propostas. Para contornar esses obstáculos, é importante que a administração do CIESA se comprometa com a promoção da pesquisa e da participação acadêmica, envolvendo toda a comunidade acadêmica nesse processo. Em resumo, as políticas institucionais e as ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos são essenciais para o desenvolvimento acadêmico dos alunos, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados e engajados na promoção do conhecimento.

16.2.8 Política institucional para comunicação da IES com a comunidade externa e interna

As políticas institucionais para estabelecer a comunicação do CIESA com a comunidade externa e interna são fundamentais para promover a transparência, a participação e o engajamento de todos os stakeholders, incluindo alunos, docentes, funcionários, ex-alunos e a sociedade em geral. Uma comunicação eficaz fortalece a imagem institucional, facilita o fluxo de informações e contribui para a construção de uma comunidade

acadêmica coesa.

Sendo assim, o CIESA reconhece que desenvolver a interação e produzir resultados satisfatórios com os públicos interno e externo das organizações públicas ou privadas, é essencial para a constituição de processos e oferta de serviços de qualidade.

Ao mesmo tempo, o CIESA tem plena consciência de que trabalhar a interação do público interno (funcionários, alunos, gestores e professores) ou externo (representantes da comunidade, integrantes da comunidade, investidores, fornecedores, imprensa etc.) com os resultados e iniciativas institucionais é o desafio de muitas organizações públicas e privadas voltadas a educação.

Neste sentido, os órgãos internos de comunicação e marketing têm um papel determinante na eficácia dos processos acadêmicos e administrativos, quando o que está em jogo é a informação. Afinal, a comunicação institucional vem, em muitos casos, promover e perpetuar a necessária união e a participação satisfatória de funcionários, alunos e professores, pois levar ao conhecimento público, de forma atuante, feitos, informações e projetos institucionais, muitas vezes, amenizam os tropeços administrativos e acadêmicos.

Assim, o CIESA constituiu para ser implantado na vigência deste PDI um programa voltado a fundamentar e sistematizar de maneira global os processos de comunicação interna e externa no âmbito é resultado da ação dos gestores e do núcleo de comunicação e marketing do CIESA, os quais têm plena convicção de que se faz necessário sistematizar ações gerais em termos de comunicação para a eficácia da prestação de serviços educacionais e do próprio cumprimento da sua missão.

Abaixo estão algumas formas que o CIESA pode implementar essas políticas:

1. Canais de Comunicação:

- ✓ Site institucional: manter um site atualizado que contenha informações relevantes sobre cursos, programas, eventos, notícias e recursos acadêmicos. O site deve ser acessível e fácil de navegar, com áreas específicas para diferentes públicos (alunos, professores, colaboradores e comunidade externa).
- ✓ Redes sociais: utilizar plataformas como Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn para divulgar atividades, conquistas e eventos do CIESA. As redes sociais também podem ser usadas para interagir com a comunidade e responder a dúvidas.
- ✓ Boletins informativos (Newsletters): enviar newsletters regulares por e-mail para alunos, ex-alunos e funcionários, destacando notícias importantes, eventos futuros e oportunidades acadêmicas e profissionais.

2. Eventos e Atividades:

✓ Palestras e seminários: organizar eventos abertos à comunidade, onde especialistas compartilhem conhecimentos sobre temas relevantes. Isso não só melhorará a visibilidade do CIESA, mas também promoverá o intercâmbio de ideias.

✓ Dias de portas abertas: realizar eventos onde a comunidade externa possa visitar o CIESA, conhecer os cursos oferecidos e interagir com docentes e alunos. Essa ação incentivará a aproximação entre o CIESA e a sociedade.

✓ Participação em feiras e congressos: representar o CIESA em eventos externos, como feiras de educação e congressos, para divulgar os cursos e a pesquisa desenvolvida, além de interagir com potenciais alunos e parceiros.

3. Feedback e Interação:

✓ Pesquisas de opinião: implementar pesquisas regulares para coletar feedback de alunos, docentes e funcionários sobre a comunicação institucional e os serviços oferecidos, ajudará a identificar áreas de melhoria e a engajar a comunidade.

✓ Fóruns e grupos de discussão: criar espaços de discussão, como fóruns online ou grupos presenciais, onde alunos e funcionários possam expressar suas opiniões, sugerir melhorias e discutir questões relevantes.

4. Transparência e Prestação de Contas:

✓ Canal de comunicação direta: estabelecer canais de comunicação, como um e-mail ou uma plataforma online, onde a comunidade interna e externa possa enviar perguntas, sugestões ou reclamações diretamente à administração. Além disso, apoio da Ouvidoria do CIESA quando necessitar de confidencialidade e anonimato.

5. Parcerias e Colaborações:

✓ Colaboração com a mídia local: estabelecer parcerias com veículos de comunicação locais para divulgar os cursos, eventos, conquistas e projetos do CIESA, aumentando a visibilidade e o relacionamento com a comunidade.

✓ Programas de extensão: desenvolver programas que envolvam alunos e docentes em ações voltadas para a comunidade, como cursos, workshops e consultorias, promovendo um diálogo direto com a sociedade.

6. Capacitação em Comunicação:

✓ Treinamentos para a equipe: oferecer capacitações para docentes e

funcionários sobre comunicação eficaz, abordando temas como uso de redes sociais, redação de comunicados e atendimento ao público.

A implementação das políticas de comunicação no CIESA é essencial para criar um ambiente acadêmico dinâmico, transparente e engajado. Através de uma comunicação clara e acessível, o CIESA pode fortalecer sua imagem, promover a participação ativa da comunidade e contribuir para o desenvolvimento social e educacional.

16.2.9 Política institucional de Apoio e Atendimento aos Discentes

O CIESA oferece total apoio aos estudantes, **contemplando** ações de **acolhimento e permanência** para todos, inclusive para pessoas com deficiência através da **acessibilidade metodológica e instrumental** assegurada de diversas formas, com destaque na utilização de diversas metodologias de ensino para os diferentes perfis de aprendizagem presentes em todas as unidades curriculares, oferta da disciplina de **LIBRAS,** e dos *softwares* de inclusão como Dosvox, Jecripe, Hand Talk, Mousekey, VLibras; **acessibilidade digital** com diversos dispositivos, como teclado em braile e fones de ouvido, e *softwares* de inclusão descritos anteriormente; **acessibilidade atitudinal,** por meio do acolhimento do NAPE, com políticas próprias e de inclusão; e da **acessibilidade arquitetônica**, e apoio arquitetônico para eliminar barreiras da infraestrutura.

O apoio ao discente ainda se estende pelas políticas e programas e de:

a) Apoio Pedagógico: nivelamento, extensão, apoio a publicações acadêmicas, inclusão e acessibilidade, inclusão digital, gestão e permanência, acolhimento ao ingressante e recepção de veteranos, estágios obrigatórios ou não, bolsas de pesquisa e iniciação científica, mobilidade acadêmica, internacional e nacional e organização estudantil.

b) Apoio Psicossocial: acompanhamento de egressos, e o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE).

a) Financiamento e Política de Bolsas: FIES, Prouni, Prefeitura Bolsa Universidade e bolsas ofertadas pela IES.

O CIESA tem como política garantir o apoio necessário à plena realização do aluno como universitário (nos âmbitos acadêmico, cultural, social e político), bem como desenvolver mecanismos que promovam condições socioeconômicas que viabilizem a permanência dos alunos de baixa renda. Para tanto pretende:

I. Desenvolver uma política de acompanhamento do corpo discente, nomeadamente ao atendimento;

II. Proporcionar ao estudante de graduação oportunidade de engajar-se em projetos de Pesquisa/Iniciação Científica e Extensão que possibilitem o aprofundamento em determinada área das artes e o desenvolvimento de atitudes e habilidades favoráveis à sua formação artística e profissional;

III. Criar condições para que membros do corpo discente possam desenvolver formas de pensamento e de comportamento para o trabalho intelectual independente;

IV. Prestar assistência cultural, desportiva, recreativa e social aos seus alunos;

V. Proporcionar oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da sociedade e no processo geral do desenvolvimento;

VI. Firmar, sempre que possível, convênios com entidades públicas e privadas para obtenção de estágios e bolsas de estudo, com vistas ao treinamento e à melhor formação de seus alunos, objetivando o seu preparo para ingresso no mercado de trabalho.

VII. Assegurar a representação na composição dos órgãos colegiados acadêmicos, com direito a voz e voto, conforme o disposto no Regimento Geral.

VIII. Promover eventos destinados exclusivamente a egressos;

IX. Garantir o acesso dos egressos a eventos da Instituição;

X. Promover cursos de pós-graduação, reservando vagas para egressos;

XI. Criar mecanismos de vínculo entre egressos e Instituição;

XII. Instituir política de educação continuada.

16.2.9.1 Estímulos à Permanência do aluno no curso

Em atendimento aos seus valores institucionais, o CIESA prioriza o acolhimento e relacionamento com os estudantes, enfatizando a importância de sua permanência e centralidade nas decisões institucionais. O relacionamento começa antes do processo seletivo, por meio de programas de interação com escolas de ensino médio e empresas locais, onde são apresentadas as diversas carreiras e suas características.

Ao se inscrever no processo seletivo, os candidatos recebem suporte contínuo de uma equipe especializada, desde a inscrição até a matrícula, utilizando comunicação digital e canais de atendimento personalizados. O CIESA também avalia antecipadamente a necessidade de atendimento especial ou acompanhamento específico para candidatos com deficiências ou outras necessidades particulares.

Ao matricular-se, o estudante é integrado à comunidade acadêmica do CIESA, onde um especialista em acolhimento da IES orienta sobre o cotidiano universitário, acesso aos sistemas, e outras informações essenciais. O suporte é abrangente, envolvendo colaboradores e docentes, e é adaptado às necessidades de todos os estudantes, tanto calouros quanto veteranos. Equipes da Secretaria Acadêmica, Setor Financeiro, corpo docente e Gestão do CIESA trabalham diariamente para garantir que cada aluno se sinta parte integrante do CIESA.

A cada semestre, o CIESA realiza a "Recepção aos Calouros", evento que inclui acolhimento, esclarecimento de dúvidas, apresentação da IES, gestores, modelo de ensino e processos. A recepção também conta com atividades culturais e uma palestra acadêmica, com participação de alunos veteranos ou ex-alunos. Paralelamente, é organizada a "Semana de Volta às Aulas" aos veteranos, que oferece programação variedade de atividades acadêmicas e culturais para todos os estudantes.

16.2.9.2 Secretaria Acadêmica

Para proporcionar a melhor experiência dos nossos alunos durante sua jornada de estudos, o atendimento é subdividido em duas frentes, sendo o **acolhimento** presencial e o atendimento digital.

No acolhimento presencial, temos equipe qualificada por acolher os nossos alunos no CIESA e orientá-los com as dúvidas básicas. Caso apareçam dúvidas e/ou solicitações complexas, essa equipe orienta o aluno a acionar o atendimento digital, que possui as seguintes ações e responsabilidades:

a. Posso te ajudar: é um atendimento via *WhatsApp*, no qual o aluno nos aciona e é orientado sobre suas dúvidas básicas, assim como o Posso te ajudar, mas de forma digital.

b. Canal de Orientação: é um canal que utilizamos para orientação de dúvidas complexas. O aluno nos envia a solicitação, e o CIESA envia o retorno por e-mail, dentro do prazo previsto para cada solicitação.

c. Gestão da permanência: nossa equipe acompanha e orienta os alunos que estão demonstrando alguma dificuldade acadêmica, financeira ou de acesso aos nossos portais. Acompanhando alunos que não obtiveram bom rendimento acadêmico, que deixaram de acessar os conteúdos postados pelos professores.

16.2.9.3 Programa de Apoio Financeiro (Política de Bolsas)

A Secretária Acadêmica, através do seu núcleo de relacionamento tem como função filtrar as demandas, encaminhando-as ao setor competente, visando agilizar o atendimento ao aluno. O relacionamento envolve a Secretaria Acadêmica, Financeiro e Ouvidoria.

Atualmente, o CIESA conta com bolsas dos programas do FIES e PROUNI, além da parceria com a Prefeitura de Manaus, por meio do programa Prefeitura Bolsa Universidade.

16.2.9.4 Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE)

Os cursos de graduação do CIESA instituíram o Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (NAPE), que é um núcleo permanente exclusivo de alunos e docentes do curso, com regulamento próprio e institucionalizado, cuja finalidade maior é de prestar apoio psicopedagógico e garantir a acessibilidade metodológica e instrumental a todos os estudantes, garantindo que não haja barreiras ao seu desenvolvimento educacional ou processo de aprendizagem.

O NAPE é responsável pelo acompanhamento, orientação, supervisão e avaliação psicopedagógica dos estudantes dos cursos de Graduação bem como das ações de capacitação pedagógica para docentes e preceptores do curso no âmbito de suas atribuições. Após avaliação psicodiagnóstica, o estudante é encaminhado para recurso oferecido que melhor for indicado.

O NAPE realiza monitoramento dos alunos com baixo desempenho nas avaliações internas e externas, ou encaminhados pelos docentes. Após avaliação psicodiagnóstica, o estudante é encaminhado para recurso oferecido que melhor for indicado.

16.2.9.5 Programa de Educação Inclusiva (PEI)

O CIESA conta com Programa de Educação Inclusiva (PEI) que busca atender, primordialmente, os acadêmicos com necessidades educacionais especiais, oferecendo suporte às práticas pedagógicas (acessibilidade pedagógica), bem como aos docentes e funcionários e à comunidade externa.

16.2.9.6 Ouvidoria

A Ouvidoria do CIESA é um órgão de promoção e defesa dos direitos de estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade extrauniversitária em suas relações com a IES em suas diferentes instâncias administrativas e acadêmicas, assim como na prestação de serviços.

16.2.9.7 Programa de Nivelamento

O CIESA conta com Programa de Nivelamento com o objetivo de oferecer ao acadêmico – com dificuldades em acompanhar determinados componentes curriculares – as condições adequadas para a superação de suas dificuldades, especialmente no início do curso, permitindo que ele acompanhe o processo ensino-aprendizagem em sua plenitude. As atividades de nivelamento se processam, também, no próprio cotidiano da sala de aula, a partir das observações docentes quanto às necessidades emergenciais de ordem cognitiva, afetiva e social. Atualmente, o Programa é desenvolvido pelo curso de Direito do CIESA.

16.2.9.8 Organização Estudantil

O CIESA apoia a organização estudantil, apoio para que os alunos realizem a constituição da Liga Acadêmica, e do Centro Acadêmico. A participação em centros acadêmicos é facultada aos estudantes, por isso, independe de disposição institucional, mas o CIESA **incentiva os discentes a formarem um Centro Acadêmico**. O corpo discente terá, se constituído, direito a voz no CIESA.

16.2.9.9 Estágios Não Obrigatórios

Ao estudante cabe o livre-arbítrio da realização de estágios não obrigatórios. O CIESA cabe o papel de poder auxiliar o estudante em seu desenvolvimento acadêmico, ficando sob sua responsabilidade a realização de parcerias e convênios, sendo a IES a gestora, intermediadora e acompanhante desse processo.

16.2.9.10 Acompanhamento de Egressos

A pesquisa será um mecanismo que possibilitará a avaliação contínua do CIESA, oportunizando, adicionalmente, a participação dos egressos em outras atividades oferecidas pela IES. Os resultados obtidos por essa pesquisa serão aproveitados para manter em constante atividade os objetivos específicos do Programa de Acompanhamento de Egressos.

16.2.9.11 Mobilidade Acadêmica, Intercâmbios e Internacionalização para cursos de pós-graduação

O incentivo a mobilidade acadêmica, intercâmbios e internalização é mais um apoio ao estudante do CIESA, que reúne ações através de parcerias, visando a possibilidade de seus estudantes cursarem disciplinas no exterior e que estudantes estrangeiros cursem disciplinas no CIESA, que atualmente, envolve os alunos da pós-graduação. O intercâmbio será estendido também ao seu corpo docente e corpo técnico-administrativo, além dos cursos de graduação, a partir de 2026.

16.2.10 Políticas de Inovação

As Políticas de Inovação do CIESA são fundamentais para promover a modernização e a relevância do ensino superior, preparando seus alunos para os desafios do mercado de trabalho e estimulando a pesquisa e o desenvolvimento. Essas políticas visam criar um ambiente propício à criatividade, à colaboração e à adoção de novas tecnologias e metodologias.

Abaixo estão alguns aspectos importantes que podem ser considerados na elaboração e implementação dessas Políticas de Inovação do CIESA:

1. Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento:

- ✓ Incentivo à Pesquisa Aplicada: promover projetos de pesquisa que tenham aplicação prática e que possam resolver problemas reais da sociedade e do mercado, incentivando a colaboração entre alunos, professores e empresas.
- ✓ Criação de Laboratórios de Inovação: estabelecer espaços dedicados à experimentação e ao desenvolvimento de novos produtos, serviços e tecnologias, onde alunos e docentes possam trabalhar em conjunto em projetos interdisciplinares e integradores.

2. Integração de Tecnologias Educacionais:

✓ Adoção de Ferramentas Digitais: incentivar o uso de plataformas de aprendizagem online, recursos multimídia e tecnologias que facilitem o ensino e a interação entre alunos e professores.

✓ Capacitação em Tecnologias Emergentes: oferecer treinamentos e workshops sobre novas tecnologias, como inteligência artificial, big data e internet das coisas (IoT), preparando alunos e docentes para utilizá-las em seus processos de ensino e pesquisa.

3. Currículo Inovador:

✓ Metodologias Ativas de Ensino: implementar abordagens pedagógicas que estimulem a participação ativa dos alunos, como aprendizado baseado em projetos, estudos de caso, gamificação, entre outras metodologias, promovendo um aprendizado mais dinâmico e envolvente.

✓ Interdisciplinaridade: incentivar a criação de cursos e programas que integrem diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma formação mais ampla e contextualizada.

4. Parcerias e Colaboração com o Setor Público e Privado:

✓ Estabelecimento de Parcerias: firmar acordos com empresas e organizações para desenvolver projetos conjuntos, estágios e programas de capacitação que beneficiem tanto os alunos quanto as empresas, criando um vínculo direto com o mercado.

✓ Incubadoras e Aceleradoras: criar ou colaborar com incubadoras de startups que ofereçam suporte a alunos e ex-alunos na transformação de suas ideias em negócios viáveis, promovendo a cultura empreendedora.

5. Ambiente de Inovação e Criatividade:

✓ Espaços Colaborativos: criar ambientes físicos que incentivem a colaboração e a troca de ideias entre alunos, professores e a comunidade, como salas de brainstorming, coworkings, áreas de convivência e laboratórios tecnológicos.

✓ Cultura de Inovação: promover uma cultura institucional que valorize a experimentação, a tolerância ao erro e a busca por soluções criativas, encorajando alunos e docentes a propor e implementar novas ideias.

6. Avaliação e Melhoria Contínua:

✓ Métricas de Inovação: desenvolver indicadores que avaliem o impacto das iniciativas de inovação na qualidade do ensino, na satisfação dos alunos e na inserção profissional, permitindo ajustes e melhorias nas políticas adotadas.

✓ Feedback da Comunidade: implementar mecanismos para coletar feedback de alunos, professores e parceiros sobre as iniciativas de inovação, utilizando essas informações para aprimorar constantemente as políticas e práticas.

7. Divulgação e Sensibilização:

✓ Campanhas de Conscientização: realizar ações que informem a comunidade acadêmica sobre as políticas de inovação, seus objetivos e benefícios, estimulando a participação e o engajamento de todos os envolvidos.

✓ Eventos de Inovação: organizar hackathons, feiras de inovação e competições que incentivem a criatividade e a colaboração entre alunos, promovendo a troca de ideias e experiências.

As Políticas de Inovação do CIESA são essenciais para garantir que a instituição se mantenha relevante em um ambiente educacional em constante mudança. Ao promover a pesquisa, a adoção de novas tecnologias, a criação de um ambiente colaborativo e a integração com o mercado, o CIESA pode preparar seus alunos para serem líderes e agentes de mudança em suas áreas de atuação. A inovação deve ser vista como um processo contínuo, que envolve a participação ativa de toda a comunidade acadêmica.

III. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

As diretrizes de organização didático-pedagógica do CIESA propõem caminhos educacionais que contribuirão para a formação crítica e reflexiva dos envolvidos nesse processo.

A organização didática do CIESA apresenta os três conceitos acadêmicos essenciais para a realização das atividades de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão: conhecimento, competência e habilidade. Após essa apresentação, descreve-se a estrutura curricular adotada pelo CIESA e como se dá a flexibilização dos componentes curriculares. Destacam-se como são planejadas as aulas estruturadas e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Finaliza-se a abordagem apresentando como ocorre o acompanhamento.

O Projeto Pedagógico de cada curso do CIESA possibilita e possibilitará a seus alunos sólida formação geral profissional, utilizando metodologias que desenvolvam competências e habilidades, como possibilidade de desenvolvimento do pensamento, da autoanálise e da autoaprendizagem.

Cada curso, em seu Projeto Pedagógico (PPC), definirá de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, com clareza, o perfil do egresso desejado, a área de atuação do profissional formado, as competências e os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais essências para o bom desempenho profissional.

O PPC deve ser construído coletivamente e apresentar alguns elementos:

a) Marco referencial institucional;

b) Identificação do curso (concepção, finalidades, mercado, perfil do egresso, regime acadêmico);

c) Organização curricular (fundamentos teóricos, objetivos, componentes curriculares, competências a serem atingidas, conteúdos essenciais para o alcance das competências, flexibilidade curricular, atividades complementares, estágios curriculares supervisionados, bibliografias básicas e complementares);

d) Políticas de curso (extensão, colegiados, normas e regulamentações);

e) Concepção metodológica do curso;

f) Avaliação do projeto pedagógico (coerência entre os elementos constitutivos, pertinência da estrutura curricular com o perfil profissional desejado);

g) Estrutura para desenvolvimento do projeto pedagógico (Coordenação, corpo docente e administrativo, qualificação, regime de trabalho, dados sobre o corpo docente);

h) Infraestrutura (sala de aula, laboratórios, equipamentos, biblioteca etc.).

Cada curso deve, a estes elementos, acrescentar as especificidades conforme a legislação e os padrões de qualidade respectivos.

O CIESA busca organizar-se em torno de alguns pilares:

a) Aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão;

b) Aprender a fazer, para poder agir sobre o meio que a cerca;

c) Aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas;

d) Aprender a ser, elo que integra os três pilares anteriormente citados.

De acordo com o posicionamento estratégico do CIESA, qualquer projeto de curso, necessariamente, deve ser construído para que seja sustentável. Desta forma foi concebido com as seguintes bases:

I. **Perfil profissional almejado:** elaboração do perfil profissional almejado para o egresso de acordo com as DCN's e as necessidades do mercado em que está inserido o curso;

II. **Campo de atuação de cada curso:** definição do campo de atuação com o intuito de facilitar o estabelecimento das competências e habilidades necessárias para o bom desempenho profissional'

III. **Competências:** definição das competências necessárias para atingir o perfil profissional, bem como cada um dos campos de atuação do curso;

IV. **Habilidades:** definição das habilidades (procedimentais e atitudinais) essenciais para o perfil profissional desejado e para cada campo de atuação do curso;

V. **Disciplinas:** construção das disciplinas que irão fazer parte da matriz curricular de cada curso;

VI. **Atividades de aprendizagem:** elaboração das atividades de aprendizagem para desenvolver as competências e as habilidades necessárias para atingir o perfil profissional.

17 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS, ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS E FORMAS DE ATUALIZAÇÃO CURRICULAR

Por exigência legal dos documentos tanto institucionais quanto de órgãos oficiais e do MEC e por necessidade de mercado, faz-se necessário desenvolver uma estrutura curricular

que contribua para um processo de formação por habilidades e competências. A estruturação dos conteúdos curriculares supõe a elaboração de uma seleção, um recorte intencional que sempre tem, explicita ou não, uma lógica justificante. Essa seleção de conhecimentos, atitudes, valores e metodologias, considerados importantes, têm por referência determinados destinatários e contextos, do estado do conhecimento científico e da realidade cotidiana da cultura. A referida seleção é, portanto, um processo coletivo, pois selecionar, classificar, distribuir e avaliar conhecimentos mobiliza as múltiplas representações que percorrem os espaços culturais.

Os conteúdos são selecionados tendo em vista o perfil do egresso, observadas as especificidades de cada área e as DCN's e demais prerrogativas legais.

Nessa seleção são observados alguns critérios gerais, entre os quais cabe destacar:

a. **Relevância social**, com vistas a atender às necessidades e condições locais e regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional e internacional, bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere à atuação dos profissionais da área.

b. **Atualidade**, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões locais, regionais, nacionais e internacionais do avanço científico- tecnológico e à universalidade do conhecimento.

c. **Potencialidade para o desenvolvimento intelectual autônomo dos alunos**, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes.

d. **Formação por competências e habilidades** com o objetivo de promover o desenvolvimento integral do aluno, centrado em competências e habilidades próprias do egresso.

e. **Interdisciplinaridade** no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem do objeto de estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões contemporâneas bem como da dimensão sociocultural.

f. **Conteúdos estruturantes dos diferentes campos de conhecimento**, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do aluno em níveis crescentes de complexidade.

A cultura, os interesses e as características dos alunos são critérios centrais a serem considerados na seleção e na organização dos conteúdos, bem como dos princípios metodológicos, apresentados em seguida. Os responsáveis pelos atos são os docentes, de acordo com as ementas propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), aprovados pelos Colegiados de Curso, sob a supervisão da Coordenação de Curso.

A matriz curricular de cada curso de graduação, obedecidas às respectivas diretrizes curriculares nacionais editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), homologadas pelo Ministério da Educação (MEC), é constituído por uma sequência ordenada de componentes curriculares (disciplinas) e outras atividades acadêmicas, cuja integralização pelo aluno dá-lhe o direito à obtenção do grau acadêmico e correspondente diploma.

17.1 COMPONENTES CURRICULARES (DISCIPLINAS)

Entende-se por componente curricular (disciplina) um conjunto homogêneo e delimitado de conhecimentos ou técnicas correspondentes a um programa de estudos e atividades, que se desenvolvem em determinado número de horas ao longo de cada período letivo.

17.2 ESTRUTURA CURRICULAR

O currículo de cada curso de graduação, obedecidas às respectivas diretrizes curriculares nacionais editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), homologadas pelo Ministério da Educação (MEC), é constituído por uma sequência ordenada de disciplinas e outras atividades acadêmicas, cuja integralização pelo aluno dá-lhe o direito à obtenção do grau acadêmico e correspondente diploma.

De acordo com este PPI, PDI e o Regimento do CIESA, na elaboração do currículo de cada curso de graduação serão observados, além das respectivas diretrizes curriculares nacionais, os seguintes princípios:

I. Fixar conteúdos com cargas horárias em hora relógio e pré-determinadas, atendendo as diretrizes curriculares nacionais quanto aos campos de formação de cada curso;

II. Incentivar uma sólida formação geral, necessária aos egressos dos cursos para superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e produção do conhecimento;

III. Estabelecer integralização curricular, evitando prolongamentos desnecessários da

duração do curso;

IV. Estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;

V. Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente acadêmico, inclusive as que se referirem à experiência profissional;

VI. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;

VII. Estabelecer mecanismos de avaliações periódicas, que sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas.

17.3 CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares foram elaborados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do respectivo curso, em consonância com o **perfil do egresso** que se pretende formar, considerando aspectos de **inovação e especificidades locais e regionais**. A **adequação da carga horária** respeita as diretrizes curriculares, as unidades curriculares são trabalhadas em horas-relógio, conforme preconiza a legislação. A **adequação da bibliografia** foi trabalhada de acordo com cada conteúdo curricular e, para tanto, utilizando apenas livros atualizados através de uma ampla base de dados.

As políticas de **educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena** serão trabalhados tanto em unidades curriculares específicas, como de forma transversal durante todo o curso.

Os conteúdos curriculares possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil do egresso desejado, permitindo a relação com as políticas de educação ambiental, políticas de educação dos direitos humanos, política da educação das relações étnico- raciais e ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Os conteúdos curriculares permitem a diferenciação de disciplinas de formação geral e de formação prático-profissional, induzindo ao contato com conhecimento recente e inovador.

Os cursos apresentam, na sua organização curricular, um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem que, no seu contexto, ao trabalhar os conteúdos conceituais e procedimentais, buscam a construção de um profissional com as habilidades e competências definidas no perfil do egresso. Para isso, os cursos proporcionam atividades diversificadas propícias a desenvolver os objetivos necessários a tal construção.

A organização curricular atende às DCN's dos cursos, conduzindo e orientando a construção do conhecimento. Além das unidades curriculares definidas na estrutura curricular, para atender às exigências do PPC, o aluno deve realizar as Atividades Complementares, que se traduzem em atividades extraclasse, tais como participação em palestras, conferências, monitoria, seminários, estágios extracurriculares e visitas técnicas.

17.4 FORMAS DE ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E PRÁTICA

A partir da compreensão de competência o NDE analisa o que é e como se dá a relação entre teoria e prática nos cursos. Neste sentido, entende-se que a relação entre a teoria e prática é uma articulação que ocorre no âmbito da acumulação flexível, em particular no que diz respeito às demandas da base social. Estas, deslocam a necessidade do conhecimento substituindo a capacidade de fazer pela capacidade de enfrentar eventos não previstos. Assim, ao definir como deve ocorrer a articulação entre atividades práticas e conteúdos teóricos obrigatórios procura-se superar a dicotomia entre os termos e desenvolver uma operacionalização na perspectiva de formação de um "intelectual orgânico", por meio do movimento de "praticar teorias e teorizar práticas" pois compreende-se que este movimento tem potencial para (FÁVERI, 2014, p. 12):

a) Melhorar "no mesmo processo de vida, o pensar e o agir nos diferentes contextos e organizações. Neste ponto se encontra a instrumentalidade do conhecimento e da ciência para o ser humano e a sociedade em geral" e consequentemente;

b) Auxiliar no enfrentamento da "mais diversa ordem de problemas que vão aparecendo no exercício da profissão [...]", gerando "no futuro profissional formado por nós, a construção de uma visão de totalidade do conhecimento teórico e dos possíveis desafios que o mesmo venha enfrentar no exercício de sua profissão". Ou seja, as demandas sociais e profissionais a serem vividas pelos futuros egressos configuram uma necessidade de conhecimento que vai para além da capacidade de memorizar teorias e executar práticas protocoladas, instrumentalizando-o para a competência de enfrentar eventos não previstos a partir do estabelecimento de relações entre conhecimento científico e práticas laborais.

Convém frisar que na integração curricular dos cursos valorizam-se, ainda, o equilíbrio e a integração entre teoria e prática durante toda a sua duração, numa sequência progressiva até a conclusão dele, de acordo com os níveis de complexidade durante o percurso formativo do acadêmico observando-se a seguinte operacionalização:

a) A carga horária total dos cursos é suficiente para distribuição estratégica e equilibrada dos eixos curriculares e demais atividades previstas;

b) Caso necessário, a IES detalhará em documento próprio as atividades, os laboratórios físicos e virtuais utilizados no plano de ensino da disciplina;

c) Desde o primeiro semestre os conteúdos são intercalados entre os fundamentos teóricos e as atividades práticas laboratoriais de ensino, quando previsto para o cuso, iniciação científica e pesquisa, e de extensão;

d) O Estágio Não Obrigatório é incentivado e permitido a partir do primeiro semestre.

e) O Regulamento das Atividades Complementares define que as horas dos estágios não obrigatórios pode ser contabilizado em horas de Atividades Complementares;

f) Oportunidade de conhecimento da realidade nos contextos local, regional e nacional por meio de convênios e parcerias.

A partir do citado, são analisadas as necessidades de utilização, organização e adaptação de estratégias compostas por pressupostos didático-metodológicos que orientam a elaboração de ações educativas, pautadas principalmente em: pesquisas teóricas e de campo, ações de iniciação científica, ações comunitárias e/ou de extensão, campanhas educativas, Estágio Curricular Supervisionado (Obrigatório e Não Obrigatório) e Trabalho de Conclusão de Curso.

Assim, compreende-se que a articulação entre as diversas teorias e práticas (de laboratório, de estágio, de ensino, de iniciação científica e pesquisa, de extensão) é o conjunto de estratégias metodológicas e ações pedagógicas utilizados pelo curso. Ou seja, as ações/atividades são pensadas pelos docentes a partir de uma intencionalidade pedagógica que pauta a escolha de estratégias capazes de viabilizar que o acadêmico busque verificar, na prática laboratorial e no contexto real da profissão, a teoria discutida em sala de aula como potencial de intervenção na realidade.

As metodologias consistem na escolha de métodos, modelos de aula que auxiliam o professor e oferecem-lhe ferramentas que vão orientar o seu trabalho. Dentre essas ferramentas, encontram-se o ensino por pesquisa, a gamificação, o aprendizado em times e o aprendizado baseado na reflexão sobre a experiência.

17.4.1 Articulação da teoria com a prática quando são adotadas as Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem utilizadas nos cursos

O processo de ensino-aprendizagem apresenta **práticas inovadoras**, utilizando, para

complementar e ajudar no processo de ensino, um ambiente de aprendizagem próprio: metodologias ativas, recursos tecnológicos e infraestrutura diferenciada, alinhada às políticas de ensino, iniciação científica e extensão.

Estas metodologias têm algumas características principais:

- ✓ O aluno é responsável por seu aprendizado, o que inclui a organização de seu tempo e a busca de oportunidades para aprender;
- ✓ O currículo é integrado e integrador, e fornece uma linha condutora geral, no intuito de facilitar e estimular o aprendizado.
- ✓ A Instituição oferece uma grande variedade de oportunidades de aprendizado através de laboratórios, campos de estágios organizacionais e comunitários, bibliotecas virtuais;
- ✓ O aluno é precocemente inserido em atividades práticas relevantes para sua futura vida profissional;
- ✓ O aluno é constantemente avaliado em relação à sua capacidade cognitiva e ao desenvolvimento formativo de habilidades necessárias à profissão;
- ✓ O trabalho em grupo e a cooperação interdisciplinar e multiprofissional são estimulados;
- ✓ A assistência ao aluno é individualizada, de modo a possibilitar a acessibilidade metodológica para que ela discuta suas dificuldades com profissionais envolvidos com o gerenciamento do currículo e o estímulo à aprendizagem, quando necessário.

17.5 ESTÁGIO – ATIVIDADES PRÁTICAS, RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de Graduação está previsto e institucionalizado, estando a carga horária adequada segundo as DCN's dos cursos, bem como a **relação orientador/aluno** prevista é **compatível** com as atividades que serão desenvolvidas e também a carga horária prevista para o acompanhamento dos envolvidos no processo, seja de orientação ou supervisão.

O estágio supervisionado foi instituído pela Lei nº 6.494/1977, atualmente é regulamentado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e previsto no Art. 82º, da LDB (Leis de Diretrizes e Bases). Tem a finalidade de proporcionar ao estudante a vivência, na prática, do seu aprendizado teórico, visando a preparação para o trabalho produtivo e aprendizado de competências próprias da atividade profissional, e a contextualização curricular e desenvolvimento do estudante para a vida pessoal e profissional.

A Coordenação do Curso e o Núcleo Docente Estruturante apresentarão estratégias oriundas da interlocução com os agentes envolvidos nas atividades de estágio para promover a integração entre ensino e mundo do trabalho, fomentando a articulação e o desenvolvimento das competências definidas pelo perfil profissional do egresso.

As atividades de estágio compreendem o conjunto de experiências vividas pelo aluno ao longo de sua formação, e representam, sobretudo, um elemento mediador entre a formação profissional e a realidade social.

Essa dimensão prática organiza-se de modo a estimular nos alunos o planejamento, a execução e a avaliação de atividades que integrem teoria e prática, tornando-os aptos a desenvolverem habilidades e competências relativas à experiência de ensino e aos diferentes campos de atuação profissional relacionadas à sua formação.

A participação de programas de estágio, divididos em obrigatórios e não obrigatórios, é um componente que aprimora os conhecimentos do estudante, fortalecendo sua formação acadêmica. O Estágio segue regulamento específico aprovado pelo CONSUN, e de acordo com o Regimento do CIESA.

17.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Trata-se de uma estratégia para que os alunos, desde o início do curso, busquem participar dos eventos do CIESA, bem como de eventos externos para constituí-las, excluindo-se, portanto, a prerrogativa ocorrente dos alunos deixarem tais atividades para serem contempladas ao final do curso, como empiricamente os idealizadores deste PDI já presenciaram em outras IES.

As atividades complementares estão contempladas em todos os currículos dos cursos de graduação do CIESA, dando a esses currículos maior flexibilidade no trato dos mais diversos temas e assuntos, voltados para a promoção da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. As Atividades Complementares são práticas acadêmicas obrigatórias com o objetivo de ampliar o conhecimento teórico-prático do aluno. Por meio das Atividades Complementares, o aluno pode flexibilizar o seu currículo e trilhar sua própria trajetória acadêmica, preservando sua identidade e sua vocação. São caracterizadas como atividades de ensino, iniciação científica, pesquisa e extensão, dentre muitas outras formas que colaborem para o enriquecimento do currículo dos cursos permitindo, uma **diversidade de atividades e formas de aproveitamento**. Adicionalmente, essas atividades, por sua diversidade, são **aderentes** ao perfil de formação delineado para o egresso.

Favorece o discente numa participação ativa em atividades extracurriculares, que complementam seu conhecimento e o ajudam a construí-lo de uma forma mais eclética e criativa, a partir de um estreitamento das relações com conteúdos das disciplinas que estão sendo cursadas, de outros que ainda não foram estudados nos currículos e inclusive de assuntos emergentes nas áreas de atuação da instituição.

Esse exercício de participação permite ao discente ir aprendendo a se expressar nos eventos, com apresentação de trabalhos ou outros tipos de intervenções, assim como proporciona maior envolvimento e estreitamento das relações com alunos de outros períodos e com a sociedade, formando um curso harmônico e coeso.

A formação do discente, nesse sentido, não fica restrita a sala de aula, com atividades estanques, mas pode interagir criativamente com outros contextos e ajuda a desenvolver habilidades que contribuem para a formação do seu perfil profissional.

É de competência do Colegiado de curso normatizar as atividades ao longo do curso, em coerência com as diretrizes estabelecidas pelo CIESA, bem com as do CNE/MEC. Essas atividades são computadas no sistema de ascensão de períodos, para efeito de integralização do total previsto para o curso.

As atividades complementares estão regulamentadas e institucionalizadas, e apresentada no PPC, tendo por base as seguintes normas:

- ✓ As atividades complementares, cuja realização é indispensável à colação de grau, são planejadas de forma a propiciar que os alunos de graduação as realizem no decorrer dos cursos;
- ✓ Os Projetos Pedagógicos dos Cursos estabelecem a carga horária mínima para o exercício das atividades;
- ✓ As atividades complementares desdobram-se entre os níveis de ensino, iniciação científica, pesquisa e extensão e devem ser realizadas na própria instituição ou fora dela;
- ✓ Na realização das atividades complementares e das, por parte dos discentes, devem ser garantidas a diversidade de áreas e o cômputo das cargas horárias devem respeitar os limites estabelecidos nos projetos pedagógicos de cursos e seus respectivos regulamentos;
- ✓ Cabe ao aluno, a cada semestre letivo, encaminhar a documentação comprobatória de sua participação em atividades complementares, entregando- a ao setor responsável, para posterior aproveitamento, lançamento e computação da respectiva carga horária;
- ✓ O setor responsável pode exigir, a qualquer momento, sempre que houver dúvida ou

insuficiência da documentação apresentada na realização de atividade, a apresentação de comprovações que permitam o efetivo acompanhamento e avaliação da respectiva atividade complementar;

- ✓ Antes de realizar qualquer atividade complementar que não tenham previsão ou pontuação horária na regulamentação constante nos projetos pedagógicos dos cursos, o aluno deve, previamente, obter um parecer favorável, inclusive quanto à carga horária a ser aproveitada e registrada no histórico escolar;
- ✓ Das decisões do setor responsável quanto às negatórias do aproveitamento de qualquer atividade caberá recurso aos Colegiados dos Cursos, formalmente protocolados.

As Atividades Complementares devem permear todos os aspectos da formação do aluno de forma interdisciplinar, promovendo o conhecimento significativo e ampliando a visão de mundo dos formandos.

Vale reforçar que a realização de Atividades Complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado, da Extensão Curricularizada ou com a do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

Essas atividades podem ser realizadas dentro ou fora do CIESA, desde que consideradas importantes à formação do aluno. Essas práticas se distinguem das unidades curriculares que compõem o currículo pleno do curso.

As ACs têm a finalidade de enriquecer o processo ensino-aprendizagem, privilegiando:

I. A **interdisciplinaridade** e **flexibilidade** curricular;

II. A complementação da **formação social e profissional**;

III. As atividades de **disseminação de conhecimentos** e prestação de serviços;

IV. As atividades de **assistência acadêmica**;

V. **Estímulo de práticas de estudos independentes**, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;

VI. **Valorização dos conhecimentos, habilidades e competências** adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive os que se referirem às experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação considerada.

Diante das finalidades estabelecidas para as Atividades Complementares e com o objetivo de atendê-las, as horas de atividades complementares deverão ser cumpridas ao longo dos semestres dos cursos e deverão ser comprovadas mediante certificados de participação em atividades que venham a acrescentar experiência e aprendizado ao aluno, e

tais certificados devem ser enviados/apresentados à Secretaria Acadêmica para fins de comprovação e registro deles, tramitados e validados pela Coordenação do Curso.

Para organização, desenvolvimento e validação de atividades complementares, há regulamentação institucional, buscando considerar, em uma análise sistêmica e global, as modalidades de operacionalização, bem como as premissas para o acompanhamento, a avaliação, e, também, as atribuições do discente nesse processo. O documento encontra-se disponível aos alunos, professores e comunidade.

As atividades complementares utilizarão como **ferramenta inovadora de regulação, gestão e aproveitamento** o sistema acadêmico. Todas as atividades realizadas são lançadas no sistema acadêmico, via protocolo pelo próprio aluno, submetendo todos os comprovantes necessários. Dessa forma, permite a transparência em todas as etapas do processo e o acompanhamento em tempo real pelo aluno. As atividades realizadas no CIESA são lançadas no sistema com a comprovação de listas de presença e arquivadas. Para as atividades realizadas fora da IES, o aluno deverá apresentar cópia da comprovação da atividade, que será avaliada pelo coordenador de acordo com a relevância da atividade em relação aos estudos do aluno e posterior cômputo no sistema.

As Atividades Complementares possuem regulamento próprio, institucionalizado e aprovado. O fluxo da gestão e regulação das Atividades Complementares está apresentado na Figura 10 - Fluxo da gestão e regulação das Atividades Complementares do CIESA, abaixo.

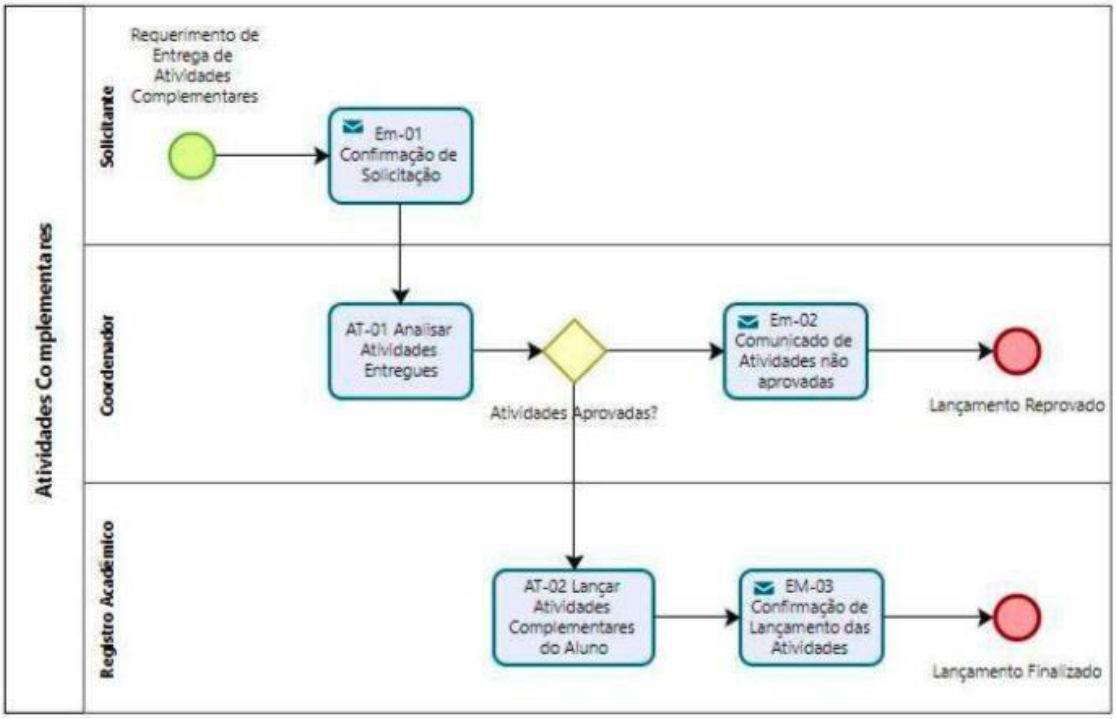


Figura 10. Fluxo da gestão e regulação das Atividades Complementares do CIESA.

17.7 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

No CIESA, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória em alguns cursos de graduação, obedecidas as respectivas DCNs.

Trata-se de uma atividade científica integrante e fundamental da formação do profissional que se dedica a qualquer área do conhecimento, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento de métodos científicos que auxiliem na produção de novos saberes e busquem as resoluções de problemas. O TCC tem como objetivo principal trazer respostas para questões que existem em relação às práticas oriundas no campo do saber.

Trata-se de uma atividade curricular que tem sua estrutura composta por elementos obrigatórios e visa o estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento, como importante contribuição para o segmento em que se insere.

A regulamentação do TCC faz parte do projeto pedagógico dos cursos de graduação do CIESA, fundamentada nas seguintes normas gerais:

- ✓ Os discentes são submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho;
- ✓ O TCC deve tratar de questões e temas relacionados aos currículos dos cursos de graduação;
- ✓ O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação;
- ✓ A estrutura formal do TCC deve seguir os critérios estabelecidos pela instituição;
- ✓ A mudança de tema do projeto de TCC somente pode ocorrer com a aprovação do Coordenador de TCC, a partir de proposta do discente ou do docente orientador, com parecer conclusivo deste;
- ✓ Por se tratar de componente curricular obrigatório, o aluno que não entregar o trabalho, sem motivo justificado, a critério da Coordenação do Curso, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo TCC somente no semestre letivo seguinte.

O TCC possui regulamento próprio, institucionalizado e aprovado pelo NDE corresponde ao curso, homologado pelo respectivo Colegiado de curso.

17.8 ATIVIDADES PRÁTICAS SUPERVISIONADAS (APS)

A Resolução CNE/CES nº 3/2007 dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula. Em seu Art. 1º é esclarecido que: *"a hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Ensino Superior*", diretamente ligada a questões trabalhistas, além de assegurar que a hora- aula é "uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos". Em seu Art. 2º é afirmado que: *"cabe às Instituições de Educação Superior (...) a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:*

I – Preleções e aulas expositivas;

II – Atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, pesquisa/iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo".

A referida Resolução ainda em seu Art. 3º, esclarece que: *"a carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo"*. O Art. 4º informa que é necessário ajustar e efetivar os projetos pedagógicos dos cursos. A seguir são detalhadas como as Atividades Práticas Supervisionadas (APS) foram concebidas e implantadas nos cursos.

A cada 50 minutos haverá o acréscimo de uma carga horária total de 10 minutos de Atividades Práticas Supervisionadas para as atividades que os alunos deverão realizar fora da sala de aula. Excetua-se dessa regra a carga horária de Atividades Complementares e de Estágio Supervisionado, pois estas já são computadas em hora- relógio.

Essas atividades serão registradas e corrigidas pelos docentes das unidades curriculares dentro do ambiente acadêmico institucional ou virtual com campos para a descrição da atividade, para controlar a entrega da atividade e o cumprimento do prazo de entrega.

O docente também poderá solicitar outras atividades para os alunos, sempre que julgar necessário, tendo em vista a necessidade específica do grupo quanto aos temas: deficiências, atualização de determinado conteúdo, complementação de conhecimentos, dentre outros.

As atividades poderão ou não ser avaliadas para composição das notas dos alunos, a depender do tipo de atividade e sua complexidade.

As APS são atividades acadêmicas previstas nos PPCs e desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes e realizadas pelos discentes. As APS não podem ser utilizadas para reposição de aulas presenciais não ministradas pelos docentes.

As APS são detalhadas nos Planos de Ensino das disciplinas às quais se vinculam e aprovadas pela Coordenação de Curso, a quem compete acompanhar o seu desenvolvimento. São consideradas APS:

I. Estudos dirigidos;
II. Trabalhos individuais e em grupo;
III. Desenvolvimento de projetos;
IV. Atividades em laboratório;
V. Atividades de campo;
VI. Oficinas;
VII. Pesquisas;
VIII. Estudos de casos;
IX. Seminários;
X. Desenvolvimento de trabalhos acadêmicos;
XI. Dentre outras atividades definidas pelos docentes.

No início de cada período letivo, a Coordenação do Curso informará as APS que serão desenvolvidas ao longo do semestre e as datas de realização das avaliações.

Cabe aos docentes responsáveis pelas APS supervisionar o desempenho dos estudantes. Essas atividades serão registradas e corrigidas pelos docentes das unidades curriculares dentro do ambiente acadêmico institucional ou virtual com campos para a descrição da atividade, para controlar a entrega da atividade e o cumprimento do prazo de entrega. O docente também poderá solicitar outras atividades para os estudantes, sempre que julgar necessário, tendo em vista a necessidade específica do grupo quanto aos temas: deficiências, atualização de determinado conteúdo, complementação de conhecimentos, dentre outros.

As APS são atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação, supervisão e avaliação de docentes, não cabendo o seu aproveitamento como Atividades Complementares. As APS são registradas em formulário próprio, obedecendo a instruções e procedimentos específicos definidos pela Coordenação de Curso.

Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação, em conjunto com a Coordenação Pedagógica, ouvidas as partes interessadas.

17.9 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Além disso, na elaboração dos currículos de cada curso de graduação do CIESA são incorporados conteúdos de modo a observar os requisitos legais e normativos:

- Língua Brasileira de SINAIS - LIBRAS: disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002;
- Política de Educação Ambiental: disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e na Resolução CP/CNE nº 02/2012, que estabelecem as políticas de educação ambiental;
- Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: disposto na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004;
- Educação em Direitos Humanos: disposto na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012;
- Curricularização da Extensão: disposto na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

E ainda:

a) A promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz especialmente a intimidação sistemática (*bullying*) em atendimento a Lei nº 13.663 de 14 de maio de 2018 que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei anti-bullyng)

b) A promoção de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento (terceira idade/ idoso), ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

c) A promoção de conteúdos sobre os direitos da pessoa com autismo a vida digna, a integridade física e moral, o lazer, a cultura, o livre desenvolvimento da personalidade, o acesso a serviços e a informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento, assim como o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, à moradia, à previdência social e à assistência social.

18 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DE COMPETÊNCIAS

Considerando as expectativas delineadas nos documentos regulatórios do MEC, em especial a LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais e este PDI, conforme apontamos anteriormente, prevê nas expectativas de integralização curricular e constituição do egresso o aproveitamento de estudos e de competências e habilidades adquiridas por meio do mercado de trabalho, em especial no que tange aos cursos tecnológicos pleiteados pelo

CIESA.

Assim, esta seção do PDI tem o objetivo de orientar os gestores, coordenadores e alunos do CIESA com relação ao aproveitamento de estudos e competências.

Vale ressaltar que na atualidade, o aproveitamento de competências assume maior complexidade diante das exigências da vida e do trabalho em sociedades que estão em constante desenvolvimento tecnológico, resultando em permanente (res)significação do conhecimento.

No escopo desta seção do PDI do CIESA, a avaliação de competências para fins de aproveitamento de estudos é entendida como processo para reconhecer competências desenvolvidas formal ou informalmente, possibilitando que o aluno apto fique isento de cursar determinados componentes curriculares (disciplinas, blocos temáticos, módulos etc.) exigidos em cursos de graduação. Isto significa que a certificação não tem apenas o compromisso de oferecer um certificado ou diploma a quem já trabalha na área, mas sim o de assegurar ao cidadão a possibilidade de ajustar seu percurso formativo, tendo em vista sua qualificação para o trabalho.

A certificação neste caso, consiste, em atestar que as competências desenvolvidas no trabalho ou em cursos de graduação diferente daquele que o aluno pleiteia o aproveitamento, atendem às normas preestabelecidas e amplamente negociadas entre os setores envolvidos.

A adoção do conceito de competência e de aproveitamento de estudos como elementos orientadores dos currículos pedagogicamente construídos e organizados no CIESA, para promover aprendizagens significativas, exige dos docentes maior envolvimento com os processos de ensino e aprendizagem. Dentre esses processos a avaliação é parte integrante, em todas as etapas constitutivas, para conferir se as competências previstas no perfil do egresso foram ou estão sendo, efetivamente, desenvolvidas pelos alunos. Nessa perspectiva, o sistema de avaliação desarticulado de conhecimentos, habilidades e atitudes torna-se obsoleto pelo reducionismo da aprendizagem a apenas um dos domínios próprios desse processo. Ao contrário, a avaliação orientada por competências sugere a articulação dessas dimensões e, em consequência, obriga o CIESA e seus educadores a repensarem suas práticas avaliativas.

É vedado o ingresso de estudante no CIESA nessa situação cujo curso de origem seja de instituição estrangeira ou não autorizado/reconhecido pelo MEC.

19 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS CURRICULARES E ADAPTAÇÃO

Os conteúdos dos componentes curriculares estudados com proveito em cursos de outras instituições de ensino poderão ser reconhecidos nos cursos de graduação do CIESA mediante análise do histórico escolar, ementas e cargas horárias cumpridas pelo estudante, respeitadas as seguintes normas e a legislação em vigor.

Para tal, é constituído o seguinte processo:

a) O aluno deve solicitar o aproveitamento de disciplinas na Secretaria Acadêmica de posse do histórico escolar e dos planos de ensino das disciplinas cursadas que pleiteia aproveitamento.

b) Constitui-se um processo de aproveitamento de estudos a ser deferido pelo coordenador de curso que analisa o conteúdo programático da disciplina cursada, em relação ao conteúdo da disciplina a ser aproveitada.

c) Defere-se total ou parcial o aproveitamento. No caso de total, é lançado no histórico do atual curso do aluno, a disciplina devidamente aproveitada. No caso de parcial, é estabelecido ao aluno um plano de complementação de estudos visando completar parte do percurso de competências e habilidades necessárias para o aproveitamento total da disciplina, neste caso o coordenador solicita ao professor da disciplina a ser aproveitada avaliações de modo a estabelecer um norte de aproveitamento.

Os critérios de aproveitamento de estudos, após análise do cumprimento integral ou parcial dos programas de ensino realizados em outras instituições, serão definidos pelo CIESA, através de norma interna, aprovada pelo respectivo CONSUN. O tempo de integralização contido nos PPC's de cada curso deve ser observado para aproveitamento de estudos, não podendo a Coordenação fazer aproveitamento de disciplinas de estudantes que não integralizem seu curso no tempo determinado pelo PPC.

Entende-se por adaptação os procedimentos que objetivam sanar a deficiência da carga horária e/ou dos programas de ensino constatados na análise dos Históricos Escolares e dos Programas do Curso, de onde os candidatos pretendam transferir-se, em comparação com os Currículos e Programas praticados no mesmo curso desta instituição, onde pretendem ingressar

As adaptações de estudos podem processar-se a juízo da Coordenação de Curso, via Planos de Estudo, nos cursos de graduação traduzidos numa das seguintes formas:

I. Estudo e avaliação de determinada parte do programa da disciplina, identificado pelo professor;

II. Realização de trabalho escrito sobre determinada parte do programa, com estudos individuais de embasamento, orientados pelo professor, ou complementação.

III. Estudo de todo o programa da disciplina, orientado pelo Plano de Estudo, com avaliações parciais e final;

IV. Trabalho demonstrativo da posse das habilidades perseguidas pela disciplina;

V. Outras formas propostas pela Coordenação e aprovadas pelo CONSUN.

É vedado o ingresso de estudante no CIESA nessa situação cujo curso de origem seja de instituição estrangeira ou não autorizado/reconhecido pelo MEC.

O aproveitamento de estudos e adaptação está previsto no Regimento Geral do CIESA.

20 FLEXIBILIDADE CURRICULAR

A flexibilização compreende modificações no currículo em consonância com o PPC de maneira a ressignificar a prática docente e proporcionar ao educando melhores condições para sua formação e inserção no mercado de trabalho.

A flexibilização do currículo se caracteriza tanto pela verticalidade, quanto pela horizontalidade. A verticalidade prevê a possibilidade de organização do saber ao longo do semestre e anos e, a horizontalidade, possibilita ao educando o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular.

Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, a flexibilização curricular prevê critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento e estas devem estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização mínima prevista na matriz curricular. O currículo flexível divide a estrutura curricular, deixando algumas unidades curriculares como parte comum do curso a todos alunos e, outras, abertas para que os estudantes possam escolhê-las de acordo com seus interesses. Visa intensificar a qualificação dos alunos em áreas de seu maior interesse, principalmente considerando suas intenções profissionais.

Esta organização curricular, que busca maior liberdade e flexibilidade nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, volta-se para a permeabilidade dos processos, na perspectiva de uma formação em consonância com os desafios do mundo contemporâneo.

São perspectivas de flexibilização dos currículos para os cursos de graduação do CIESA:

a. Atividades Complementares;

b. Disciplinas com carga horária dedicada a extensão curricularizada realizadas nas comunidades locorregionais;

c. Disciplinas Optativas que estão inseridas em todos os currículos, e aquelas em que os professores possuem a flexibilidade de constituir as ementas conforme as necessidades previstas em avaliações dos cursos ou necessidades externas como o ENADE.

d. Aproveitamento de Estudos na perspectiva da Lei nº 9.394/96, Art. 47, §2º;

Dessa forma, a flexibilização curricular se evidencia na construção de uma concepção e de estrutura curricular que exige a incorporação de outras formas de aprendizagem e de formação. Nessa perspectiva, o CIESA mantém um processo constante de avaliação, atualização e inovação dos projetos pedagógicos dos seus cursos de graduação a partir dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos de graduação implantados.

Portanto, a flexibilização curricular se concretiza em cada PPC, conforme as especificidades da área de formação e ao perfil profissiográfico definido para o formado.

20.1 DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA, PEDAGÓGICA E ATITUDINAL

Quando são trabalhados **componentes curriculares** com temas relacionados à inclusão, à diversidade, à educação ambiental, à educação das relações étnico-raciais e à educação para os direitos humanos. Dessa forma, essas discussões se integram às disciplinas da estrutura curricular dos cursos, de modo transversal, contínuo e permanente. Os temas serão levados à formação dos alunos, propiciando formar profissionais conscientes e críticos sobre as relações humanas, à equidade e o respeito à natureza.

20.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS / ELETIVAS

Previstas na matriz do curso, que promovem a flexibilização do currículo por meio de um elenco de disciplinas à escolha dos alunos, para que tenham a oportunidade de aprofundar em uma determinada área da sua atividade profissional.

21 INTERDISCIPLINARIDADE

O currículo interdisciplinar viabiliza interações e inter-relações entre as diferentes unidades curriculares do curso, de modo que o estudante perceba o conhecimento coletivo e construa, individualmente, o seu modo de conhecer. Não se trata de combinar conteúdos que

culminem em um projeto, mas no diálogo entre eles com a finalidade de expressar a noção da realidade nas diversas áreas dos conhecimentos científicos. Trata-se de reciprocidade entre as ciências, em que os professores articulam teoria e prática, sem perder de vista seus objetivos fundamentais.

Um currículo interdisciplinar, ao mesmo tempo em que rompe com a fragmentação do conhecimento, deve ser implementado nas áreas ou nos módulos que corroboram com um modelo de ensino por competências. Dessa forma, o currículo está organizado em eixos longitudinais e verticais que visam agrupá-las em unidades coerentes, seja por desenvolverem temas ou competências em comum, permitindo a integração plena entre as unidades, seja por permitir um aprendizado em espiral com melhor seleção das estratégias de ensino e avaliação no caminho formativo de nossos estudantes. Dentre as estratégias utilizadas para garantir a interdisciplinaridade, destacam-se: ensino baseado em projetos e resolução de problemas, integração de conteúdos nas unidades curriculares, inserção clínica precoce, metodologias ativas baseadas em problemas, simulação realística, uso de pacientes estandardizados, dentre outras.

A interdisciplinaridade, uma das diretrizes para a organização curricular dos cursos do CIESA, parte do pressuposto de que o conhecimento adquirido em uma determinada disciplina não deve ter um fim em si mesmo, mas deve servir de base para a assimilação de conteúdos que serão abordados em outras atividades formativas. Assim, o desenvolvimento das habilidades e competências dos discentes se faz pelo sinergismo entre conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais provenientes das mais variadas disciplinas e áreas do conhecimento.

Na organização curricular proposta, a interdisciplinaridade é trabalhada principalmente nos seguintes elementos:

a) Nas ferramentas de ensino-aprendizagem utilizadas pelos docentes, as quais buscam estabelecer interfaces e conexões entre as disciplinas que ministram com as demais;

b) Nas metodologias ativas.

A interdisciplinaridade, ao buscar o acesso à totalidade e à complexidade do conhecimento por meio do diálogo, promove a interação entre as várias disciplinas das diferentes áreas, visando à superação da dicotomia entre teoria e prática, constituindo renovados espaços de investigação.

As atividades motivam o engajamento de educadores de diferentes áreas do conhecimento comprometidos com o diálogo, com a reciprocidade e com o compartilhamento

de conhecimentos, ao apresentarem orientações para promoção de práticas realistas que estimulem os estudantes a definirem um problema, a examinar várias alternativas para tratá-lo e a integrar as várias áreas do conhecimento na elaboração de propostas de intervenção. O sucesso dessa atividade pressupõe a mediação contínua dos docentes ao longo de todo o processo.

O papel do docente nessa tarefa é fundamental para promoção da autonomia e da responsabilidade social do estudante. Por meio de mediações didáticas e práticas pedagógicas reflexivas e críticas, o docente, apoiado pelo aparato tecnológico disponível no portal do aluno, incentivará o aluno à consciência sobre as questões sociais reais e os convida a fazer parte do compromisso de transformar, em alguma medida, o seu entorno.

O trabalho interdisciplinar é obrigatório, coletivo e será orientado e avaliado pela equipe de docentes das disciplinas das diferentes áreas do conhecimento com as quais o estudante dialoga. A cada início de semestre, os professores do curso, representados pelo seu NDE, definirão os temas e subtemas interdisciplinares a serem trabalhados nos cursos, os quais deverão ser pensados a partir das unidades de aprendizagem e dos temas transversais que compõem o desenho curricular do curso estabelecendo uma relação entre teoria e prática.
Em cada período, o conjunto de atividades proporcionará ao estudante a possibilidade de trabalhar em equipe e de construir o conhecimento apoiado em base científica, permitindo-lhe a análise e a tomada de decisão de forma democrática, clara e sustentada, sempre pautada nos princípios éticos.

22 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

O CIESA define como princípios metodológicos do processo educativo a aprendizagem fundamentada e direcionada ao desenvolvimento da pessoa nos diversos aspectos de sua formação.

O ensino superior do CIESA prioriza a aprendizagem centrada no aluno como sujeito que exerce ações voltadas à produção do conhecimento, à aquisição de habilidades, atitudes e valores. Estas ações são realizadas em parceria com o corpo docente, discente e sociedade.

Neste cenário, o professor exerce o papel de mediador e orientador do processo de ensino-aprendizagem para que a prática pedagógica consolide o desenvolvimento das habilidades e competências para a formação profissional.

Os princípios metodológicos definidos pelo CIESA fundamentam-se em:

a. Elaborar diagnóstico para verificar o perfil do calouro acadêmico;
b. Abordar os conteúdos de forma interdisciplinar;

c. Alinhar os conteúdos teóricos à prática profissional;

d. Desenvolver competências por meio de aulas teórico-práticas em sala de aula, laboratórios didáticos especializados e afins;

e. Propiciar atividades em equipe, simulações, estágios, seminários, pesquisas, dentre outros;

f. Pautar a vida acadêmica pelos princípios éticos;

g. Utilizar linguagens adequadas - LIBRAS para acompanhamento especializado às pessoas com deficiência;

h. Articular conteúdos entre as disciplinas do curso;

i. Inteirar duas ou mais disciplinas de diferentes áreas do conhecimento;

j. Estabelecer trocas de experiências entre aluno-aluno, aluno-professor e aluno-professor-aluno;

k. Utilizar diferentes mídias para articular a teoria e a prática nas distintas modalidades de ensino;

l. Fomentar experiências educacionais voltadas à demanda de mercado e ao intercâmbio nacional e internacional.

Desta forma, o processo metodológico adotado no CIESA tanto para cursos de graduação, quanto para curso de pós-graduação, pressupõe situações de aprendizagem para atender aos níveis de desempenho, assim desenvolvendo o processo do aprender, do conhecer, do fazer, do ser e do conviver.

A metodologia atende ao desenvolvimento de conteúdo, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente. Coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área.

Para tanto, o CIESA adotou o uso de metodologias inovadoras que contribui para a implementação de um processo de aprendizagem emancipatório, permitindo a abertura de espaços para a construção do próprio conhecimento. Para implementar essa visão, os espaços das aulas expositivas foram ampliados e/ou substituídos por estratégias diversificadas. Nesse sentido, a problematização dos conteúdos representa um primeiro passo no processo de construção do conhecimento.

Com essa metodologia os conteúdos são apresentados partindo-se de uma postura problematizadora em relação aos assuntos a serem estudados, de modo a fornecer ao professor constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de ganhos, bem como

o grau de dificuldade identificado durante o processo de ensino-aprendizagem. Tal procedimento possibilita ao professor a implementação de ações que se fizerem necessárias à minimização das dificuldades constatadas. Por outro lado, este procedimento evita que o aluno assuma uma postura de mero espectador, participando ativamente da aula. Isso significa uma metodologia de ensino dinâmica, nos moldes das metodologias ativas que privilegiam o debate ao invés das aulas puramente expositivas.

Adicionalmente, outras estratégias de ensino devem ser cuidadosamente selecionadas e planejadas, de modo a propiciar situações que:

- Viabilizem posicionamentos críticos.
- Proponham problemas e questões, como pontos de partida para discussões.
- Definam a relevância de um problema por sua capacidade de propiciar o saber pensar, não se reduzindo, assim, à aplicação mecânica de fórmulas feitas.
- Provoquem a necessidade de busca de informação.
- Enfatizem a manipulação do conhecimento, não a sua aquisição.
- Otimizem a argumentação e a contra argumentação para a comprovação de pontos de vista.
- Dissolvam receitas prontas, criando oportunidades para tentativas e erros.
- Desmistifiquem o erro, desencadeando a preocupação com a provisoriedade do conhecimento, a necessidade de formulação de argumentações mais sólidas.
- Tratem o conhecimento como um processo, tendo em vista que ele deve ser retomado, superado e transformado em novos conhecimentos.
- Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de produção do conhecimento.
- O docente se comporte como um mediador do processo de produção do conhecimento, por meio de relações, mediados pelas TICs.

A adoção desses critérios neutraliza a preocupação em repassar conhecimentos para serem apenas copiados e reproduzidos, desafiando os alunos a fomentarem sua capacidade de problematizarem e buscarem respostas próprias, calcadas em argumentos convincentes.
É dedicada atenção especial à garantia da acessibilidade metodológica, pedagógica e atitudinal. A acessibilidade metodológica e pedagógica é referente às barreiras nas formas de organização do espaço pedagógico, incluindo metodologias de ensino. É estimulado o uso entre os docentes, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas. Está garantida a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Os professores promovem processos de

diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, *softwares* ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

A acessibilidade atitudinal refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. O CIESA implementará ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. No desenvolvimento da política de formação e capacitação do corpo docente sempre é priorizada a temática acessibilidade pedagógica e atitudinal.

No desenvolvimento dos cursos de graduação são utilizadas metodologias ativas e interativas, centradas no aluno e voltadas para o seu desenvolvimento intelectual.

Também como opção metodológica para os diversos componentes curriculares que compõem as matrizes curriculares dos cursos de graduação, pode-se citar a utilização de investigações científicas pontuais voltadas para o aprofundamento e o aperfeiçoamento do conhecimento, assim como para o desenvolvimento de competências e habilidades.

Além disso, são desenvolvidas, entre outros métodos e técnicas, as seguintes opções: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, pesquisa bibliográfica, iniciação científica, prática como componente curricular, dentre outros.

Também é estimulado o uso de metodologias de ensino baseadas na interação, tais como a discussão; o debate; a mesa redonda; o seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista; e o estudo de casos; e o uso, em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em problemas, com o estudo centrado em casos reais e ainda se utiliza de atividades para dinamizar o processo de aprendizagem, tornando-o mais efetivo e atraente.

22.1 METODOLOGIAS

A metodologia de ensino do CIESA busca superar o modelo tradicional, formando estudantes autônomos e reflexivos, capazes de transformar a realidade. Com base em métodos ativos de ensino, a metodologia valoriza a colaboração, exploração, investigação e aplicação prática contextualizada. O CIESA foca em inovações didático-pedagógicas para desenvolver um perfil de egresso participativo, capaz de resolver problemas, desenvolver projetos e construir seu próprio conhecimento.

Nessa perspectiva, o CIESA adota e desenvolve para o cursos de graduação a formação por competências. A organização curricular baseia-se em competências identificadas e normalizadas, sustentando os programas formativos. O conhecimento isolado não garante a capacidade de realizar ações específicas, exigindo habilidades e experiência. Assim, os conteúdos “Saber” incluem elementos do Saber Ser, Saber Fazer, Saber Aprender e Saber Viver. O ensino por competências confronta esses saberes com as dimensões do conhecimento, objetivos de aprendizagem e indicadores de resultados, promovendo competências verificáveis em situações específicas, com indicadores observáveis e mensuráveis.

Os cursos partem do pressuposto de que a educação é o meio pelo qual se pode promover a qualidade de vida, a racionalidade, o desenvolvimento da sensibilidade, a compreensão entre os seres humanos, a sociabilidade, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental, entre outros pontos essenciais na agenda das sociedades contemporâneas.

O processo educativo alinha-se às políticas institucionais e acadêmicas deste PDI, propondo uma organização didático-pedagógica que inclui atividades de ensino-aprendizagem voltadas à formação de um profissional cidadão, conforme estabelecido nas DCN, com ênfase nos seguintes aspectos:

- Formação geral, crítica, humanística e reflexiva, com aprendizagem em múltiplos cenários;
- Sólida formação técnica e científica;
- Vivência aprofundada das realidades e necessidades locais e regionais, com competência de exercer atividades profissionais em qualquer cenário, incluindo o contexto para as comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas, com habilidade de interlocução e para gestão dos serviços;
- Capacidade como comunicação, relação interpessoal e consciência da importância do trabalho coletivo, através da interação e integração humana;
- Responsabilidade social e ambiental, o compromisso com a ética, princípios democráticos, a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral em todas as fases de vida do ser humano;
- Espírito investigativo e crítico;
- Capacidade de aprendizagem autônoma e continuada;
- Disposição para trabalhar coletivamente.

Com relação ao processo de construção do conhecimento, o curso se baseia na pedagogia cujos pilares são a reflexão crítica a partir das realidades vivenciadas, com desenvolvimento de cidadãos capazes de analisar sua imersão social, histórica e cultural, vislumbrando possibilidades de transformações positivas.

Neste cenário, os alunos são vistos como agentes com voz ativa, o conhecimento é questionado através de um diálogo crítico e afirmativo. Neste contexto, professores e estudantes são parceiros e agentes ativos na transformação sociocultural e evolução dos contextos em que estão inseridos.

Para que o aluno possa ter uma formação crítica e reflexiva, inclui as seguintes experiências:

- Emprego de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem: sob essa ótica, os alunos são colocados em cenários que exigem sua participação ativa em discussões, interação com os demais colegas, desenvolvimento de pensamento crítico, promoção da autonomia, estímulo à curiosidade científica e à tomada de decisões;
- Experiência em diversos cenários de aprendizagem que proporcionarão a aplicação dos conhecimentos adquiridos e, a partir disso, o desdobramento para novos conhecimentos e habilidades necessárias para a formação. Salas de metodologias ativas, salas de aula para atividades em grandes e pequenos grupos, disponibilidade de equipamentos e acústica, diálogos explicativos ou conferências.
- Avaliações dos alunos orientadas por:
  - a) desempenho contínuo nos problemas propostos, documentos de elaboração coletiva, dialógica e reflexiva, conforme as discussões em cada situação-problema;
  - b) avaliação cognitiva por meio de questões objetivas (múltipla escolha) e discursivas;
- Programa de Apoio Psicopedagógico ao Estudante: organizado pelo NAPE, com a finalidade de prestar apoio aos estudantes e de garantir a acessibilidade metodológica e instrumental a todos os estudantes, assegurando que não haja barreiras ao seu desenvolvimento educacional ou no processo de aprendizagem.

22.2 METODOLOGIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

As metodologias utilizadas para o desenvolvimento das atividades previstas no PPC estão em consonância com as Diretrizes Curriculares, são claramente inovadoras, permitindo aprendizagens diferenciadas, pois nele está previsto a utilização de metodologias ativas, as quais permitem a utilização de diferentes estratégias, de aprendizagem, além de

ferramentas e tecnologias inovadoras como a manufatura aditiva e a relação com mídias digitais.

O modelo acadêmico está estruturado nos princípios da inovação acadêmica, entendidos pelo CIESA como um processo de melhoria contínua do conjunto de tudo e de todos que estão diretamente relacionados à área acadêmica e às tendências do ensino superior contemporâneo.

Nessa perspectiva, coloca-se em constante processo de reflexão, ação, avaliação e reorganização desse modelo, já que o ambiente do ensino superior é dinâmico.

O modelo acadêmico está organizado de forma sistêmica, na qual todos os elementos acadêmicos estão integrados e representam uma concepção de ensino, extensão e pesquisa/iniciação científica. Tal postura é um indicativo de integração das diferentes áreas e de compromisso com o projeto institucional. Para que a integração aconteça, o CIESA se propõe a um processo de capacitação constante de seus colaboradores.

Ensinar por meio da aprendizagem ativa significa tornar o estudante participativo nas atividades escolares. A aula planejada pelo professor visa ao aprendizado efetivo e significativo do estudante, que, por sua vez, engaja-se no processo de construção de seu conhecimento, mediado pelo professor, tanto em atividades individuais como colaborativas, práticas ou teóricas, com o fim único do aprendizado.

O CIESA adota **práticas inovadoras** com a adoção de **metodologias ativas** para o processo de ensino e aprendizagem, apoio da tecnologia como oportunidade de aprendizagem diferenciada do curso na região.

As metodologias ativas de aprendizagem compõem o processo de inovação que o CIESA busca alcançar, visando melhores resultados tanto de aprendizagem, quanto de formação integral de seus estudantes.

As metodologias devem ser analisadas e avaliadas, de modo que atendam às expectativas tanto dos docentes quanto dos discentes. Para isso, a IES oferecerá aos professores e coordenadores oficinas, *workshops* e cursos de formação nas seguintes metodologias de aprendizagem:

I. **Sala de Aula Invertida:** os estudantes se preparam previamente para as atividades de sala de aula; em sala, praticam os conceitos aprendidos; em casa, revisam o conteúdo e estendem seu aprendizado.

II. ***Problem-based Learning (PBL):*** “Aprendizagem baseada em problemas”: O foco do ensino passa a ser o aluno, que deixa de exercer o papel de receptor passivo das informações transmitidas por seus professores. A metodologia implica em escolher o problema, identificar conhecimentos prévios dos estudantes, levantar vocabulário. O

PBL aumenta a responsabilidade dos estudantes, estimula a leitura, a reflexão e a discussão, estimula o trabalho em equipe e a interlocução de disciplinas e especialidades distintas. Pontos fortes: desenvolver habilidades para o séc. XXI; ter conteúdo relevante; ter questionamentos abertos; ter espírito de exploração; criar necessidade de saber; dar oportunidade de voz e escolha; incluir processos de revisão e reflexão; apresentar para o público. A metodologia implica formação de equipes e aprendizado de conceitos a partir da prática.

III. **Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP)**: Integra as atividades teóricas e práticas e são aplicações de um tema ou de uma disciplina com a qual se pode avaliar o grau de apropriação de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, bem como aptidões para tomada de decisão e resolução de problemas, com base na abordagem de uma situação real que requer uma solução ou verificação, que pode ser abordada a partir de diferentes perspectivas ou áreas de conhecimento. Promove a criação de estratégias organizacionais, gerenciamento de tempo e recursos, bem como a busca, coleta, análise e interpretação das informações. Baseia-se no estabelecimento de relações entre fatos, conceitos e procedimentos que facilitam a aquisição de conhecimento. Ajuda na aplicação do método científico e das habilidades de pesquisa. Permite também o exercício da autonomia, o desenvolvimento da criatividade, o trabalho em equipe, a colaboração, a responsabilidade e o compromisso social.

IV. **Estudos de caso:** é um método de ensino que coloca o aluno no centro do processo de aprendizagem, incentivando-o a analisar e resolver problemas reais através da investigação e discussão de casos. A principal ideia é que, ao confrontar-se com situações complexas, o aluno desenvolva habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e trabalho em equipe.

V. **Gamificação:** é uma abordagem de ensino-aprendizagem que coloca o aluno no centro do processo, incentivando sua participação ativa e engajamento. A gamificação, por sua vez, utiliza elementos de jogos, como desafios, recompensas e competições, para motivar e tornar o aprendizado mais dinâmico.

VI. **Rotação por estações:** é uma metodologia ativa de ensino que organiza a sala de aula em diferentes "estações" ou atividades, onde os alunos se deslocam entre elas para aprender sobre um mesmo tema de diversas formas. É como um circuito de aprendizagem, com cada estação oferecendo uma experiência única, seja ela uma aula expositiva, um trabalho em grupo, uma atividade online ou algo mais.

Desta forma, as aulas são utilizadas não somente para a exposição de conteúdo, mas, sobretudo, para colocar o aluno em uma posição ativa do processo de ensino- aprendizagem. As metodologias ativas de aprendizagem fazem com que a exposição de conteúdo deixe de prevalecer na sala de aula, permitindo a aplicação prática desses conteúdos através da problematização.

Com base nos princípios metodológicos expostos, os docentes devem articular os conteúdos com as questões vivenciadas pelos alunos em sua vida profissional e social, relacionando os temas trabalhados com as outras disciplinas, permitindo ao aluno compreender a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, priorizando a utilização de técnicas que privilegiem a solução de problemas, integrando teoria e prática.

As metodologias ativas de aprendizagem compõem o processo de inovação que o CIESA busca alcançar também no ensino da morfofisiologia, com ferramentas que enfatizam a aplicação clínica do conhecimento.

A metodologia de ensino adotada institucionalmente exige a prática de metodologias ativas permeadas por **avaliações formativas** que visam promover *feedback* permanente, tanto aos estudantes quanto aos docentes, a respeito dos avanços relativos ao percurso de aprendizagem proposto no Plano de Ensino.

23 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Avaliar é, acima de tudo, diagnosticar as lacunas a serem superadas e aferir os resultados alcançados. O referido processo é primordial para a formação do discente de nível superior, pois ao mesmo tempo em que considera as competências constituídas, identifica as mudanças de percursos eventualmente necessárias.

A frequência às aulas e às demais atividades escolares, permitida apenas aos alunos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas, salvo nos casos previstos em lei.
Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência escolar, no mínimo, de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas.

A verificação e o registro da frequência escolar são de responsabilidade do professor e, o seu controle, da Secretaria de Registros e Controles Acadêmicos, a qual comunicará os resultados aos setores competentes do CIESA, na forma do que dispuser o Regulamento da mesma.

A ausência coletiva às aulas, por parte de uma turma, implica a atribuição de faltas a todos os alunos e não impede que o professor considere lecionado o conteúdo programático

planejado para período em que a ausência se verificar.

O aluno que for convocado para integrar Conselho de Sentença em Tribunal do Júri, Serviço Militar obrigatório ou Eleitoral, bem como aqueles que participarem de conclaves oficiais, as gestantes e os portadores de doenças infecto- contagiosas devidamente comprovadas e amparadas pela legislação especial, tem sua frequência apurada na forma da legislação em vigor.

Os prazos para pedidos formulados com base no disposto no parágrafo anterior são de três dias úteis contados da data do início do evento.

A avaliação da aprendizagem far-se-á pelo conjunto das disciplinas que o aluno está cursando, mediante a aplicação de um Único Instrumento de Avaliação ou um Instrumento por Disciplina e ou Disciplinas.

Compete ao professor da disciplina e de outros componentes curriculares, definir os critérios de avaliação de aprendizagem, como parte do processo de ensino e acompanhar o desempenho dos alunos.

Compete aos professores das disciplinas e de outros componentes curriculares, programar e elaborar os instrumentos de aprendizagem de que trata este artigo, nelas compreendidas as mais diversas formas de exercícios, tais como: Atividades de pesquisa bibliográfica e de campo, atividades de extensão, projetos, relatórios, painéis, seminários, estudos de casos, visitas técnicas, práticas profissionais e outras formas propostas no plano de ensino.

A regulamentação do sistema de avaliação está presente no Regimento Geral da Instituição.

23.1 QUANTO AO ESTÁGIO

As avaliações das atividades de estágio seguem regramentos contidos no Regulamento próprio aprovado pelo NDE respectivo de cada curso.

A Avaliação do Estágio, observadas as habilidades e competências definidas no perfil do egresso, deverá conter no mínimo os seguintes critérios:

- Capacidade de articulação teórico-prática desenvolvida no decorrer do semestre letivo;
  - a) Conhecimento dos métodos de intervenção utilizados pelo profissional;
  - b) Conhecimento e aprofundamento dos instrumentais e técnicas desenvolvidos pelo profissional do campo e sua aplicabilidade no espaço institucional;
- Compromisso com o trabalho desenvolvido pela instituição campo de estágio e a

inserção nos planos, projetos e programas do campo de estágio.

- Atuação de forma ética e com profissionalismo no ambiente de atuação, assim como na relação com as pessoas e no manuseio das informações acessadas na organização profissional.

23.2 DA APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS PELA COORDENAÇÃO PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM

Todo o processo de avaliação precisa ser analisado pela Coordenação de curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) de tal modo a estimular o engajamento acadêmico do aluno, buscando adaptar os procedimentos avaliativos aos diferentes estilos de aprendizagem e rompendo com uma concepção de avaliação orientada apenas a resultados formais ao utilizar ferramentas que valorizam o desenvolvimento de bons hábitos de estudo.

Dessa forma, ao final de cada semestre, a Coordenação de curso em conjunto com o NDE avaliará o processo ensino-aprendizagem com base nos seguintes princípios:

1. É um processo contínuo e sistemático: a avaliação não tem um fim em si mesma, é um meio, um recurso para acompanhar o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem, por isso, não pode ser esporádica ou improvisada. Deve ser constante e planejada, ocorrendo ao longo de todo o processo, para reorientá-lo e aperfeiçoá-lo;
2. É funcional: ela funciona em estreita relação com as competências e habilidades estabelecidas pelas DCN, atendendo ao perfil do egresso, pois é o alcance desses itens que a avaliação deve buscar;
3. É orientadora: ela indica os avanços e dificuldades do aluno, ajudando- o a progredir na aprendizagem, orientando-o no sentido de atingir os objetivos propostos;
4. É integral: pois deve considerar o aluno como um ser total e integrado.

Desse modo, tendo como base o perfil do egresso almejado, a coordenação e o NDE analisarão todas as avaliações integradoras, tomando **ações concretas** a cada semestre promovendo feedback para docentes sobre índices estatísticos da prova, sobre a qualidade das questões, e desempenho estudantil, de forma a garantir uma melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem sugerindo e discutindo adaptações e correções de rota entre as unidades curriculares.

24 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS

O CIESA acompanha o avanço das novas tecnologias, tanto no que tange ao mercado de trabalho, para poder reestruturar suas matrizes curriculares, bem como os avanços tecnológicos que ocorrem na área de educação para rapidamente implantar a seus discentes essas novas perspectivas, pois a globalização e os meios de comunicação de grande agilidade transformam o mercado de trabalho e a sociedade com muita velocidade.

Em concomitância, existe a preocupação de incentivar a cultura e a disseminação das questões simbólicas e artísticas através da leitura e da preponderância das esferas da própria organização.

O CIESA tem em sua filosofia partilhar e fomentar a cultura local em seus alunos, promovendo através de seu planejamento interdisciplinar, seja nas matrizes curriculares, seja nos programas interdisciplinares e eventos da instituição a convivência entre a globalização e os aspectos locais mantendo, através da própria inovação os aspectos da identidade local para que alunos e professores tenham propriedade do avanço tecnológico sem a perda da sua essência norteadora.

Já na sua gênese, como já explicitado em outros momentos deste PDI, o CIESA tem a perspectiva de utilização de equipamentos tecnológicos diferenciados que estão à disposição no mercado atual. Citem-se como exemplos as seguintes incorporações a serem adquiridas e implantadas no decorrer deste PDI:

- Uso do portal do aluno como ferramenta de comunicação e apoio de todas as áreas do conhecimento e cursos de graduação;
- Uso da Biblioteca Virtual que possibilita aos alunos usuários a marcação, determinação e diversos recursos de interação com os livros e textos;
- Uso de softwares para as aulas;
- Uso dos equipamentos dos laboratórios;
- Uso desses equipamentos tendo como conteúdo a cultura local e os eventos da região para promoção e conhecimento deles.

24.1 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a serem disponibilizadas dentro do processo de ensino-aprendizagem estão previstas neste PDI e no PPC, possibilitando sua execução, viabilizando a acessibilidade digital e comunicacional, por meio de *softwares* específicos disponíveis em equipamentos previamente identificados em Laboratórios

Tecnológicos e Biblioteca, além de permitir a interação entre docentes e discentes, assegurando o acesso aos materiais a serem disponibilizados no portal do aluno, independente de lugar ou hora, além de propiciarem experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seus usos.

Foram planejados diversos recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs) para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e acompanhamento do estágio e das atividades complementares. Os alunos terão, por exemplo, disponíveis uma biblioteca digital (acervo de livros e periódicos), Laboratórios Digitais e o Portal do Aluno, que permitem o repositório de documentos vinculados às unidades curriculares do curso.

Dessa forma, discentes/docentes/preceptores terão acesso a materiais e recursos didáticos de qualquer lugar e a qualquer hora, permitindo experiências de aprendizagem **inovadoras e diferenciadas** através da utilização do Portal do Aluno, tecnologia inovadora desenvolvida pela próprio CIESA que será descrita logo adiante.

A rede de sistemas de informação e comunicação funciona em nível acadêmico e administrativo, objetivando o pleno desenvolvimento institucional, proporcionando a todos os integrantes do sistema a plena dinamização do tempo, bem como permite o processo de ensino-aprendizagem, conforme determina o PPC.

O CIESA, por meio de sua rede de computadores interna, comunica-se com a comunidade acadêmica (alunos, professores e colaboradores) por meio de seus portais, com plataforma e *softwares* específicos para o desenvolvimento das atividades, objetivando o acesso eletrônico aos dados acadêmicos e administrativos por quem se fizer necessário.

O uso das TICs no processo de ensino-aprendizagem proporciona uma relação de aprendizagem que supera as dimensões de espaço/tempo, podendo ser acessado a qualquer hora e local, e desenvolve competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais. Para dar vida e concretizar todo o processo de aprendizagem do aluno, utilizaremos recursos didáticos constituídos de diferentes mídias e tecnologias.

Com o objetivo de atender ao modelo pedagógico do CIESA, será utilizada uma plataforma de acesso e funcionamento integral via *web*, a qual garante ao aluno flexibilidade de acesso, considerando-se a esfera temporal (qualquer dia e hora) e a esfera espacial/geográfica (de qualquer local), além de flexibilidade na organização dos estudos.

Os cursos de graduação são na modalidade **presencial,** mas conta com um robusto ambiente virtual/portal do aluno para apoio que tem o objetivo de apoiar o processo de ensino-aprendizagem de alunos e docentes, que contém ferramentas de ensino, colaboração, avaliação e gestão. Foi preparada para integrar-se aos diversos sistemas de gestão do CIESA, responsáveis pelos processos dos alunos, inclusive pelo registro definitivo de notas. Reserva-

se à plataforma a atribuição de operacionalizar os cursos e transferir os resultados (notas). Toda essa tecnologia disponibilizada permitirá um apoio inovador ao curso. Todas as unidades curriculares oferecidas contarão com acesso, constituindo o ambiente virtual de apoio às aulas ministradas presencialmente, permitindo assim a adoção do conceito inovador de sala de aula invertida. Ou seja, o acesso prévio do aluno ao conteúdo que será trabalhado na aula melhora consideravelmente seu aproveitamento nos momentos presenciais, permitindo que o docente dedique menos tempo à exposição de conteúdo e mais tempo na aplicação dos conceitos através das metodologias ativas de aprendizagem. Haverá oferta frequente de programas de capacitação para uso em diferentes níveis. Todos os docentes utilizarão, em graus variados, o ambiente virtual. Essa possibilidade alinha a velocidade de comunicação e acesso às informações aos padrões de exigência atuais do perfil dos estudantes.

O ambiente está estruturado segundo as novas tecnologias da informação e comunicação, e inspirado por cinco conceitos norteadores:

1. **Acessibilidade**: materiais didáticos acessados por todos a qualquer tempo;
2. **Mobilidade**: conteúdos acessados por meio de *tablets*, *smartphones* e computadores, além de *e-books* para impressão;
3. **Interatividade**: objetos de aprendizagem interativos, baseados em um intenso processo que envolve dialogismo, hipertextualidade e multimediatização, garantindo a transmissão de conteúdos de forma mais intuitiva e dinâmica;
4. **Interação**: conjunto de ferramentas que garante a possibilidade de comunicação e interação entre estudantes e professores, permitindo retorno imediato por meio de ferramentas textuais e audiovisuais;
5. **Cooperação:** incentivo aos estudantes para que compartilhem materiais e produzam conhecimentos de forma colaborativa.

Essas premissas são responsáveis diretas pela otimização e qualidade do processo de ensino-aprendizagem, conferindo um conjunto de características e qualidades que atendem ao perfil dos estudantes da atualidade.

A ferramenta utilizada não será apenas o ambiente, no processo de ensino-aprendizagem, mas todas os sistemas acadêmicos e *softwares* disponíveis para desenvolvimentos das atividades acadêmicas.

Manutenção da Plataforma

A plataforma é mantida em sua estrutura original e hospedada em Data Center externo, para manter toda infraestrutura necessária: *backup*, suporte técnico 24x7, acessibilidade

adequada e alta disponibilidade. À equipe de informática do CIESA compete o monitoramento, solução de eventuais problemas e integração dos processos e dados junto aos sistemas de alunos.

Acesso e Segurança

A plataforma permite acesso identificado por meio de *login* e senha pessoais. Os níveis de acesso e operação dentro do ambiente são determinados pelo Setor de TI, com respaldo da equipe de gestores do CIESA.

Além disso, conta com Laboratório de Informática para utilização durante as aulas das unidades curriculares do curso, visando o apoio ao desenvolvimento das metodologias utilizadas tanto pelos componentes teóricos quanto práticos, por meio da disponibilização e uso dos *softwares* e *hardware*. Os estudantes podem usar os Laboratórios em horários de estudo individuais ou em grupo, favorecendo o aprofundamento, a pesquisa e a autonomia.

As salas de aula contam com suporte de equipamento, como projetores e computadores, e o CIESA possui rede *Wi-Fi* de alta velocidade para uso dos que a frequentam, favorecendo, assim, a comunicação e o acesso à informação. Destacam- se, ainda, o uso das TICs como mola propulsora do ensino-aprendizado e a participação autônoma dos alunos com deficiência, mobilidade reduzida e necessidades educacionais.

Comunicação

A **comunicação** acontece periodicamente por meio de canais definidos pela equipe especializada de Marketing e Comunicação do CIESA.

Acreditamos que a educação mediada por tecnologia e inovação proporciona aos alunos e alunas uma formação mais completa, desenvolvendo habilidades e competências que o mercado de trabalho demanda. Muito mais que uma excelente infraestrutura para os estudantes, trabalhamos para proporcionar um ambiente extremamente acolhedor e pessoas sempre disponíveis para atendê-los e auxiliá-los em todos os momentos. Acreditamos que um ambiente ideal é aquele em que trabalhamos com ousadia e liberdade para inovar.

Acessibilidade

Quanto à questão de acessibilidade atitudinal, pedagógica, digital e de comunicação, a IES possui instalado em seus computadores (Laboratórios de Informática, Biblioteca e pontos de apoio da Secretaria Acadêmica) *softwares* livres para facilitar ao acadêmico, atendendo, assim, questões ligadas à deficiência visual, motora e dificuldade de comunicação.

Dentre os *softwares* de inclusão, estão:

1. Dosvox: “é um sistema computacional baseado no uso intensivo de síntese de voz, que destina facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores. Por meio do seu uso é possível observar um aumento muito significativo no índice de independência e motivação das pessoas com deficiência visual”.
2. Jecripe: *“conhecido como jogo de estímulo a crianças com síndrome de Down. A iniciativa de desenvolvimento do programa foi de atender a pessoas com necessidades especiais, por meio do desenvolvimento de jogos eletrônicos. As atividades de compõem o programa foram desenvolvidas de acordo com as pesquisas realizadas por uma equipe especializada”.*
3. Hand Talk: *“é um tradutor de linguagem de sinais a partir de texto ou voz. O programa possui suporte para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e para a Língua Americana de Sinais (ASL). Os intérpretes digitais são avatares que podem ser personalizados de acordo com a preferência de cada usuário. Além da tradução simultânea, o programa ainda possui uma área de dicionário e sessão de vídeos educativos”.*
4. Mousekey: *“foi desenvolvido para facilitar a vida de quem possui alguma dificuldade motora e precisa de auxílio para digitação. Em vez de apenas teclas comuns, o Mousekey traz uma série de novas teclas para os usuários. Essas teclas apresentam combinações de letras utilizadas pelo computador, fazendo com que os textos sejam compostos de uma maneira muito mais dinâmica”.*
5. VLibras: *“a suíte VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas web mais acessíveis para as pessoas surdas. O VLibras é o resultado de uma parceria entre o Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID)”.*

O CIESA conta com um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), responsável por definir as características, diretrizes, capacidades e demais assuntos relacionados aos sistemas tecnológicos e de comunicação do CIESA. Neste, está incluso, também, o Plano de Contingência da TI.

IV. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

25 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O CIESA tem como metas para o quinquênio, seu recredenciamento e a autorização dos cursos na área de saúde e tecnólogos, visando atender a outras demandas da sociedade.

Os anos civis previstos para o quinquênio deste PDI podem sofrer alterações em função da eventual autorização/recredenciamento pelo MEC.

25.1 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

Atualmente o CIESA o corpo docente para os cursos do CIESA é formado por 27 docentes. Os docentes são contratados na forma da Lei, CLT. A expansão do Corpo Docente para quinquênio, se dará na medida e em atendimento a demanda dos cursos, projeta-se a partir do cronograma a seguir.

a. Cronograma de Expansão do Corpo Docente x Titulação

TITULAÇÃO	PDI									
	2024		2025		2026		2027		2028	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Doutor	8	29,6	8	29,6	14	32,6	17	32,6	21	33,8
Mestre	18	66,7	18	66,7	26	60,5	31	59,7	37	59,7
Especialista	1	3,7	1	3,7	3	6,9	4	7,7	4	6,5
TOTAL	27	100	27	100	43	100	52	100	62	100

b. Cronograma de Expansão do Corpo Docente x Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO	PDI									
	2024		2025		2026		2027		2028	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Tempo Integral	5	18,5	5	18,5	16	37,2	19	36,5	23	37,1
Tempo Parcial	17	63	17	63	20	46,6	24	46,1	29	46,8
Horista	5	18,5	5	18,5	7	16,2	9	17,4	10	16,1
TOTAL	27	100	27	100	43	100	52	100	62	100

25.2 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os colaboradores técnicos-administrativos do CIESA são sempre suficientes em número e reúnem competências associadas aos cargos que exercem na Instituição. Tem como característica marcante a qualificação profissional atrelada à postura ética e idônea imprescindíveis à realização de trabalhos acadêmicos e de assessoria aos cursos superiores. Atende às necessidades dos cursos, apresentando como características básicas: formação adequada com a função exercida, perfil empreendedor e visão holística da IES, facilitando o bom desempenho dos cursos e a qualidade de atendimento à comunidade acadêmica. O CIESA considerará em razão do cumprimento da missão institucional, a vigência deste PDI, o desenvolvimento da Instituição, analisando as necessidades de ampliação do seu corpo técnico-administrativo, com vistas à sua expansão.

ESCOLARIDADE/ TITULAÇÃO	PDI									
	2024		2025		2026		2027		2028	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Doutor		0		0		0%		0%		0%
Mestre		0		0		0%	1	5%	1	5%
Especialista	3	21,4	3	21,4	4	24%	6	32%	6	29%
Graduado	7	50	7	50	5	29%	6	32%	7	33%
Ensino Médio	4	28,6	4	28,6	5	29%	3	16%	4	19%
Ensino Fundamental		0		0	3	18%	3	16%	3	14%
TOTAL	14	100%	14	100%	17	100%	19	100%	21	100%

25.2.1 Perspectivas

As metas mais específicas de seleção, contratação e capacitação de colaboradores para o próximo quinquênio são:

- Revisar as regras de contratação para promover maior agilidade no processo;
- Fortalecer a integração no gerenciamento da carreira Técnico;
- Atender as demandas de ensino resultantes da ampliação de vagas dos cursos novos;
- Consolidar o quadro técnico dos novos cursos.

V. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

O CIESA está organizado em conformidade às características institucionais e à realidade que lhe são próprias e, está em consonância com sua concepção, missão visão e valores institucionais. A sua estrutura organizacional e acadêmica está apresentada no Regimento do CIESA.

A organização administrativa do CIESA obedece a hierarquia que regula as funções e atribuições de cada setor, tendo como objetivo a qualidade de ensino e obedece aos seguintes princípios:

- Unidade de patrimônio e administração sustentável;
- Estrutura orgânica com base na sede e coordenações de cursos, vinculados aos órgãos de administração;
- Unidades com funções de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, e pós-graduação, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- Racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e dos fatores humanos;
- Natureza pluricurricular do CIESA, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano;
- Flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às políticas institucionais e aos processos de acessibilidade curricular e de inclusão, às peculiaridades locais e regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos.

Em sua gênese gestora, o CIESA constitui a expectativa plena de que todo planejamento precisa ser avaliado constantemente. As ações precisam ter eficácia tanto no que se refere aos aspectos quantitativos como qualitativos. Por isso, o CIESA entende que o processo de avaliação institucional é o principal instrumento para planejar e mensurar os resultados do planejamento.

26 GESTÃO INSTITUCIONAL

A Mantenedora é a entidade responsável perante as autoridades públicas e o público em geral pela Mantida, incumbindo àquela tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da lei e do Regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos colegiados. O Regimento

Geral do CIESA, determina as relações entre a Mantenedora e a Mantida, delimitando-lhes autoridade e competências, no respeito às respectivas esferas de atuação. A estrutura organizacional do Centro Universitário e seus respectivos órgãos são apresentados a seguir.
A WD Educacional LTDA. (18648), pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, CNPJ nº 10.577.342/0001-22, fundada em 16 de janeiro de 2009, possui seu contrato social de constituição registrado Junta Comercial do Estado do Amazonas, sob o NIRE de nº 13200506367 com ato constitutivo em 11/08/2023, tem por objeto social.

27 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O CIESA está organizado em conformidade às características institucionais e à realidade que lhe são próprias e, está em consonância com sua concepção, missão visão e valores institucionais.

O CIESA é administrado por órgãos colegiados deliberativos, consultivos e normativos, órgãos executivos, setores e núcleos de apoio, órgãos suplementares e complementares, comitês, comissões específicas e assessorias especializadas, conforme definido no Regimento Geral.

Conforme o Regimento do CIESA:

- A Reitoria é o órgão executivo da Administração Superior.
- O órgão máximo deliberativo é o seu respectivo Conselho Superior (CONSUN).
- A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é um órgão de assessoramento, responsável pela condução do processo de avaliação institucional, conforme a legislação vigente.
- As Coordenações são órgãos de administração acadêmica básica.
- O Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Estudantes (NAPE) caracteriza-se com um órgão de apoio no âmbito dos cursos, de caráter permanente, de natureza multidisciplinar e institucional. O NAPE tem como objetivo promover uma formação acadêmica integral e humanizada, integrando o processo ensino-aprendizagem com o mundo do trabalho, a realidade social e a promoção da saúde e bem-estar dos estudantes dos cursos de Graduação.

O CIESA, nos termos da legislação em vigor, terá autonomia para criar, desmembrar, agrupar, suspender ou extinguir os órgãos de administração, mediante aprovação da Reitoria, ouvida a entidade Mantenedora e respeitados os ordenamentos do seu contrato social, e do seu Regimento.

A Estrutura Organizacional, Administrativa e Acadêmica da IES, incluindo suas instâncias de decisão, composição, competências, atribuições, mandato e demais órgãos, bem como o seu funcionamento, estão apresentados na íntegra no seu Regimento Geral.

27.1 SECRETARIA ACADÊMICA

A Secretaria Acadêmica é o órgão responsável pelo recebimento, gestão, arquivamento, registro e envio de informações, e toda documentação referente à vida acadêmica discente, desde a sua inscrição no processo seletivo até a conclusão de seus estudos, subordinada à Reitoria e à Secretaria Geral.

A Secretaria Acadêmica é dirigida por um Secretário Acadêmico designado pelo Reitoria. As atribuições, competências, finalidades da Secretaria Acadêmica dar-se-ão na forma do Regimento do CIESA e/ou em regulamentação própria.

27.2 BIBLIOTECA

A Biblioteca é organizada de modo a atender aos seus objetivos e à missão do CIESA, e obedece a regulamento próprio aprovado pelo CONSUN, em consonância com os objetivos dos cursos ministrados pelo CIESA.

A Biblioteca deverá ser organizada segundo os princípios de Biblioteconomia, com recursos informatizados e, quanto ao seu funcionamento.

A Biblioteca é destinada aos docentes, funcionários, estudantes e à comunidade em geral.

A Biblioteca é dirigida por um profissional bibliotecário designado pelo Reitoria. O Bibliotecário deverá possuir registro válido no Conselho Regional de Biblioteconomia. A Biblioteca funcionará diariamente, durante o período de aulas e trabalhos acadêmicos e no decorrer das férias e recessos escolares nos horários estabelecidos em seu Regulamento.

As atribuições, competências, finalidades e funcionamento da Biblioteca dar-se-ão na forma do Regulamento próprio.

27.3 SETOR FINANCEIRO E BOLSAS

O Setor Financeiro e Bolsas é o órgão responsável pela gestão administrativa e financeira do CIESA, subordinado à Diretoria Administrativa-Financeira.

Os serviços do Setor Financeiro e Bolas serão coordenados por funcionários habilitados, contratados pela Entidade Mantenedora, subordinados sob termo de

responsabilidade à Reitoria e ao Diretoria Administrativo-Financeiro.

27.4 NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO AOS ESTUDANTES – NAPE

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Estudantes (NAPE), caracteriza-se com um órgão de apoio no âmbito dos cursos de graduação, de caráter permanente, de natureza multidisciplinar e institucional, ligado à Coordenação dos cursos de Graduação e subordinado à Reitoria.

O NAPE tem como objetivo promover uma formação acadêmica integral e humanizada, integrando o processo ensino-aprendizagem com o mundo do trabalho, a realidade social e a promoção da saúde e bem-estar dos estudantes dos cursos de graduação.

O apoio psicopedagógico ocorre por meio do atendimento e a realização de o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos oferecidos pelo CIESA.

O NAPE visa:

- Trabalhar para melhoria do processo ensino-aprendizagem, integrando a formação acadêmica com o mundo do trabalho e a realidade social;
- Promover a saúde e bem-estar do corpo discente por meio de ações de prevenção e de ações terapêuticas em saúde mental no contexto institucional.
- Prestar o apoio psicopedagógico com atendimento e realização em conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos.

O NAPE possui sua competências e atribuições definidas em Regulamento próprio.

27.5 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO PROUNI – COLAPS

A Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS) do Programa Universidade para Todos (PROUNI) é um órgão colegiado de natureza consultiva, com a finalidade de promover a articulação entre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social (CONAP) e a comunidade acadêmica da IES.

O CIESA instituirá o COLAPS a partir da adesão do Prouni, sendo de competência dessa Comissão:

- Exercer o acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação do PROUNI na IES;
- Interagir com a comunidade acadêmica e com as organizações da sociedade civil,

recebendo reclamações, denúncias, críticas e sugestões para apresentação, se for o caso, à Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI;

- Emitir, a cada processo seletivo, relatório de acompanhamento do PROUNI;
- Fornecer informações sobre o PROUNI.

27.6 *COMISSÃO PERMANENTE DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO - CPSA/FIES*

A Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) do FIES é o órgão responsável pela validação das informações prestadas pelo candidato ao Programa.

O CIESA instituirá a CPSA a partir da adesão ao FIES, sendo atribuições da CPSA:

- Tornar públicas as normas que disciplinam o FIES em todos os locais de oferta de cursos da Instituição;
- Permitir a divulgação, inclusive via internet, dos nomes e dos endereços eletrônicos dos membros da Comissão e dos integrantes da respectiva equipe de apoio técnico;
- Analisar e validar a pertinência e a veracidade das informações prestadas pelo estudante no módulo de inscrição do sistema eletrônico SisFIES, bem como, da documentação por esta apresentada para habilitação ao financiamento estudantil;
- Emitir, por meio do sistema, Documento de Regularidade de Inscrição (DRI) do estudante;
- Avaliar, a cada período letivo, o aproveitamento acadêmico dos estudantes financiados, tendo em vista o desempenho necessário à continuidade do financiamento; e
- Adotar as providências necessárias ao aditamento dos contratos de financiamento.

28 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DOS ASSUNTOS ACADÊMICOS

Os professores e alunos participam dos órgãos colegiados, responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos do CIESA, integrando a composição dos conselhos, colegiados de curso, comissões e comitês.

Em conformidade com o Regimento Geral, na composição do CONSUN, CPA e na composição dos Colegiados de Curso há representantes dos professores, alunos e do corpo técnico-administrativo indicados por seus pares.

Além disso, o CIESA implementará o COLAPS e a CPSA/FIES a partir da adesão do Prouni e FIES.

29 AUTONOMIA DA INSTITUIÇÃO EM RELAÇÃO À MANTENEDORA

O CIESA possui sua autonomia e é regulamentada pela legislação do ensino superior, por seu Regimento Geral e, no que couber, pelo Contrato Social / Estatuto da WD Educacional LTDA.

O CIESA é dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão patrimonial.

A Mantenedora é responsável, perante as autoridades públicas e ao público em geral, pela IES, incumbindo-lhe tomar todas as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da lei e do seu contrato social, com responsabilidade civil, relação institucional e limitação de competências, garantindo a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

Compete precipuamente à Mantenedora promover adequados meios de funcionamento das atividades do CIESA, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos, assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária do CIESA podendo delegá-la no todo ou em parte, à Reitoria. Dependem da aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas.

30 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

O CIESA manterá atividades e serviços de extensão à comunidade, articulados com o ensino e a investigação científica, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às áreas dos cursos oferecidos.

As atividades e serviços são realizados, principalmente, sob a forma de atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas; participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica; promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

O CIESA busca firmar convênios com entidades e instituições da região, com o objetivo de desenvolver estágios, programas de extensão, trabalho voluntário, ação social, intercâmbio

nas áreas científica, técnica e cultural, bem como, atividades de ensino e investigação científica.

O estágio é viabilizado por meio desses convênios nem sempre é obrigatório, mas é de grande importância, uma vez que possibilita contatos com as diversas empresas e, muitas vezes, culmina na contratação definitiva do aluno, após a conclusão do curso.

31 PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL

O CIESA entende que o trabalho precisa ser realizado em um ambiente de confiança, responsabilidade e respeito pelo outro, tendo em vista, primeiro a sua humanidade, em segundo lugar a sua função.

Se forem preservadas as relações pessoais e sociais na Instituição, os objetivos institucionais serão os mesmos de todos os docentes e funcionários e discentes, porque esses se verão como parte integrante da Instituição e, por conseguinte, seus parceiros, visando, sempre, à formação de indivíduos e a melhoria da sociedade. O seu resultado será tangível, dependendo de como todos se comportam e vivenciam a rotina diária acadêmica.

A Mantenedora, por sua vez, é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, pela mantida, incumbindo-lhe de tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento, respeitando os limites da lei e do Regimento do CIESA, a liberdade acadêmica do corpo docente, discentes e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e consultivos. Compete à Entidade Mantenedora, portanto, fornece as condições econômicas, financeiras e materiais necessários ao funcionamento do CIESA, assumindo plenamente o compromisso com a elevação dos níveis de qualidade do ensino e a ampliação das relações com a comunidade através de ações de parcerias, convênios, troca de experiências e outras que se fizerem necessárias à consolidação dos objetivos propostos.

É política institucional assegurar o CIESA autonomia didática, administrativa e disciplinar em consonância com as normas federais de ensino vigentes e no que couber no contrato social da Entidade Mantenedora.

Da mesma forma, assim como são preservadas as relações entre a Entidade mantenedora e o CIESA, o serão as relações com outras instituições que, embora possam ser concorrentes, são parceiras na realização do mesmo objetivo de qualificar as gerações para um país melhor.

VI. PERFIL DO CORPO DOCENTE

32 CORPO DOCENTE

O CIESA atende ao disposto na LDB nº 9394/96, mantendo em seu corpo docente titulados em nível de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

O corpo docente do CIESA é constituído por todos os que exercem, em nível superior, as atividades de ensino, investigação científica e extensão. A contratação de todos os professores do CIESA ocorre na forma da Lei, CLT pela Mantenedora, com registro na Mantida.

Para a contratação do corpo docente um dos requisitos a ser considerado é a titulação, sendo a especialização a titulação mínima exigida para ingressar no corpo docente do CIESA. Além da titulação, na contratação dos docentes é considerada a experiência no magistério superior e a experiência profissional não acadêmica.

O corpo docente do CIESA se distribui entre as seguintes classes de carreira de magistério:

a) Professor Doutor.
b) Professor Mestre.
c) Professor Especialista.

São requisitos mínimos para enquadramento nas classes da carreira docente:

a) **Professor Doutor**: exige-se título de doutor, obtido em programa aprovado por Instituição de Ensino Superior, na forma da legislação ou em equivalente estrangeiro, desde que revalidado nas condições legais determinadas.

b) **Professor Mestre**: título de mestre obtido em programa de mestrado aprovado por Instituição de Ensino Superior, na forma da legislação ou em equivalente estrangeiro, desde que revalidado nas condições legais determinadas.

c) **Professor Especialista**: certificado de especialização, obtido nas condições para este fim definidas pela legislação vigente.

Eventualmente e por tempo estritamente determinado, o CIESA pode dispor de processo seletivo de professores visitantes e colaboradores, estes últimos destinados a suprir a falta temporária de docentes integrantes da carreira.

O corpo docente do CIESA atua nos seguintes regimes de trabalho:

a) **Regime de Tempo Integral** – **TI**: com obrigação de prestar, no mínimo, 40 horas semanais de trabalho, sendo o máximo de 20 horas em aula e demais horas em estudos, investigações científicas, extensão, produção científica e intelectual, planejamento e avaliação.

b) **Regime de Tempo Parcial** – **TP**: com obrigação de prestar, no mínimo, 12 horas semanais de trabalho em aulas, sendo 25% da carga horária destinada a estudos, investigações científicas, extensão, produção científica e intelectual, planejamento e avaliação;

c) **Regime Horista** – **HA**: para os que percebem seus vencimentos em função apenas das horas de aulas contratadas ou que não se enquadram nos regimes acima.

As horas de trabalho não utilizadas em atividades de ensino são distribuídas em preparo de aulas, assistência aos alunos, preparação e correção de provas e exames, investigações científicas, funções administrativas, reuniões em órgãos colegiados, participação em eventos de capacitação, trabalhos práticos ou atividades de assessoria e extensão.

O CIESA possui seu Plano de Carreira, garantindo condições salariais e de trabalho condizente com a natureza do trabalho docente, oportunizando espaço para a formação continuada bem como auxílio para produção acadêmica. O CIESA valoriza seus docentes e promove constantemente a capacitação deles.

33 PERFIL DO CORPO DOCENTE

A atuação dos docentes é fundamental para o sucesso da Instituição, e principalmente, para o desempenho acadêmico e profissional do aluno. O CIESA, ao conceber o corpo docente, considerou o perfil profissional do egresso, para então definir o cenário quantitativo e qualitativo da titulação, do regime de trabalho, da experiência profissional, da experiência em docência no ensino superior, assim como da experiência de cada um dos seus docentes.

Ao definir a titulação, considerou-se:

a) A capacidade do professor para analisar os conteúdos dos componentes curriculares e indicar bibliografias relevantes e atualizadas, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente;

b) A criatividade para fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada e, para além da bibliografia proposta, proporcionar o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta;

c) A habilidade para relacionar os objetivos das disciplinas ao perfil do egresso, e incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

Ao estabelecer o Regime de Trabalho, considerou-se:

a) As condições de atendimento das demandas, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no Colegiado e no NDE, quando for o caso.

b) A habilidade para estabelecer planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem;

c) A dedicação ao planejamento e o apoio à gestão do curso para melhoria contínua.

Ao estabelecer a experiência profissional do docente, considerou-se:

- A relação da sua trajetória profissional com o seu desempenho em sala de aula, valorizando a sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos;
- A importância das suas vivências na aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional;
- A importância da sua atuação no mercado de trabalho para manter-se sempre atualizado com relação à interação conteúdo e prática, promovendo a compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral;
- A capacidade de relacionar as competências previstas no PPC e o exercício da profissão proposta.

Ao estabelecer a experiência do professor na docência do ensino superior, considerou-se:

a) A capacidade de promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos e propor métodos diferenciados para alunos;

b) A habilidade de expor o conteúdo em linguagem aderente às características pedagógicas, sociais e regionais da turma;

c) A capacidade apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;

d) A criatividade para elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas;

e) A competência para realizar feedbacks das avaliações com os alunos, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no decorrer do semestre letivo;

f) A capacidade de estabelecer uma relação de liderança e ter sua produção reconhecida pelos discentes e pela comunidade acadêmica.

Ao estabelecer a experiência do docente, observou-se:

a) Sua capacidade para identificar as dificuldades dos alunos;

b) A habilidade de expor o conteúdo em linguagem tecnológica aderente às características pedagógicas, sociais e regionais da turma;

c) A criatividade de apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;

d) A capacidade de elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades diversas e avaliações diagnósticas, formativas e somativas;

e) A competência para realizar feedbacks das avaliações com os alunos em diversificadas plataformas virtuais de aprendizagem, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no decorrer do semestre letivo;

f) A capacidade de estabelecer virtualmente uma relação de liderança e ter sua produção reconhecida pelos discentes e pela comunidade acadêmica.

34 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A formação do quadro de docente, é feita mediante contratação de profissionais específicos na forma da Lei, CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas. Os docentes serão contratados em tempo integral, parcial ou horista – atendendo plenamente as exigências legais. Os requisitos desejáveis para a contratação são:

- No mínimo título de especialista;
- Com graduação na área da disciplina sob sua responsabilidade;
- Com pelo menos 2 (dois) anos de experiência profissional e/ou acadêmica.
- Na dificuldade de encontrar docente com experiência profissional e/ou acadêmica, será contratado docente

A contratação é efetuada após seleção, análise de curriculum lattes, entrevista e testes de conhecimentos específicos adequados ao cargo. As definições dos regimes de trabalho segundo o instrumento de avalição vigente.

A admissão do docente para integrar a carreira de docente do CIESA se fará mediante indicação da Coordenação de Curso e aprovação da Reitoria, após processo de seleção, que envolverá prova de títulos, entrevistas, prova didática mediante aula ministrada sobre um ou mais pontos da disciplina pleiteada, e quando necessário, prova escrita de conhecimento.

Os professores do CIESA serão recrutados entre pessoas cuja capacidade, títulos acadêmicos, identidade profissional, integridade de costumes e vocação lhes permitam desempenhar a contento as funções que lhes sejam atribuídas na carreira docente.

Serão considerados, em caráter preferencial, para contratação (admissão) e para promoção (mudança de categoria) na carreira docente, os títulos universitários, o teor científico dos trabalhos realizados, experiência profissional e de magistério em outras instituições de ensino superior.

34.1 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E DE MAGISTÉRIO SUPERIOR

A admissão do professor para integrar a carreira de docente do CIESA se fará mediante indicação do Coordenador de Curso e aprovação da Reitoria, após processo de seleção, que envolverá prova de títulos, entrevistas, prova didática mediante aula ministrada sobre um ou mais pontos da disciplina pleiteada, e quando necessário, prova escrita de conhecimento.

Os professores do CIESA deverão ser recrutados entre pessoas cuja capacidade, títulos acadêmicos, identidade profissional, integridade de costumes e vocação lhes permitam desempenhar a contento as funções que lhes sejam atribuídas na carreira docente.

Serão considerados, em caráter preferencial, para contratação (admissão) e para promoção (mudança de categoria) na carreira docente, os títulos universitários, o teor científico dos trabalhos realizados, experiência profissional e de magistério em outras instituições de ensino superior.

Do candidato à admissão será exigida, no mínimo, a comprovação de que é portador de diploma de curso de especialização, onde tenha sido estudada a disciplina que irá ministrar ou disciplinas afins.

A experiência no magistério superior é um elemento almejado na seleção de professores porque é muito adequado que um professor, além de uma formação criteriosa e profunda em sua área de conhecimento, tenha experiência em metodologias de ensino e gerenciamento de conflitos em sala de aula.

A experiência exigida dos professores para ingresso no quadro docente do CIESA é de, no mínimo, um ano de exercício do magistério superior e dois anos de atividade profissional não acadêmica na sua área de graduação.

34.2 REQUISITOS DE TITULAÇÃO

O corpo docente do CIESA é formado por profissionais de notória capacidade profissional vinculado às áreas de ensino, pesquisa e extensão e portadores de formação acadêmica compatível com a área de atuação.

É dada prioridade à contratação de docentes com titulação de mestres e doutores, complementados com profissionais pós-graduados nas áreas de conhecimento com títulos de especialistas.

O *curriculum lattes* de cada professor está documentado e arquivado em pastas individuais na Instituição podendo ser apreciado pela comissão de verificação *in loco* em momento oportuno.

35 ATRIBUTOS DOCENTES NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE ENSINO APRENDIZAGEM

O CIESA espera dos seus docentes os atributos abaixo discriminados e os programas de capacitação pedagógica que têm o objetivo maior de desenvolver as habilidades e competências que permitam ao docente no seu desempenho o cumprimento pleno destes atributos:

- **Apresentar** exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional;
- **Fomentar** o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta;
- **Proporcionar** o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso**;**
- **Manter-se atualizado** com relação à interação conteúdo e prática;
- **Promover** compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral**;**
- **Analisar** as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão;
- **Promover** ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos;
- **Expor** o conteúdo em linguagem aderente às características da turma;
- **Apresentar** exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;

- **Elaborar** atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período;
- **Incentivar** a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

A educação deve valorizar a descoberta e a prática consciente de novas formas de pensar e compreender o mundo, donde se depreende que é preciso que se estimulem práticas que possibilitem a integração, o resgate do humano, a solidariedade e cooperação, ao lado dos conhecimentos, competências e habilidades necessárias ao exercício profissional dos cursos oferecidos pelo CIESA.

Ao processo educativo, à tarefa de preparar seres humanos para a sociedade, soma-se a tarefa de enfrentar as exigências do mercado de trabalho, dando aos egressos as condições de nele sobreviver. A tarefa de educadores amplia o sentido de conduzir esse processo, para que seja possível transcender o próprio trabalho, a fim de encontrar nele seu profundo significado humano, viver em comunidade, sem se converter em massa, participar da vida e dos problemas da sociedade, podendo fazer uso da liberdade. O trabalho ocupa lugar privilegiado na existência e realização humanas.

Tudo o que o CIESA oferece aos alunos será agregado por eles para alcançar o sucesso pessoal dentro do mercado. A missão institucional requer a discussão dos conteúdos disciplinares, nas diferentes atividades acadêmicas desenvolvidas. Questões profundas sobre esse mercado, tais como: a divisão entre trabalho braçal e intelectual, a relação capital-trabalho, a questão do lazer; a precarização das condições de trabalho e sua relação como mercado global, a escassez da oferta dos postos de trabalho, entre outras questões, como essas perpassam hoje o universo formativo dos profissionais do século XXI. Por isso, a Instituição não pode se omitir de discuti-las.

A horizontalidade das relações, a participação efetiva na vida acadêmica, as oportunidades de contribuições e realizações em projetos de ensino, pesquisa e extensão, a vida comunitária, as condições físicas oferecidas, o fulcro na atenção ao alunado e no seu pronto atendimento, as políticas de interligação e complementaridade das atividades fins e meios na Instituição, conduzem e constroem a democratização dos processos e vida universitária.

36 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE

A Política de Qualificação e Formação Continuada do Docente está descrita neste PDI no capítulo do PPI. A formação docente habilita os professores no uso das metodologias e proporciona a liberdade de se criarem métodos profícuos e eficientes, que alcançam resultados efetivos de aprendizagem nos estudantes.

O CIESA estimulara qualificação sistemática do corpo docente, destinando os recursos orçamentários necessários à implementação e execução do Plano de Capacitação e Qualificação Docente e do Plano de Carreira Docente

A Política de Qualificação e Formação Continuada do foi elaborada considerando o cenário vivenciado pela Educação Superior no Brasil, particularmente pelo setor privado. São também ações amparadas na Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394/96 e visa atender a proposta deste PDI, no que diz respeito à qualificação docente.

Por intermédio de encontros de docentes, fomenta-se a troca de experiência entre profissionais com diferentes áreas de formação e que exerçam à docência na Instituição, promovendo ações interdisciplinares.

O Plano de Capacitação Docente é o instrumento empregado para definir e apresentar as políticas, as diretrizes e as metas institucionais de capacitação do quadro docente, bem como as áreas prioritárias para investimento nesse sentido.

O Plano inclui, também, o planejamento de novos afastamentos para capacitação e o acompanhamento acadêmico dos professores que se encontram em frequência a cursos de pós-graduação.

O CIESA entende que a capacitação docente é um dos pilares da melhoria da qualidade do ensino e do aperfeiçoamento didático-pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação.

O CIESA pretende investir no aprimoramento técnico pedagógico de seus professores, não medindo esforços para viabilizar as iniciativas de capacitação, desde que cumpram duas condições básicas: enquadrem-se nas áreas prioritárias definidas pela própria Instituição e estejam respaldadas pelos aspectos legais inerentes à questão.

As diretrizes básicas da política para o corpo docente da Instituição estão assim definidas:

a) Consolidar um quadro docente titulado e altamente qualificado que responda em qualidade e quantidade o exercício das funções institucionais no ensino, pesquisa, extensão e cultura, procurando atender aos padrões e indicadores de qualidade fixados

pelo MEC;

b) Aperfeiçoar e implementar o Plano de Carreira Docente que contém as regras de ingresso, progressão, direitos e deveres dos docentes;

c) Selecionar profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada, seleção ou outro expediente;

d) Estabelecer uma política interna de qualificação de recursos humanos auxiliando seus docentes a identificarem programas de Mestrado e ou Doutorado para se qualificarem com os apoios e auxílios previstos no Plano de Carreira Docente;

e) Implementar a oferta de programas de qualificação próprios;

f) Ofertar seletivamente cursos de especialização com vistas a que todos os seus professores tenham, no mínimo, uma especialização em sua área de atuação;

g) Racionalizar os quantitativos de professores concentrando e disponibilizando maior volume de horas-aula para cada professor, dentro dos limites possíveis e viáveis, valorizando e aumentando os ganhos remuneratórios e os níveis de satisfação;

h) Aproveitar, nos treinamentos, cursos e/ou capacitação de pessoal, os docentes especializados em cada área.

O Plano de Carreira Docente está institucionalizado, e de acordo com a reforma trabalhista que estabeleceu através do §2º, do Art. 461, da CLT, **não há necessidade de que o empregador faça a homologação** ou o **registro do** seu quadro de carreira ou **plano de cargos e salários junto ao Ministério do Trabalho para ter validade.**

36.1 OBJETIVO GERAL DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

Promover ações que contribuam para a compreensão, o desenvolvimento, a qualificação, o aprimoramento acadêmico e a atualização do funcionamento e da organização das atividades pedagógicas inerentes à natureza do trabalho docente desenvolvido.

36.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA QUALIFICAÇÃO DOCENTE

- Possibilitar, permanentemente, o atendimento individualizado dos docentes, a fim de atender as diversas dificuldades enfrentadas perante as relações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem;
- Intervir, quando necessário, com atividades em grupo, para levantamento das questões “problema” que porventura venham a prejudicar o desenvolvimento dos

alunos;

- Propor atividades que atendam às necessidades específicas dos colegiados dos cursos;
- Ofertar aos docentes, palestras, encontros/seminários e oficinas nas diferentes áreas do conhecimento;
- Possibilitar trocas de experiência entre os docentes nas suas diversas áreas de formação;
- Promover a cada início de ano um encontro entre os docentes e coordenadores de curso, ofertando atividades de caráter pedagógico e organizacional das ações a serem desenvolvidas pelos docentes;
- Organizar no início de semestres, encontros pedagógicos com professores recém-contratados, com atividades de aprofundamento e de caráter organizacional;
- Incentivar nas atividades pedagógicas o aprofundamento teórico e metodológico dos processos de ensino-aprendizagem;
- Promover cursos de aprofundamento em sistema modular para promover o contato com as novas tecnologias;
- Criar ações de estímulo aos docentes para participação e publicação em eventos científicos.

37 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS DOCENTES

A substituição eventual dos docentes, é feita utilizando do próprio quadro ou contratando externo quando não existir disponibilidade.

Em casos emergenciais, a contratação de docente substitutos poderá ser feita por tempo determinado, por um período letivo, com a possibilidade de renovação, até o prazo não superior a 02 (dois) anos, sem caracterizar ingresso na carreira docente.

A contratação de professores temporários, substitutos, será feito mediante aprovação em Processo Seletivo Simplificado e de acordo com as leis trabalhistas.

A substituição é o ato mediante o qual a Reitoria do CIESA designa professor para exercer, temporariamente, as funções de outro em suas faltas ou impedimentos. Poderá ser substituído, em caráter de emergência, o professor que se afastar de suas funções, em virtude de doença ou por qualquer outro motivo de ordem legal, quando esse afastamento prejudicar as atividades de ensino.

A substituição será obrigatória quando o afastamento for igual ou superior a 15 (quinze) dias, cabendo ao Coordenador de Curso indicar o substituto a Reitoria do CIESA, para

solicitação de contratação.

O substituto será preferencialmente professor integrante do quadro docente do CIESA. Não havendo professor disponível no CIESA, a substituição será feita através de contrato temporário, pelo prazo da substituição.

O Plano de Carreira Docente regula as condições de admissão, demissão, direitos e vantagens bem como os deveres e responsabilidades dos membros do magistério superior do CIESA.

Os procedimentos para substituição no CIESA, somente acontece quando um professor do quadro efetivo se desliga ou se afasta completamente da instituição:

a) Aposenta-se e pede seu desligamento;
b) Pede demissão;
c) For demitido;
d) Por doença;
e) Licença maternidade;
f) Óbito;
g) Afastamento por qualificação e aperfeiçoamento (mestrado e doutorado).

38 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES

O acompanhamento das atividades docente será feito em primeira instância pelo NDE a quem competirá avaliar as atividades desenvolvidas e fazer o acompanhamento contínuo do processo de implementação dos cursos.

A Avaliação da atuação dos docentes ficará a critério da Coordenação de curso que acompanhará as ações pedagógicas por meio das avaliações anuais da CPA.

Os Instrumentos de avaliação da CPA são aplicados para cada uma das disciplinas sob responsabilidade dos docentes.

39 PLANO DE CARREIRA DOCENTE

O Plano de Carreira do CIESA contempla as categorias funcionais, os níveis e índices de remuneração, formas de progressão horizontal e vertical, critérios e prazos para ascensão, entre outros aspectos. Ressalta-se que o texto na íntegra do referido Plano encontra-se disponível na Instituição.

VII. PERFIL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

40 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O Corpo Técnico-Administrativo do CIESA é constituído por todos os funcionários não docentes, tratando-se, portanto, de colaboradores que executam os serviços administrativos e gerais necessários ao bom funcionamento da Instituição.

Desde a sua gênese, a Instituição buscou identificar junto aos colaboradores as oportunidades para o seu desenvolvimento e colocá-los em funções e posições em que possam dar sua melhor contribuição.

Vale destacar, que o CIESA busca mostrar que as pessoas são partes integradas do processo de melhoria, reconhecendo que os colaboradores têm condições para tomar decisões relativas ao trabalho, delegando assim, autoridade para soluções de problemas.

Da mesma forma, tem-se o objetivo de promover um ambiente de comunicação total, informando os colaboradores para dar-lhes uma visão ampla a respeito dos desafios e tendências dos serviços educacionais, dos objetivos setoriais, das metas e do desempenho geral, bem como alimentando-os de informações necessárias para o bom desempenho de suas funções e interagindo com eles.

Nesse sentido, o Setor de Recursos Humanos e os outros órgãos institucionais buscaram promover reuniões regulares de debates, sugestões, avaliação e solução de problemas, bem como, encorajar e apoiar todos os colaboradores na busca de melhoria da qualidade, com o intuito de buscar sempre, a mantença e fortalecimento da autoestima destes. Para que os pressupostos expostos acima fossem alcançados, a instituição definiu que o perfil do corpo técnico-administrativo fosse abrangido pelos critérios de seleção e contratação, políticas de qualificação e carreiras, e cronograma de expansão, a seguir destacados.

Os colaboradores técnicos-administrativos do CIESA são sempre suficientes em número e reúnem competências associadas aos cargos que exercem na instituição. Tem como característica marcante a qualificação profissional atrelada à postura ética e idônea imprescindíveis à realização de trabalhos acadêmicos e de assessoria aos cursos superiores. Atende às necessidades dos cursos, apresentando como características básicas: formação adequada com a função exercida, perfil empreendedor e visão holística da Instituição, facilitando o bom desempenho dos cursos e a qualidade de atendimento à comunidade acadêmica.

41 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A autorização para a abertura de vagas e contratação é de competência da Reitoria, de acordo com a real necessidade e a viabilidade orçamentária para a contratação.

A solicitação para a abertura de vagas deverá ser instruída com as seguintes informações: atividades a serem desenvolvidas e perfil do profissional (habilidades e competências).

A contratação de técnicos-administrativos para o CIESA está vinculada às necessidades de acordo com o crescimento orgânico da Instituição, bem como às relacionadas ao apoio e gestão das atividades acadêmicas e administrativas.

A contratação depende, ainda, de prévia aprovação do candidato em processo seletivo do Setor de RH, que avalia:

- A titulação;
- A experiência profissional;
- A adequação da titulação e experiência ao cargo para o qual estiver sendo selecionado.

No Processo Seletivo os candidatos passaram por avaliação, envolvendo comprovação de titulação, entrevista e, de acordo com a necessidade, de prova específica de conhecimentos gerais e na área de atuação.

A admissão de pessoal segue as rotinas e políticas definidas pelo RH para recrutamento e seleção, onde sempre que possível o provimento das vagas técnico-administrativos é feito por meio de promoção vertical, visando a valorização do quadro funcional.

O contrato de trabalho estará vinculado à CLT, devendo as vagas serem preenchidas mediante avaliação da formação e do perfil do candidato, coerentes com as atividades a serem desenvolvidas.

O empregado técnico-administrativo é contratado na referência inicial do primeiro nível da classe de cargos, observando-se os requisitos exigidos para cada cargo e nível.

A tabela salarial, constante no plano de cargos e salários é formada por classes, sendo as classes com níveis e referências. As modificações de faixas e referências podem ocorrer em razão de alteração de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), pesquisa salarial e definição da Mantenedora.

Os salários praticados na Tabela Salarial, bem como os critérios e regras estabelecidas no Plano de Carreira, observam as normas coletivas de trabalho, inclusive, as vantagens delas decorrentes para a remuneração.

O Corpo Técnico Administrativo do CIESA será responsável pela operacionalização e gestão das políticas e rotinas administrativas e acadêmicas, funcionando como intermediário nas relações entre os mantenedores e dirigentes e os clientes, no caso os alunos, professores, usuários e comunidade em geral.

O CIESA entende que a qualidade nos serviços prestados pelo corpo técnico-administrativo é de suma importância para a consecução dos objetivos institucionais. Essa qualidade depende, sobretudo, da qualificação pessoal, da infraestrutura física, do ambiente de trabalho e dos programas de desenvolvimento humano das Instituições.

Para ser admitido o pessoal técnico-administrativo e de apoio deve preencher algumas exigências de qualificação, tais como:

a) Apresentar características de liderança;
b) Ser inovador no desempenho de suas tarefas na área específica das funções que exerce e na área de informática;
c) Ser empático e democrático em relação aos colegas;
d) Demonstrar domínio de conhecimentos na sua área de trabalho;
e) Estar predisposto à formação contínua.

Para obter este objetivo, a Instituição elabora diretrizes, a fim de estabelecer normas e procedimentos para capacitar e estimular os funcionários que exercerão atividades na área técnico-administrativa. Este plano abrange todos os funcionários que integram o quadro funcional.

A política de formação continuada de funcionários técnico-administrativos, dos diferentes setores, inclui o incentivo à continuidade de estudos, ou seja, educação básica, treinamento, acesso ao nível superior e pós-graduação e atualização profissional para o exercício da cidadania.

Os colaboradores são contratados sob o regime da legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto no Regimento e nas demais normas expedidas pelos órgãos da administração superior do CIESA.

Para atender as necessidades de cada curso haverá o apoio técnico e pedagógico que fará parte da área administrativa do CIESA. No desenvolvimento de cada curso poderá ser efetuada a contratação dos recursos humanos necessários.

42 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A Política de Qualificação e Formação Continuada do Corpo Técnico-Administrativo está descrita neste PDI no capítulo do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e busca conceder apoio financeiro sob a forma de ajuda de custo para participação em eventos de capacitação técnica, de bolsas de estudo para participação em cursos de pós-graduação em instituições reconhecidas e credenciadas e, em programas de treinamento específicos, mediante autorização prévia da Mantenedora.

As políticas de pessoal e de carreira, para o corpo técnico-administrativo do CIESA, estão efetivamente implementadas.

O corpo técnico administrativo está hoje constituído de: bibliotecário; auxiliares de biblioteca; secretaria geral; auxiliares de secretaria; auxiliares de coordenação de curso; administrador, técnicos de informática; auxiliares do setor de apoio às salas de aula; recursos humanos; coordenador financeiro; auxiliares do financeiro; auxiliares administrativos de atendimento acadêmico entre outros.

A expansão se dará à medida que novas turmas sejam incorporadas ou pela expansão orgânica da Instituição.

Todos os funcionários técnicos administrativos passarão por atividades de qualificação na função. Os funcionários administrativos aprovados em processo seletivo da instituição terão apoio/incentivo para sua capacitação. A remuneração atenderá aos acordos sindicais e será considerada pela instituição, além da qualificação acadêmica, a dedicação do técnico administrativo à função.

O corpo técnico-administrativo que atua no CIESA apresenta formação e experiência profissionais adequadas ao desenvolvimento das atividades. Esta será constituída pelos colaboradores que exercem atividades técnicas e/ou administrativas de qualquer natureza. São consideradas atividades do pessoal técnico administrativo aquelas relacionadas à permanente manutenção e adequação do apoio administrativo, técnico e operacional, inerentes ao exercício de direção, gerência e coordenação pedagógica.

Outra preocupação que o CIESA tem com seu corpo docente, discente e técnico-administrativo refere-se às normas de segurança para todos que circulam nos ambientes. A IES possui Plano de Fuga em caso de incêndio. Os funcionários receberão o treinamento anualmente para operar equipamentos de extinção de incêndio, dar atendimento de primeiros socorros e a utilização correta de EPI´S. Este projeto tem a finalidade de estabelecer as

condições mínimas para que haja o cumprimento do Plano de Fuga, visando à proteção da vida e do patrimônio e, desta forma, reduzir as consequências de sinistro e focos de incêndio no ambiente da Instituição.

43 QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A valorização das atividades do corpo técnico-administrativo está normalizada em proposta de um Plano de Carreira que visa contemplar o desempenho e formação do funcionário. Para isso são estabelecidas as seguintes políticas:

a) Incentivo a formação continuada do corpo técnico;
b) Oferta de cursos voltados à atuação específica;
c) Oferta de cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional;
d) Estímulo à participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela Instituição e outras entidades;
e) Atualização de conhecimentos na área da informática;
f) Implementação do Plano de Carreira Técnico-Administrativo adequando-o à realidade de mercado e de gestão;
g) Elaboração da matriz de capacitação e treinamento do pessoal administrativo do nível técnico e operacional, revisando-a para cada ano;
h) Seleção de profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada, concurso ou outro expediente;
i) Implementação da oferta de programas de qualificação próprios;
j) Atrair, desenvolver e reter talentos;
k) Aumentar o nível de valorização das pessoas;
l) Criar sistema de remuneração que reconheça méritos e valores;
m) Estabelecer uma eficiente comunicação interna;
n) Investir na cultura institucional e na reconstrução de seus processos;
o) Criar agentes integradores do ambiente interno;
p) Criar sistemas de procedimentos que aumentem a sinergia entre os órgãos.

44 PLANO DE CARREIRA DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo é o instrumento que disciplina os procedimentos operacionais e normativos da política de pessoal e estabelece critérios e

formas de admissão, promoção, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização do profissional técnico administrativo.

O Plano de Carreira tem aplicabilidade no CIESA, observados as diretrizes da Mantenedora e o Regimento Interno, normas coletivas e a legislação trabalhista vigente, tendo como objetivos:

a) Estabelecer formas e critérios de seleção, ingresso, promoção, qualificação, desempenho, avaliação, incentivo e valorização dos empregados técnico administrativo;

b) Atrair e manter na instituição pessoal qualificado, que atenda às suas demandas, com profissionais capazes de contribuir para o alcance dos seus objetivos, de forma eficiente e eficaz, dentro de um processo de ética e de administração moderna;

c) Definir cargos e descrever suas atribuições;

d) Estimular o desenvolvimento dos empregados técnico administrativos, de forma a contribuir para o seu aprimoramento pessoal e profissional;

e) Propiciar condições favoráveis à eficiente e qualificada atuação dos empregados técnico administrativos;

f) Criar condições de atratividade para absorver candidatos potencialmente qualificados para exercer atividades técnico-administrativas na instituição.

Para efeito do plano foram consideradas atividades técnico-administrativas aquelas realizadas nas seguintes áreas:

I. Financeira;
II. Contábil;
III. Gestão de Pessoal;
IV. Administrativa;
V. Assistencial Social;
VI. Serviços Gerais e Manutenção;
VII. Secretaria acadêmica;
VIII. Secretaria Docente;
IX. Coordenações de área (Extensão etc.);
X. Biblioteca;
XI. Tecnologia da Informação;
XII. Ouvidoria;
XIII. Supervisão de rotinas administrativas de laboratório;
XIV. Supervisão administrativa de núcleos de prática;

XV. Qualquer outra atividade não relacionada à área docente.

O corpo técnico-administrativo da Instituição é formado por profissionais capacitados, vinculado às áreas específicas de atuação, com formação acadêmica compatível com o cargo, sendo formada por três grupos ocupacionais:

- Nível Fundamental: agrega as atividades em que a natureza do trabalho é operacional e a exigência é o Ensino Fundamental;
- Nível Médio: agrega as atividades vinculadas à área técnica e administrativa;
- Nível Superior: agrega atividades com maior grau de complexidade, que requerem análise.

Sobre a política de promoção de merecimento e antiguidade é permitido três possibilidades de crescimento na estrutura de cargos: horizontal, vertical e reclassificação.

A promoção horizontal é a progressão do empregado de uma referência para outra, no mesmo nível, sem alteração de cargo.

A promoção vertical é a progressão do empregado de um cargo para outro que pertença a uma classe superior e somente ocorrerá em razão de vacância do cargo.

A reclassificação é a progressão do empregado de um nível para outro, dentro do mesmo cargo, sendo a estas atribuídas tarefas mais complexas e ocorrendo em razão das necessidades da instituição, em seus diversos setores, em função de novas tarefas, complexidade das tarefas e qualificação do empregado.

A efetivação de qualquer uma das três possibilidades de progressão deve ser justificada à área de gestão de pessoas da Mantenedora.

Considerando as possibilidades apresentadas, cada empregado pode delinear sua carreira, baseando-se nas trajetórias, requisitos e critérios estabelecidos, podendo assim planejar seu crescimento profissional dentro da Instituição.

Quanto ao processo de avaliação de desempenho, o plano de carreira estabelece que todos os empregados técnico-administrativos participam anualmente. O empregado técnico-administrativo que tiver menos de seis meses de contratação, considerando a data de admissão até o período de avaliação, somente pode participar da avaliação de desempenho do ano subsequente.

Com relação ao Regime Jurídico a instituição aplica ao pessoal técnico-administrativo a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e dispositivos legais que a regulamentam, as Convenções/Acordos Coletivos de Trabalho vigentes, normas e regulamentos estatutários, regimentais e resoluções editadas pela Mantenedora.

O profissional técnico-administrativo que também for designado para cargo docente terá um contrato de trabalho específico para cada função, nos termos das respectivas Normas Coletivas de Trabalho.

Por fim, os empregados técnicos-administrativos da Instituição são remunerados de acordo com a classe, cargo, nível, referência e o regime de trabalho, observados os valores expressos na Tabela Salarial e de Referência para Promoção, presentes no Plano de Carreira e, aprovadas pela Mantenedora.

Os valores remuneratórios do empregado técnico-administrativo e da Tabela Salarial são reajustados na forma da legislação em vigor e das Normas Coletivas de Trabalho. A partir do primeiro dia do mês subsequente à aprovação do enquadramento pela Diretoria da instituição, o empregado técnico-administrativo faz jus ao recebimento da correspondente remuneração.

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo está devidamente institucionalizado, e de acordo com a reforma trabalhista que estabeleceu através do §2º, do Art. 461, da CLT, **não há necessidade de que o empregador faça a homologação** ou o **registro do** seu quadro de carreira ou **plano de cargos e salários junto ao Ministério do Trabalho para ter validade.**

VIII. ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL

Conforme descrito neste PDI, a IES elaborou o Projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais.

45 POLÍTICA DE MANUTENÇÃO E GUARDA DO ACERVO ACADÊMICO

O CIESA, por meio de sua Secretaria e do seu sistema de registro acadêmico implantado cumpre as exigências e manutenção e guarda do acervo acadêmico, conforme disposto na Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, que institui normas sobre a manutenção e guarda do acervo acadêmico das instituições pertencentes ao sistema federal de ensino, revogada pela Portaria nº 315 ,de 04 de abril de 2018 que dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, e demais legislações aplicadas.

O acervo acadêmico do CIESA é composto de documentos e informações organizados e classificados conforme a referida portaria, obedecendo a prazos de guarda, destinações finais e observações previstos na mesma, na classe “Ensino Superior”. Os documentos, inclusive os dossiês de alunos, ficam armazenados na Secretaria Acadêmica. O responsável pela guarda e conservação do acervo acadêmico da Instituição é o Reitoria, sendo auxiliado pela Secretária Acadêmica.

O CIESA mantém permanentemente organizado, em condições adequadas de conservação, informatizado, de fácil acesso e em conformidade com as exigências da legislação vigente, todo o acervo acadêmico sob sua guarda, o que assegura a organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.

Todas as normas constantes no Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim são consideradas pela sede.

O Acervo Acadêmico é composto de documentos e informações definidos Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim, devendo a IES obedecer aos prazos de guarda, destinações finais.

O Acervo Acadêmico pode ser consultado a qualquer tempo pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) bem como pelos órgãos e agentes públicos atuantes para fins de regulação,

avaliação e supervisão.

46 ACERVO ACADÊMICO DIGITAL

Em cumprimento à Portaria nº 315/2018, complementar ao Decreto nº 9.235/2017, que determina a criação de uma Política de Manutenção e Guarda de Acervo Acadêmico por parte das instituições, o CIESA percebe a necessidade de aplicar o Plano de Classificação de Documentos, para organização de documentos físicos e digitais, e também a Tabela de Temporalidade Documental, que assegura a prescrição legal e administrativa dos arquivos nas fases em que se encontram (corrente, intermediário e permanente).

O Acervo Acadêmico Digital no CIESA observa a Portaria nº 332/2020 que altera o prazo contigo no caput do Art. 45, da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Com a implementação do Acervo Acadêmico Digital todos os documentos produzidos e recebidos pelo CIESA, relacionados ao histórico acadêmico dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos farão parte desse sistema. Entendemos que a digitalização do acervo como uma adequação do mercado educacional e das instituições de ensino aos avanços tecnológicos e, por consequência, às transformações culturais como um todo. Esse processo também se relaciona à utilização múltipla de recursos tecnológicos no ensino, cuja abrangência engloba a gestão acadêmica, pedagógica, administrativa e assim por diante.

O uso dessas tecnologias e inovações tem como principal finalidade maximizar os resultados obtidos em todos os níveis. Elas também acabam colaborando com a evolução geral do ensino.

As principais obrigatoriedades sobre o Acervo Acadêmico Digital estão dispostas no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que trouxe uma série de modificações para o ensino superior. Nos termos do Art. 58 do supradito está estabelecida a necessidade de se indicar uma IES sucessora e efetivar a transferência de seu acervo acadêmico para a guarda e a manutenção do acervo transferido, em caso de descredenciamento ou até mesmo durante o processo. A Portaria também estabelece que essa transição seja feita a partir do uso de tecnologias que garantam a integridade, a autenticidade, a confiabilidade e a duração da informação no meio digital.

Para viabilizar tal ação, o CIESA com a responsabilidade de elaborar, institucionalizou e implementará e acompanhará a Política de Segurança que proteja o acervo acadêmico em sua totalidade.

Dentre alguns requisitos que o sistema de gestão do acervo acadêmico digital a ser adotado pelo CIESA deve cumprir, lista-se:

a) Capacidade de utilizar e gerenciar base de dados adequada para a preservação do acervo acadêmico digital;

b) Forma de indexação que permita a pronta recuperação do acervo acadêmico digital;

c) Um método de reprodução do acervo acadêmico digital que garanta a sua segurança e preservação.

Dentre os benefícios dessa ação cita-se a redução dos grandes volumes de papel o que facilitará inúmeras atividades relacionadas aos documentos, como produção, trâmites burocráticos, acesso, uso e armazenamento. Dessa forma, será possível agilizar fluxos e tomadas de decisão.

Outras vantagens que merecem destaque são:

a) Possibilidade de acesso instantâneo às informações;

b) Eliminação do risco de extravio;

c) Aumento da segurança;

d) Otimização dos espaços físicos destinados ao armazenamento.

Além de benéfica por várias razões, a transição atende a uma necessidade social cada vez mais pertinente.

47 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO ACERVO ACADÊMICO

O CIESA, considerando a necessidade de garantir a segurança das informações; minimizar os riscos de perda da informação; preservar a memória institucional; e padronizar os procedimentos de segurança das informações reconhece a importância da implementação de uma política que garanta a plena segurança e preservação das informações relativas ao acervo acadêmico.

Com sua Política de Segurança da Informação, o CIESA visa atender a Portaria nº 315, de 04 de abril de 2018 do MEC.

Entendemos que frente ao exposto a informação constitui recurso para atingir a missão, funções e os objetivos do CIESA, sendo imprescindível garantir que os documentos sejam acessíveis e permaneçam autênticos em todo o seu ciclo de vida.

A Política de Segurança da Informação do Acervo Acadêmico é a expressão do compromisso de todos os setores da instituição em garantir a confiabilidade, autenticidade, integridade e durabilidade de todas as informações. O acesso ao arquivo físico do CIESA é restrito a pessoas autorizadas, visando a segurança das informações nele armazenadas.

O sistema de gerenciamento do acervo acadêmico digital tem controle de acesso a documentos por usuário e/ou grupos de usuários, bem como trilha de auditoria que permite o rastreamento de intervenções ou tentativas de intervenção no documento digital. A trilha de auditoria registra quem operou, a data, hora e ações realizadas nos documentos.

IX. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O CIESA está situado, no município de Manaus, no Estado de Amazonas, com área total aproximada de 16.514,22 m^2 de área construída, dividida em dois espaços físicos: Av. Joaquim Nabuco, nº 1.270 – Centro e Rua Uascar de Figueiredo, nº 1.095 – Centro. Os espaços são compostos por: Reitoria, Secretaria Acadêmica, Sala dos Professores, Salas de Coordenação, Salas de Aula, Biblioteca, Laboratórios Tecnológicos, Sala da CPA/NDE, Sala de Docentes em Tempo Integral, Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Estudante – NAPE, Banheiros, Áreas de convivência, Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ, entre outros, de diversos tamanhos, todas climatizadas, além de auditório, conforme descrito neste capítulo.

No tocante às suas edificações, todas elas possuem projetos aprovados nos órgãos competentes, atendendo às normas de segurança e de acessibilidade a pessoas com necessidades especiais.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em temos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial, sendo aplicado a todos os espaços previstos neste capítulo. E ainda, a CPA será responsável pelo processo de autoavaliação institucional, que terá entre os critérios de avaliação os espaços destinados para atendimentos aos discentes, que permitirá uma melhor visão da comunidade acadêmica que utiliza o espaço, garantindo ações de melhorias e manutenção patrimonial quando necessários.

48 INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACESSIBILIDADE

O espaço disponibilizado pelo CIESA para atender as demandas institucionais, acadêmicas e da comunidade externa, foi projeto de maneira para atender de forma exitosa os critérios estabelecidos pelo MEC e outras exigências legais, adotando os seguintes critérios:

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO
Dimensão	Os espaços físicos serão adequados para o número de usuários e para o tipo de atividade.
Acústica	O isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário.

Iluminação	Controle de luminosidade natural e/ou artificial.
Ventilação	Adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário.
Mobiliário e aparelhagem específica	Adequado as demandas do local e em quantitativo suficiente aos usuários.
Limpeza	As áreas contam com limpezas periódicas. O depósito e as cestas de coleta de lixo estão disponibilizados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aulas na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc.
Manutenção	Os espaços físicos possuem manutenção periódica de acordo com o Plano de Avaliação e Manutenção Predial - plano de avaliação periódica dos espaços.
Recursos Tecnológicos	Os espaços físicos possuem proposição de recursos tecnológicos diferenciados para o tipo de atividade.
Acessibilidade	Os espaços físicos apresentam acessibilidade para as pessoas com deficiência física com a finalidade de eliminar barreiras arquitetônicas e facilitar a integração dos espaços para a adequada circulação dos alunos, permitindo o acesso aos ambientes de uso coletivo em atendimento ao Plano de Acessibilidade do CIESA.
Fuga	Os espaços físicos atendem às exigências legais de segurança predial, inclusive Plano de Fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente.

O CIESA possui infraestrutura adequada na Sede, com acessibilidade, recursos didáticos necessários, atendendo plenamente aos requisitos legais e normativos previstos no instrumento de avaliação e no disposto na Lei nº 13.146/2015, Art. 3º, Inc. I.

O CIESA assegura às pessoas com deficiência condições básicas de acesso, mobilidade e utilização de equipamentos e instalações, observando a NBR nº 9.050/2020, da ABNT. Os deficientes físicos têm livre circulação nos espaços, rampas com corrimãos, portas e banheiros adaptados, vagas reservadas em estacionamento, placas em braile, pista tátil etc.

No que tange à segurança, todos necessitam de identificação para ter acesso às instalações administrativas do CIESA, cuja entrada e saída de professor, técnico-administrativo e aluno são feitas através de catracas. Os visitantes têm acesso com apresentação de documento oficial com fotografia, recebendo um cartão de entrada e saída pelas catracas.

Além disso, internamente a identificação dos funcionários e professores dá-se por meio do uso de crachá institucional.

O CIESA, mantém permanentemente contrato de segurança terceirizada, visando oferecer aos alunos, funcionários e professores uma maior sensação de segurança e proteção. Um relatório mensal registra todos os de incidentes ocorridos no mês e serve de base para a tomada de decisões que envolvam a melhoria da segurança na IES.

49 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Um cronograma de manutenção periódica é seguido, visando identificar pontos que necessitam de intervenção da equipe responsável pela manutenção predial. Semestralmente são levantadas as necessidades de intervenções mais complexas, como pintura geral, reparos em tetos e reformas na estrutura física dos prédios.

A função da manutenção é garantir a disponibilidade dos equipamentos e instalações de modo a atender a um processo de produção e serviço, com confiabilidade, segurança, preservação do meio ambiente e custos adequados, por isso são previstos três tipos de manutenção:

a) **Corretiva**: é a execução de tarefas não planejadas para restaurar as capacidades
b) funcionais de equipamentos ou sistemas falhados.
c) **Preventiva**: é a execução de tarefas de manutenção previamente planejadas.
d) **Preditiva**: é a execução de tarefas originadas do acompanhamento de parâmetros de condição ou desempenho do equipamento.

A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários do CIESA ou por empresas especializadas previamente contratadas.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- Manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;

- Proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso;
- Executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

O serviço de infraestrutura, obras, manutenção e serviços gerais é responsável pelo acompanhamento e execução do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da manutenção patrimonial.

50 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou por empresas especializadas previamente contratadas.

As políticas de manutenção e conservação consistem em:

- Manter equipamentos em funcionamento e adequados ao uso da comunidade acadêmica;
- Proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos equipamentos para o uso;
- Executar procedimentos de revisão periódica nos equipamentos da Instituição.

O CIESA possui Plano de Aquisição, Expansão e Atualização de Equipamentos e ainda o Plano de Contingência para o funcionamento dos recursos tecnológicos 7 (sete) dias por semana e 24 (vinte e quatro) horas por dia – 24x7.

51 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

A infraestrutura física **do CIESA** conta aproximadamente com 16.514,22m^2 de área. As instalações prediais apresentam-se em excelente estado de conservação. Além disso, os espaços físicos são adequados ao número de usuários que as utilizam e para as atividades programadas.

As instalações administrativas do CIESA são os espaços físicos e estruturais destinados à gestão acadêmica, financeira e organizacional da Instituição. Elas são fundamentais para o funcionamento eficiente do CIESA e para o suporte adequado a estudantes, professores e demais colaboradores.

Todas as instalações estão devidamente mobiliadas e equipadas com equipamentos tecnológicos para atendimento à comunidade acadêmica e sociedade civil, bem como, para o desempenho das funções administrativas.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em temos quantitativos e qualitativos, o CIESA elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

A CPA é a responsável pelo processo de autoavaliação institucional, que terá entre os critérios de avaliação os espaços relacionados as instalações administrativas.

52 SALAS DE AULA

Os cursos do CIESA contam com salas de aula atendendo às exigências necessárias quanto à limpeza, acústica, ventilação, conservação e com a comodidade necessária às atividades desenvolvidas, além de garantida a acessibilidade.

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e dos cursos, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem, e possuem outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa.

Existem, salas de aula em modelo arquibancada, modelo tradicional, salas de metodologias ativas. Os ambientes possuem climatização, tela interativa, mesa digital, câmeras de segurança e rede wi-fi.

Nesse contexto, as salas de aula do CIESA são uma das estruturas mais fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, com várias utilidades didáticas, pedagógicas e sociais. Ela vai muito além de ser apenas um espaço físico, é onde ocorre a transmissão de conhecimento formal e a construção do aprendizado acadêmico.

Entre as utilidade da sala de aula do CIESA, estão:

1. Transmissão de Conteúdo Acadêmico

- ✓ Espaço onde professores ministram aulas teóricas e práticas (quando aplicável).
- ✓ Suporte à apresentação de conteúdos por meio de recursos tecnológicos, como quadro e mesa digital, rede de wi-fi, além de recursos de segurança e climatização.

2. Interação entre Professores e Alunos

- ✓ Permite o diálogo direto e a troca de ideias, essencial para a formação crítica e intelectual.

- ✓ Cria um ambiente onde dúvidas são sanadas em tempo real.

3. Desenvolvimento de Habilidades

- ✓ Treinamento de competências como:
  - Raciocínio lógico;
  - Argumentação;
  - Trabalho em equipe (em atividades de grupo);
  - Comunicação oral (em apresentações).

4. Avaliação Acadêmica

- ✓ Utilizada para provas, simulados, seminários, avaliações escritas e orais.

5. Ambiente de Discussão e Pesquisa

- ✓ Discussão de temas atuais, análise de casos, projetos e construção coletiva do saber.

6. Socialização e Construção da Comunidade Acadêmica

- ✓ É onde se desenvolve boa parte do senso de pertencimento dos alunos do CIESA.
- ✓ Promove a integração entre estudantes de diferentes contextos, culturas, classes sociais e econômicas.

53 GABINETES/ESTAÇÕES DE TRABALHO PARA PROFESSORES

Os gabinetes/estações de trabalho para os docentes dos cursos de graduação estão projetados para que eles possam realizar suas atividades acadêmicas, tais como: preparação de aulas teóricas e roteiros de aulas práticas, elaboração de avaliações, desenvolvimento de atividades administrativas e acadêmicas, projetos de pesquisa e IC e projetos de extensão com a interação dos discentes, análise de métricas para o acompanhamento dos discentes, entre outros. Esses espaços são projetados para oferecer um ambiente produtivo, confortável, seguro e com privacidade, onde os docentes podem desempenhar suas funções educacionais de forma eficaz.

Estes espaços estão concebidos para fornecer ao docente um ambiente adequado onde podem se concentrar no seu fazer profissional enquanto docentes. Os gabinetes/estação de trabalho para os docentes em seu projeto permite que os docentes tenham facilitado o

acesso a livros, materiais acadêmicos e tecnologia através de diversos recursos tecnológicos disponíveis, tornando o processo de ensino- aprendizagem mais eficiente.

A composição integral deste espaço possui mobiliário adequado, ergonomicamente distribuído e atenderá aos quesitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, propiciando um local salubre e adequado para as atividades acadêmicas às quais se propõe.

Desta maneira, o número de gabinetes/estação de trabalho privativas propostas são suficientes e atendem às necessidades da Instituição.

54 SALA DE PROFESSORES

A sala dos professores está concebida para ser um local de encontro, colaboração, descontração e descanso para o corpo docente, onde os docentes podem realizar várias atividades relacionadas ao ensino e à interação com seus colegas.

Este espaço está projetado para:

- Facilitar a comunicação e a colaboração entre os docentes dos cursos de Graduação, permitindo a troca de ideias e o planejamento conjunto de atividades acadêmicas;
- Oferecer um ambiente dedicado onde os docentes podem preparar suas aulas, criar materiais de ensino e avaliar o desempenho dos discentes;
- Ser utilizado como um espaço de descontração e descanso onde os docentes podem relaxar, compartilhar experiências, jogar jogos de tabuleiro, realizar um lanche ou refeição ou simplesmente recarregar as energias;
- Fortalecer o senso de comunidade entre os docentes, promovendo um ambiente de trabalho positivo;
- Ser um local seguro para armazenar materiais acadêmicos e pessoais, através de armários com chave promovendo a organização;
- Ser um ponto de acesso a diversos recursos acadêmicos e equipamentos que apoiam o fazer profissional dos professores.

A composição destas instalações está estruturada e em funcionamento e atende aos quesitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade propiciando um local salubre e adequado para as atividades ao qual se propõem.

É importante ressaltar que a proximidade da sala dos professores com os núcleos acadêmicos visa estrategicamente buscar uma perfeita integração destes grupos, permitindo

um eficiente resultado, troca de experiências e conhecimento entre os professores da IES, com possibilidade de grandes processos de inovação. Além disso, a sala conta com conta com o apoio de um auxiliar administrativo capacitado.

Entre os objetivos do ambiente estão:

1. Oferecer Apoio às Atividades Acadêmicas

✓ Permitir que o professor tenha um local para:

- Preparar aulas;
- Corrigir avaliações;
- Elaborar planos de ensino;
- Atualizar sistemas acadêmicos.

2. Promover o Conforto e Bem-estar do Docente

✓ É um espaço de descanso e recuperação entre as aulas.

✓ Oferece um ambiente tranquilo, com conforto térmico e acústico.

3. Favorecer a Integração e a Troca de Saberes

✓ Facilita o diálogo e a integração entre professores de diferentes cursos e disciplinas.

✓ Estimula parcerias interdisciplinares e trocas pedagógicas.

4. Facilitar a Comunicação Interna

✓ A sala costuma ser um ponto de encontro para receber:

- Comunicados institucionais;
- Reuniões informais;
- Atualizações administrativas.

5. Atendimento Eventual a Alunos ou Colegas

✓ Pode ser usada para orientações rápidas ou discussões informais sobre questões acadêmicas.

55 AUDITÓRIO

O Auditório do CIESA está configurado para ser um espaço dedicado a eventos científicos, tecnológicos, educacionais e culturais, tais como apresentações e palestras, projetado para acomodar um grande público.

Este espaço está concebido de modo a proporcionar uma experiência de visualização e audição eficiente para o público, além de oferecer recursos tecnológicos para apresentações.

O auditório do CIESA é um espaço multifuncional projetado para acomodar grandes grupos de pessoas em eventos coletivos, sendo uma instalação fundamental para a vida acadêmica, cultural e institucional.

São funções do Auditório em uma Faculdade

1. Realização de Aulas Magnas e Palestras

✓ Recebe professores convidados, especialistas, pesquisadores e autoridades para falar a um público amplo.

✓ Ideal para abrir semestres letivos ou eventos especiais.

2. Eventos Acadêmicos e Científicos

✓ Seminários;

✓ Simpósios;

✓ Congressos;

✓ Defesas públicas de TCCs, dissertações ou teses (em alguns casos).

3. Atividades Culturais e Institucionais

✓ Apresentações culturais e teatrais;

✓ Exibição de filmes, mostras e debates;

✓ Cerimônias (acolhimento de calouros, colações de grau internas, premiações).

4. Capacitações e Formações Internas

✓ Treinamentos de professores e funcionários;

✓ Reuniões ampliadas e conjuntas com coordenações, NDEs, conselhos acadêmicos e/ou professores.

5. Integração da Comunidade Acadêmica

✓ Funciona como ponto de encontro que aproxima alunos, docentes, colaboradores e a comunidade externa.

A composição deste espaço atende aos quesitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade (arquitetônica, sinalização e tecnológica), conservação e

comodidade propiciando um local salubre e adequado para as atividades acadêmicas ao qual se propõe.

56 LABORATÓRIOS DE TECNOLOGIA

Os Laboratórios de Tecnologia estão estruturados levando em consideração as normas vigentes de segurança e requisitos mínimos tais como:

(i) NBR nº 5.410, que estabelece as condições a serem observadas durante o projeto, a execução, a inspeção e a manutenção de instalações elétricas de baixa tensão, o que inclui as instalações elétricas das salas de apoio de informática;

(ii) NBR ISO/IEC nº 27001 que dispõe sobre os requisitos para um sistema de gestão da segurança da informação, o que pode ser aplicado na gestão da segurança dos recursos de informática disponíveis. Bem como, as normas de acessibilidade (arquitetônica, sinalização e tecnológica).

Os Laboratórios de Tecnologia foram projetados para atender plenamente às necessidades dos alunos, tanto em qualidade quanto em quantidade de equipamentos disponíveis. Estes estão estruturados contendo mobiliário adequado e distribuído ergonomicamente, e os equipamentos permitem o estudo e a consulta em material bibliográfico disponível na rede de internet.

Os Laboratório de Tecnologia apresentam modernos recursos de TIC's para processar, armazenar e transmitir informações, tais como: computadores; rede, componentes de rede e rede lógica; dispositivos de armazenamento e backup. Os laboratórios apresentam espaços dedicados PcD com teclado em braile, mouse, fone de ouvido e softwares para acessibilidade (recursos de acessibilidade tecnológica).

Estes espaços contam com suporte do Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) do CIESA, no qual disponibiliza apoio técnico para a manutenção preventiva, corretiva e ações para substituição em razão da obsolescência.

O quantitativo de recursos nestes espaços atendem de maneira excelente à demanda existente para o cursos de graduação ao longo da maturação dos cursos, uma vez que considera o quantitativo presente e as entradas futuras de alunos.

A composição deste espaço atende aos quesitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade (arquitetônica, sinalização e tecnológica), conservação e comodidade propiciando um local salubre e adequado para as atividades acadêmicas ao qual

se propõe.

56.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Estes laboratórios possuem Regulamento próprio, normas de funcionamento, utilização e segurança. Os Laboratórios de Tecnologia contam com apoio técnico para dar suporte aos docentes durante a organização das aulas e aos discentes durante as sessões de estudos, bem como estes técnicos são capacitados para realizar a manutenção preventiva periódica dos equipamentos, bem como a corretiva. Estes laboratórios estam disponíveis para uso, o que oportuniza estudos individuais ou em grupo, favorecendo a autonomia dos estudantes. Este laboratório atenderá aos quesitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade (arquitetônica, sinalização e tecnológica), conservação e comodidade propiciando um local salubre e adequado para as atividades acadêmicas ao qual se propõe. Estes espaços apresentarão modernos recursos de TIC's para processar, armazenar e transmitir informações.

Estes laboratórios estão em consonância com o PPC dos cursos do CIESA considerando os aspectos de espaço físico, recursos e equipamentos e são compatíveis com a formação dos estudantes.

A infraestrutura física e tecnológica, equipamentos e instrumentos necessários, bem como os insumos para este laboratório estará à disposição dos discentes desde o início do curso uma vez que a proposta pedagógica do curso assim determina.

57 BIBLIOTECA – INSTALAÇÕES E INFORMATIZAÇÃO

A Biblioteca do CIESA é um ambiente inovador, alicerçado no conhecimento científico e no uso irrestrito das tecnologias da informação, tendo em vista de atingir o seu objetivo-fim, que é o compromisso com a missão institucional do CIESA, ou seja, contribuir de maneira efetiva com a "***Construir, compartilhar e disseminar o conhecimento em prol do desenvolvimento das potencialidades humanas, para formar profissionais capazes de contribuir com a sociedade e o desenvolvimento sustentável da Amazônia***".

Constitui também missão precípua da Biblioteca do CIESA oferecer serviços de consolidação das referências bibliográficas para todos os cursos; apoiar aos projetos de Iniciação Científica e Pesquisa; serviços diversos de Informação e Pesquisa / Extensão Tecnológica, dentre outros.

A Biblioteca segue o Regimento da IES e o regulamento próprio.

57.1 ESPAÇO FÍSICO

Como órgão suplementar, a Biblioteca mantém relacionamento sistêmico com os demais setores e constituindo-se em ferramenta de apoio às atividades fins de ensino, pesquisa e extensão do CIESA. Assim, oferece à comunidade acadêmica o suporte informacional necessário ao desenvolvimento dos cursos de Graduação.

Apresenta condições adequadas quanto ao espaço físico, mobiliários, equipamentos, infraestrutura e condições ambientais (luminosidade, umidade e sistema de prevenção contra fungos, insetos e qualquer tipo de microrganismos). Dispõe de sistema de proteção contra incêndio para a armazenagem, preservação e funcionamento do acervo bibliográfico disponível. A Biblioteca não apresenta qualquer tipo de barreira arquitetônica, permitindo que todos tenham condições de acesso a suas edificações, espaços, mobiliários e equipamentos.

O espaço físico discriminado indica as instalações do acervo para estudos individuais e/ou em grupos, leitura, consulta, processamento técnico, atividades administrativas e demais áreas necessárias na biblioteca para o melhor atendimento aos usuários.

A Biblioteca é coordenada por um Bibliotecário designado pelo Reitoria, vinculado ao Conselho Regional de Biblioteconomia, e conta com equipe capacitada para atendimento aos usuários.

57.2 INSTALAÇÕES PARA O ACERVO

O espaço físico compreende uma área dividida em ambientes, constituídos das seguintes divisões:

- Espaço de Convivência da Biblioteca;
- Balcão de atendimento ao usuário;
- Ambientes de estudo individual e coletivo;
- Área do acervo congelado.

57.2.1 Ambientes de estudos individuais e em grupo

As instalações para estudos individuais e em grupo são adequadas no que se refere ao espaço físico, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e disponibilização de internet por rede wi-fi.

57.3 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

A Biblioteca do CIESA em suma, é de fácil acesso, inclusive para deficientes, dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto estudo individual; ainda, possui um guarda - exemplares para controle do acesso dos discentes às pesquisas. O acesso ao usuário se dará através da carteira institucional (estudantil ou funcional) e com senha, a qual é de uso pessoal e intransferível.

O horário de funcionamento da Biblioteca está previsto de segunda à sexta-feira das 7h às 22hmin. Aos sábados, das 8h às 12h.

57.4 INFRAESTRUTURAS DE APOIO

A biblioteca possui uma infraestrutura de apoio que visa oferecer aos usuários comodidade, conforto e facilidade para a pesquisa. Os espaços são bem iluminados, com refrigeração adequada em todos os ambientes, sem interferências sonoras, além de permanentemente conservados e limpos.

57.5 ACERVO DA BIBLIOTECA DO CIESA

Direcionados às áreas de atuação da instituição e outras correlatas ou de assuntos gerais, o acervo é formado por obras de referência, livros, publicações periódicas, multimídias e trabalhos acadêmicos. É adquirido mediante a indicação da matriz curricular dos cursos ou requisição pela comunidade acadêmica, avaliado pelas Coordenações de Curso e NDE, submetidas à apreciação e à aprovação da Mantenedora, respeitando o planejamento financeiro sustentável proposto para o período.

O acervo geral da Biblioteca possui os mais diversos suportes de informação como livros, periódicos, bases de dados, entre outros, tanto físico como digital. Todo este material está devidamente distribuído nas estantes, tendo sido etiquetado e preparado de acordo com os padrões bibliográficos de Catalogação de Classificação Decimal de Dewey (CDD), para que sua localização no acervo seja imediata.

57.6 INFORMATIZAÇÃO

A Biblioteca do CIESA apresenta um processo de informatização, em benefício dos

padrões de desempenho institucional e do público usuário. Os usuários têm à disposição serviços informatizados para busca e localização de material informacional

A biblioteca também tem todos os seus serviços internos informatizados (registro, catalogação, indexação etc.), bem como serviços diretamente ligados aos usuários (identificação, empréstimo/devolução, reserva etc.).

57.7 ATENDIMENTO AO USUÁRIO

A Biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 08h às 22h e aos sábados das 08h às 12h.

A Biblioteca está sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado e inscrito no Conselho Regional de Biblioteconomia.

57.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A BIBLIOTECA

A biblioteca do CIESA se compromete na manutenção do seu programa de inclusão e acessibilidade com vistas em assegurar a inclusão informacional de todos os membros da comunidade acadêmica, facilitando o acesso a biblioteca tanto aos itens e componentes físicos quanto os digitais. Isso se materializará através do fornecimento de serviços, equipamentos e softwares adaptados para pessoas com deficiência. A biblioteca inclusiva oferece um ambiente equipado com softwares e equipamentos especializados.

O espaço destinado a biblioteca atende aos quesitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade (arquitetônica, sinalização e tecnológica), conservação e comodidade propiciando um local salubre e adequado para as atividades acadêmicas ao qual se propõe. Estes espaços apresentam modernos recursos de TIC’s para processar, armazenar e transmitir informações. A infraestrutura física e tecnológica, equipamentos e instrumentos necessários, bem como os insumos para a Biblioteca está à disposição dos discentes desde o início do curso uma vez que a proposta pedagógica do curso assim determina.

58 ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA

É sabido que os cursos de graduação impõe aos seus estudantes uma intensidade ímpar em razão de sua extensa carga horária diária repleta de atividades acadêmicas, colocando os mesmos em desafios emocionais e físicos significativos. Neste sentido, é

fundamental o papel dos espaços de convivência, que são projetados para oportunizar relaxamento, interação social e apoio mútuo entre os alunos promovendo o “espírito de corpo”.

Os espaços de convivência do CIESA são ambientes projetados para a interação social, o descanso e o bem-estar da comunidade acadêmica (alunos, professores, técnicos e visitantes). Eles são essenciais para equilibrar a rotina intensa de estudos e trabalho, promovendo inclusão, saúde mental e até colaboração entre os diferentes grupos da instituição.

No espaço de convivência do CIESA está proposto um rol de locais que desempenham um importante papel vital na promoção do bem-estar físico e emocional dos seus estudantes.

A composição integral dos espaços de convivência possui mobiliário adequado, ergonomicamente distribuído e atende aos quesitos de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, propiciando um local salubre e adequado para as atividades às quais se propõe. O espaço também dispõe de uma infraestrutura de tecnologia tais como wi-fi. Desta maneira, o espaço de convivência está estruturado com dimensões adequadas ao número de vagas ofertadas para o cursos de graduação do CIESA.

Objetivos dos espaços de convivência do CIESA são:

- ✓ Estimular a interação e integração entre estudantes;
- ✓ Oferecer áreas de descanso e lazer entre as aulas;
- ✓ Promover atividades culturais, recreativas e de extensão;
- ✓ Contribuir para um ambiente institucional mais acolhedor e humanizado;
- ✓ Servir de apoio para estudos informais e trabalhos em grupo.

Tipos comuns de espaços de convivência no CIESA:

1. Praças internas ou áreas ajardinadas

- ✓ Com bancos, plantas, áreas cobertas, ótimas para pausas, leitura ou socialização.

2. Cantina

- ✓ Mais do que alimentação, funcionam como pontos de encontro e socialização;
- ✓ Tem mesas para refeições e tomadas de carregamento de celular.

3. Espaços de estudos informais

- ✓ Com espaços coletivos, poltronas, tomadas e internet;
- ✓ Ideal para reuniões de grupo, brainstorming, atividades livres.

4. Espaço cultural ou multiuso

✓ Ambiente para apresentações artísticas, saraus, exposições de arte, feiras e eventos estudantis.

59 ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇAO DO CURSO

O espaço de trabalho para as Coordenações de curso viabiliza as ações acadêmico-administrativas, possui equipamentos adequados, atende às necessidades institucionais, permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

A sala da Coordenação de curso possui localização estratégica para o acompanhamento dos docentes, uma vez que está no mesmo ambiente, mas com espaço reservado de atendimento.

O espaço de trabalho destinado à Coordenação do curso está totalmente estruturado e se caracteriza em um ambiente que desempenha um papel fundamental na gestão e coordenação dos cursos de graduação, garantindo que ele seja administrado de maneira eficaz e esteja alinhado com as diretrizes e os dispositivos legais pertinentes juntamente com os objetivos do PPC. Este espaço está concebido de modo a:

1. Facilitar a gestão eficiente do curso, incluindo o desenvolvimento e a implementação da estrutura curricular, a programação de aulas e a gestão eficaz das unidades curriculares;
2. Oferecer um local onde os discentes possam encontrar assistência e orientação acadêmica, bem como obter informações diversas sobre os processos educacionais e de gestão do curso;
3. Promover a colaboração e integração com outros estancias da IES, facilitando a integração do curso nas políticas institucionais;
4. Permitir o desenvolvimento de estratégias para melhorar a qualidade do curso e atingir os objetivos acadêmicos;
5. Contribuir para a melhoria contínua do curso, garantindo que esteja atualizado e alinhado com as melhores práticas acadêmicas, entre outros.

A sala da Coordenação dos cursos atende satisfatoriamente aos requisitos de iluminação, ventilação, acústica, limpeza, conservação, comodidade, mobiliário e equipamentos, sendo adequada para o número de usuários e para o tipo de atividade, garante

um atendimento privativo para os atendimentos dos estudantes, docentes e supervisores e orientadores.

60 ESPAÇOS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O CIESA se preparou para que os alunos tenham a maior comodidade e conforto em seus ambientes. Para isso destinou espaços específicos por áreas para que os atendimentos possam ser reservados de acordo com o objeto e tema a ser tratado.

Todos os espaços estão preparados e atendem plenamente quanto à acústica, ventilação, iluminação, limpeza, segurança, comodidade e acessibilidade.

Os acadêmicos do CIESA além dos espaços acadêmicos, poderão ser atendidos de forma especializada nas seguintes instalações, dentre outros:

a. Setor Financeiro, para questões relacionadas a mensalidades.
b. Secretaria, para questões quanto ao seu ingresso, processo seletivo, matrícula ou documentos pessoais.
c. Diretoria, com atendimento direto do Diretor, que estará à disposição tanto do aluno, quanto de seus responsáveis.
d. Salas de Coordenação, com atendimento reservado pelo Coordenador do seu Curso. Cada Coordenador, de acordo com sua carga horária de trabalho e atividades acadêmicas, faz o atendimento específico as necessidades dos acadêmicos.
e. Núcleo de Apoio Pedagógico, sala de atendimento psicopedagógico com profissionais especializados para o desempenho de suas funções.
f. Ouvidoria, canal de comunicação aberto entre aluno e Instituição. O discente poderá realizar reclamações, sugestões e elogios, seja por meio do site, bem como, direto com o Ouvidor da Instituição.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em temos quantitativos e qualitativos a IES elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

A CPA será responsável pelo processo de autoavaliação institucional, que terá entre os critérios de avaliação os espaços destinados para atendimentos aos discentes, que permitirá uma melhor visão da comunidade acadêmica que utiliza o espaço, garantindo ações de melhorias e manutenção patrimonial quando necessários.

61 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA

O CIESA destinou espaço específico para a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com sala para desenvolvimento das atividades da comissão. A sala está devidamente equipada com recursos físicos e tecnológicos para realização das atividades a qual a CPA se propõe a, em ambiente totalmente ventilado, com excelente iluminação, acústica, comodidade, mobilidade e acessibilidade.

O espaço da CPA se caracteriza em apoiar a missão da CPA de monitorar, avaliar e aprimorar a qualidade das atividades acadêmicas e administrativas da IES, bem como de sua estrutura física tecnológica e de processos administrativos.

Este ambiente visa oportunizar que a CPA através de seus membros possa em linhas gerias:

1. Contribuir para a melhoria contínua das operações e processos da IES, garantindo que os padrões de qualidade sejam cumpridos e aprimorados;
2. Promover a transparência nas atividades da Instituição, tornando a avaliação e as ações de melhoria visíveis para toda a comunidade acadêmica;
3. Em conjunto com outras instâncias institucionais, assegurar que a IES esteja em conformidade com dispositivos legais, regulamentos e diretrizes de avaliação institucional;
4. Fornecer um local onde os dados podem ser analisados e utilizados para a tomada de decisões informadas;
5. Promover o envolvimento da comunidade acadêmica na avaliação e aprimoramento da IES.

A CPA foi devidamente constituída, por meio de Portaria interna e que dará continuidade as suas atividades envolvendo as outras atribuições a partir do Credenciamento da Instituição.

O espaço da Comissão Própria de Avaliação (CPA) é uma área destinada ao funcionamento e organização das atividades da CPA, que é responsável por conduzir os processos de autoavaliação institucional, conforme determina o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), supervisionado pelo MEC.

A sala da CPA possui diversas finalidades, e deve permitir que seus membros possam:

- ✓ Realizar reuniões e atividades administrativas;
- ✓ Organizar documentos e relatórios institucionais;

- ✓ Planejar, aplicar e acompanhar os processos de autoavaliação;
- ✓ Receber membros da comunidade acadêmica para entrevistas, escutas e devolutivas;
- ✓ Garantir confidencialidade e segurança das informações coletadas.

62 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

O **CIESA** conta com banheiros masculinos e femininos instalações sanitárias com ventilação, iluminação, limpeza, comodidade, acessibilidade, com condições para utilização, com segurança e autonomia, e todos adaptados às pessoas portadoras de necessidades especiais.

As instalações sanitárias são abastecidas com todos os insumos necessários aos usuários, além do serviço permanente de limpeza tornando-os sempre em excelente estado.

A IES possui as seguintes instalações sanitárias:

1. Banheiro Masculino;
2. Banheiro Feminino;
3. Banheiro PcD;
4. Banheiro Familiar e Fraldário.

Para assegurar que as instalações estejam sempre em conformidade e atendendo às necessidades institucionais em temos quantitativos e qualitativos, o CIESA elaborou um Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

63 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

O CIESA possui em suas instalações tecnologias de informação e comunicação distribuídas em vários ambientes da IES, tanto para uso dos alunos, bem como para os serviços dos docentes e técnicos-administrativos.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a serem disponibilizadas dentro do processo de ensino-aprendizagem estão previstas neste PDI e no PPC, possibilitando sua execução, viabilizando a acessibilidade digital e comunicacional, por meio de *softwares* específicos disponíveis em equipamentos previamente identificados em Laboratórios de Informática e Biblioteca, além de permitir a interação entre docentes e discentes, assegurando o acesso aos materiais a serem disponibilizados no portal do aluno, independente de lugar ou hora, além de propiciarem experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seus

usos.

Os diversos recursos de TIC auxiliam no processo de ensino-aprendizagem e acompanhamento do estágio e das atividades complementares. Os alunos possuem disponível uma biblioteca digital (acervo de livros e periódicos), Laboratórios Tecnológicos e o Portal do Aluno, que permitem o repositório de documentos vinculados às unidades curriculares do curso.

Dessa forma, discentes/docentes/ têm acesso a materiais e recursos didáticos de qualquer lugar e a qualquer hora, permitindo experiências de aprendizagem **inovadoras e diferenciadas** através da utilização do Portal do Aluno.

A rede de sistemas de informação e comunicação funciona em nível acadêmico e administrativo, objetivando o pleno desenvolvimento institucional, proporcionando a todos os integrantes do sistema a plena dinamização do tempo, bem como permite o processo de ensino-aprendizagem, conforme determina o PPC.

O CIESA, por meio de sua rede de computadores interna, comunica-se com a comunidade acadêmica (alunos, professores e colaboradores) por meio de seus portais, com plataforma e *softwares* específicos para o desenvolvimento das atividades, objetivando o acesso eletrônico aos dados acadêmicos e administrativos por quem se fizer necessário.

O uso das TIC no processo de ensino-aprendizagem proporciona uma relação de aprendizagem que supera as dimensões de espaço/tempo, podendo ser acessado a qualquer hora e local, e desenvolve competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais. Para dar vida e concretizar todo o processo de aprendizagem do aluno, utilizaremos recursos didáticos constituídos de diferentes mídias e tecnologias.

a) Manutenção da Plataforma

A plataforma é mantida em sua estrutura original e hospedada em Data Center externo, para manter toda infraestrutura necessária: *backup*, suporte técnico 24x7, acessibilidade adequada e alta disponibilidade. À equipe de informática do CIESA compete o monitoramento, solução de eventuais problemas e integração dos processos e dados junto aos sistemas de alunos.

b) Acesso e Segurança

A plataforma permite acesso identificado por meio de *login* e senha pessoais. Os níveis de acesso e operação dentro do ambiente são determinados pelo Setor de TI, com respaldo da equipe de gestores do CIESA.

Além disso, conta com Laboratórios Tecnológicos para utilização durante as aulas das unidades curriculares do curso, visando o apoio ao desenvolvimento das metodologias utilizadas tanto pelos componentes teóricos quanto práticos, por meio da disponibilização e uso dos *softwares* e *hardware*. Os estudantes podem usar os Laboratórios em horários de estudo individuais ou em grupo, favorecendo o aprofundamento, a pesquisa e a autonomia.

As salas de aula contam com suporte de equipamento, tela e mesa digital, e o CIESA possui rede *Wi-Fi* de alta velocidade para uso dos que a frequentam, favorecendo, assim, a comunicação e o acesso à informação. Destacam-se, ainda, o uso das TICs como mola propulsora do ensino-aprendizado e a participação autônoma dos alunos com deficiência, mobilidade reduzida e necessidades educacionais.

c) Comunicação

A **comunicação** acontece periodicamente por meio de canais definidos pela equipe especializada de Marketing e Comunicação do CIESA.

Acreditamos que a educação mediada por tecnologia e inovação proporciona aos alunos e alunas uma formação mais completa, desenvolvendo habilidades e competências que o mercado de trabalho demanda. Muito mais que uma excelente infraestrutura para os estudantes, trabalhamos para proporcionar um ambiente extremamente acolhedor e pessoas sempre disponíveis para atendê-los e auxiliá-los em todos os momentos. Acreditamos que um ambiente ideal é aquele em que trabalhamos com ousadia e liberdade para inovar.

d) Acessibilidade

Quanto à questão de acessibilidade atitudinal, pedagógica, digital e de comunicação, a IES possui instalado em seus computadores (Laboratórios de Informática, Biblioteca e pontos de apoio da Secretaria Acadêmica) *softwares* livres para facilitar ao acadêmico, atendendo, assim, questões ligadas à deficiência visual, motora e dificuldade de comunicação.

As ferramentas tecnológicas utilizadas no CIESA são:

1. TOTVS: Sistema ERP, usado pelo BackOffice (Financeiro - Acadêmico - Contábil - Compras - Biblioteca) e também pelos alunos e professores (Portal Acadêmico e Biblioteca);
2. Minha Biblioteca: biblioteca virtual para alunos e professores;
3. Google Meet: plataforma de webconferência.

Dentre os *softwares* de inclusão, estarão:

1. Dosvox: “é um sistema computacional baseado no uso intensivo de síntese de voz, que destina facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores. Por meio do seu uso é possível observar um aumento muito significativo no índice de independência e motivação das pessoas com deficiência visual”.
2. Jecripe: “conhecido como jogo de estímulo a crianças com síndrome de Down. A iniciativa de desenvolvimento do programa foi de atender a pessoas com necessidades especiais, por meio do desenvolvimento de jogos eletrônicos. As atividades de compõem o programa foram desenvolvidas de acordo com as pesquisas realizadas por uma equipe especializada”.
3. Hand Talk: “é um tradutor de linguagem de sinais a partir de texto ou voz. O programa possui suporte para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e para a Língua Americana de Sinais (ASL). Os intérpretes digitais são avatares que podem ser personalizados de acordo com a preferência de cada usuário. Além da tradução simultânea, o programa ainda possui uma área de dicionário e sessão de vídeos educativos”.
4. Mousekey: “foi desenvolvido para facilitar a vida de quem possui alguma dificuldade motora e precisa de auxílio para digitação. Em vez de apenas teclas comuns, o Mousekey traz uma série de novas teclas para os usuários. Essas teclas apresentam combinações de letras utilizadas pelo computador, fazendo com que os textos sejam compostos de uma maneira muito mais dinâmica”.
5. VLibras: “a suíte Vlibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas *web* mais acessíveis para as pessoas surdas. O VLibras é o resultado de uma parceria entre o Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID)”.

O CIESA conta com um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, responsável por definir as características, diretrizes, capacidades e demais assuntos relacionados aos sistemas tecnológicos e de comunicação da IES. Neste, está incluso, também, o Plano de Contingência da TI.

63.1 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE

O CIESA conta com um setor de infraestrutura e suporte com funcionários capacitados atendimento às demandas e as necessidades Institucionais. O setor visa sempre a disponibilidade dos serviços de forma profissional, ágil e constante para a Instituição sendo responsável pela manutenção de equipamentos, redes física e internet, instalação e atualização de softwares, suporte ao usuário e monitoramento de disponibilidade de serviços em tempo real, prontos para agir em casos de falhas físicas e lógicas.

O CIESA conta com um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para desenvolvimento de projetos de expansão e atualização do ambiente visando a escalabilidade, mensuração e melhorias gerais, garantindo a eficiência no atendimento das expectativas institucionais.

Nesse Plano será contemplado atualização de máquinas e equipamentos, aquisição de novos equipamentos, revisão de cabeamento estruturado, definição de orçamento, Plano de Redundância, foco em redução de falhas e retrabalho, aumento da produtividade, fornecimento de insumos, etc.

O setor de TI realizará a manutenção e suporte, e ainda contará com equipamentos em status de reserva, que podem ser utilizados quando da necessidade de substituição emergencial de computadores, que podem ser customizados, conforme o perfil do usuário e setor para onde serão destinados.

Normas e políticas internas e externas serão aplicadas para a manutenção e conservação de equipamentos, suporte ao usuário, instalação de infraestrutura, aquisição de equipamentos, dentre outros pontos relativos a execução dos serviços da equipe de infraestrutura e suporte.

As tecnologias a serem utilizadas serão sempre analisadas e testadas, tornando seguras e eficazes as atividades, o sistema de controle e registro acadêmico e os equipamentos para interação com os alunos.

A ampliação e melhoria da rede de informação levará em conta a demanda apresentada face à abertura de novas turmas dos cursos existentes e daqueles a serem criados, bem como as atividades na instituição. As aplicações na Rede de Informação preveem investimentos em equipamentos, programas, softwares e tecnologias educacionais informatizadas.

A infraestrutura física possui um book descritivo de todas as áreas, com atualização permanente, de acordo com as movimentações de espaços e mobiliários, facilitando a gestão de toda a equipe de suporte e manutenção da infraestrutura.

X. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL

64 PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Os princípios fundamentais do SINAES são:

- Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- Reconhecimento da diversidade do sistema;
- Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- Globalidade, isto é, compreensão de que a Instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- Continuidade do processo avaliativo.

O processo de Avaliação Institucional do CIESA se configura cada vez mais, em um importante mecanismo gestão dos cursos à medida em que trabalha resultados e indicadores das avaliações internas (autoavaliação institucional gerida pela CPA) e externas (operacionalizadas pelo MEC), e se consolidam em ações de melhoria das esferas acadêmica, administrativa e operacional da Instituição.

A Avaliação Institucional divide-se, portanto, em duas modalidades:

- **Autoavaliação** – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.
- **Avaliação externa** – Realizada por comissões designadas pelo Inep, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação

numa perspectiva de globalidade. Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

A Autoavaliação Institucional no CIESA desenvolve-se:

a) Ancorada nos seguintes princípios básicos:

I. Conscientização da necessidade da avaliação por todos os segmentos envolvidos;

II. Reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados;

III. Envolvimento direto dos segmentos da comunidade acadêmica;

IV. Conhecimento dos resultados do processo e participação na discussão da aplicação do conhecimento gerado.

b) Atendendo dois focos:

- Quantitativo (aplicação de questionário via internet);
- Qualitativo (grupo focal).

Uma vez por ano é disponibilizado via internet um questionário para alunos, professores, coordenadores, e funcionários do corpo técnico-administrativo. Os respondentes acessam o questionário, específico para cada tipo de respondente, através de senhas individuais. Os questionários são compostos por questões referentes à autoavaliação do respondente, avaliação docente, avaliação dos cursos e das coordenações e avaliação da Instituição.

São avaliados 05 eixos e 10 (dez) dimensões, que compreendem:

EIXO	DIMENSÃO
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação.
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional. Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. Dimensão 4: Comunicação com a

	Sociedade. Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes.
Eixo 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal. Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição. Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.
Eixo 5: Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura Física.

Com base nos resultados obtidos é realizada uma análise que visa à elaboração de um diagnóstico compartilhado. Os resultados referentes a cada um dos setores são discutidos no âmbito de cada área, para definição de ajustes, mudanças e melhorias. Todos os relatórios referentes aos últimos anos estão consolidados no CIESA e à disposição das comissões verificadoras do MEC e do INEP.

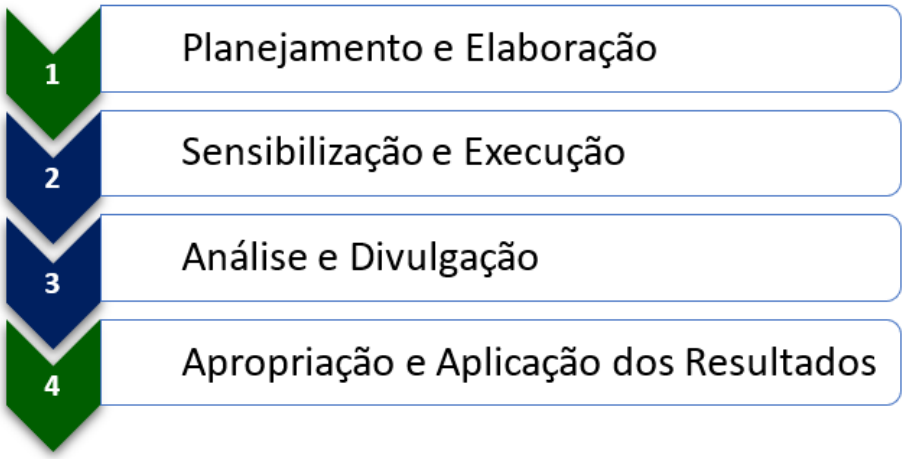
65 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

O processo de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, instituído pelo CIESA, tem como concepção basilar a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que fundamenta o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – SINAES, na busca da melhoria da qualidade da educação superior, utilizando-se como variáveis os eixos: ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente e estrutura física, na perspectiva das melhorias e do aprimoramento da eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A **metodologia** utilizada neste processo de autoavaliação seguirá as orientações gerais do SINAES, que prevê para autoavaliação ou avaliação institucional interna, 4 (quatro) etapas a serem desenvolvidas, a saber:

- Planejamento e Elaboração;
- Sensibilização e Execução;
- Análise e Divulgação;
- Apropriação e Aplicação dos Resultados.

As etapas do Processo de Autoavaliação Institucional do CIESA podem ser observadas na imagem abaixo:



Processo de Autoavaliação Institucional do CIESA

A descrição das atividades das etapas citadas acima, estão demonstradas na tabela abaixo:

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO
Preparação	A preparação é composta de dois eventos principais: planejamento e sensibilização. O planejamento tem por objetivo preparar o processo a ser implantado. E a sensibilização tem como principal objetivo a busca do envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa, sendo desenvolvida por meio da realização de reuniões, palestras, seminários e outros.
Planejamento	O planejamento tem como objetivo preparar o processo a ser implantado.
Sensibilização	A sensibilização que tem como principal objetivo a busca do envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa, foi e será desenvolvida por meio da realização de reuniões, palestras, seminários entre outros.

Desenvolvimento	Se caracteriza pela concretização das atividades planejadas como: realização de reuniões ou debates de sensibilização; sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas destas reuniões. A CPA realiza a aplicação de questionários junto aos discentes, docentes, técnicos-administrativos e direção da instituição no final de cada semestre letivo. Uma síntese dos resultados das pesquisas é encaminhada para os coordenadores de curso e direção. Outra síntese é divulgada no portal da Instituição, nas salas de aula, nos murais do CIESA e em reuniões com representantes das turmas para que a comunidade acadêmica tenha conhecimento dos resultados da pesquisa.
Consolidação da avaliação	Designada à elaboração, divulgação e análise do relatório final. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

Inicialmente na etapa de **Planejamento e Elaboração**, são definidos o que deve ser avaliado e por quais segmentos institucionais se deseja obter o *feedback* avaliativo, o que resulta na definição dos **instrumentos avaliativos**.

Esta etapa compreende atividades de pesquisa e esboço dos significados que os indicadores avaliativos (questões) podem receber.

Ao término esta atividade, os indicadores são consolidados e agrupados em eixos e dimensões de avaliação nos respectivos **instrumentos de avaliação**, em consonância com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, a fim de dimensionar adequadamente as fragilidades e potencialidades da instituição. Considerando os aspectos avaliativos determinados pela nota técnica supracitada, adotou-se para a atividade de consulta institucional a seguinte distribuição de segmentos de respondentes a serem consultados por eixo e dimensão, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Instrumentos de Coleta de Dados para Autoavaliação Institucional, em Relação aos Eixos e Dimensões, Responsáveis e Período de Aplicação.					
INSTRUMENTO	**EIXO**	**TEMÁTICA**	**DIMENSÃO**	**RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO**	**PERÍODO DE APLICAÇÃO**
Relatório Sintético	Eixo 1	Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	Membros da CPA	Anual
Questões Abertas	Eixo 2	Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição	Colegiado de Curso, NDE, Comunidade Externa	
Questões Fechadas	Eixo 3	Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Políticas de Atendimento aos Discentes	Corpo Discente Corpo Docente Corpo Técnico-Adm. Comunidade Externa	
Questões Fechadas	Eixo 4	Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	Corpo Docente Corpo Técnico-Adm.	
Questões Fechadas	Eixo 5	Infraestrutura Física	Dimensão 7: Infraestrutura física,	Corpo Discente	

			especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação e AVA.	Corpo Docente Corpo Técnico-Adm. Comunidade Externa	

Por meio de suas eficientes Políticas Institucionais, o CIESA possui o Programa de Acompanhamento de Egressos, e para este segmento quando houver egressos dos cursos de Graduação está previsto a aplicação de um questionário com indicadores específicos sobre como eles estão inseridos no mundo do trabalho e sua relação com o CIESA após a conclusão do curso. O instrumento também tem a finalidade de avaliar a qualidade da formação oferecida pela IES e quais os interesses buscados para a continuação de seus estudos, fortalecendo as ações direcionadas para a educação continuada do CIESA. Os segmentos consultados deverão atribuir para cada indicador os seguintes significados (conceitos) conforme explicitado abaixo.

Conceito, Apresentação e Descrição dos Instrumentos CPA

CONCEITO	DESCRIÇÃO	SIGNIFICADO
A	Não.	Quando o indicador da dimensão avaliada é **inexistente**
B	Sim, de maneira insuficiente.	Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito atendido de maneira **insuficiente**
C	Sim, de maneira suficiente.	Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito atendido de maneira **suficiente**
D	Sim de maneira muito boa.	Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito atendido de maneira **muito boa**
E	Sim de maneira excelente	Quando o indicador da dimensão avaliada configura um conceito atendido de maneira **excelente**
F		Quando o indicador da dimensão avaliada é

	Não sei/Não se aplica.	inexistente **não se aplica** ou é **desconhecido**

Desta forma, são elaboradas questões e construídos os instrumentos avaliativos, considerando a cobertura dos indicadores por dimensão, o melhor formato de apresentação para o meio de aplicação selecionado e a viabilização da análise de conceitos em níveis (essencialmente, para toda instituição e por curso).

Operacionalmente, para que a autoavaliação institucional esteja disponível para a comunidade acadêmica, os questionários abertos e fechados são inseridos no ambiente do aluno no portal do aluno através do software, e em formato de *QR Code* para acesso da comunidade externa, a avaliação é criada com data definida para disponibilização, bem como os formulários específicos para cada grupo de respondentes.

A segunda etapa de **Sensibilização e Execução** consiste em ações de divulgação para convocação dos segmentos institucionais e comunidade externa (direcionados a partir do representante da comunidade civil organizada), orientando-os sobre a sua participação e os prazos, com o objetivo de sensibilizar e engajar a comunidade acadêmica e a comunidade externa para o processo de autoavaliação institucional.

Antes dos instrumentos de coleta de dados estarem disponíveis para o preenchimento, a CPA enfatiza a sensibilização de toda a comunidade acadêmica e comunidade externa, de modo a motivá-las a participarem da autoavaliação institucional, integrando-as no processo de trabalho da comissão como parte fundamental para a obtenção dos resultados. Tal sensibilização ocorre por meio de uma campanha de estímulo para a autoavaliação em murais da IES e eventualmente em locais externos direcionados a comunidade externa, *banners* digitais nas mídias sociais da instituição, reuniões dos membros da CPA com seus pares, e inclusive por meio dos resultados obtidos em avaliações anteriores.

Os *banners* para a sensibilização da autoavaliação institucional nos murais da IES, de modo interativo, permitem que a comunidade acadêmica possa registrar demandas acerca das dimensões avaliadas pela CPA, tornando-se uma ferramenta de engajamento e estímulo para a comunidade acadêmica, além de ser mais uma fonte a ser considerada pela comissão. A CPA apresenta estratégias para fomentar o engajamento cada vez maior da comunidade acadêmica e comunidade externa, um exemplo disso é o selo conquista compartilhada, este selo manifesta e externaliza as concretudes conquistadas pela CPA a partir da manifestação da comunidade acadêmica e comunidade externa via **instrumentos da CPA**.

Para execução do processo avaliativo, cabe ressaltar que os **instrumentos de avaliação** são claros e objetivos, e conforme calendário da CPA ficam disponíveis por aproximadamente 6 (seis) semanas no sistema de gestão acadêmico, de modo que

voluntariamente a comunidade acadêmica e comunidade externa possam responder, dando sua contribuição. O acesso ao sistema garante a privacidade de reposta. Quando necessário, a aplicação dos questionários ocorre por meio físico, de modo a garantir a aderência de todos os participantes deste processo.

Seguindo para a **Análise e Divulgação dos Resultados**, após coletadas as percepções, os dados são tabulados e analisados para a confecção do relatório sintético anual, englobando os 05 (cinco) eixos e suas dimensões, fundamentando posterior *feedback* para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

O relatório da CPA do CIESA é divulgado e discutido com todos os setores da instituição e explicitado à comunidade externa. Além de corresponder ao planejamento de construção estrutural estipulado neste texto para a CPA, os relatórios apresentam relação entre si e contemplam a pontualidade para respeitar o período de transição, ou seja, o relatório confeccionado com os resultados de um dado ano, é postado até o mês de março do ano seguinte, atendendo o preconizado na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 no que concerne um período de três anos, em que nos dois primeiros anos o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial e no terceiro ano será inserido em sua versão integral se encerrando o ciclo e iniciando outro.

A CPA realiza a divulgação dos resultados da avaliação institucional para todos os segmentos da comunidade acadêmica e comunidade externa em linguagem aderente, por meio de reuniões com seus pares (representantes da comissão), coordenadores de curso, NDE, colegiado, chefes de setores, bem como reuniões dos representantes discentes junto aos acadêmicos, entre outros que atingem também a comunidade externa.

O membro da CPA representante da sociedade civil é também um importante disseminador dos resultados obtidos pela avaliação institucional junto a sociedade locorregional, assim como a participação de egressos do CIESA, quando exista, pois, eles integram a comunidade externa de modo especial por além de conhecerem a instituição e suas políticas.

De um modo geral, os resultados da CPA alcançam todos os envolvidos direta ou indiretamente no processo de autoavaliação institucional. A partir da elaboração e divulgação dos relatórios CPA, inicia-se a etapa de **Apropriação e Aplicação dos Resultados.**

Conforme consta neste PDI, os resultados das avaliações servem de referência para análise das metas propostas, ações institucionais previstas e não realizadas, eficácia das atividades acadêmicas desenvolvidas, entre outros. Os resultados apontados por essa análise são utilizados para aperfeiçoar o planejamento estratégico do CIESA, que acarretará atualizações neste PDI, bem como **o aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados pela**

CPA.

Corroborando com a apropriação dos resultados da autoavaliação pelos segmentos acadêmicos, além dos relatórios anuais, o CIESA apresenta uma ação intitulada *selo conquista compartilhada*, este selo manifesta e externaliza de forma didática as concretudes conquistadas pela CPA a partir da manifestação da comunidade acadêmica via instrumentos da CPA. Apresentados publicamente de forma sistemática, os relatórios de autoavaliação do CIESA configuram-se como poderosas ferramentas, impactando positivamente os processos de gestão institucional, além de estimular o índice crescente de participação da comunidade acadêmica e comunidade externa no processo de avaliação institucional.

Os relatórios da CPA são utilizados para a elaboração dos planos de trabalho dos Colegiados Superiores, da Diretoria, das Coordenadorias de Cursos, das Coordenadorias de Políticas Institucionais, das Chefias de Setores e da Mantenedora; fornecem subsídios às decisões relativas aos novos investimentos no CIESA, projetos de ensino, pesquisa, iniciação científica, extensão e parcerias com a comunidade. Também são referência para alterações curriculares dos cursos ofertados (considerando as DCN e legislações vigentes), na perspectiva de sempre oferecer uma formação atualizada e voltada para a realidade local, além de ser ponto de partida para a tomada de decisão quanto à oferta de novos cursos pela IES, incluindo cursos voltados para a formação continuada, como programas de pós-graduação.

Diante deste cenário, os relatórios de autoavaliação contemplam trajetória de melhoria, especialmente por meio do aumento significativo do seu espaço físico e também tecnológico. Observa-se que a implementação da proposta de avaliação compreende etapas a serem cumpridas e também, que as etapas são constituídas de fases, compreendidas por ações a serem desenvolvidas. Trata-se de um processo cujas fases e ações muitas vezes se sobrepõem. A dificuldade em seguir um processo linear sem interrupções está no fato de que a dinâmica das atividades acadêmicas muitas vezes sugere que as ações previstas devam adequar-se aos momentos oportunos em proveito da qualidade do desenvolvimento do processo.

Para realização dos processos de autoavaliação institucional, a CPA desenvolve suas atividades, com caráter quantitativo e qualitativo dos dados, e procura constantemente **avaliar o instrumento de coleta de dados,** bem como mudanças no processo de trabalho.

Por fim, cabe ressaltar que os **instrumentos de avaliação externa** são utilizados para subsidiar o projeto de autoavaliação institucional e balizar os dados que deverão ser coletados, englobando os cinco eixos compreendidos no SINAES.

Todas as atividades acima descritas compreendem uma autoavaliação generalizada da instituição como um todo. Para identificar pontos negativos e positivos, com uma maior sensibilidade e também a fim, de atingir a especificidade de cada curso, **outros instrumentos são utilizados**.

Os instrumentos atendem especificamente as questões de cada curso, por se tratar de instrumentos de coleta de dados do desempenho docente, do desempenho do coordenador de curso, na opinião dos discentes, docentes e coordenação, a saber:

- Instrumento - Avaliação do Coordenador pelo Docente do Curso;
- Instrumento - Avaliação do Docente pelo Discente;
- Instrumento - Avaliação do Docente do Curso pelo Coordenador do Curso;
- Instrumento - Avaliação do Coordenador do Curso pelo Discente.

Outro ponto que merece atenção no que diz respeito aos recursos humanos, mais especialmente ao corpo técnico administrativo, é a verificação das condições de trabalho, clima organizacional, motivação do funcionário, grau de comprometimento, entre outros fatores. Neste sentido, é aplicado um questionário ao corpo técnico administrativo, através do sistema de gestão acadêmica ou de modo convencional (instrumento de coleta de dados impresso, para autopreenchimento) com questões fechadas.

Ainda, aos docentes, é aplicado um questionário aberto, denominado de Percepção docente, para coletar propostas de melhorias em relação itens, que vão desde infraestrutura até a clima organizacional, cantina, espaços de convivências e outros espaços educacionais. Da análise individual e também inter-relacionada de cada um destes instrumentos é que se gera um relatório final, com diagnóstico da situação atual, propostas de melhorias e subsídios para o planejamento e gestão acadêmica.

65.1 INSTRUMENTOS – AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os instrumentos utilizados para captar a percepção da comunidade acadêmica e comunidade externa são compostos por questionários em consonância com a Lei nº 10.861/2004 e a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, a fim de dimensionar adequadamente as fragilidades e potencialidades da instituição, na sequência estão apresentados a segmentação dos instrumentos de avaliação que dão origem aos questionários de percepção das fragilidades e potencialidades da IES:

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - Abrange a Dimensão: 8 (Planejamento e Avaliação) e os questionários que fazem parte deste instrumento estão voltados para a Lei nº 10.861/2004 que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências no seu Art. 3º, inciso VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional e são respondidos pela Comissão Própria de Autoavaliação – CPA/CIESA.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - Abrange as dimensões: 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional); 3 (Responsabilidade Social da Instituição) e os questionários que fazem parte deste instrumento estão voltados para a Lei nº 10.861/2004 que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências no seu Art. 3º, incisos I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional e III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e serão respondidos pelo Colegiado de Curso, NDE e Comunidade Externa.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS - Abrange as dimensões: 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão); 4 (Comunicação com a Sociedade); 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) e os questionários que fazem parte deste instrumento estão voltados para a Lei nº 10.861/2004 que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências no seu Art. 3º, incisos II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; IV - a comunicação com a sociedade e IX - políticas de atendimento aos estudantes e serão respondidos pelo Corpo Discente, Corpo Docente, Corpo Técnico administrativo, Comunidade Externa.

EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO - Abrange as dimensões: 5 (Políticas de Pessoal); 6 (Organização e Gestão da Instituição); 10 (Sustentabilidade Financeira) e os questionários que fazem parte deste instrumento estão voltados para a Lei nº 10.861/2004 que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências no seu Art. 3º, Incisos V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios e X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade

dos compromissos na oferta da educação superior e serão respondidos pelo Corpo Docente e Corpo Técnico administrativo.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA - Abrange a dimensão 7 - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação e os questionários que fazem parte deste instrumento estão voltados para a Lei nº 10.861/2004 que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências no seu Art. 3º, Inciso VII - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação e serão respondidos pelo Corpo Docente, Corpo Discente, Corpo Técnico administrativo e Comunidade externa.

Outros instrumentos que permeiam os 5 eixos e as 10 dimensões também serão utilizados para compor uma avaliação mais assertiva e abrangente que retrate de maneira mais robusta o cenário atual da IES, estes instrumentos estão descritos abaixo, a saber:

- Instrumento - Avaliação das Condições de Trabalho pelo Funcionário Técnico-Administrativo;
- Instrumento - Avaliação do Coordenador pelo Docente do Curso;
- Instrumento - Avaliação do Docente pelo Discente;
- Instrumento - Avaliação do Docente do Curso pelo Coordenador do Curso;
- Instrumento - Avaliação do Coordenador do Curso pelo Discente.

XI. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

66 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O CIESA é uma instituição privada, com fins lucrativos. Assim, a sustentabilidade financeira é viabilizada majoritariamente, com os recursos oriundos das mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação (especialização) e extensão.

Estes recursos são obtidos basicamente de duas formas: diretamente dos alunos ou via financiamento educacional.

Dessa forma, os recursos necessários para arcar com as despesas de custeio, investimentos e pessoal ativo são consignados anualmente no orçamento da Instituição, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira ano a ano. Porém, destaque-se, com a mobilidade financeira brasileira e global, bem como a demanda por determinadas áreas do conhecimento em termos de graduação e pós- graduação, há uma dependência clara de que o orçamento deve-se constituir semestralmente, pois, além da demanda de matrículas e rematrículas, ele é dependente da autorização de novos cursos e/ou aumento de vagas.

Assim, o desenvolvimento institucional previsto neste PDI, em termos de finanças, tem como prerrogativas os investimentos custeados pela mantenedora bem como advindos da própria atividade educacional iniciada, além do aporte de patrimônio e finanças mobilizado para a fase inicial do projeto, tudo a partir de documentos disponibilizados no setor administrativo e contábil da IES. São considerados como variantes os investimentos e recursos a partir das políticas de ensino, extensão e iniciação científica aqui delineados e as fontes de captação deverão ser gradativamente ampliadas, a saber:

- Matrículas no curso de graduação;
- Matrículas em cursos de pós-graduação nas áreas diversas da IES;
- Habilitação para o FIES e Prouni;
- Cursos de extensão e de qualificação profissional abertos a toda a comunidade.

Assim, os Planos de Investimentos estão fundamentados numa previsão de aumento dos recursos na ordem mínima ao semestre, considerando-se as rematrículas e sua ordem de evasão em torno. Ou seja, este percentual se baseia na projeção anual dos reajustes das mensalidades e na projeção de incremento das receitas devido às rematrículas e abertura de graduação e pós-graduação.

Uma vez garantidos os recursos necessários às despesas de pessoal e de custeio, o “excedente” é investido em ações que visam à recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica, dotando a Instituição de melhores condições de ensino.

67 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA

Anualmente o CIESA realizará a sua previsão orçamentária a partir da participação dos seguintes órgãos que dimensionaram as suas necessidades em termos da sua área de atuação:

- Coordenações de Cursos;
- Biblioteca;
- Coordenações dos Núcleos de apoio acadêmico e pedagógico;
- Setor de TI;
- Reitoria;
- Diretoria Acadêmica;
- Diretoria Administrativa-Financeira;
- Marketing e Comunicação;
- Secretaria Acadêmica;
- Setor de TI;
- CPA – Comissão Própria de Avaliação.

Além dos responsáveis por esses órgãos, a IES contará como partícipes do planejamento as seguintes representações: alunos, professores e corpo técnico administrativo.

Desse modo, o CIESA poderá determinar com maior precisão o direcionamento dos investimentos, bem como a captação de recursos necessárias para o seu desenvolvimento e sustentabilidade.

68 PLANOS DE INVESTIMENTOS

Os Planos de Investimentos foram fundamentados numa previsão de aumento dos recursos ao ano. Este percentual se baseia na projeção anual dos reajustes das mensalidades e na projeção de incremento das receitas devido à abertura de graduação e pós-graduação.

Uma vez garantidos os recursos necessários às despesas de pessoal e de custeio, o “excedente” foi investido em ações que visam à recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica, dotando a Instituição de melhores condições de ensino.

69 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando a flutuação da economia e as expectativas de temporalidade que se estabelecem para a IES, questões estas que não se pode determinar a exatidão dos prazos, pois depende de visitas in loco e um fluxo sem prazos fixos determinado pelo MEC, a IES optou por constituir o seu Plano Orçamentário em documento não estabelecido dentro deste PDI, mas disponível a toda a comunidade acadêmica.

Neste plano são considerados os seguintes aspectos em termos de receita:

a) Recursos Patrimoniais disponibilizados pela mantenedora para o caso de a IES necessitar de sustentabilidade sem contar com os créditos oriundos de matrículas, mensalidade etc., ou para investimentos que a receita não alcançar a partir de recursos da própria IES.

b) Mensalidades dos cursos em funcionamento protocolados e, gradativamente, daqueles advindos dos cursos durante o quinquênio.

c) Receitas advindas da Extensão e da Pós-Graduação.

No que diz respeito às despesas fixas, são considerados:

a) Folha de pagamento do corpo técnico administrativo que gradativamente crescerá no decorrer do quinquênio.

b) Folha de pagamento do corpo docente que gradativamente crescerá no decorrer do quinquênio.

c) Aluguel do espaço onde funciona a IES.

d) Luz, Água, Internet e insumos de serviços gerais.

No que diz respeito aos investimentos sistemáticos, mas não fixos são considerados:

a) Acervo da biblioteca para os cursos em funcionamento e a serem implantados.

b) Despesas com a Extensão.

c) Bolsas de Estudo institucionais.

d) Marketing e Publicidade.

e) Compra de equipamentos para atender ao quinquênio.

f) Melhoria sistemática do mobiliário.

g) Melhoria sistemática dos recursos tecnológicos.

h) Investimento em capacitação docente.

i) Investimento em capacitação do corpo técnico administrativo.

j) Investimento em projetos de iniciação cientifica/pesquisa.

k) Investimento em tecnologias educacionais.

l) Dentre outras.

Assim, o documento está disponível e passível de alterações conforme às necessidades reais da IES, bem como para a apresentação sistemática ao MEC e às avaliações do INEP.

1 - Dados Financeiros Referentes à:
Banco: Banco Bradesco S.A.
Agência: 2368
Conta: 1280-7

2 - Receitas Auferias	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Receitas Próprias	5.052.007,83	5.304.608,22	5.569.838,63	5.848.330,56	6.140.747,09
Transferências -	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas	8.823.523,00	8.999.993,46	9.179.993,33	9.363.593,20	9.550.865,06
Total de Receitas	13.875.530,83	14.569.307,37	15.297.772,74	16.062.661,38	16.865.794,45

3- Justificativa Receitas Auferias
A perspectiva de crescimento é de 5% a cada ano, acreditando no aumento do número de alunos a cada semestre
O valor de outras receitas é referente a aluguéis de imóveis
próprios.

4 - Despesas Efetuadas 2024	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Remun.de Professores Ativos:	781.073,98	820.127,68	861.134,06	904.190,77	949.400,30
Remun.de Téc. Adm. Ativos:	359.668,65	377.652,08	396.534,69	416.361,42	437.179,49
Benefícios e Encargos Sociais:	264.973,80	278.222,49	292.133,61	306.740,30	322.077,31
Outras Despesas de Custeio:	1.076.519,10	1.130.345,06	1.186.862,31	1.246.205,42	1.308.515,69
Investimentos (desp. de capital):	5.682.032,54	5.966.134,17	6.264.440,88	6.577.662,92	6.906.546,07
Pesquisa e Desenvolvimento: -	-	-	-	-	-
Outras Despesas:	1.866.124,80	1.959.431,04	2.057.402,59	2.160.272,72	2.268.286,36
Total de Despesas:	10.030.392,87	10.531.912,51	11.058.508,14	11.611.433,55	12.192.005,22